

REVISTA

DIÁLOGO CONTÁBIL

REVISTA TÉCNICA
DO CRC-BA



CRCBA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA BAHIA



CONTABILIDADE 4.0: ESTE É O FUTURO DA PROFISSÃO

EDIÇÃO III
JANEIRO, Nº3 | 2021

NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS: @crcba
ACESSE NOSSO SITE: www.crcba.gov.br

CONSELHO DIRETOR**Presidente:**

Contador: Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Vice-presidentes:

Contador: André Luis Barbosa dos Santos

Téc. em Contabilidade: Mércia Cristina Andrade Dias

Contador: Evaldo Pereira de Souza

Contadora: Lorena de Andrade Pinho

Contador: Sérvio Túlio dos Santos de Moura

Contadora: Sonia Maria da Silva Gomes

Ouvidor Geral:

Contador: Nivaldo Pinto Santos

Superintendente de Delegacias:

Contadora: Maria do Socorro Galdino Moreira

Conselheiros:

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Antônio Claudio Silva de Vasconcellos

André Luís Barbosa dos Santos

Ana Lúcia Santos Barros da Silva

Bernardo Andrade de Jesus

Cremildo Atanazio de Souza

Cristiano Silva Borges

Dorywillians Botêlho de Azevedo

Evaldo Pereira de Souza

Lorena de Andrade Pinho

Luciana Simões de Oliveira

Lucy Geane Rios Evangelista

Maria do Socorro Galdino Moreira

Mércia Cristina Andrade Dias

Neilton Soares dos Santos

Nelson Henrique de Carvalho

Nivaldo Pinto Santos

Sérvio Túlio dos Santos de Moura

Sônia Maria da Silva Gomes

Ubiratã Batista Pereira

Renê Silva da Costa

CONSELHO EDITORIAL**Coord. do Conselho Editorial (Editor-Chefe)**

Doutora Sonia Maria da Silva Gomes

Doutor Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Membros do Conselho Editorial:

Doutor Alexssandro Campanha Rocha

Doutora Lorena de Andrade Pinho

Doutor Cremildo Atanazio de Souza

Doutor Marcos Laffin

Corpo Editorial Técnico:

André Luís Barbosa dos Santos

Antonio Cláudio Vasconcelos

Audrey Jones de Souza

Elisangela Santos Fernandes

Henrique Fonseca de Cabirta

Luciana Simões de Oliveira

Maria Alice Guedes Porto

Assistente Editorial:

Adailce Soares dos Santos

Mirian Gomes Conceição

Projeto Gráfico e Diagramação:

Taís Freire E-mail: tais_freire29@hotmail.com

Contato:

End.: Rua do Salete, nº 320, Barris, Salvador, BA.

CEP: 40.070-200

Tel.: 71-2109-4093

E-mail: tecnica@crc-ba.org.br



CRCBA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA BAHIA



Nesta edição a *Diálogo Contábil* apresenta textos que propõe uma reflexão no momento que estamos vivendo com tantas transformações sociais, econômicas e de vida. No momento em que todas essas alterações, em sua grande maioria, são impactadas pelos avanços tecnológicos. O tema central desta edição é Contabilidade 4.0 – o futuro da profissão. É um futuro tão presente que deixa de ser futuro e passa ser real em nossas vidas e a própria pandemia provocou uma aceleração não esperada nesta área. O texto produzido pelo Professor Dr. Gerlano, que aborda diretamente o tema central desta edição da *Diálogo Contábil*, nos leva a um repensar necessário de nossas práticas atuais enquanto profissionais, nos provoca a ter um olhar disruptivo e atento às mudanças que estão sendo apontadas no mundo, pois atinge a contabilidade! Nesse contexto, o profissional do mero fazer encontra-se em extinção. Precisamos partir para o pensar os negócios das empresas e propor alternativas de sobrevivência às mesmas, através dos nossos saberes técnicos e comportamentais que devem ser aprendidos em nossas formações.

Outro desafio que se apresenta é a mudança de mentalidade que o profissional de contabilidade atual precisa ter, sair da inércia e deixar de olhar para o retrovisor e procurar olhar para frente! Compreender que as mudanças são reais e as ferramentas tecnológicas disponíveis podem proporcionar uma redução de custos e maior crescimento no negócio, como bem afirma o texto de Maria Lúcia Garcês “para o empresário contábil, a tecnologia é uma grande aliada da escalabilidade, à medida que permite mais agilidade de entrega e novas oportunidades de negócio”. Quando se percebe essa realidade falar de empreendedorismo e o que é ser empreendedor passa ser uma condição essencial no acompanhamento das novas vertentes que se apresenta no mundo empresarial. O Professor Mestre André Luís faz uma afirmativa que reflete esse momento: “Aproveitar as crises e transformá-las em oportunidades já está se tornando cada vez mais comum pelas viabilidades com o uso da tecnologia e as diferentes formas de formalização para conduzir o seu negócio”.

A Leitura desta edição ficou muito prazerosa quando procura também apresentar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no mundo acadêmico e que foram premiadas na XIV Convenção Baiana de Contabilidade, ocorrida em Salvador/BA, em Outubro de 2019 e com temas de muita relevância tais como: Planos plurianuais e suas estruturas; Ações e impactos da lei 8.313/91 no desenvolvimento econômico e social do município de Feira de Santana; pesquisa realizada com estudantes de ciências contábeis a respeito do Comportamento oportunista e decisão sob risco e incerteza; a outra pesquisa foi estudar a Lei de Responsabilidade Fiscal: uma avaliação dos gastos com pessoal da região metropolitana de Salvador, Bahia; a Influência dos Fatores Técnicos das Questões do Exame de Suficiência Contábil nos Percentuais de Aprovação e Assertividade; O Uso da Contabilidade na Resolução de Carências Detectadas pela Propect Teory no Campo das Finanças Pessoais; foi discutido também a abordagem na linha da Contabilidade Socioambiental através da Análise do Nível de Divulgação no Setor de Bebidas em Alagoinhas-Ba. Apresenta também uma pesquisa sobre Simples Nacional à Luz das Leis Complementares n. 123/2006 E 155/2016.

Depois de fazer uma viagem ao mundo acadêmico com pesquisas fantásticas e com o maior primor e qualidade técnica, a *Diálogo Contábil* nesta edição termina com a história emocionante do Professor querido por todos nós Ubiratã Batista que tenho a honra de tê-lo como amigo e irmão na fé. Uma história de superação que demonstra que o Amor a Deus e zelo pelo outro nos faz seres humanos diferentes.

Concluo esse editorial com muita alegria e não poderia deixar de registrar o empenho de toda uma equipe para que essa edição acontecesse na liderança da Vice-presidente Técnica do CRCBA Professora Dra. Sônia Gomes. Convido a todos para aproveitar esses momentos de prazer que é a leitura atenta desta produção com tanta riqueza. Muita paz para todos.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Antonio Carlos Ribeiro da Silva
Presidente do CRCBA



REPORTAGEM

Contabilidade 4.0: Este é o futuro da profissão - Reportagem com Gerlando A. S. F. De Lima **(05)**



O MUNDO DAS EMPRESAS

Como ter uma gestão digital de alta performance nas empresas contábeis - Maria Lúcia Garcês **(10)**



O MUNDO EMPREENDEDOR

Empreendedor e empreendedorismo: Momentos e oportunidades - Com André Luis Barbosa **(12)**



O MUNDO ACADÊMICO

Artigo 1: Planos plurianuais e sua estrutura: um estudo das capitais dos estados da região nordeste do Brasil e os requisitos identificados em sua base estratégica e programáticas **(15)**

Artigo 2: Ações e impactos da lei 8.313/91 no desenvolvimento econômico e social do município de Feira de Santana: doações a projetos culturais e deduções do imposto de renda **(28)**

Artigo 3: Comportamento oportunista e decisão sob risco e incerteza: uma análise com estudantes de ciências contábeis **(46)**

Artigo 4: Lei de Responsabilidade Fiscal: uma avaliação dos gastos com pessoal da região metropolitana de Salvador, Bahia **(61)**

Artigo 5: A Influência dos Fatores Técnicos das Questões do Exame de Suficiência Contábil nos Percentuais de Aprovação e Asser-tividade **(73)**

Artigo 6: O Uso da Contabilidade na Resolução de Carências Detectadas pela Propect Teory no Campo das Finanças Pessoais **(89)**

Artigo 7: Contabilidade Socioambiental: Análise do Nível de Divulga-ção no Setor de Bebidas em Alagoinhas-Ba **(104)**

Artigo 8: Simples Nacional à Luz das Leis Complementares n. 123/2006 e 155/2016: Um Estudo de Caso Sobre os Reflexos na Carga Tributária de Uma Empresa do Ramo de Publicidade e Propaganda da Cidade de Feira de Santana/Ba **(115)**



PERFIL

Ubiratã Batistapereira **(130)**



Contabilidade 4.0: Este é o futuro da profissão

Este texto tem como base a minha apresentação na XIV Convenção Baiana de Contabilidade, ocorrida em Salvador/BA, em Outubro de 2019. O presente trabalho tem como objetivo mostrar as dificuldades e oportunidades oriundas da Revolução Tecnológica para o meio do contador, das empresas de contabilidade e estudantes do Curso de Ciências Contábeis.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A quarta revolução industrial emergiu, no contexto contemporâneo, do avanço e da profusão de estudos. Ela surge com o uso de inovações tecnológicas em vários setores da economia, sendo serviços ou indústria, caminhando com ela a inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, biotecnologia, nanotecnologia, e por que não o novo contador? Conforme Schwab (2016), essa evolução envolve três categorias: física, biológica e digital. A categoria física diz respeito às mudanças tecnológicas de bens tangíveis, a exemplo da impressão em 3D, da robótica avançada e do desenvolvimento de novos materiais; a biológica se dá nas investigações da Biologia sintética, da engenharia genética, de xenotransplantes, dentre outras áreas; a categoria

digital, por sua vez, evidencia a relação entre o homem as coisas e os serviços pelas redes inteligentes.

De acordo com Nanterme (2017), ex-CEO da Accenture, “a evolução digital é a principal razão, pela qual mais que metade das companhias da Fortune 500 tem desaparecido desde o ano 2000”. A tecnologia tem modificado as empresas em todas as suas esferas e há, no mínimo, cinco tipos de setores que mudaram, profundamente, desde o início do século XXI: a indústria do turismo, principalmente de agências físicas de passagens aéreas; o setor de músicas e som; o setor de venda de livros; as empresas que alugavam filmes (vulgo blockbusters) e o setor de notícias, como jornais.

Como se não bastasse essa série de avanços dinâmicos e rupturas, com significativa metamorfose tecnológica, em março de 2020, a pandemia do novo coronavírus colapsa o mundo. Em decorrência desse colapso, empresas de setores como farmacêutico, alimentício, de biotecnologia e tecnologia sofrem tanto aumento na demanda quanto de valor no mercado. Em contrapartida, a indústria do turismo e de petróleo, as empresas de atividades físicas e esportivas, bem como alguns serviços médicos e odontológicos

acarretam prejuízos ou declaram falência. Será que “as mais avançadas das avançadas tecnologias”, como versa Caetano Veloso, passou de “vilã” a “heroína” da história e salvação em meio à destruidora pandemia? Possivelmente sim, mas não é a única.

Precisamos nos reinventar, vencer os desafios, nos demover da inércia, pensando criticamente no ambiente em que vivemos e o que desejamos ter no amanhã, agindo no agora, pois o hoje é sinônimo de passado. A contabilidade e o contador têm histórico de vitórias em meio às crises: Crise da Bolsa de 1917, Crise do México, Crise da Rússia, Crise do *Subprime* - vulgo Marolinha. Dessa forma, podemos inferir que a Pandemia do Coronavírus é, apenas, mais uma oportunidade imposta ao profissional da Contabilidade 4.0, a fim de que ele se desafie e se sobreponha, refaça-se e se fortaleça, propiciando melhorias pragmáticas e tecnológicas, além do uso eficiente do seu intelecto nas atividades contábeis.

IMPACTOS NA ÁREA EMPRESARIAL

A leitura das manchetes de textos informativos sinaliza que, nos próximos anos, algumas atividades, funções e/ou profissões podem se extinguir. Dentre as atividades e as funções relacionadas aparecem, de maneira recorrente, atividades e funções desenvolvidas pelo contador. Se questionassem a minha opinião frente a tal informação, eu diria que os desdobramentos dessa pergunta tornam a resposta tão complexa quanto a realidade em que ela se insere: concordo e discordo disso.

Concordo por entender que há atividades contábeis, cuja realização não se dará por humanos e se restringem, fundamentalmente, àquelas inerentes às partidas dobradas (débito e crédito) e apuração de tributos. A contabilidade, como outras áreas de conhecimento, tende à evolução. A Inteligência Artificial realizará atividades repetitivas, de maneira automática e bem mais precisa. Todavia, o profissional contábil ainda é essencial para a realização das atividades que exigem análises intelectualmente classificadas como subjetivas, a exemplo do processo de mensuração e *disclosure*. Ademais, ao analisarmos situações cotidianas e os eventuais impactos que essas

podem gerar, podemos questionar a existência de funcionários contando/auditando estoques de drones, que exercem tais atividades, de maneira mais veloz, eficaz e eficiente do que pessoas. Atividades executadas por máquinas eliminam, profundamente, a probabilidade de erros operacionais e, por consequência, reduzem os riscos e possíveis despesas fixas.

Para que preciso contar ativos biológicos se drones e softwares fazem até a verificação de pesagem? Por que ter vários técnicos de contabilidade verificando notas fixais se temos máquinas com leitura de XBRL para o cálculo de impostos e operacionalização de lançamentos? Em 2016, Oliver já afirmava que os escritórios de contabilidade trabalhavam com 89% de automação, assim: qual é a justificativa para a aquisição de um imobilizado se ele tem alto custo de reparo? Se posso fazer encontros digitais, eliminando problemas decorrentes do deslocamento do colaborador, tais como congestionamentos no trânsito, gastos com viagens ou violência urbana, por que insisto no presencial? É preciso lembrar que há alternativas mais viáveis, saudáveis e produtivas: vive-se a era do *coworking*, salas e escritórios virtuais.

Os desafios que se apresentam aos profissionais e empresas de contabilidade estão vinculados à engenharia e às possibilidades do serviço prestado, não somos meros executores de atividades repetitivas. Torna-se imperativo que sejamos *planners*, coachings e especialistas em tomadas de decisões. Torna-se necessário que planejemos o pagamento previdenciário vinculado a robôs e máquinas, além daquele vinculado ao trabalho de pessoas, a fim de que crises econômicas e sociais não sejam deflagradas por insuficiência de fundos. Pessoas, naturalmente, viverão mais de 100 anos e é preciso que os contadores estejam atentos ao risco desse passivo previdenciário. Entretanto, a percepção dos sinais e consequências da Contabilidade 4.0 perpassam sobre a formação dos profissionais da contabilidade. Estamos propiciando conhecimentos que estimulem a construção de um profissional crítico, capaz de estabelecer análises, correlações e soluções frente aos desafios impostos?

IMPACTOS NA EDUCAÇÃO CONTÁBIL

Quem são os nossos estudantes de graduação em Ciências Contábeis? Formulando uma pergunta estratégica: quem serão os nossos estudantes de graduação em Ciências Contábeis daqui a 7 anos? Se voltarmos o nosso olhar para as crianças que estão cursando o sexto ou sétimo ano do Ensino Fundamental II, encontraremos fortes indícios das suas características, com várias pistas. São estudantes que pertencem à geração Alfa, portanto, não diferenciam o real do virtual, são totalmente envolvidos com o mundo digital, possuem déficits de atenção e se preocupam com o meio ambiente.

Se atualmente mediamos a construção de conhecimento de estudantes que pertencem às gerações Y e Z, antecessores da Alfa, e temos ciência de que esses são indivíduos que têm dificuldade de apreender conhecimentos por práticas pedagógicas e didática tradicionais, é temeroso imaginar a nossa realidade frente à geração Y. Segundo Citl (2017), só conseguimos a atenção dos nossos estudantes, em uma aula tradicional, por um tempo máximo de doze minutos (CITL, 2017). Doze minutos corresponde a uma triste realidade. Por que insistimos, então, em trabalhar dupla carga, equivalente a duas ou três horas aulas, de um mesmo componente curricular num único dia? Para avaliar a gravidade do problema, imagine uma conversa informal em que o interlocutor só se mantém atento durante os primeiros doze minutos da sua exposição, dada a regularidade do estímulo provocado. Agora, transfira a mesma ideia ao nosso ambiente de sala de aula, constituída por inúmeros e heterogêneos estudantes. Deu vontade de pedir aposentadoria? Onde estão as suas potencialidades, capacidade de se reinventar e a aplicação de *active learnings*? Se sabemos que as metodologias ativas existem, por que já não as utilizamos?

Geralmente, quando pensamos em uma boa aula ou apresentação de um trabalho, lembramos dos melhores professores que temos ou do inverso. Se não tivemos a chance de termos contatos com metodologias diferentes, é difícil sairmos da inércia ou percebermos que o problema está em nós, principalmente quando

não possuímos motivações para isso. A motivação é um passo para a capacidade de inovar, diferenciar-se e produzir.

Outra informação importante, não tão recente, é que, no Brasil, apenas 12% dos estudantes (excetuando-se cursos tradicionais da saúde e Direito) exercem a profissão decorrente da graduação cursada (CASTRO, 2009). Essa informação corrobora a ideia de que precisamos cada vez mais de pessoas que pensem criticamente; trabalhem com o mundo e casos reais; não sejam estáticos, mas sim criativos; aprendam a interpretar e tomar decisões sobre desafios postos e não se limitem apenas a diagnósticos.

Outra informação importante, não tão recente, é que, no Brasil, apenas 12% dos estudantes (excetuando-se cursos tradicionais da saúde e Direito) exercem a profissão decorrente da graduação cursada (CASTRO, 2009).

Essa informação corrobora a ideia de que precisamos cada vez mais de pessoas que pensem criticamente; trabalhem com o mundo e casos reais; não sejam estáticos, mas sim criativos; aprendam a interpretar e tomar decisões sobre desafios postos e não se limitem apenas a diagnósticos.

Para se ter uma ideia da pluralidade imprescindível à formação do profissional contábil vale destacar que, no encontro da Sessão de Contabilidade Internacional (*International Accounting Section*), da Associação Americana de Contabilidade (*American Accounting Association*), ocorrido em Miami, em fevereiro de 2019, as empresas de Auditoria (*Big Fours*) atestaram o que esperam dos egressos e professores de Contabilidade para os próximos 20 anos, a saber:

- Dominem a linguagem de programação para trabalhar com programas que operem grandes bases de dados (*big data*);
- Apresentem profundas habilidades uso do Microsoft Excel, além do Python, SAS e R;
- Possuam capacidade para analisar grandes bases de dados, ou seja, entendam como trabalhar com métodos quantitativos aplicados.

Além das competências e habilidades anteriormente destacadas, podemos adicionar outros aspectos de igual importância. Somos profissionais da comunicação, precisamos nos socializar e entender o próximo para negociarmos. Você conhece uma disciplina denominada “Negociação”?

Esse é um componente curricular comum em universidades americanas, principalmente na Faculdade de Negócios de Harvard e foi um dos mais importantes que cursei no curso de um workshop, para a criação de casos para ensino. Por que não o temos no projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior do Brasil? Por que não repensar o currículo do curso que você exerce o magistério, na perspectiva do profissional que estão oferecendo ao mercado?

Saber outra língua é essencial e inerente aos profissionais que atuam num mundo globalizado. A fluência em Língua Inglesa, é prerrogativa basilar e inquestionável, porque essa é a linguagem dos negócios. A Língua Portuguesa é falada em apenas oito países e, por isso, torna-se quase um código, só nós sabemos. Avalie a potencialidade do resultado das suas pesquisas, quando são disseminados na linguagem do mundo de negócios, a probabilidade de difusão das suas ideias se torna infinitamente maiores e investigadores de qualquer parte do mundo poderão se contactar contigo. Com relação à Língua Portuguesa, ela é maravilhosa e não se trata de renegá-la ou marginalizá-la, porém, precisamos de outras para nos comunicarmos e nos desenvolvermos como profissionais: Inglês, Espanhol e por que

não Chinês? *Well, don't live in inertia. Bueno, no vivas en la inercia.*

Seja especialista em mais de uma área. Felizes são aqueles que possuem mais de uma especialidade, graduação, curso ou “graça”. Imagine a potencialidade de um contador quando possui especialidade analítica na área tributária ou um contador que possui cursos de Linguística, Letras, Direito, Psicologia ou Sociologia? Lembre-se, o profissional contábil lida com seres humanos, conheça e aprenda o que o seu cliente precisa, saiba do que o seu cliente gosta, trate bem as pessoas, seja empático.

Por fim, se experiências não têm te adicionado, descarte-as e procure outras. Essa é uma verdade para viver bem, seja em ambientes de trabalho, no curso de graduação, pós-graduação ou, até mesmo, em outros relacionamentos. Nunca é tarde para mudar, melhorar sua vida e ser feliz.

CONCLUSÃO

Torna-se, no mínimo, angustiante para indivíduos adaptados às estabilidades e homogeneidades saber que “quando você crescer, talvez não tenha um emprego. Não temos ideia de como será o mercado de trabalho em 2050. Sabemos que o aprendizado de máquina e a robótica vão mudar quase todas as modalidades de trabalho” (HARRI, 2018). Disso, podemos inferir que o aprendizado de hoje, pode não preparar o estudante que atuará profissionalmente no mercado em 2025, 2030 ou 2040. Retomando a discussão feita quando falei do ambiente em que vivemos, volto ao pensamento crítico: estamos conseguindo nos adaptar e evoluir na quarta revolução?



É preciso que tenhamos consciência de que vivenciamos um momento de mudanças perenes, cuja velocidade é imensurável e geradora de rupturas. Os desafios são contínuos, somos sujeitos da metamorfose. As mudanças do “por vir”, já chegaram e precisamos nos adaptar aos desafios, compreendendo-os como vantagem competitiva. A essência da contabilidade não se tornará obsoleta, tampouco corremos o risco de tê-la como extinta. Essa ciência evoluiu e evoluirá continuamente. Para consolidar tais mudanças nas práticas profissionais, é imperativo que abandonemos a inércia, o apego às metodologias ineficazes e estejamos aberto a (re)aprender. Use a sua liberdade e a capacidade cognitiva como instrumentos empreendedores, faça a sua parte e auxilie a quem precisa das suas potencialidades. Vamos nos ajudar e revolucionar a vida das pessoas para um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

CITL - Center for Innovation in Teaching & Learning. Course material for didactics in teaching and learning. Illinois: UIUC, 2017.

HARARI, Y. N. 21 lições para o século 21. Companhia das letras: São Paulo, 2018.

NANTERME, P. Digital Disruption has just begun. Local: World Economic Forum, 2017.

OLIVER, B. The future of automation and accounting. Accounting Today. 2016. Disponível em: <https://www.accountingtoday.com/opinion/the-future-of-automation-and-accounting>. Acessado em: 08 ago. 2020.


SAMIT, J. 4 Technology Trends That Will Transform Our World in 2018. 2017. Disponível em: <https://fortune.com/2017/12/26/4-technology-trends-2018/>. Acessado em: 08 ago. 2020.



AUTOR

GERLANDO A. S. F. DE LIMA

Pós Doutor, Contador e Professor Universitário



Como ter uma **gestão digital de alta performance nas empresas contábeis**

A eficácia é a palavra-chave de todo o negócio de sucesso atual; lembre-se das empresas que você mais admira. Não há dúvidas de que todas elas contam com uma gestão de alta performance. Essa é uma linha de administração que vem ganhando cada vez mais adeptos, em um cenário em que não somente a inovação de produtos e serviços importa. É preciso pensar além. É preciso flexibilizar, digitalizar e humanizar.

O mais legal é que essa é uma premissa que pode ser aplicada em toda e qualquer empresa, independente do porte e do segmento. Para os escritórios contábeis não seria diferente. Contudo, como tudo na vida, não existe receita de bolo ou fórmula de sucesso. Existem caminhos que podem ser priorizados e observados com atenção, rumo à melhor performance do seu time e/ou empresa.

PLANEJAMENTO

Ter um planejamento, considerando os aspectos táticos, operacionais e estratégicos, é essencial em toda e qualquer transformação. Analisar com cuidado o cenário atual, reconhe-

cer as suas forças, entender quais são os pontos de melhoria, traçar ações e delimitar objetivos é apenas o começo de tudo. Outro ponto muito importante é definir um propósito.

Pense no seu propósito como algo maior, algo que pode parecer até um sonho aos olhos dos outros, mas que incentive você e a sua empresa todos os dias. Basicamente, como você quer impactar o mundo ao seu redor?

PROCESSOS

Avaliar todos os processos que fazem parte da empresa contábil é fundamental para promover, de fato, uma gestão de alto impacto. Isso é necessário, porque boa parte do investimento de tempo e dinheiro, geralmente, fica “presa” em etapas morosas, complexas e sujeitas ao erro.

Escolha os procedimentos prioritários do seu escritório e desenhe cada estágio, pensando em ferramentas e pessoas envolvidas. Essa é uma excelente maneira de clarear as ideias e estimular a criatividade e a melhoria. Como

objetivos principais, podemos considerar não só a experiência do cliente que está na ponta, mas, também, o desempenho e a satisfação dos profissionais envolvidos.

É claro que apenas reconstruir processos e aplicá-los não basta. É preciso ter um monitoramento contínuo das métricas de resultado, buscando sempre a melhoria contínua.

TECNOLOGIA

É comum, ainda, ouvirmos, no contexto da Contabilidade, a máxima “os robôs vão roubar o meu trabalho”. Isso não é para menos: o uso da tecnologia tem ganhado cada vez mais força nas empresas contábeis e tem automatizado cada vez mais tarefas. Contudo, basta uma mudança no olhar para perceber que essa tendência pode ser ótima para todos os lados - para empresários contábeis, profissionais da contabilidade e para os clientes.

Perceber a digitalização como aliada no processo de gestão e de oferta de serviços é essencial. A tecnologia apaga a existência de retrabalho e procedimentos repetitivos (algo que costuma onerar cerca de 70% do tempo). A tecnologia faz a sua parte, para que os seres humanos possam fazer a parte deles: pensar estrategicamente, relacionar-se e entregar valor.

A transformação digital em uma empresa contábil mostra um enorme potencial de evoluir times em termos profissionais. Atribuições antes delegadas às analistas, por exemplo, liberam esses cargos para funções mais estratégicas, promovendo o crescimento de carreira e uma aproximação do papel consultivo da contabilidade. Já para o empresário contábil, a tecnologia é uma grande aliada da escalabilidade, à medida que permite mais agilidade de entrega e novas oportunidades de negócio.

Nem é preciso dizer que o cliente é outro grande beneficiado de toda a mudança tecnológica. O valor entregue no serviço, que vai muito além dos relatórios e das guias de pagamento, gera retenção e fidelização (além de indicações, claro).

Nos processos você pode eleger quais ferramentas ou aparatos tecnológicos trazem mais velocidade, qualidade, sustentabilidade e agili-

dade para as suas ofertas de serviço.

PESSOAS

Como é possível perceber, as pessoas são a base de tudo e não é à toa que são destaque em todas as fases citadas. A implementação de uma gestão de alta performance está baseada, sem dúvidas, nos profissionais que compõem uma empresa contábil - na estruturação de equipes, na contratação de profissionais, na posição de liderança e no relacionamento diário. São as pessoas que realmente promovem o impacto (seja positivo, seja negativo).

Humanizar a gestão envolve tanto o lado interno quanto o lado externo da organização. Se considerarmos o nosso público-alvo, como clientes ou futuros clientes, precisamos aprimorar toda a sua experiência - desde os estágios de aproximação e contratação até a utilização dos serviços e expansão de contratos. Estabelece-se junto à sua equipe jornadas de aquisição e uso. Analise com cuidado as suas comunicações, canais utilizados, discursos de convencimento, periodicidade de contato, dentre outros fatores. Pense em como você gostaria de ser atendido e projete como fazer. A personalização é sempre um ótimo caminho.

É claro que, do lado de dentro, a gestão de pessoas baseada em uma cultura organizacional é o alicerce. Ao aprimorar a administração de um negócio contábil, focando na alta performance, a consequência é motivar e engajar todos os profissionais. Não se esqueça: seja exemplo, trabalhe junto, identifique problemas, promova a transparência e celebre conquistas.



AUTORA

MARIA LÚCIA GARCÊS

Empreendedora contábil, especialista em transformação digital em empresas contábeis e formadora de contadores digitais.



Empreendedor e empreendedorismo: **Momentos e oportunidades**

Já pensou em “mergulhar” no empreendedorismo? Antes de qualquer coisa, vale ressaltar que não existe fórmulas prontas e nem livro com passo a passo para o sucesso. Entretanto, as leituras e dicas sobre empreendedorismo podem ser adaptados ao seu perfil empreendedor na busca dos resultados satisfatórios.

Seja em um projeto pessoal ou de negócio, podemos entender que o empreendedorismo é a capacidade de materializar uma ideia, gerir esse projeto, buscar inovações e encaminhar melhorias para a sua continuidade. O empreendedor identifica problemas e busca soluções com assertividades para a criação de algo satisfatório e que possa gerar impactos positivos. Nessa perspectiva é que enxergamos, nesse formato, habilidades empreendedoras que precisam estar ligadas a um perfil, em que, no exercício pontual, possa-se evidenciar uma criação de oportunidades e soluções inovadoras. A forma de agir no empreendedorismo é muito mais além do que se imagina, pois se caracteriza pela criatividade, inovação, solução de problemas e estratégias.

No Brasil, o empreendedorismo tem crescido nos últimos anos em virtude da necessidade da relocação dos recém-desempregados no mercado de trabalho e pelas novas perspectivas proporcionadas por empreender quando o indivíduo destaca um perfil que aproveita as novas oportunidades no âmbito dos negócios. O empreendedor não se acomoda e nem fica no conforto da realidade, mas é aquele que sonha e vai em busca da sua realização. A prática de novas ideias no empreendedorismo reforça a necessidade do empreendedor criativo e que muda ambientes, além de ser capaz de influenciar e transformar crises em aprendizados e oportunidades. Segundo dados do SEBRAE, até o final de 2019, 61,8% dos empreendedores abriram o próprio negócio, porque identificaram uma oportunidade. O dado é o maior desde 2014, quando atingiu a marca de 70,6%.

Aproveitar as crises e transformá-las em oportunidades já está se tornando cada vez mais comum pelas viabilidades com o uso da tecnologia e as diferentes formas de formalização para conduzir o seu negócio. Nesse sentido, o empreendedorismo se fortalece com o

aumento do número de pessoas aproveitando esse espaço. Entretanto, nem todos têm o perfil empreendedor para a alavancagem do negócio. Adequando-se ao novo cenário tecnológico das novas gerações, percebe-se, no Brasil, um crescimento do número de jovens empreendendo, pelo interesse em novos modelos, no intuito de criar soluções diferenciadas no mercado.

O mundo empreendedor requer características específicas para o indivíduo, no qual alguns nascem com esse perfil e outros se fortalecem ao longo da vida por experiências e estudos. O empreendedor sabe criar expectativas sem se surpreender qual seja o resultado e tem autoconfiança, porque precisa acreditar nas decisões e assumir as consequências. Ademais, ele precisa ser motivado, ao ponto de persistir no projeto e saber mudar o formato com humildade, a fim de chegar ao seu objetivo e ter coragem de enfrentar as dificuldades e adversidades que são naturais no cenário do empreendedorismo. O assunto em discussão é relevante quando há uma reflexão na sua prática, pois quando se possui as características sinalizadas anteriormente, pode-se associar a um projeto de qualidade para um empreendimento.

A organização e a estratégia de planejamento deverão ser o forte do perfil empreendedor. Escolher a atividade que será desenvolvida é fundamental e esse direcionamento não deverá ser de forma aleatória, mas sim com entendimento do fazer bem, com conhecimento teórico-prático do que se pretende desenvolver. Esse desenvolvimento precisa ser evidenciado com um diferencial, a fim de obter um destaque no seu início, com o intuito de consolidar o que se propõe. Dessa forma, pensar no escalonamento é essencial para expandir o negócio e obter resultados. A depender do formato (mantendo os custos fixos, aumentando os custos variáveis e formando preços com propriedade, que permita concorrer no mercado com intensidade), uma alavancagem será inevitável com esse modelo de negócio.

O empreendedor precisa estar por dentro das novidades do mercado e, principalmente, sobre as temáticas e as tendências do negócio empreendido. A atualização e a interação com

os mais experientes pode ajudar no seu processo de seleção, do que se deve manter no projeto para a continuidade do empreendimento, assim como o que deverá excluir para dar espaço a novos formatos, com a finalidade de atender a “dor” do consumidor nesse processo atual que, mesmo com qualidade no desenvolvimento das atividades, estratégias são necessárias para a fidelização do cliente, pois variáveis são estabelecidas a todo instante para métricas de avaliação, independentemente do ramo e do que esteja oferecendo.

Entender como os concorrentes empreendem também é importante. As tendências servem de parâmetro para inovações e desenvolvimentos de diferenciais competitivos, dentro do segmento escolhido para empreender. Uma visão holística se faz necessária, para que o empreendimento possa sempre se adequar à realidade e às mudanças de cenários, criando margem de crescimento orgânico do negócio empresarial. O perfil empreendedor tem a capacidade de manter o foco nos seus objetivos, fazendo com que toda a ação seja pautada para o desenvolvimento do empreendimento, identificando oportunidades, para transformá-las em um negócio lucrativo.

Para aqueles que estão iniciando nessa jornada empreendedora, a sugestão é planejar e focar nessa organização, a fim de executar, acompanhar e avaliar o seu planejamento. O controle desse processo é fundamental para estabelecer uma base para alcançar os seus objetivos na jornada do empreendedorismo. Esse processo de transformar sonho em realidade necessita de iniciativa, vontade e habilidade para agir no negócio com criatividade e inovação, buscando novas oportunidades no caminho dessa realização, pois os desafios são frequentes, com adversidades no cenário interno e externo.

Para quem já tem um negócio, se aprofundar no empreendedorismo nos tempos atuais pode trazer excelentes resultados. Estão equivocados aqueles que pensam que o empreendedorismo significa apenas o surgimento de novos negócios. O empreendedorismo também atua dentro das empresas já constituídas, independentemente do seu tempo de vida e, nesses casos, conhecemos como empreendedorismo

corporativo. Assim, a empresa já estabelecida no mercado é o foco. Os donos das empresas, diretores ou colaboradores podem ser protagonistas nas influências para o aperfeiçoamento das atividades, para obter uma maior rentabilidade e viabilidades de crescimento da entidade. Diante disso, novas propostas podem surgir na criação de setores, customizações e/ou mudanças de formatos, com um único pensamento, destacar o sentimento do empreendedorismo na prática, buscando inovações para atender o mercado com responsabilidade e, ao mesmo tempo, seguindo no fluxo positivo do setor.

Nesse momento de pandemia em 2020, dados evidenciam que, aproximadamente, 40% do total de brasileiros em idade produtiva, desenvolvem algum tipo de atividade que pode ser considerada de micro ou pequena empresa, o que re-

presenta cerca de 52 milhões de pessoas. Sendo assim, verifica-se que o brasileiro pode adquirir conhecimento para o empreendedorismo e se adequar a uma realidade que cresce a cada dia.

Proatividade, criatividade, visão em longo prazo, resiliência e positividade. Essas características são consideradas comuns e possíveis. Assim, você tem a oportunidade de aplicar o empreendedorismo no seu projeto de vida, para se preparar para ser um empreendedor de sucesso. Para ser um bom empreendedor não é preciso ter muito dinheiro e nem ter a predisposição no DNA, mas sim dedicação e disciplina para estudar e associar a sua vontade com as características supracitadas, a fim de verificar se o seu perfil pode ser direcionado para o empreendedorismo que irá exigir um preparo mental, pois empreender está na mentalidade, na maneira de pensar e de agir.



AUTOR

ME. ANDRÉ LUIS BARBOSA DOS SANTOS

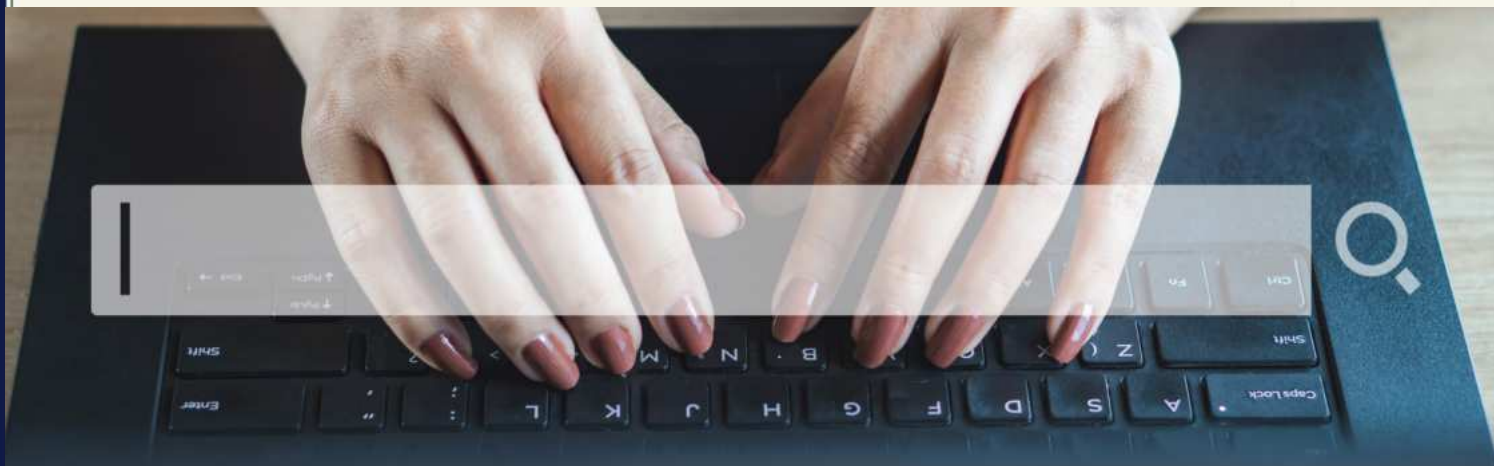
Contador, Vice-Presidente do CRC-BA,
Vice-Presidente da Fundação Visconde de Cairu,
Professor Universitário e Empresário.

Planos plurianuais e sua estrutura: um estudo das capitais dos estados da região nordeste do Brasil e os requisitos identificados em sua base estratégica e programática

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apresentar uma estrutura mínima do Plano Plurianual, a partir das referências literárias existentes e normativos vigentes no Brasil e analisar o nível de concordância das capitais dos Estados da região Nordeste do Brasil à citada estrutura no ciclo orçamentário de 2018 a 2021. Para tanto, foi adotado, como metodologia, uma pesquisa exploratória de caráter descritivo, realizada através da análise de conteúdo, utilizando como método de pesquisa a abordagem quali-quantitativa. A coleta de dados das informações contidas nos Planos Plurianuais foi realizada através de um check-list aplicado com base numa escala de Likert de 05 (cinco) pontos, considerando a método proposto por Pereira (2017). Os resultados em relação ao Índice de Atendimento à Base Estratégica inferiram que as capitais com mais adequações foram Fortaleza e São Luís, enquanto a respeito do Índice de Atendimento à Base Programática demonstrou que juntamente com a última capital mencionada, Salvador foi o destaque. Sendo também, ambos, os municípios mais bem colocados, e, portanto, com o número maior de adequações no ranking final.

Palavras-chave: Plano Plurianual. Gestão pública. Nordeste do Brasil. Orçamento público



1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização e Formulação do Problema de Pesquisa

Em qualquer processo de gestão a primeira etapa a ser pensada é a do planejamento, pois é através dele que serão traçados estratégias e objetivos a serem alcançados. Nas entidades públicas o planejamento é uma determinação legal afim de aplicar recursos e executar políticas públicas demandadas pela sociedade ao menor custo possível, por meio de uma gestão fiscal responsável.

Arelado ao planejamento, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 165, §1º, fixa a hierarquia do ciclo orçamentário composto pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA), sendo o Poder Executivo responsável pela sua elaboração nas esferas da União, dos Estados e dos Municípios, cuja eficácia se dá com a aprovação dos respectivos parlamentos.

A Constituição Federal atribuiu ao PPA um papel central de organização de ação do Estado, uma vez que submete a elaboração dos demais

documentos de planejamento e orçamento as suas disposições. O PPA é o instrumento de maior relevância na estrutura de planejamento e deve servir de base para a elaboração da LDO e da LOA.

O PPA é definido como um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser realizado no período de um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte a posse, alcançando o primeiro exercício financeiro do próximo mandato.

O Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009 (complementar), apelidada de “Lei de Qualidade Fiscal”, estabelece normas para a elaboração do PPA. Foi aprovado pelo Senado Federal Brasileiro no dia 21 de junho de 2016 e, encaminhada para a Câmara dos Deputados Federais onde se encontra até a presente data.

O manual de elaboração dos Planos Plurianuais para os Municípios, conforme o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Vainer; Albuquerque; Garson, 2005), busca orientar os municípios brasileiros com a apresentação de elementos fundamentais que devem constar nos seus Planos Plurianuais.

Existem obstáculos que impedem aos municípios brasileiros de elaborar um modelo eficiente de planejamento criado pela Constituição Federal de 1988, principalmente pela ausência de uma Lei Complementar que controle o PPA. Diante dessas insuficiências existentes, a questão a ser respondida é: qual o nível (posição) de convergência de boas práticas na estruturação de Planos Plurianuais, legalmente aprovados para as capitais dos Estados da região Nordeste do Brasil, no período 2018 a 2021?

1.2. Objetivos e Justificativa da Pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo principal apresentar uma estrutura mínima de PPA, a partir das referências literárias existentes e normativos vigentes no Brasil e, em seguida, analisar o nível de concordância das capitais dos Estados da região Nordeste do Brasil à citada estrutura no ciclo orçamentário de 2018 a 2021.

A partir do objetivo geral da pesquisa, os estudos podem responder tópicos mais específicos como:

- a) Identificar os requisitos da base estratégica e programática predominantes nos PPA's aprovados para os Estados da região Nordeste nos períodos de 2018 a 2021.
- b) Montar um ranking dos PPA's das capitais no total de seus requisitos e bases convergidas com a estrutura sugerida.
- c) Comparar os dados obtidos da pesquisa atual com as informações acerca das capitais dos estados nordestinos disponíveis na pesquisa de Pereira (2017), verificando as modificações, aumento e reduções na qualidade das informações publicadas nos PPA's.

Este estudo se justifica por apresentar em uma estrutura mínima a ligação de requisitos nos Planos Plurianuais diante das propostas existentes no Projeto de Lei nº 229 de 2009, no manual para elaboração dos Planos Plurianuais dos Municípios, acrescidos de alguns autores e pesquisadores. A pesquisa se propõe a discutir um ponto de partida para a avaliação do PPA quando da sua elaboração/construção, este como ato legal e de agrupamento das estratégias e programas do governo municipal, com foco nas nos Estados do Nordeste do Brasil.

Dentre as contribuições está a ampliação da pesquisa realizada no trabalho de Pereira (2017), ao qual espera-se despertar profissionais, pesquisadores, agentes políticos e legisladores da área pública sobre a necessidade de empreender esforços no sentido de que o PPA não seja tratado apenas atender exigências legais, mas sim como uma ferramenta de planejamento estratégico, alinhada com a ciência administrativa e com grande potencial de contribuição à eficiência, eficácia e efetividade na gestão e execução das ações governamentais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Processo Orçamentário no Brasil e o Plano Plurianual

Quando a Constituição Federal de 1998, instituiu os municípios como membros da Federação, introduziu novos instrumentos legais para regulamentar o processo orçamentário

federal, inserindo três peças obrigatórias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (CAVALCANTE, 2007).

Giacomoni (2004) aponta que o país é inovador em relação ao planejamento público e indica que desde a criação da Lei nº 4.320/64 até a Constituição de 1988, o Brasil obteve benefícios na elaboração do seu processo orçamentário, sofrendo uma importante ampliação com a vigência da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Para Azevedo e Aquino (2016), com a vigência da LRF surgem definições e exigências que são necessárias para a elaborar o PPA e a LDO, o que amplia a necessidade de melhorar as metodologias de elaboração do plano estratégico (PPA) que se baseiam as demais peças, visto que em virtude da falta de regulamentação legal, os municípios brasileiros não adotaram inicialmente os instrumentos de planejamento da forma que deveriam.

A LRF controla os aspectos orçamentários desde a sua elaboração, através de ação planejada e transparente. Com isso os municípios foram obrigados a adaptar-se ao cumprimento de elaboração do PPA, como já faziam a União, os Estados e os grandes municípios. (COSTA, 2008)

Cavalcante (2007) destaca que o Plano Plurianual é considerado a principal ferramenta para a implementação do planejamento nas atividades governamentais de médio e longo prazo, possuindo um papel de coordenador das ações do governo federal.

2.2. O Plano Plurianual e sua regulamentação

Em 1988, a nova Constituição Federal instituiu o Plano Plurianual, determinando que esse plano contivesse os seguintes elementos:

Art. 165, §1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O dispositivo constitucional não apresenta de forma direta uma definição do que seja o Plano Plurianual. A definição, conceitos, organização, elaboração e execução deverão contar na lei geral das finanças públicas, ainda pendente de votação pelo Congresso Nacional. (SANTOS, 2015).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) publicou em 2001, a primeira edição do manual de elaboração dos Planos Plurianuais para os municípios, reeditado no ano de 2005, com o objetivo de orientar os municípios brasileiros na elaboração do PPA, para atender a Lei Complementar nº 101 de 2000, onde a União prestaria assistência técnica de cooperação financeira aos Municípios para a modernizar as respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária. Essa assistência consistiria em desenvolvimento de recursos humanos e transferência de tecnologia.

O manual do BNDES, segundo (Vainer; Albuquerque e Garson 2005), reúne sugestões de requisitos a serem observados no momento da elaboração do Plano Plurianual, tendo sido publicado simultâneo à vigência da LRF e apresenta um fundamento de sua elaboração a base das demais peças orçamentárias e de que os municípios brasileiros não têm uma prática usual de elaboração. Configurar suas estratégias no longo prazo faz parte das estratégias da União em assessorar os municípios na engrenagem conjunta das estratégias globais do governo.

Encontra-se em tramitação na Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 229/2009 denominado “Lei de Qualidade Fiscal”, aprovado pelo Senado Federal e que traz como proposta normas gerais sobre planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública; alteração da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e revogação da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. O Projeto de Lei nº 229/2009 define o que são os objetivos e metas a serem especificados no PPA, expõe textualmente a inclusão da terminologia de custos como parâmetros de medidas e desempenho para a Administração Pública (PL nº 229 de 2009, art. 11, § 2º) (BRASIL, 2009).

Nesta fase de tramitação do PL nº 229, o estabelecimento de requisitos mínimos à estrutura do PPA, permite retomar a discussão da teoria já tratada desde a edição do manual de elaboração dos PPA para os municípios (Vainer; Albuquerque; Garson, 2005) e elaborar um modelo para a construção da peça orçamentária por parte dos municípios. O trabalho poderá contribuir ao estabelecer os fatores que são indispensáveis na elaboração dos Planos Plurianuais.

2.3. Estrutura proposta do Plano Plurianual

Após análise do Projeto de Lei nº 229 de 2009, do manual de elaboração dos Planos Plurianuais (Vainer; Albuquerque; Garson, 2005), correlacionando com o trabalho de Pereira (2017) foi possível identificar alguns requisitos que devem constar nos Planos Plurianuais.

A observação dos requisitos apresentados deve ocorrer, por parte dos gestores, no momento da elaboração dos PPA's e constar na publicação da peça orçamentária. A apresentação define-se em duas bases estruturantes, são elas, a Base Estratégica e a Base dos Programas (Vainer; Albuquerque; Garson, 2005). Um Plano Plurianual apresenta-se dentro de uma estrutura padrão mínima e deve considerar os aspectos de atendimento social que o acolhe.

O Quadro 1 demonstra alguns requisitos que devem constar nos Planos Plurianuais. Vale ressaltar que o PPA deve ser constituído na sua Base Estratégica, apresentando-se de forma dissertativa e em sua Base Programática, com os denominados programas e suas respectivas ações, estes podem vir dentro de quadros, tabelas e/ou outras formas que o gestor considere pertinente para a sua compreensão (PEREIRA, 2017).

Quadro 1 – Itens destacados nas principais fontes referenciais da pesquisa

Manual de elaboração dos PPA's (Vainer; Albuquerque; Garson, 2005)		Projeto de Lei nº 229 de 2009
Base Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação situacional do município; • Participação popular; • Definição dos objetivos; • Definição de recursos disponíveis por órgãos/entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição das diretrizes para o período do plano, associada ao diagnóstico global da situação; • Demonstrativo, por região, explicitando para cada programa os critérios que nortearão a aplicação geográfica dos recursos; • Demonstração de como os objetivos se coadunam com os princípios fundamentais de gestão responsável do orçamento e fiscal; • Objetivos: os resultados que se pretende alcançar com a realização dos programas.
Base Programática	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento das ações por órgãos (novas e em andamento); • Definição dos programas por órgãos/entidades; • Unidades responsáveis pelos programas; • Consolidação dos programas na peça final. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrativo por programa, com seus descritores, objetivos e metas; • Metas: a quantificação física dos programas, expressas pela produção de bens e serviços.

Fonte: Adaptado de Pereira (2017).

2.4. Requisitos da base estruturante de estratégia e elaboração do Plano Plurianual

Conforme Quadro 1, a Base Estratégica, o PPA deve apresentar os seguintes requisitos, conforme o manual elaborado pelo BNDES (Vainer; Albuquerque; Garson, 2005), o PL nº 229 de 2009 e a literatura consultada.

Em relação aos requisitos para elaboração e apresentação dos programas previstos no PPA, a construção deve ser objetiva e fiel à realidade regional. De acordo com o manual BNDES (BNDES, 2005), o Projeto de Lei nº 229 de 2009 e os teóricos que discutem o Plano Plurianual. São os que seguem demonstrados no Quadro 2:

Quadro 2 – Itens dos requisitos da base de estrutura e elaboração

Requisitos da base de elaboração dos programas	Requisitos da base estruturante de estratégia
<ul style="list-style-type: none"> • As ações estão colocadas de modo que identifique seu objetivo finalístico ou de apoio administrativo. • As ações estão sequenciadas de modo ordenado por órgão/entidade. • Denominação da ação. • O produto/serviço de cada ação governamental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento do PPA ao Plano Diretor (Estatuto das Cidades, 2002) ou Documento de Estratégia Municipal Equivalente. • Apresentação do Processo de Avaliação e Retroalimentação do Plano Plurianual com as diretrizes estabelecidas.
<ul style="list-style-type: none"> • O propósito de cada programa e a evidência de seu objetivo. • Detalhamento dos resultados a alcançar (meta física). 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de parcerias para transformação dos nos programas a serem executados. • Participação social na elaboração, aprovação, execução e avaliação do PPA. • Limitações orçamentárias do município para a elaboração dos programas .
<ul style="list-style-type: none"> • O público-alvo é a esfera social que se pretende atender com os produtos/serviços do programa. • O início e previsão de término previstos para o programa. • O indicador do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes que compõem as ações a serem desenvolvidas pelas unidades administrativas municipais diante do/ dos problema(s) identificado (s) e alinhamento ao Plano de Governo.
<ul style="list-style-type: none"> • Os índices e sua apuração para servir de parâmetro na continuidade do programa ou quando da sua conclusão (temporário). 	<ul style="list-style-type: none"> • Dos objetivos claros e bem estabelecidos no PPA.
<ul style="list-style-type: none"> • Unidade responsável pela execução do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dos recursos necessários para a realização de programas por órgão/entidade. • Regionalização dos programas e objetivos traçados.
<ul style="list-style-type: none"> • Fonte(s) de extração do indicador e da apuração do índice utilizado (programas temporários e/ou continuados). • Forma de implementação das ações. • Especificação da ação em projeto (limitada no tempo) ou atividade (caráter continuado). • Informações complementares às ações. • Quantidade de apuração dos produtos/serviços para cada ano de realização do PPA. • O custo para realização total e unitária de cada produto a ser fornecido. • Fontes de recursos financeiros (se geradas pelo próprio ente ou de fontes externas). • Totalização do valor de cada programa. • Informações adicionais de cada programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano Plurianual como peça de planejamento municipal estratégico, a sua transparência e publicidade à sociedade.

Fonte: Adaptado de Pereira (2017).

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa é classificada como exploratória de caráter descritivo, pois, conforme afirma Gil (2002), tem como seu objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto à abordagem, este trabalho caracteriza-se como qualitativo e também quantitativo, pois conforme Minayo e Deslandes (2007), o conjunto de dados quali-quantitativo, não se opõem, mas pelo contrário: se complementam.

Através do método de análise documental, que segundo Gil (2002) trata-se de uma técnica que recorre a fontes mais diversificadas e primárias, apresentando como vantagens, documentos em fonte rica e estável de dados, foi realizada uma busca nos Portais da Transparência das capitais dos 9 (nove) Estados pertencentes à Região Nordeste com o objetivo de verificar a qualidade na publicação das leis de instituição do Plano Plurianual, no período compreendido entre 2018 – 2021. A capital do Rio Grande do Norte (Natal) foi eliminada da amostra, pois não havia publicado seu PPA até o período analisado, restando, portanto, 8 (oito) capitais.

A escolha dos estados do Nordeste é justificável, pois 3(três) das 10 (dez) maiores capitais brasileiras encon-

tram-se nesta região, no que diz respeito a quantidade populacional. Portanto, observa-se a necessidade da produção científica a respeito da mesma com o objetivo de gerar maior transparência.

Ressalta-se que essa metodologia foi aplicada anteriormente por Pereira (2017), onde foram coletados dados dos Planos Plurianuais de 24 capitais brasileiras no período entre 2010 – 2013 e 2014 – 2017, a partir de pontos apresentados no referencial teórico e de check-list com requisitos para analisar a base estratégica e programática. Portanto, os resultados da pesquisa realizada pelo autor serviram como fonte de comparação para a presente pesquisa.

Neste contexto, para a análise dos dados foram levados em consideração às técnicas e metodologias na elaboração do Plano Plurianual, visto que não existe uma norma que obrigue um modelo padrão a ser cumprido.

Tal como a pesquisa de Pereira (2017), a apuração foi feita pela escala de Likert o índice de atendimentos aos requisitos apresentados no Quadro 2, denominado de Índice de atendimento do Plano Plurianual aos requisitos de boas práticas de orçamento. Para cada requisito atendido foi atribuído peso de 0 a 4 conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Pontuação – Escala de Likert

Pontuação	Conceito
0	• Não apresenta os requisitos e nem detalhamento
1	• Apresenta os requisitos parcial sem detalhamento
2	• Apresenta os requisitos parcial e com detalhamento parcial
3	• Apresenta os requisitos integralmente e detalhamento parcial
4	• Apresenta os requisitos integralmente e detalhamento integral

Fonte: Adaptado de Pereira (2017).

Desta forma, o índice desejado para cada Base e Total do PPA tem seu valor máximo em 1. A pesquisa tratou os índices encontrados até a 4ª casa decimal, isto, por considerar que os índices sociais econômicos estão assim organizados.

Em relação ao Índice de Atendimento do PPA à Base Estratégica está constituído da análise de 10 (dez) requisitos elencados conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Requisitos da base estratégica

Base Estratégica	Pontuação Máxima
1.1. PPA, Problema identificado e documento municipal de diretrizes estratégicas no longo prazo.	4
1.2. PPA e processo de gestão e avaliação do plano.	4
1.3. O PPA e parcerias.	4
1.4. PPA e participação social.	4
1.5. PPA e condicionantes orçamentários.	4
1.6. PPA, diretrizes e plano de governo.	4
1.7. PPA e objetivos estabelecidos.	4
1.8. PPA e os recursos.	4
1.9. PPA e a regionalização de ações	4
1.10. PPA e o acesso à informação	4
Total de Pontuação obtida	40 pontos

Fonte: Elaborado por Pereira (2017).

Se tratando do Índice de Atendimento do PPA à Base Programática está constituído da análise de 20 (vinte) requisitos, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 – Requisitos da base programática

Base Programática	Pontuação Máxima
2.1. Ações: objetivo finalístico ou de apoio administrativo.	4
2.2. Ações: órgão/entidade.	4
2.3. Ações: estão denominadas e seu texto expressa seu objetivo.	4
2.4. Ações: produtos/serviços de cada ação.	4
2.5. Programas: propósito/objetivo.	4
2.6. Ações: resultados a alcançar (META FÍSICA).	4
2.7. Programas: o público-alvo.	4
2.8. Programas: o início e o término previstos.	4
2.9. Programas: o indicador associado ao objetivo.	4
2.10. Programa: índices parâmetro e desejáveis ao final do programa.	4
2.11. Unidade responsável pelo programa.	4
2.12. Programa: fonte de extração do indicador e da apuração do índice utilizado.	4
2.13. Ações: forma de implementação das ações.	4
2.14. Ações: classificação projeto ou atividade (caráter continuado).	4
2.15. Ações: informações adicionais.	4
2.16. Programa e ações: quantidade de apuração por exercício.	4
2.17. Programas e ações: custo para realização total e unitária de cada produto/serviço a ser fornecido.	4
2.18. Programas e ações: fontes de recursos financeiros (próprias, transferências).	4
2.19. Programa: totalizado em valores financeiros.	4
2.20. Programa: informações adicionais	4
Pontuação obtida	80 pontos

Fonte: Elaborado por Pereira (2017).

$$IEPPA = \frac{PO_{BE}}{40}$$

Onde:

• IEPPA

Índice de atendimento do PPA à Base Estratégica

• POBE

Pontuação Numérica Obtida da Base Estratégica

$$IEPPA = \frac{PO_{BP}}{80}$$

Onde:

• IEPPA

Índice de atendimento do PPA à Base Programática

• POBP

Pontuação Numérica Obtida da Base Programática

Por fim, para identificação do IPPA tem-se a seguinte fórmula e com computação total de acordo com o Quadro 6:

$$ITPPA = \frac{(POBE) + (POBP)}{120}$$

Onde:

ITPPA = Índice de Atendimento Total aos requisitos do PPA

POBE = Pontuação Numérica Obtida da Base Estratégica

POBP = Pontuação Numérica Obtida da Base Programática

Quadro 6 – Pontuação total e índice total

10 requisitos (Base Estratégica) 10×4 (pontuação máxima) = **40 pontos**

20 requisitos (Base Programática) 20×4 (pontuação máxima) = **80 pontos**

30 requisitos (Plano Plurianual) 30×4 (pontuação máxima) = **120 pontos**

Fonte: Elaborado por Pereira (2017).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Índice de Atendimento do PPA à Base Estratégica

O presente estudo objetiva verificar uma estrutura mínima de PPA, a partir das referências literárias existentes e normativas vigentes no Brasil e, em seguida, analisar o nível de concordância das capitais dos Estados da região Nordeste do Brasil à citada estrutura no ciclo orçamentário de 2018 a 2021.

A capital do estado do Rio Grande do Norte não participou desta amostra, pois não foram

encontrados, até a data da busca nos Portais das Transparências Municipais, a publicação do documento relativo ao PPA 2018-2021.

Portanto, através da apuração realizada considerando uma escala de Likert, onde as maiores quantidades possíveis de itens apresentados nos Quadros quatro e cinco deveriam estar presente nos PPA's analisados, foi distribuída no quadro abaixo um ranking das capitais em relação ao atendimento dos PPA's a aos requisitos mínimos do Índice de Atendimento do PPA à Base Estratégica, conforme o Quadro 7:

Quadro 7 – Total da base estratégica

Capitais	Estado	Total	IEPPA	Ranking
Fortaleza	CE	37	0,9250	1°
São Luís	MA	36	0,9000	2°
Recife	PE	29	0,7250	3°
Maceió	AL	28	0,7000	4°
Teresina	PI	27	0,6750	5°
Salvador	BA	26	0,6500	6°
Aracaju	SE	15	0,3750	7°
João Pessoa	PB	9	0,2250	8°

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Cabe observar que as capitais dos estados do Ceará, Maranhão e Pernambuco obtiveram uma proximidade alta em relação ao total 40 (quarenta) de itens que deveriam estar contidos na base estratégica. No entanto, o município de João Pessoa, apresentou um índice muito abaixo do esperado, ocupando a última posição no *ranking*.

Quanto aos índices, o maior observado foi em Fortaleza com 0,9250 e São Luís com 0,9000 e o menor, em João Pessoa, com apenas 0,2250. Ambos inferiores, aos índices encontrados nas capitais da pesquisa de Pereira (2017) que foram de 0,9500 nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo e Aracaju com 0,3000 no ciclo II (2014-2017).

No entanto, se comparado o ciclo I (2010-2013) da pesquisa de Pereira (2017), os resultados atuais possuem índices similares de atendimento ao PPA em relação à base estratégica. Na pesquisa comparada, Belo Horizonte e São Paulo também ocupavam a primeira colocação, em um total de

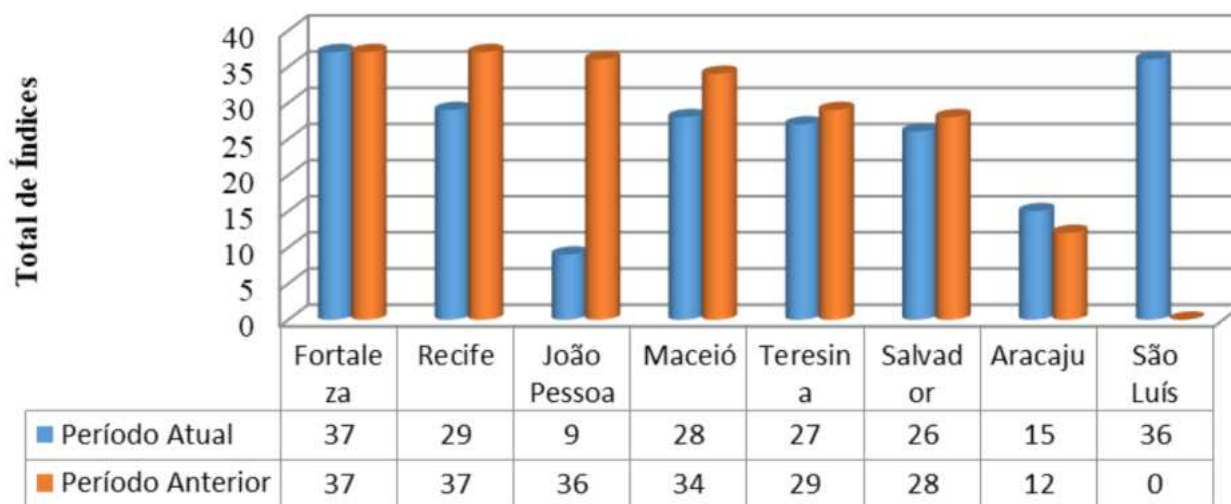
37 informações com um IEPPA de 0,9250.

Contudo, o menor índice deste ciclo (referente à pesquisa passada), pertencente à cidade de Campo Grande, possuía apenas 6 informações, com 0,1500 de IEPPA. Enquanto que a menor capital nordestina deste intervalo (Teresina) apresentou apenas 9 informações, o que infere um total de 0,2250, igual ao último colocado do presente trabalho.

A capital do Ceará, primeira colocada no *ranking* da pesquisa atual, inclusive, aumentou seu índice de divulgação dessas informações discutidas em relação ao I ciclo da pesquisa de Pereira (2017).

Ainda em comparação com a pesquisa realizada por este autor, recortando apenas as capitais nordestinas do último ciclo (2014-2017) utilizadas, podemos observar, através do Gráfico 1, algumas atualizações nos PPA's.

Gráfico 1: Pesquisa Atual x Pesquisa Anterior



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Observa-se que, todos os municípios da amostra, exceto Fortaleza e Aracaju, em relação à pesquisa de Pereira (2017), diminuíram a quantidade de informações em relação à Base Estratégica apresentadas nos documentos analisados. Contudo, em relação ao ranking, considerando no Ciclo I (2010-2013) e no Ciclo II (2014-2017) de Pereira (2017), apenas as capitais nordestinas,

nota-se que não houve modificações na posição em que ocupavam os municípios de Fortaleza, Recife, Maceió, Teresina, Salvador e Aracaju, ocupando o primeiro ao sexto lugar, respectivamente; ainda que tenham diminuído a quantidade de informações divulgadas. Ressalta-se que a capital da Paraíba não integrava a amostra da pesquisa de Pereira (2017).

4.2. Índice de Atendimento do PPA à Base Programática

Pereira (2017) infere que é na Base Programática que o gestor apresenta seu plano de materialização das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do município. O autor complementa inferindo que, portanto, esta

base deve ser alinhada com os objetivos econômicos, gestão municipal, e os ciclos orçamentários do PPA.

Considerando tal afirmativa, o Quadro 8 mostra a situação de atendimento das capitais do Nordeste do período de 2018-2021.

Quadro 8 – Total da base programática

Capitais	Estado	Total	IP _{PPA}	Ranking
São Luís	MA	59	0,7375	1°
Salvador	BA	58	0,7250	2°
Fortaleza	CE	57	0,7125	3°
Teresina	PI	55	0,6875	4°
Aracaju	SE	52	0,6500	5°
Recife	PE	47	0,5875	6°
João Pessoa	PB	41	0,5125	7°
Maceió	AL	27	0,3375	8°

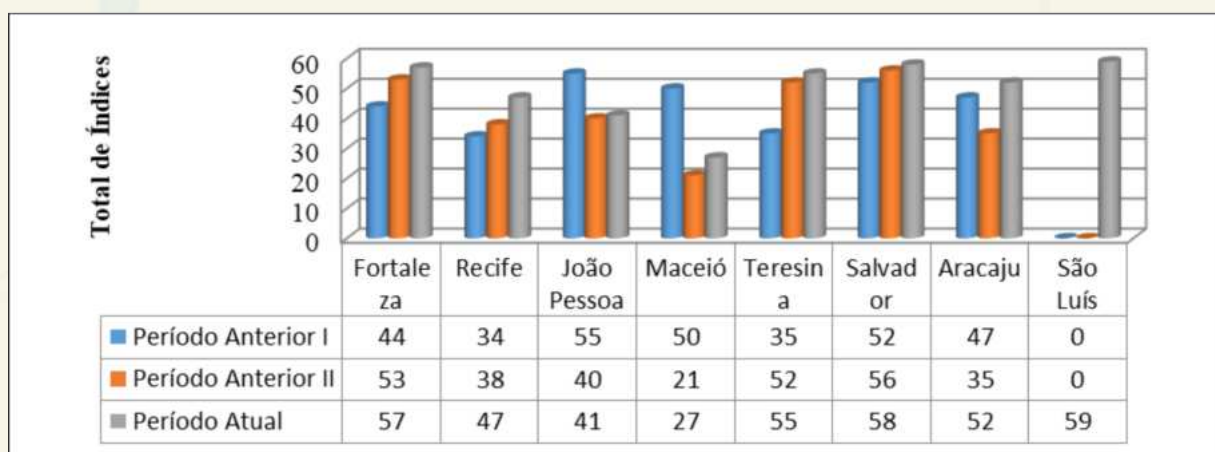
Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Comparado ao Quadro 7, nota-se que nenhuma capital alcançou nem mesmo 75% de informações divulgadas. Neste contexto, percebe-se que São Luís, Salvador e Fortaleza foram às cidades com mais proximidades em relação ao total de itens 80 (oitenta) que deveriam estar inseridos nos PPA's, ocupando a primeira, segunda e terceira colocação do ranking com um IPPPA de 0,7375; 0,7250 e 0,7125; respectivamente. Considerando o exposto, infere-se ainda, através dos dados que

Maceió (AL) que ocupa a última posição do ranking foi a capital com menor número de informações divulgadas.

Essas características podem ser comparadas com os dois ciclos da pesquisa de Pereira (2017), considerando apenas os dados das capitais nordestinas. Portanto, o Gráfico 2 demonstra a visão geral da variação do número de atendimentos as referências do Quadro 5 em comparação com a pesquisa antecedente.

Gráfico 2: Comparações entre ciclos



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

De acordo com o Gráfico 2, as capitais do Ceará (Fortaleza), do Estado do Pernambuco (Recife), do Piauí (Teresina) e da Bahia (Salvador) foram se adequando no decorrer dos três períodos, aumentando a quantidade de requisitos apresentados nos seus PPA's. Outra observação relevante é que se comparado o período atual, correspondente aos dados desta pesquisa com o período anterior, indicado pelo ciclo II da pesquisa anterior, observa-se que todas as capitais dos esta-

dos do Nordeste melhoraram sua adequação as exigências.

4.3. Índice de Atendimento Geral

A partir da disponibilidade dos dados é possível alcançar as características mencionadas à posição das capitais em relação à base total do Plano Plurianual (ITPPA). Portanto, o Quadro 9 pretende demonstrar a posição final das capitais dos estados integrantes da região nordestina do Brasil.

Quadro 9 – Situação final - ITPPA

Capitais	Estado	Total	IPPPA	Ranking
São Luís	MA	95	0,7917	1º
Fortaleza	CE	94	0,7833	2º
Salvador	BA	84	0,7000	3º
Teresina	PI	81	0,6833	4º
Recife	PE	76	0,6333	5º
Aracaju	SE	67	0,5583	6º
Maceió	AL	55	0,4583	7º
João Pessoa	PB	50	0,4167	8º

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

No ranking final a cidade de São Luís do Maranhão ocupou a melhor posição quanto à adequação das disposições informacionais de seu Plano Plurianual, com um ITPPA de 0,7917. O município de Fortaleza manteve-se entre as primeiras colocações do ranking. As capitais: Maceió e João Pessoa não alcançaram nem mesmo 50% do total de referências esperadas. Sendo, portanto o penúltimo e último da lista final.

Conforme o Quadro 10, correspondente ao período de 2014-2017, Fortaleza foi o município nordestino mais bem colocado com 90 informações divulgadas, seguidas por Salvador e Teresina, que curiosamente, possuíram a mesma quantidade de informações em comparação a pesquisa passada. Contudo, ocorreu que no PPA de João Pessoa houve uma redução considerável de quase 33% na qualidade das informações parametrizadas com a metodologia da pesquisa.

Quadro 10 – Comparação atendimento geral pesquisa Atual x pesquisa Anterior

Capitais	Estado	Total 2010-2013	Total 2014-2017	Total 2018-2021
São Luís	MA	0	0	95
Fortaleza	CE	78	90	94
Salvador	BA	72	84	84
Teresina	PI	44	81	81
Recife	PE	65	74	76
Aracaju	SE	61	47	67
Maceió	AL	78	55	55
João Pessoa	PB	65	76	50

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

As capitais Recife e Aracaju, no geral, se adequaram melhor as políticas dos Quadros 4 e 5 em comparação ao último estágio da pesquisa anterior. Em termos percentuais, a última capital mencionada, inclusive, superou o aspecto da pesquisa de Pereira (2017) em quase 30%.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo identificar os requisitos da base estratégica e programática predominantes nos Planos Plurianuais (PPA's) aprovados para os Estados da região Nordeste no período de 2018 a 2021 e comparar os dados obtidos com as informações acerca das capitais dos estados nordestinos disponíveis na pesquisa de Pereira (2017), verificando as modificações, aumento e reduções na qualidade das informações publicadas nos PPA's.

Foram reunidos um total de 30 (trinta) requisitos que são de grande importância para a elaboração do Plano Plurianual a partir de consultas ao manual de elaboração e referências literárias, tais requisitos foram divididos em duas bases: dez para a base estratégica e 20 para a base programática. Essas duas bases são fundamentais para a elaboração de um Plano Plurianual.

Dos resultados apresentados para a base estratégica pode-se perceber que as capitais com os índices maiores de atendimento foram Fortaleza e São Luís e em último lugar João Pessoa. Todos os municípios da amostra, exceto Fortaleza e Aracaju, em relação à pesquisa anterior, diminuíram a quantidade de informações em relação à Base Estratégica apresentadas nos documentos analisados.

Em relação a base programática tem-se São Luís, Salvador e Fortaleza como as cidades com mais proximidades em relação ao total de itens listados. Na última posição ficou Macaé que teve o menor número de informações divulgadas. De acordo com o comparativo a pesquisa anterior, as capitais do Ceará (Fortaleza), Pernambuco (Recife), Piauí (Teresina) e Bahia (Salvador) foram se adequando no decorrer dos três períodos, aumentando a quantidade de requisitos apresentados nos seus PPAs.

Em relação à base total do Plano Plurianual, é possível alcançar as características mencionadas à posição das capitais quanto à adequação das disposições informacionais de seu Plano Plurianual. Nesse ranking a cidade de São Luís do Maranhão ocupou a primeira posição, já João Pessoa ocupou o último lugar. Já na pesquisa anterior, Fortaleza ocupou o primeiro lugar e João Pessoa último, porém na pesquisa atual teve uma queda na divulgação de suas informações.

Conforme mencionado por Pereira (2017), essa pesquisa pode servir como um ponto de partida para se investigar e para analisar outras particularidades existentes na elaboração de um Plano Plurianual (PPA).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. São Paulo: Atlas, 2012.

AZEVEDO, R. R.; AQUINO, A. C. B. O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 10, n. 26, p. 6376, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/1994. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 29. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 4 maio 2000. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 27/07/2018.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 07/08/2018.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 229, de

2009. Lei da Qualidade Fiscal. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/91341>>. Acesso em: 31/07/2018.

CAVALCANTE, P. L. O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento do Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 58, n. 2, p. 129-150, abr./jun. 2007.

COSTA, J. F. Reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros. In: Congresso Conselho Federal de Contabilidade, 18., 2008, Belém (PA). Disponível em: <http://http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/334>. Acesso em: 31/07/2018.

GIACOMONI, James. Bases normativas do plano plurianual: análise das limitações decorrentes da ausência de lei complementar. Revista de Administração Pública, v. 38, n. 1, p.79-91, 2004.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. Revista do Serviço Público (RSP), Brasília, v. 41, n. 2, p. 171-187, abr./jun. 2010.

PEREIRA, Daniel de Jesus. Planos plurianuais e sua estrutura: um estudo das capitais brasileiras e os requisitos identificados em sua base estratégica e programática. Dissertação. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCEPE. Vitória, ES, 2017.

QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade Pública: de acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Rita de Cássia. Plano plurianual e orçamento público. Rev. Ampl. Florianópolis. 3. ed. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARRISON, Sol. Manual de elaboração do PPA: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios. 2. ed. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social, 2005.



Ações e impactos da lei 8.313/91 no desenvolvimento econômico e social do município de feira de santana: doações a projetos culturais e deduções do imposto de renda

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar os motivos que impulsionam as empresas incentivadoras do município de Feira de Santana a direcionarem parte dos seus impostos para doações a projetos culturais, conforme a Lei 8.313/91. Assim, essa pesquisa se classifica como descritiva, com caráter qualitativo e quantitativo. Ademais serão utilizados procedimentos bibliográficos, especificamente artigos, cujos temas se referem à Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais. Para a coleta de dados foram aplicados questionários a seis empresas doadoras. Obteve-se, na análise dos resultados, que a principal razão para as doações é a redução da carga tributária de maneira simples e legalizada, seguido da possibilidade de obter retorno publicitário e garantir uma estratégia de gestão corporativa, ao obter o reconhecimento da função social da empresa. Identificou-se que a maior parte dos respondentes reconhece a importância do contador no decorrer dos projetos, desde o incentivo à doação até o efetivo fim da declaração do imposto de renda, bem como sabem a importância dos incentivos fiscais aplicados à cultura, tanto no ambiente externo ao se posicionar para os clientes e sociedade em geral, como no ambiente interno, mostrando aos seus funcionários que possuem uma gestão corporativa socialmente responsável. Com a realização desta pesquisa foi possível delimitar, conceitualmente, o impacto que essas doações possuem na sociedade, pois, a cultura de um país pode ser usada para incentivar o desenvolvimento econômico justo e sustentável, além de ser estratégicas na promoção de inclusão social, trabalho, emprego e renda.

Palavras-chave: Lei Rouanet. Incentivos Fiscais. Imposto de Renda.



1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico de uma região depende de diversos fatores, sobretudo, da qualificação profissional, especialização dos setores de atividades econômicas e dos quesitos: política, gestão e economia.

Para os municípios, sobretudo os situados nas regiões não metropolitanas, o alinhamento

desses fatores é ainda mais circunstancial, pois, devido à quantidade populacional, atrelada à pouca especialização e questões geográficas e sociais, a demanda de mercado e oferta de trabalho se torna menos abundante.

Elucidando o contexto, têm-se como alvo para o presente trabalho, a cidade de Feira de Santana,

município do interior baiano, que possui uma localização teoricamente próxima à capital, Salvador, aproximadamente 110 km, e uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), de 609.913 habitantes.

O município também possui uma posição geográfica privilegiada, polo industrial com grandes empresas, comércio ávido e características culturais marcantes. Conforme Morais (2014), nas transformações ocorridas entre as décadas de 50 e 80, tanto no âmbito desenvolvimentista quanto cultural, a cidade passou a contar com companhias de teatros, cinemas, museus e associações artísticas.

Atualmente, Feira de Santana conta com três centros de cultura públicos: o Centro de Cultura Amélio Amorim, o Centro Universitário de Cultura e Arte e o Centro de Cultura Maestro Miro, que fornecem cursos de formação artística e projetos em longo prazo para resgate e valorização de práticas e expressões culturais. Para tanto, com o objetivo de incentivar as atividades culturais, foi criada, em 1991, a Lei nº 8.313, conhecida popularmente como Lei Rouanet (em homenagem a Sérgio Paulo Rouanet, criador e secretário de cultura daquele determinado período).

No seu artigo 18, a Lei Nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece que, para incentivar as atividades culturais, a União faculta às pessoas (físicas e jurídicas), a opção pela destinação de parte das parcelas de Imposto de Renda, a atividades e projetos culturais, a título de doações e patrocínios, sendo permitida, pela Lei, a dedução legal no Imposto de Renda, desde que tais projetos sejam elencados e aprovados pelo Ministério da Cultura.

Segundo as normativas do Ministério da Cultura, qualquer pessoa física pode doar até 6% do valor devido ao IR, enquanto para pessoas jurídicas o valor é de até 4%. O órgão infere que, em 2017, por exemplo, os projetos conseguiram arrecadar R\$ 1,156 bilhões.

Diante do exposto, essa pesquisa se limita a analisar as ações e os impactos da Lei 8.313/91 e os recursos provenientes da dedução do imposto

de renda destinados a projetos culturais no desenvolvimento econômico e social do município de Feira de Santana.

Tem-se como questionamento base investigar quais os motivos que impulsionam as empresas incentivadoras do município de Feira de Santana a direcionarem parte dos seus impostos devidos em doações a projetos culturais conforme a Lei 8.313/91.

O Objetivo geral investiga os motivos que impulsionam as empresas incentivadoras do município de Feira de Santana a direcionarem parte dos seus impostos devidos em doações a projetos culturais conforme a Lei 8.313/91.

As questões específicas se baseiam em analisar as políticas atuais de desenvolvimento sociocultural do município de Feira de Santana; os benefícios socioeconômicos dos incentivos fiscais para o município em longo prazo; o impacto socioeconômico para os doadores, além de evidenciar a importância do contador na transparência dos projetos e propor ações destinadas à divulgação do uso dessa lei junto a doadores.

Acredita-se na relevância deste tema, pois, para Pinheiro (2018), os incentivos fiscais e a dedução do imposto de renda impulsionam o desenvolvimento social ao proporcionarem a facilidade de acesso à cultura e à diversidade.

Além disso, fomenta-se a economia, pois, ao se estimular o segmento cultural, geram-se mais empregos e renda, ao profissionalizar os agentes que nele atuam. Empresas do setor cultural e incentivo às festas populares têm enorme potencial para gerar postos de trabalhos diretos e indiretos. Conforme o Ministério da Cultura (2009), no Brasil, em 2009, 320 mil empresas trabalhavam com produção cultural (quase 6% do total de empresas no país), que geravam cerca de 3,7 milhões de postos de trabalho (8,5% do total).

Ademais, como a contabilidade está atrelada intimamente ao estudo do Imposto de Renda e aos seus incentivos fiscais, este trabalho também se justifica na tentativa de elucidar a

motivação dessas empresas ao realizarem essas doações, além de fomentar o estímulo às doações ao trazer novos dados e perspectivas para o assunto, sob a ótica do Município de Feira de Santana, demonstrando que a contabilidade tem papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural.

Desse modo, Schwartz (2004) ressalta, ainda, que a contabilidade é vista como uma ciência social, que sempre esteve vinculada, inclusive, à história da civilização, sendo, dessa forma, impossível dissociar a prática contábil dos interesses da sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Histórico dos Incentivos Fiscais no Brasil

Consoante Sarreta (2016), o direito de acesso à cultura deve ser entendido como um direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal e fundamental para a construção dos indivíduos. Para se valer dos incentivos fiscais federais, cujas deduções são feitas a partir do Imposto de Renda, as empresas precisam ser, necessariamente, tributadas com base no lucro real. Para utilizar uma lei federal, como a Rouanet ou a do Esporte, é necessária a retirada de uma certidão negativa de débito junto à Receita Federal, com o objetivo de comprovar que a doadora está em dia com o Fisco.

Rego (2018) ressalta que a renúncia fiscal via Lei Rouanet responde por grande parte dos investimentos do Ministério da Cultura. Em 2017, o Brasil deixou de recolher 1,18 bilhão de reais em impostos para investir em projetos culturais, por renúncias fiscais. Em 1993, quando foi aprovada, o valor captado foi de 21,2 mil reais. Em 2003, chegou a 430,8 milhões de reais. Em 2013, foi de 1,26 bilhão de reais.

De acordo com Hemsí (2016), dentre as áreas abrangidas pelos incentivos fiscais estão a cultura, a educação, o esporte ou a saúde. As instituições interessadas em captar recursos costumam procurar as empresas e oferecer seus projetos para que sejam incentivados. As pessoas jurídicas investidoras também podem e devem procurá-las, pelos portais de transparência específicos para a lei destinada.

O investidor passará, então, a analisar as características do projeto, tais como a quantia de recursos necessários, o local onde será realizado, o público beneficiado e a previsão de início.

Os projetos geralmente têm um ano para captarem e, caso não consigam o valor mínimo para começar, podem renovar esse pedido por mais um ano, dependendo da lei. O investidor tem a opção de escolher mais de um projeto pela mesma lei ou, também, por leis distintas, desde que tenha valor suficiente de imposto para ser abatido e/ou que esteja disposto, eventualmente, a complementar com recursos do seu caixa, se necessário for.

É recomendável que o investidor faça um contrato com a entidade ou o produtor responsável, no qual estejam estipuladas as partes, seus responsáveis legais e dados pessoais básicos, o período de execução, o tipo do benefício a ser oferecido (se doação ou se patrocínio) e as exatas contrapartidas que serão geradas para a pessoa jurídica.

Após essa etapa, a empresa pode efetuar o depósito na conta bancária do projeto, aberta, normalmente, em banco público, como Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil. Efetuado o pagamento, a companhia investidora deve solicitar ao representante do projeto um recibo assinado, que contenha a descrição da quantia doada e a sua finalidade.

Gomes e Mengden (2013) ressaltam que, de posse do recibo comprovante da doação, o doador deverá guardá-lo para fins de registro das informações necessárias no preenchimento da sua DIRPF (Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física), se pessoa física, ou DIPJ (Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica), no caso de pessoa jurídica, bem como conservá-lo por um determinado período, por medida de segurança, caso seja necessário apresentá-lo à Receita Federal do Brasil.

Em cada projeto aprovado, diversas empresas são beneficiadas direta e indiretamente em cada cidade - redes hoteleiras, empresas de segurança, serviços de limpeza, empresas alimentícias, serviços de ornamentação, publicidade e suporte técnico, dentre outras atividades. Se-

gundo Filho (2014), é necessária a criatividade, no sentido de mediar a aproximação entre os patrocinadores e os produtores, sobretudo nas regiões onde há potencial inexplorado.

2.2. Lei Rouanet: Críticas, Avanços e Desafios

De acordo com Fialho (2016), a Lei Rouanet é o principal instrumento legal de fomento ao setor cultural vigente no país. A lei estabeleceu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional, dentre outras funções.

No seu art. 2º, o PRONAC se divide em: I - Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e Incentivo a projetos culturais. No módulo de Incentivos Fiscais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do IR, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por PF ou por PJ de natureza cultural.

No artigo 18, § 3º, da referida Lei, explica-se que as doações e os patrocínios na produção cultu-

ral, a que se refere o § 1º, atenderão, exclusivamente, os segmentos das artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; exposições de artes visuais, doações de acervos para bibliotecas públicas e museus, produção de obras cinematográficas, preservação de patrimônio material e imaterial, dentre outros setores.

Conforme Chagas (2015), o patrocínio é a transferência definitiva e irreversível de dinheiro ou serviços ou a utilização de bens móveis ou imóveis desse, sem a transferência de domínio. O patrocinador se beneficia de estratégias de comunicação, assinando o patrocínio com a sua marca e inserindo a sua imagem associada ao projeto selecionado.

Ressalta-se que a doação, por sua vez, é a transferência definitiva e irreversível de dinheiro ou bens. Nesse caso, o investidor não pode se utilizar de publicidade nem exigir gratuitamente parte do produto cultural (como ingressos gratuitos).

Coelho (2012) dispõe que, na captação de recursos, poderão ser financiados pelos Incentivos Fiscais, apenas 80% de todo o projeto, ficando os 20% restantes a cargo do proponente, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – A porcentagem máxima a ser obtida se baseia no tipo de doador para a obtenção de recursos

Doadores	Doações	Patrocínios
Pessoas Físicas	80%	60%
Pessoas Jurídicas (Lucro Real)	40%	30%

Fonte: Cartilha de Uso de Incentivos Fiscais da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (2016)

Apesar de ser alvo de muitas críticas, a Lei Rouanet já beneficiou artistas de renome e grandes e rentáveis atrações culturais, como musicais de origem estrangeira, bem como beneficia espaços culturais privados ou fundações.

Consoante com isso, Oliveira e Fernandes (2017) citam que os pequenos produtores culturais enfrentam grande dificuldade em cap-

tar recursos para projetos, sem aparição em massa ou fins mercadológicos. Para Sá-Earp e Estrella (2016), a principal crítica é a atual concentração de recursos e doações centradas no Sul e Sudeste.

Além disso, essa lei é constantemente vítima de fraudes. Em 2017, a procuradoria acusou 32 incentivadores e proponentes. O Grupo Belli-

ni, principal alvo da ação, teve os seus executivos acusados pelos crimes de organização criminosa, estelionato contra a União e falsidade ideológica. Segundo a denúncia, o grupo forjava execução de projetos culturais, utilizava notas fiscais e recibos com valores superfaturados ou contendo a descrição de serviços que não foram prestados (ESTADÃO, 2017).

Dentre as mudanças estabelecidas nos últimos anos para combater a corrupção, está a transferência dos processos em 100% para a plataforma online - todos podem ser fiscalizadores. Além de simplificar as regras, reduzindo o número de artigos, e aperfeiçoar a gestão da Lei, o MINC reforçou a fiscalização e a análise das prestações de contas. Conforme Bier e Cavalheiro (2015), nessa seara, o Estado é cada vez mais exigido pela sociedade em relação à transparência e à qualidade dos destinos de aplicação dos recursos públicos.

2.3. Imposto de renda

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), ao preencher a declaração, as doações devem ser informadas na ficha “pagamentos e doações efetuados”, com valores e CNPJ dos beneficiários. Ao final da declaração, o programa calcula, automaticamente, o imposto devido e mostra o “desconto” dos valores doados.

Existem três formas básicas de a empresa com apuração pelo lucro real deduzir o investimento com uso de mecanismo de incentivo fiscal federal. De acordo com a cartilha sobre uso de Incentivos Fiscais (2015), podem ser: como despesa operacional (nesse caso, ao deduzir como despesa, reduz-se o lucro; por dedução diretamente do valor do IR devido pela pessoa jurídica ou por uma junção das duas formas anteriores).

As pessoas jurídicas devem informar sobre o incentivo dado, durante o seu período de apuração do imposto, de acordo com o período escolhido pela empresa, que pode ser mensal (por estimativa), trimestral ou anual. O dado deve constar na ficha “Cálculo do Imposto de Renda - PJ em Geral”, em “Deduções”, e na ficha “Informações Gerais”.

O valor a que a empresa tem direito de resgatar do incentivo fiscal deve ser descontado do imposto no mesmo ano-base em que ela o aplica no projeto escolhido. Sendo assim, se uma doação for feita em 2013, deverá constar no ano-base 2013.

No caso de apuração mensal do imposto, o valor dado a um projeto num mês pode ser descontado na mesma competência, o abatimento, no entanto, ocorre no mês subsequente ao depósito no projeto, no ato do recolhimento do tributo pela pessoa jurídica.

Portanto, se uma empresa investir no mês de outubro, ela descontará do seu imposto de outubro, o qual será recolhido por ela em novembro. Na apuração trimestral é preciso fazer o resgate na competência do investimento. Caso a empresa realize o procedimento e não desconte o imposto no período, não poderá usá-lo nos outros trimestres subsequentes.

2.4. Benefícios nas Doações

Em um ambiente competitivo, as empresas buscam formas céleres de se destacar e repassar uma imagem transparente aos seus clientes, funcionários e à comunidade em geral. Para Raseth (2017), a sociedade tem continuamente observado as questões de responsabilidade social e os clientes dão cada vez mais importância a esse tema ao escolher os seus parceiros.

Além disso, as empresas podem receber uma série de contrapartidas ao investir em um projeto, de acordo com o tipo de lei de incentivo escolhida. Uma delas é a possibilidade de receber ingressos de espetáculos ou shows, que podem ser destinados aos seus funcionários.

Outra maneira é usar a logomarca da instituição nos materiais institucionais do projeto. Além disso, existem ONGs que ofertam a possibilidade de obtenção de Selos, que variam de nível de acordo com o valor doador. Os selos demonstram que a organização é socialmente responsável e faz a diferença na comunidade em que ela está inserida.

Em projetos como exposições científicas, nem sempre a marca é plenamente divulgada ou identificada pelo público. Todavia, ocorre um

ganho pela oportunidade de aproximação, diálogo e envolvimento com pessoas de diferentes perfis. Segundo Rodrigues (2017), o lucro se expressa no patrocínio cultural e nas estratégias de marketing, fortalecendo a marca, para conquistar novos consumidores e ampliar a participação no mercado.

2.5. A cultura como geradora de renda em Feira de Santana

Segundo o documento do Plano Municipal de Cultura (2014), Feira de Santana possui 03 centros culturais, 04 museus, 05 teatros, 07 bibliotecas, 01 arquivo público, 01 parque, 01 Mercado de Artes, 2 cinemas e algumas praças com estrutura fixa de palco e camarim. A Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL) foi criada em 1995, pela Lei nº 1802, com a finalidade de exercer, orientar e coordenar as atividades pedagógicas.

No ano de 2005, pela Lei nº 2592, foi criada a Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa (FUNITEC), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, com o objetivo de torná-lo um ente de planejamento, execução, cooperação e avaliação das atividades culturais no âmbito da Administração Municipal.

A composição do orçamento da cultura no município se dá pela destinação de 80% da verba para a Diretoria de Eventos (SECEL), para o apoio à realização de eventos culturais

de grande vulto, tais como: Micareta e Festes Juninos. Para a FUNTITEC são destinados os demais 20% do orçamento para: dar manutenção às unidades culturais existentes - Teatros, Museus, Bibliotecas, parques e pequenos eventos esporádicos.

Além dos recursos próprios do município, a área da cultura também capta recursos via edital, parcerias entre demais órgãos, repasses governamentais e rede privada. Foi possível captar por coparticipações o valor de R\$ 880.856,00 entre 2013 e 2014. Os maiores destinadores de recursos são citados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Principais fundos de captação de recursos externos do Município de Feira de Santana

Fundo de Captação	Procedência
CUCA (Centro Universitário de Cultura e Arte)	Estadual
PROEX (Pró-reitoria de Extensão) da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana)	Estadual
Lei de incentivo à cultura da SECULT-BA (O investidor recebe desconto no ICMS)	Privado/Estadual
Fundação ARCELORMITTAL	Privado
Belgo Bekaert Arames	Privado
Lei Rouanet	Privado/Estadual
Fundo de Participação dos Municípios efetivado pela Secretaria da Fazenda do Estado. (Denominado: Fundo de Cultura da Bahia – FCBA)	Federal

Fonte: Plano Municipal de Cultura (2014)

Os recursos gerais arrecadados e aplicados, tomando como base a Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa, são exemplificados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Orçamento descritivo da diretoria de Atividades Culturais da FUNTITEC 2013/2014

Contratação	Manut. das Unidades Culturais	Informat. das Bibliotecas	Preservação da Memória de Feira de Santana	Reforma de Bibliotecas e Teatros	Construção de Bibliotecas e Teatros	Realização e Apoio de Eventos Culturais	Total
Moeda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Contratação Terceirizada de PF	40.000	20.000	6.000	40.000	110.000	400.000	616.000
Contratação Terceirizada de PJ	80.000	30.000	10.000	50.000	240.000	230.000	640.000
Totais	120.000	50.000	16.000	90.000	350.000	630.000	1.256.000

Fonte: Plano Municipal de Cultura (2014)

É possível notar que na contratação de pessoas físicas para realização dos projetos foi investido R\$ 616.000,00 reais. Unido a isso, há também os vendedores informais e as contratações indiretas que ocorrem durante os festejos.

O município e o estado prosperam, à medida que produtos são consumidos e impostos são gerados. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), bebidas são os itens com maior tributação.

A cerveja possui 55,60% de tributos; o refrigerante, 46,47% e a água mineral, 37,44%. A alta migração de turistas gera 22,32% de tributos sobre passagem aérea e 29,56% sobre hospedagens. Durante a micareta local, o Imposto Sobre Serviço recolhe uma alíquota de 5% para camarotes e 3% para blocos, conforme os dados do Jornal Correio (2017).

Por incentivo da Lei Rouanet, em parceria com os órgãos governamentais, foram promovidos dois eventos de grande porte no município entre 2013/2014: O Natal Encantado de 2014 - com a captação de R\$ 2.222.500,00 e o Projeto Companhia de Dança Princesa do Sertão, em 2014, em que foram arrecadados R\$ 593.300,00.

Conforme o IBGE, em 2015, o município de Feira de Santana contava com 14.921 empresas. Porém, segundo dados do SALIC, apenas quatro empresas doaram de forma autônoma e privada para projetos culturais com base na lei 8.313/91 no município de Feira de Santana. O que representa 0,026% do total de empresas da cidade. Entre os anos de 2016-2018, o número de empresas doadoras se manteve na média de 2 a 5 por ano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Caracterização da Pesquisa

Este trabalho teve como objetivo principal investigar os motivos que impulsionam as empresas incentivadoras do município de Feira de Santana a direcionarem parte dos seus impostos devidos para doações a projetos culturais, conforme a Lei 8.313/91.

No que se refere à natureza, essa pesquisa é considerada qualitativo-quantitativa. Quanto aos objetivos, este estudo é descritivo. Segundo Sellitz (1965), este tipo de pesquisa busca des-

crever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

A presente análise envolveu o envio de questionários online às empresas, que incentivaram projetos culturais pela Lei 8.313/91, no município de Feira de Santana e cidades próximas.

Para responder aos demais objetivos específicos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública, em relação ao tema estudado, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, dentre outros meios.

3.2. População da Pesquisa e Procedimentos de Coleta de Dados

A população foi composta por gestores e funcionários da área de comunicação de seis empresas que doaram, com base na lei 8.313/91 entre 2012 e 2018 no município de Feira de Santana. O questionário apresentou 11 perguntas.

A coleta de dados ocorreu pelo envio de questionário online estruturado em quatro blocos de perguntas: Bloco I - Prerrogativas, desígnios e embaraços ao realizar doações com base na Lei 8.313/91; Bloco II - Análise de frequências: Periodicidades, do profissional contábil na participação dos projetos e Bloco III - Perfil da Empresa.

Após a coleta de dados, as respostas foram tabuladas e apresentadas por tabelas e gráficos, com a utilização de estatística descritiva e recursos tecnológicos da ferramenta Microsoft Office Excel.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Perfil dos Respondentes

A Tabela 4 apresenta o perfil dos respondentes quanto ao tempo de existência da empresa no mercado, ramo de atuação, porte de acordo com a receita anual, a posição atual da organização quanto a projetos culturais e quais outras áreas costumam incentivar. O total de respondentes que investem em projetos sociais na cidade para essa pesquisa foram 6.

Tabela 4 – Perfil dos Respondentes

Tempo de existência da empresa no mercado	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
0 a 5 anos							0
6 a 10 anos							0
11 a 15 anos							0
16 a 20 anos					x		1
Acima de 20 anos	x	x	x	x		x	5
Em qual ramo a empresa atua	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Automotivos, Peças e Autopeças		x				x	2
Indústria / Comércio / Distribuidora de Ferro e Aço	x						1
Indústria / Comércio / Distribuidora de Produtos Alimentícios				x			1
Manutenção ou Serviços Especializados							0
Saúde / Medicina veterinária			x				1
Outros					x		1
Porte da Empresa por Receita (Anual)	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Microempresa - até R\$ 360.000,00 (mil)							0
Pequena Empresa - acima de R\$ 360.000,00 até R\$ 3.600.000,00							0
Pequena-Média - acima de R\$ 3.600.000,00 até R\$ 16.000.000,00		x					1
Média Empresa - acima de R\$ 16.000.000,00 até R\$ 90.000.000,00			x		x		2
Grande Empresa - acima de R\$ 90.000.000,00 (milhões)	x			x		x	3
A posição atual da empresa quanto às doações a projetos sociais	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Atualmente ativa em projetos sociais com utilização da Lei 8.313/91	x	x				x	3
Atualmente ativa em projetos sociais com a utilização de outro incentivo fiscal.	x			x		x	3
Atualmente ativa em projetos sociais sem a utilização de leis	x	x	x	x		x	5
Atualmente não está presente em outros projetos sociais					x		1
Outras áreas que a empresa costuma a fornecer incentivos	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Animais			x				1
Educação	x			x		x	3
Esporte	x			x		x	3
Meio Ambiente	x	x		x	x	x	5
Projetados voltados à inclusão de Crianças e Adolescentes	x			x		x	3
Projetados voltados à proteção de idosos							0
Saúde				x			1
Nenhum							0

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Como se observa na Tabela 4, cinco empresas estão no mercado há mais de 20 anos e 1 tem entre 16 - 20 anos. Quanto ao ramo de atuação, 2 empresas se classificam como automotivas, peças e autopeças; 1 como Indústria, comércio e distribuidora de produtos alimentícios, 1 como Saúde/Medicina Veterinária e 1 se classificou como Outros. 3 empresas respondentes são de grande porte, 2 se enquadram como média e 1 como pequena-média.

Bier e Cavalheiro (2015) destacaram em pesquisa semelhante que é uma forte tendência que os incentivadores sejam pessoas jurídicas de grande porte, uma vez que o esforço para alcançar o montante necessário para o projeto somente pelo incentivo de pequenas empresas se torna quase inalcançável.

Associa-se isso como uma falha do Incentivo fiscal, uma vez que estando os incentivos fiscais condicionados à exibição da marca da empresa, há uma procura por obras de artistas de alto renome ou grande apelo comercial e uma negligência com pequenos projetos. Tal preocupação com a marca ainda pode ser vista ao perceber que 5 empresas estão também ativas em projetos sociais, sem a utilização dos retornos dos incentivos fiscais, deixando de lado a preocupação com a carga tributária nesse quesito.

Dentre as outras áreas que a empresa costuma incentivar além da cultura, há um destaque positivo para a área ambiental, com 5 empresas respondentes. Santos (2014) constatou, na sua pesquisa, que um dos maiores desafios que o mundo enfrentará nesse novo milênio é fazer com que as organizações passem a proteger e melhorar o meio ambiente, fazendo uso dos padrões baseados na gestão ambiental e na utilização sensata de ferramentas econômicas dentro das regulamentações e normas.

4.2. Prerrogativas, desígnios e embaraços ao realizar doações com base na Lei 8.313/91

A Tabela 5, a seguir, possui o objetivo de analisar os benefícios, motivos e as dificuldades apontadas pelos respondentes, representan-

tes das empresas ao realizar doações, com base na Lei 8.313/91.

Tabela 5 - Benefícios que a empresa obteve ao investir em projetos culturais

Benefícios que a empresa obteve ao investir em projetos culturais	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Obteve retorno publicitário, divulgando a própria marca nos projetos patrocinados;	x	x	x	x		x	5
Aprimorou a relação com os funcionários ao permiti-los participar dos eventos de caráter artístico-cultural patrocinados pela empresa.	x			x			2
Deduziu o imposto de renda devido percentual das quantias efetivamente despendidas no projeto.	x	x	x	x	x	x	6
Utilizou selos, que certificam o compromisso empresarial com causas sociais - no site da empresa, materiais impressos e demais informativos.				x			1
Outros							0

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

É possível analisar pela Tabela 5, que todas as empresas respondentes se valeram do benefício da redução do imposto de renda, outras 5 divulgaram a sua marca nos projetos aprovados. A cartilha de Incentivo Fiscal do Grupo Teatral Corpo (2016) afirma que a possibilidade de dedução do IR é uma atitude política e confere ao cidadão o poder da decisão e a oportunidade de participar efetivamente de ações em benefício da sua comunidade.

A Cartilha sobre uso de incentivos fiscais da Abrale (2015) relembra que há dois tipos de incentivos dentro da Lei Rouanet: as doações - nas quais há transferência de valores, bens ou serviços, desde que não empregados em publicidade - e os patrocínios, em que ocorre a divulgação da marca da empresa.



Tabela 6 – Dos motivos que impulsionam a empresa a investir em projetos culturais

Garantir uma estratégia de diferenciação, ao projetar uma forte identidade própria, que o torne nitidamente distinto dos concorrentes.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo							
Indiferente							
Concordo	x	x	x	x	x	x	6
Obter o reconhecimento da função social da empresa, perante a sociedade ao promover o desenvolvimento econômico, social e de cidadania.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo							
Indiferente							
Concordo	x	x	x	x	x	x	6
Reduzir o impacto da carga tributária sobre a atividade empresarial de maneira simples e legalizada.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo							
Concordo							
Indiferente	x	x	x	x	x	x	6
Criar uma relação de confiança entre empresa e colaboradores, ao favorecer as práticas de valores, transparência e governança.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo							
Indiferente							
Concordo	x	x	x	x	x	x	6
Posicionar-se para o público-alvo da empresa como uma opção com interesses em comum, ajudando a criar uma conexão emocional e duradoura.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo							
Indiferente							
Concordo	x	x	x	x	x	x	6

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A Tabela 6 apresenta que todas as empresas respondentes concordaram que realizam doações com a Lei 8.313/91, baseando-se nos conceitos de responsabilidade social (garantir uma estratégia de diferenciação perante os concorrentes; obter o reconhecimento da função social e promover o desenvolvimento econômico, social e de cidadania; reduzir o impacto da carga tributária sobre a atividade empresarial, de maneira simples e legalizada; criar uma relação de confiança entre empresa

e colaboradores, ao favorecer as práticas de valores, transparência e governança; posicionar-se para o público-alvo da empresa, como uma opção com interesses em comum, ajudando a criar uma conexão emocional e duradoura).

Para Santana e Oliveira (2016), as organizações enfrentaram sucessivas mudanças até chegar ao atual cenário empresarial, com grandes desafios, aumento na competitividade e transformações no perfil da sociedade.

Com base nisso, surgiu a necessidade de mais investimento em gestão, com o intuito de alcançar diferenciais competitivos, considerando as demandas da Responsabilidade Social Empresarial.

Desse modo, as organizações passaram a lidar com constante pressão para realizar ações e promover mais benefícios sociais, tendo em vista que a sua existência e o desenvolvimento contínuo dependiam da coletividade. Os impactos dessa nova realidade influenciaram, também, os *stakeholders* (clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e comunidade local).

Na Tabela 4, destaca-se que todas as empresas responderam que dentre os motivos para realizar as doações está na criação de uma

relação de confiança entre empresa e colaboradores, ao favorecer as práticas de valores, transparência e governança. Porém, na Tabela 5 apenas dois dos respondentes disseram que aprimoram a relação com os funcionários ao permiti-los participar dos eventos de caráter artístico-culturais patrocinados pela empresa.

Segundo pesquisa feita por Pontes e Vale (2015), algumas empresas ainda enxergam a responsabilidade social interna dos colaboradores, como a criação de um bem-estar voltado para a cultura organizacional. Segundo a Lei Rouanet (1991), os proponentes podem fornecer até 10% dos ingressos para os apoiadores do projeto. No entanto, o costume é que esses apoiadores sorteiem os ingressos entre os clientes, nas promoções.

Tabela 7 – Das dificuldades encontradas ao realizar doações com base na Lei 8.313/91

Falta controle e fiscalização governamental da destinação dos recursos aplicados aos projetos culturais	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo		x					1
Indiferente					x		1
Concordo	x		x	x		x	4
Total							6
Falta transparência a dados relativos às instituições proponentes, tais como: Relatórios anuais de atividades sociais e auditorias independentes	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo		x					1
Indiferente					x		1
Concordo	x		x	x		x	4
Total							6
Falta agilidade na análise e na admissão de projetos incentivados por parte do Ministério da Cultura e demais secretarias	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo							0
Indiferente					x		1
Concordo	x	x	x	x		x	5
Total							6
Falta demanda para cultura na cidade e, por isso, os projetos não têm o alcance esperado	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Discordo	x			x		x	3
Indiferente					x		1
Concordo		x	x				2
Total							6

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Das dificuldades encontradas ao realizar doações, pode-se concluir que quatro respondentes concordam que ainda falta controle e fiscalização governamental sobre a destinação dos recursos aplicados aos projetos culturais.

O Ministério da Cultura, em 2017, adotou algumas das seguintes medidas, para reduzir os índices de fraudes: a prestação de contas em tempo real, por conta vinculada ao Banco do Brasil será possível verificar a comprovação virtual dos gastos; além disso, o pagamento com cheque não poderá mais ser utilizado.

Para melhorar a agilidade e a transparência dos projetos, o Ministério da Cultura (MINC) tem investido no SALIC; sistema on-line utilizado para cadastrar, acompanhar, gerenciar e prestar contas das propostas culturais aprovadas a captar recursos pelo incentivo fiscal da Lei Rouanet. O objetivo é que todo processo de escolha e negociação seja feito dentro do sistema, assim como as informações bancárias e os dados de liberação da conta.

Na plataforma já é possível ter acesso às planilhas orçamentárias: a da proposta original, a autorizada a captar, a adequada à realidade de execução, a homologada para a execução e a readequada na execução. O SALIC é uma ferramenta muito mais arrojada, didática aos usuários e que proporciona a redução de dúvidas e eventuais inconsistências.

Quanto à existência de demanda para cultura na cidade, três respondentes discordam dessa assertiva. Segundo o Plano Municipal de Cultura (2014), são notórias a existência e a produtividade dos elementos artísticos no município de Feira de Santana: artesanato, festivais, teatro e dança.

Há, no entanto, elementos importantes que desfavorecem o fortalecimento e o crescimento do setor, na sociedade feirense. No que tange ao poder público, constata-se a ausência de editais relacionados às linguagens artísticas e de uma política de incentivo para o apoio aos festivais realizados pela sociedade civil.

À classe artística, por sua vez, falta organização social, política e jurídica. Entre as duas esferas,

poder público local e os agentes culturais, falta uma integração direcionada à concepção dos festivais existentes. Embora existam equipamentos culturais, eles ainda são insuficientes para o desenvolvimento das ações relacionadas acima.

4.3. Análise de Frequências

As Tabelas 8, 9 e 10, a seguir, possuem o objetivo de analisar a periodicidade do profissional contábil, na participação dos projetos, conforme o próprio entendimento dos respondentes da pesquisa.

Tabela 8 – A relação da empresa com o profissional de contabilidade

A relação da empresa com o profissional de contabilidade	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Amigável	x	x	x	x	x	x	6
De pouca Conversa;							0
Apenas discute o que é exigido por lei;							0
Quando há dúvidas, busca por orientações específicas.							0
Total							6

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Todos os seis respondentes afirmaram possuir um relacionamento amigável com seu contador. Para Roveda (2018), construir uma relação de confiança é o maior investimento que o profissional de contabilidade pode fazer em longo prazo e a comunicação constante com os clientes é essencial.

Quanto mais o contador participa do negócio do cliente e aconselha sobre procedimentos de rotina, menos erros ocorrem e menor o risco para ambos os lados. De acordo com a Cartilha de Incentivos Fiscais da Abrale (2015), a conversa constante entre contadores, advogados, administradores e responsáveis pelo investimento social das companhias é fundamental para o correto uso dos incentivos e o seu aprimoramento.

É possível constatar pela Tabela 9, que cinco dos investidores buscam grupos e associações e efetuam o aporte por conta própria. Ademais, cinco respondentes afirmaram que acessam o site do MINC (SALIC), em busca de projetos ou procuraram nas secretarias de cultura do estado ou município por iniciativas culturais que possam captar recursos.

Tabela 9 – Frequência com que empresa é informada por novos projetos culturais pelos meios abaixo

É solicitada diretamente pelos agentes culturais responsáveis pelos projetos.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Frequentemente	x			x		x	3
Ocasionalmente		x	x				2
Raramente							0
Não se aplica					x		1
Total							6
Busca grupos e associações nessa área e efetua sozinho o aporte.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Frequentemente	x		x	x	x	x	5
Ocasionalmente							0
Raramente		x					1
Não se aplica							0
Total							6
Acessa o site do MINC ou busca nas secretarias de cultura do estado ou município por iniciativas culturais que podem captar recursos.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Frequentemente	x		x	x	x	x	5
Ocasionalmente							0
Raramente		x					1
Não se aplica							0
Total							6
Solicita aos contadores fora ou dentro da empresa um cardápio variado de ações executadas e lhe aconselham nas escolhas.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Frequentemente	x	x	x	x		x	5
Ocasionalmente					x		1
Raramente							0
Não se aplica							0
Total							6
Busca por profissionais das áreas de comunicação ou demais setores, com o essencial apoio das áreas contábil e jurídica, que conduzem o processo inicial de decisão sobre as iniciativas a serem apoiadas.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	Total
Frequentemente	x		x	x		x	4
Ocasionalmente							0
Raramente							0
Não se aplica		x			x		2
Total							6

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Tal fato demonstra uma posição ativa e engajada das empresas em buscar novos projetos e continuar renovando as suas marcas perante a sociedade. Xavier (2016) indica que o gestor busque sempre por projetos que tenham alguma afinidade com a área de atuação da sua empresa. É preciso lembrar sempre que o principal beneficiário de qualquer uma dessas transações será sempre o público ao qual se destinam as ações realizadas.

Além disso, quatro respondentes afirmaram que buscam aconselhamento de profissionais jurídicos e de comunicação dentro da empresa e 5 responderam que solicitam profissionais contábeis fora ou dentro da organização que lhe aconselham nas escolhas.

Para Devesa (2016), uma comunicação interna eficaz reduz o esforço dispensado em resolver conflitos, que são, muitas vezes, derivados da falta de diálogo ou informação. Quando uma

empresa decide apoiar um projeto cultural é necessário que todos os setores estejam alinhados.

De acordo com a Cartilha de Incentivos Fiscais da Abrale (2016), o departamento de Marketing/Comunicação deve verificar quais projetos têm mais relação com os valores e as estratégias da companhia e os seus períodos de captação de recursos.

O departamento fiscal (contadores) faz a previsão de quanto de lucro a empresa terá e quanto pagará de impostos, para, a partir disso, poder estimar o melhor aproveitamento possível, até quanto convier usar de incentivo fiscal.

O conselho diretivo ou executivo da corporação deve deliberar quais projetos realmente serão apoiados. Na sequência, durante os trâmites oficiais, que exigem o envio de papeladas dentro de prazos fixos, continuam envolvidos os integrantes das áreas social, contábil e jurídica.

Tabela 10 – Frequência com que o contador participa dos projetos que a empresa escolhe

O contador incentiva a empresa a participar de projetos culturais	R1	R2	R3	R4	R5	R6	T
Frequentemente	X			X		X	
Ocasionalmente		X	X				
Raramente							
Não se aplica					X		
Total							
O profissional contábil auxilia na obtenção de documentos, entre outros, certidões negativas de débitos.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	T
Frequentemente	X	X	X	X	X	X	
Ocasionalmente							
Raramente							
Não se aplica							
Total							
O contador participa da elaboração do contrato e negociação com a entidade e o produtor responsável.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	T
Frequentemente	X						
Ocasionalmente				X		X	
Raramente							
Não se aplica		X	X		X		
Total							

O contabilista orienta sobre o quanto a empresa tem de imposto a pagar e o percentual máximo de destinação e dedução.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	T
Frequentemente	x	x	x	x	x	x	
Ocasionalmente							
Raramente							
Não se aplica							
Total							
O contador orienta a empresa sobre os riscos, dentre eles, o possível excesso no valor doado em relação ao limite de dedução possível para o exercício, não podendo ser compensado no ano seguinte.	R1	R2	R3	R4	R5	R6	T
Frequentemente	x		x	x		x	
Ocasionalmente							
Raramente							
Não se aplica		x			x		
Total							

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Foi possível constatar pela Tabela 10, que o aconselhamento do profissional contábil ainda está voltado à parte técnica do projeto, tal como o auxílio na obtenção de documentos, a apuração do lucro e do imposto de renda a pagar e aos riscos que a empresa corre. Ainda é pouco o incentivo dos projetos culturais e a participação ativa na negociação e no andamento dos projetos.

Apenas 1 respondeu que o profissional contábil participa da elaboração do contrato e negociação, com a entidade e o produtor responsável. 6 responderam que o profissional contábil auxilia na obtenção de documentos, entre outros, certidões negativas de débitos. Quanto ao incentivo do profissional contábil em estimular a empresa a participar de projetos culturais, 3 responderam que frequentemente, 2 ocasionalmente e 1 que não se aplica.

Para Martins (2015), o contador não pode mais ser visto apenas como o profissional dos números, mas que agrega valor, espírito investigativo, consciência crítica e sensibilidade ética. Isso se explica pelo surgimento do novo mundo dos negócios, que é mais competitivo e detém a necessidade de mais conhecimento

dos profissionais. Essa mesma característica torna necessária e requerida uma nova visão do contador pela sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar os motivos que impulsionam as empresas incentivadoras do município de Feira de Santana a direcionarem parte dos seus impostos devidos em doações a projetos culturais, conforme a Lei 8.313/91. O questionário aplicado destacou que a principal razão para as doações é a redução da carga tributária de maneira simples e legalizada, seguida da possibilidade de obter retorno publicitário e garantir uma estratégia de gestão corporativa, ao obter o reconhecimento da função social da empresa.

Com a realização desta pesquisa foi possível delimitar, conceitualmente, por uma pesquisa bibliográfica, o impacto que essas doações possuem na sociedade. A cultura pode ser usada para incentivar o desenvolvimento econômico justo e sustentável de um país. As atividades culturais são estratégicas e geram trabalho, emprego e renda, além de promover a inclusão social, especialmente, entre os jovens.

De posse deste conhecimento teórico foi possível desenvolver uma pesquisa com empresas que direcionaram os seus impostos devidos para doações. Na realização do estudo de campo foi possível delimitar o perfil dos respondentes e as suas concepções acerca dos benefícios, motivos e dificuldades encontradas ao realizar as doações. A sua grande maioria reconhece a importância do contador no decorrer dos projetos, desde o incentivo à doação até o efetivo fim da declaração do imposto de renda, bem como sabem da importância dos incentivos fiscais aplicados à cultura, tanto no ambiente externo ao se posicionar para os clientes, como na sociedade, em geral, como no ambiente interno. Mostra-se aos seus funcionários que eles possuem uma gestão corporativa socialmente responsável.

Assim, conclui-se que o incentivo fiscal é uma ação conjunta que necessita o envolvimento de diversos agentes: o governo, que precisa de ações para aprimorar o controle e a fiscalização dos recursos aplicados, bem como melhorar a agilidade na admissão dos novos projetos, melhorar os espaços públicos, como teatros e bibliotecas e engajar a população a se aproximar de projetos culturais.

Cabe aos investidores buscarem, com mais frequência, por projetos culturais, que possam captar recursos, assim como envolver os seus funcionários a fazerem parte de projetos e oficinas que a empresa patrocina. Da mesma maneira, incube aos contadores de pequenas empresas ou empresas recentes que estejam começando, mostrarem os retornos que esses incentivos podem trazer, visto que a quantidade dessas empresas que realizam doações com base na Lei 8.313/91 é nula no município de Feira de Santana e a responsabilidade social é um mercado que possui uma demanda progressista, devido ao crescente interesse da população por empresas que se empenham em causas sociais.

Dessa forma, sugere-se aos contadores incentivarem as suas empresas a realizarem doações, com base na Lei 8.313/91, como forma de suprir a carga tributária, a fim de promo-

ver o bem-estar geral e mitigar as desigualdades sociais e regionais. Sugere-se, ainda, para pesquisas futuras, identificar os motivos pelos quais as pequenas e microempresas investem pouco em projetos culturais. Ademais, sugere-se realizar a mesma pesquisa sobre o ponto de vista do contador, como forma de incentivá-los a estimular as suas empresas a realizarem doações, contribuindo para o meio científico, profissional e social.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

BIER, C. A.; CAVALHEIRO, R. A. Lei Rouanet x Crowdfunding: fomentando os empreendimentos culturais. Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 9, n. 30, p. 30-47, maio 2015.

BRASIL. Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (ABRALE). Cartilha sobre uso de incentivos fiscais. São Paulo, 2015. p. 56

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei Nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L_8313cons.htm. Acesso em: 01 dez. 2018.

CHAGAS, M. A. Diferença entre Patrocínio e Doação. 2015. Disponível em: <http://maxximu.com.br/diferenca-entre-patrocinio-e-doaacao/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

COELHO, R. F. Prestação de Contas do Mece-nato: Lei Rouanet. 2012. 97 f. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACEDO, F. Procuradoria acusa 32 por fraudes na Lei Rouanet, na Operação Boca Livre. Estadão - Portal do Estado de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-acusa-fraudadores-da-lei-rouanet-na-operacao-boca-livre/>. Acesso em: 22 out. 2018.

MARTINS, P. L.; FREITAS, C. A Responsabilidade Social Aplicada na Contabilidade. In: XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende: AEDB, 2015. p. 1 – 20

FIALHO, F.M. Mecenato na Lei Rouanet: o desafio da concentração de recursos na produção cinematográfica audiovisual de curta e média-metragem no período de 2005 a 2015. 2016. 78f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Florestal. 2016.

F. FILHO, V. Lei Rouanet: 23 Anos De Incentivo À Cultura. 2014. 27 f. TCC (Graduação). Curso de Administração, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2014.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. MENGDEN, P.R. A responsabilidade social do contador expressa no uso das deduções fiscais do imposto de renda. Taquara – Rio Grande do Sul: FACCAT, 2013.

HEMSI, A. R. Lei Rouanet e Funk Ostentação. 2016. 27 f. Monografia (Especialização Canção Popular: Criação, Produção Musical e Performance) – Faculdade Santa Marcelina, São Paulo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Rio de Janeiro). Cadastro Central de Empresas em Feira de Santana. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/pesquisa/19/29763>. Acesso em: 26 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. Folia dos tributos: itens consumidos no carnaval chegam a quase 80% de impostos. 2017. Disponível em: <https://ibpt.com.br/noticia/2565/Folia-dos-tributos-itens-consumidos-no-carnaval-chegam-a-quase-80-de-impostos>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MORAIS, A. Contextualização histórico-social de Feira de Santana. Plano Municipal de Feira de Santana. Feira de Santana, 2014.

OLIVEIRA, R. N. M; FERNANDES, F. C. Mecenato Privado Patrocinado Pelo Estado: A des-

virtuação da Lei Rouanet ante a seletividade mercadológica dos projetos contemplados e as propostas do projeto de Lei 6.722/10. Ver. da UNIFEFE, v. 20, n. 1, p.1-23, 20 jan. 2017.

PONTES, A. V. V.; VALE, D. S. Responsabilidade Social Como Estratégia de Relacionamento Com O Colaborador: Um Estudo À Luz da Percepção da Gerência de Recursos Humanos. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ, 2015. p. 1 – 14

RASETH, C. A importância da Responsabilidade Social nas empresas. 2017. Disponível em: <https://www.gruporhmais.pt/pt/blog-rhmais/a-import%C3%A2ncia-da-responsabilidade-social-nasempresas>. Acesso em: 24 out. 2018.

REGO, T. Portal Vermelho. Gasto previsto com Lei Rouanet é quase 9 vezes maior ao de patrimônio. 2018. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/314732-1>. Acesso em: 22 out. 2018.

RODRIGUES, J. C. Elementos para a Crítica da Lei Rouanet e para uma Análise das Produções Artístico-culturais no Brasil. Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade, Foz do Iguaçu – PR, v. 03, n. 597, p.1-23, 31 dez. 2017.

ROVEDA, V. Relacionamento com o cliente é um forte diferencial para o contador. 2018. Disponível em: <https://contadoresContaAzul.com/blog/relacionamento-com-o-cliente-e-um-forte-diferencial-para-o-contador>. Acesso em: 01 maio 2019.

SÁ-EARP, F. S; ESTRELLA, L. M. Evolução do Mecenato no Brasil: Os valores movimentados através da Lei Rouanet despidos do véu da inflação (1996-2014). Polít. Cult. em Rev., v. 9, n. 1, p.314-332, jun. 2016.

SANTANA, T. P; OLIVEIRA, Y. L. Os benefícios da Responsabilidade Social Empresarial: uma análise em organizações no município baiano de Vitória da Conquista. Cad. de Ciên. Soc. Apl., v. 21, p.85-97, ago. 2016.

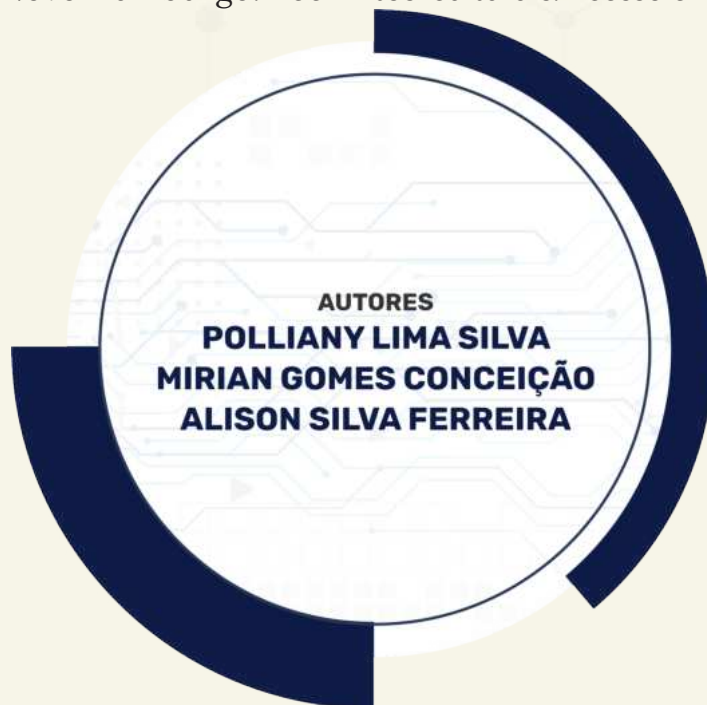
SARRETA, C. R. L. O direito a cultura como fundamental: considerações em relação à aplicabilidade da Lei Rouanet. Revista brasileira de

direitos e garantias fundamentais, Brasília, v. 2, n. 1, p.297-317, maio 2016.

SCHWARTZ, S. Responsabilidade social das empresas e os incentivos fiscais de dedução do imposto de renda. Novo Hamburgo: Fee-

vale, 2004.

XAVIER, F. M. 3 Motivos para as empresas investirem em projetos culturais. 2016. Disponível em: <https://www.fundacaoroge.org.br/blog/3-motivos-para-as-empresasinvestirem-em-projetos-culturais>. Acesso em: 01 fev. 2019.



Comportamento oportunista e decisão sob risco e incerteza: uma análise com estudantes de ciências contábeis

RESUMO

A incerteza e o risco, em conjunto com informações privilegiadas, podem intensificar o surgimento de condutas oportunistas pelo uso da informação contábil. Este estudo analisa o comportamento oportunístico e a tomada de decisão sob risco e incerteza com estudantes de Ciências Contábeis. Foi realizada uma pesquisa com 94 estudantes de uma universidade pública no estado da Bahia. A coleta de dados se deu pela aplicação de um questionário elaborado, com base nos estudos de Kahneman e Tversky (1979) e do comportamento oportunista de D'Souza (2016). A pesquisa tem abordagem empírico-teórica e avaliação quantitativa. Os resultados apontaram que, em cenários de ganhos, em condições de incerteza, os estudantes optam pela probabilidade de ganho certo; em situações de risco escolheram o ganho de maior valor; em cenários de perdas, elegeram a alternativa com maior probabilidade de acontecer, mesmo quando os valores das perdas são maiores. Os estudantes demonstraram aversão à incerteza quando a decisão envolve ganho e pretensão ao risco quando as opções retratam a perda. No tocante ao comportamento oportunista, os resultados apontam para a não utilização de manobras financeiras. Sobre o uso de informações privilegiadas, a maioria não concordou em obter benefícios. Tal pesquisa contribui para discutir o comportamento oportunista, colocando os estudantes de contabilidade (futuros profissionais) na presença de um dilema ético e de decisões sobre risco e incerteza. Adicionalmente, promove-se a reflexão de todos os atores envolvidos no contexto da educação contábil, para a ênfase dos aspectos éticos do uso da informação contábil e o esclarecimento sobre as consequências de atitudes oportunistas na esfera profissional, civil e criminal.

Palavras-chave: Comportamento oportunista. Manobras financeiras. Informação assimétrica. Teoria dos Prospectos. Decisão sob Risco e Incerteza.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Bonner (1999), decidir significa analisar uma questão proposta e definir qual a conduta será adotada; portanto, envolve uma escolha entre alternativas, que são julgadas por crenças e preferências e por fatores, como dinheiro, risco e incertezas. O resultado de um processo decisório está vinculado às informações que o responsável pela tomada de decisão possui no momento. Em um contex-

to econômico e financeiro, geralmente são as informações contábeis as mais requisitadas e, delas, são exigidas que possuam utilidade, qualidade e confiabilidade, com vista a fornecer aos usuários o suporte necessário aos seus processos particulares de tomada de decisão (NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

Como afirmam Cardoso, Riccio e Lopes (2008), a tomada de decisão na área contábil merece

atenção e novos estudos, sobretudo por ser a informação contábil uma ferramenta relevante e imprescindível. A qualidade das informações contábeis é imprescindível para que as decisões sejam feitas com maior certeza e menor risco. Contudo, nem sempre essas informações são completas, livres de erros e neutras (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC 00 R1, 2011). Em algumas ocasiões, elas são divulgadas de maneira desigual, propiciando a alguns agentes econômicos uma maior posse de informações em comparação aos outros, que as utilizam em benefício próprio, com o intuito de maximizar seus lucros.

Os gestores detêm um maior acesso às informações do que os outros usuários da informação, tal como os investidores, por estarem em posição privilegiada, podendo obter melhores benefícios (CARMO, 2005). A incerteza e o risco, em conjunto com a possibilidade de existência de informações privilegiadas, que gera o problema da assimetria informacional, pode intensificar o surgimento de condutas oportunistas (SILVA; BRITO, 2013).

Nesse sentido, a análise do comportamento no processo decisório têm crescido, sobretudo pelos admiradores da corrente das finanças comportamentais, que ganhou força com o estudo seminal da Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979), que além de outras inovações analisou o comportamento decisório em cenários de ganhos e perdas, em condição de incerteza e risco.

Alguns pesquisadores brasileiros, tais como Faes, Dallabona, Kroetz, e Staloch (2018), Yoshinaga e Ramalho (2014), Dantas e Macedo (2013), Torralvo (2010), Silva et al. (2009); Côrtes (2008); Rogers, Securato e Ribeiro (2007) e Macedo Jr (2003) replicaram integralmente ou parcialmente o estudo de Kahneman e Tversky (1979), no intuito de analisar o comportamento de estudantes de graduação, pós-graduação, profissionais de mercado, de regiões diferentes e perceberam que a maioria dos pesquisados demonstraram a aversão ao risco, em cenário de ganhos e propensão ao risco em cenários de perdas, com pequenas divergências entre os resultados.

O que chama a atenção, nesse contexto, são os desdobramentos de decisões arriscadas no ambiente empresarial, uma vez que gestores com essa predisposição podem, em condições de incerteza, utilizar as informações contábeis para comportamento oportunista e realização de manobras financeiras (D'SOUZA, 2016) e o uso de informações privilegiadas, que gera o problema da assimetria informacional (MARTINS, PAULO; ALBUQUERQUE, 2013; ANTIQUEIRA, SAES; LAZZARINI, 2007), para o alcance de objetivos pessoais (JENSEN; MECKLING, 2008; MARTINEZ, 2002). O comportamento oportunista cria uma imagem positiva da empresa, mesmo que seja temporária, para atrair investidores pela performance financeira e econômica apresentada (STOLWY; BRETON, 2004).

Nesse contexto, este estudo tem a proposta de elucidar o seguinte problema de pesquisa: qual é o comportamento decisório dos alunos de contabilidade diante de situações de incerteza, de risco e de oportunismo pela utilização de manobras contábeis e de informações privilegiadas? Para tal, foi realizada uma pesquisa com 94 estudantes do curso de Ciências Contábeis de uma universidade pública no estado da Bahia.

Os resultados da pesquisa contribuem para ampliar o debate nacional sobre as temáticas e, sobretudo, servirá de novo parâmetro comparativo para estudos que se debruçam a investigar a Teoria dos Prospectos, com alunos de ciências contábeis, tal qual o estudo de Dantas e Macedo (2013), que realizaram pesquisa em uma Universidade Pública Federal no Rio de Janeiro. Ademais, traz-se a discussão integrada sobre a tomada de decisão oportunista, colocando os estudantes de contabilidade (futuros profissionais) na presença de um dilema ético, com o qual eles convivem ou irão conviver – a utilização das informações contábeis, no tocante ao reconhecimento de receitas e despesas (CPC 00 R1, 2011), para o desenvolvimento de manobras que possam inflar ou não a diminuição do lucro do período, em um contexto que remete à posse de informações privilegiadas.

Este estudo se diferencia, portanto, dos anteriores, por investigar como esses estudantes

reagem a isso, por uma simulação empresarial, que propõe ao participante assumir o papel tanto do investidor quanto do gestor. Analisa-se, ainda, como esses alunos se comportam nessas decisões, que têm a presença da incerteza e do risco, sobretudo porque como futuros profissionais estarão sujeitos a acompanhar o processo decisório e poderão ser requisitados a executar manobras financeiras no contexto empresarial.

Adicionalmente, promove-se a reflexão de todos os atores envolvidos no contexto de elaboração de normas da educação contábil e execução em sala de aula, para a ênfase dos aspectos éticos do uso da informação contábil e o esclarecimento sobre as consequências de atitudes oportunistas na esfera profissional, civil e criminal, haja vista a dimensão da responsabilidade de divulgar informações fraudulentas.

A próxima seção apresenta o referencial teórico embasado em estudos científicos; na terceira seção é demonstrada metodologia, seguida da análise dos resultados e da conclusão da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, é apresentado o estudo da arte sobre o comportamento decisório, sob as óticas das Finanças Comportamentais, apoiado pela Teoria dos Prospectos. Em seguida, aborda-se a o problema da assimetria informacional e a tomada de decisão oportunista.

2.1. Decisão sob risco e incerteza: uma breve incursão à abordagem das Finanças Comportamentais e à Teoria do Prospecto

As teorias tradicionais de finanças tinham como alguns dos temas trabalhados, a racionalidade dos agentes econômicos e a eficiência dos mercados. Desses temas, dois Estudos que se destacam são os da teoria da utilidade esperada e o da hipótese de mercados eficientes. Bernoulli (1954) inseriu o conceito de utilidade na teoria econômica, que consistia na afirmação de que o indivíduo, na compra ou ganho de alguma coisa, não julga isso somente visando o valor financeiro que irá obter, mas particularmente a “utilidade” que aquela decisão tem para ele, que é resultado das circunstâncias particulares de cada um. Após

Bernoulli, muitos outros abordaram o tema; dentre eles, destacam-se Oskar Morgenstern e John Von Neumann, que discutiram as questões sob um cenário de incerteza, além de discorrerem sobre os determinados padrões de comportamento dos agentes econômicos (GALLO; BERTELLA, 2016).

A teoria dos mercados eficientes foi exposta pelo economista Eugene Fama (1970) em estudo no qual ele discute sobre a existência de mercados tidos como “eficientes”, que seriam aqueles nos quais os preços praticados em qualquer momento refletem, integralmente, toda informação disponibilizada no mercado. Fama (1970) alega que, para um mercado ser considerado “eficiente”, é necessário que algumas condições sejam cumpridas, tais como acesso sem custo às informações, para todos os participantes do mercado, não existir assimetria de informação e ausência de custos de transação nas negociações (FAMA, 1970).

Contestando esses conceitos mencionados, surgem as Finanças Comportamentais, como uma abordagem alternativa, com o intuito de esclarecer algumas falhas de mercados investigadas pela literatura econômica, que já não estavam mais sendo capazes de ser explicadas pelas teorias disseminadas até então (YOSHINAGA et al., 2008). Um dos estudos considerados como mais importante dessa nova fase das finanças é o *“Prospect Theory: an analysis of decision under risk”*, publicado em 1979, dos autores Daniel Kahneman e Amos Tversky, no qual é exposta a intitulada Teoria do Prospecto, vista como um dos pilares das Finanças Comportamentais e revela como os indivíduos podem assumir diferentes comportamentos diante de situações de risco e incerteza que contradizem premissas das teorias anteriores.

Nesse estudo foi aplicado um questionário, que apresentava problemas hipotéticos aos participantes e alternativas, dentre as quais deveria ser indicada qual eles escolheriam, caso estivessem naquela situação proposta (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). A partir da análise das respostas dos participantes da pesquisa, os autores (1979) descreveram fenômenos que podem ser encontrados no processo de decisão, sob risco e incerteza. Em razão do objetivo do presente trabalho, o

foco aqui será dirigido aos fenômenos designados de efeito certeza e efeito reflexão.

Na explicação sobre o efeito certeza, os autores alegam que esse fenômeno está relacionado ao fato de as pessoas darem muito mais importância aos resultados tidos como certos, em detrimento dos que são considerados prováveis. Nesse contexto, Braga (2015) afirma que pessoas, para não se explorarem a riscos, aceitam um ganho menor, mas garantido, do que um superior incerto. No efeito certeza, as proposições demonstradas no estudo representam ganhos, certos ou incertos, mas não há perdas. Já para testar a evidência do efeito reflexão, é colocada a opção da perda nas escolhas. Nesse fenômeno, Kahneman e Tversky (1979) observaram que quando há a possibilidade de perda, os indivíduos optam pela opção incerta, do que por uma perda certa, mesmo que a perda seja menor.

Nesse contexto, Rogers, Securato e Ribeiro (2007) replicaram o estudo de Kahneman e Tversky (1979), para discutirem os efeitos mencionados na realidade brasileira. O estudo foi aplicado com alunos dos três últimos períodos de graduação em Administração e Ciências Contábeis em uma universidade federal. Os resultados revelaram que os indivíduos tendem a dar maior peso às possibilidades que têm alta probabilidade de acontecer e de correr riscos em situações de perda. Eles são conservadores em situações de ganho e desconsideram boa parte das características de cada uma das opções de escolha, centralizando a análise sobre os componentes que distinguem as opções de escolha. Os autores reiteram que a análise comparativa realça que os aspectos comportamentais na tomada de decisões se mantêm com o tempo e são pouco influenciados por possíveis vieses culturais.

Silva *et al.* (2009) também replicaram o estudo de Kahneman e Tversky (1979) com estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade pública e duas privadas e perceberam que não há evolução racional, no processo decisório ao longo dos semestres do curso, uma vez que os alunos não modificaram a percep-

ção de risco e nem a intensidade de aversão às perdas.

Pela estratégia experimental e apoiado na Teoria dos Prospectos, Braga (2015) desenvolveu um estudo com 371 pessoas com experiência de, pelo menos um ano como investidor no mercado de ações, sobre a tomada de decisões de venda de ações em ambiente semelhante ao de uma plataforma real de negociação (home broker). Os resultados mostraram que, em geral, as pessoas tomam decisões que desconsideram os ganhos e as perdas que elas previamente estabelecem para si, manifestando comportamento que reforça o debate sobre aversão à perda e efeito disposição.

Yoshinaga e Ramalho (2014) também replicaram o estudo de Kahneman e Tversky (1979) para avaliar o processo decisório de funcionários (potenciais investidores) de uma importante instituição financeira nacional. Os resultados obtidos confirmaram a presença dos efeitos certeza, reflexão e isolamento e comprovaram que a maioria dos participantes não tomou decisões de forma estritamente racional. Nessa mesma perspectiva, Torralvo (2010) estudou o comportamento decisório viesado preconizado pela Teoria dos Prospectos, com estudantes brasileiros de pós-graduação, no que tange às decisões de investimento. Os resultados apontaram para a existência desse tipo de comportamento decisório na presença dos Efeitos Certeza, Reflexão e Isolamento. Cortês (2008) aplicou o estudo com 40 participantes que trabalham ou já trabalharam no mercado financeiro. Os resultados confirmam os anteriores – os decisores tendem a ser avessos ao risco no campo dos ganhos e propensos aos riscos no campo das perdas.

Diante da revisão da literatura apresentada, importante se faz discutir como as opções selecionadas pelos indivíduos nos cenários de ganho ou perda implicam em decisões que podem denotar o oportunismo, na busca da realização de benefícios próprios, daqueles que detêm o poder informacional. Nesse sentido, a seção a seguir discute o problema da informação assimétrica e a decisão oportunista.

2.2. O problema da informação assimétrica e a decisão oportunista

O fenômeno da informação assimétrica é constatado em transações econômicas nas quais um lado possui mais e melhores informações do que o outro ou os outros lados (LÖFGREN; PERSSON; WEIBULL, 2002). A teoria de mercados com informação assimétrica começou a ser bastante discutida depois que os modelos da teoria econômica tradicional não conseguiam mais explicar o surgimento das intituladas “falhas de mercados” (BATOR, 1958). Essas falhas eram entendidas como todo acontecimento que ocorria quando o mercado não atuava de forma perfeitamente competitiva e, por conseguinte, gerava ineficiência na distribuição de recursos (RESENDE, 2012).

Duas formas bastante conhecidas, que indicam a presença da assimetria de informação em um mercado, são a seleção adversa e o risco moral. A seleção adversa foi tratada, inicialmente, por George Akerlof, no seu artigo *“The market for lemons”*, em 1970 (RESENDE, 2012). No artigo, ele demonstrou como essa falha atua, tomando como exemplo principal o mercado de carros usados, no qual o comprador não possui conhecimento suficiente sobre a real qualidade do veículo e, por causa do risco de perder dinheiro com o negócio, só aceita realizar a compra por um preço menor (AKERLOF, 1970).

Segundo Carmo (2005), a denominação desse problema advém da “teoria da seleção natural” desenvolvida por Charles Darwin. A teoria afirma que só indivíduos mais preparados para as diferentes condições ambientais sobreviverão. Nesse caso de assimetria de informações, a seleção é adversa; vendedores e produtos mais qualificados não sobrevivem, são “expulsos” do mercado, pois não conseguem competir com o preço praticado e nem atestar completamente a sua qualidade para o consumidor.

Para Pinto Junior e Pires (2000), “a seleção adversa pode ser entendida como resultado de comportamentos oportunistas derivados da assimetria de informações a nível pré-contratual”. As informações necessárias, para o cliente se certificar, estão omitidas antes de definir um

contrato, dificultando o fechamento por causa da incerteza a que o cliente se encontra. O que está em questão, nesse problema, é a moral de uma das partes, que podem agir de forma desonesta e irresponsável e, por causa disso, acarretar para a outra parte da transação econômica custos indevidos e/ou imprevistos (CARMO, 2005). Uma das consequências mais significativas da presença da assimetria de informação é a manifestação de comportamentos oportunistas por aqueles que dispõem de mais informações (PINTO JUNIOR; PIRES, 2000).

O oportunismo é definido por Williamson (1973) como o empenho em adquirir benefícios para si, pela falta de sinceridade e honestidade nas transações. O autor destaca que a forma mais comumente reconhecida de oportunismo é a divulgação estratégica de informações tidas como privadas, devido à presença da assimetria no acesso ou distribuição delas, com o intuito de obter vantagens para si mesmo ou para terceiros.

Assim como a relação assimétrica entre o mais bem informado (gestor) e os menos informados (investidores) pode resultar na escolha de critérios contábeis oportunistas, em função do aumento dos ganhos que geram maiores remunerações para os gestores, também se pode resultar na transmissão de informações privadas aos investidores, quando os incentivos e interesses entre as partes são consistentes (WATTS; ZIMMERMAN, 1990).

O uso de informações privadas pode ser visto em diversas ações, que podem ser praticadas por funcionários da própria companhia ou por pessoas externas. Quando realizadas dentro da organização, de forma oportunista, podem ser chamadas de manobras corporativas internas, como Nars (2012) as denominam. Alguns exemplos, citados pelo autor, de práticas fraudulentas que são cometidas internamente são: contabilidade maquiada, evasão fiscal e falsificação do desempenho financeiro.

As manobras financeiras têm por objeto aumentar ou não afetar o lucro empresarial e, portanto, envolve estratégias contábeis e operacionais para o reconhecimento de receitas e despesas. Como informa o CPC 00 R1 (2011),

o reconhecimento das receitas e despesas influenciam no resultado – frequentemente utilizado como medida de performance –, no retorno sobre o investimento ou no resultado por ação das empresas. Realça-se, ainda, que os efeitos de transações se refletem na informação, nos períodos em que os efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e os pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos, permitindo melhor visualização sobre a avaliação da performance passada e futura da organização.

D'Souza (2016) desenvolveu um estudo com 263 gestores brasileiros, com base em uma simulação empresarial, apoiada nas manobras financeiras de Nars (2012), incluindo manobras operacionais e contábeis, as quais, quando adotadas pelas empresas, impactam o resultado empresarial e podem gerar conflito de interesses, sobretudo para a obtenção de vantagens daqueles que detêm informações privilegiadas das empresas. A simulação continha 10 assertivas, sendo três delas colocadas para desviar a atenção dos respondentes para a coleta de dados de conotação oportunista. Os pesquisados foram estimulados a participar do sorteio de um prêmio e, ao final, puderam exteriorizar a sua disposição para se envolver nesse tipo de decisão. Os resultados revelaram que, apesar da concordância para algumas das manobras financeiras, a maioria não concordou com decisões oportunistas.

No entanto, cabe aqui registrar que a penalização brasileira para a prática de utilizar informações relevantes não divulgadas ao público, em benefício próprio ou de terceiros, é definida como um crime no Brasil. A criminalização foi decretada pela Lei 10.303/01, que fez alterações na Lei nº 6.385/76, a qual dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e criou a Comissão de Valores Mobiliários.

A Lei 10.303 acrescentou na lei de mercados de capitais a definição de crimes contra o mercado de capitais brasileiro, dentre eles o uso de informações privilegiadas descrito no art. 27-D da lei mencionada, que ressalta que: “Utilizar informação relevante de que tenha conhecimento, ainda não divulgada ao mercado, que seja capaz de propiciar, para si ou para

outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, de valores mobiliários”. A pena para que infringe a lei é de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem empírico-teórica, tomando por base o survey como estratégia de coleta de dados, por um questionário aplicado de forma presencial e também na modalidade on-line, pela plataforma Google docs. Foi realizada uma avaliação quantitativa, pela utilização da estatística descritiva para o cálculo de médias, desvio-padrão e frequências, com a finalidade de realizar a análise dos dados coletados.

O questionário foi elaborado com o intuito de replicar parcialmente o estudo da Teoria do Prospecto de Kahneman e Tversky (1979) e comparar os resultados com o estudo seminal e estudos brasileiros eleitos, que apresentassem, de forma completa, os resultados esperados pelo presente estudo (TORRALVO, 2010; SILVA et al., 2009; CORTÊS, 2008; ROGERS; SECURATO; RIBEIRO, 2007). Ainda, pretendeu-se utilizar, de forma adaptada, a simulação empresarial do estudo de D'Souza (2016), para a observação da concordância de tomadores de decisão sobre a utilização de manobras financeiras, que se remetem a decisões oportunistas, capturando a atitude dos participantes frente à informação assimétrica, com assertivas elaboradas com base nos estudos de Martins, Paulo, Albuquerque (2013); Jensen e Meckling (2008) e Antiqueira, Saes e Lazzarini (2007).

O questionário foi dividido em três partes: a primeira levanta o perfil demográfico; a segunda apresenta oito situações hipotéticas sobre decisão em condições de risco e incerteza, sendo que quatro se remetem ao Efeito Certeza, quando as pessoas supervalorizam resultados tidos como certos em detrimento de resultados que são considerados pouco prováveis. As outras quatro situações hipotéticas se remetem ao Efeito Reflexão, que mensuram o comportamento dos estudantes em condição de risco. Cada situação hipotética possui duas alternativas de respostas (A e B).

A terceira parte é composta por 10 assertivas, sendo 7 da simulação empresarial do tipo likert (1 a 5 pontos) e 3 assertivas, que se remetem à assimetria informacional, também operacionalizadas pela escala likert (1 a 5 pontos). Aqui, pretende-se observar o nível de concordância, portanto, uma predisposição dos estudantes a atitudes oportunistas. A parametrização foi assim estabelecida: média (abaixo de 3, os estudantes não concordam com as assertivas e acima de 3 os estudantes concordam com as assertivas), frequência (somatória dos pontos 1 e 2, os alunos discordam com as assertivas e somatória dos pontos 3 e 4, os alunos concordam com as assertivas).

A aplicação do questionário foi realizada com discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis, em um campus de uma universidade pública no estado da Bahia, localizado na região metropolitana de Salvador, no mês de outubro de 2018. A amostra da pesquisa totalizou 94 estudantes matriculados e cursando o 7º e 8º semestres, uma vez que esses estudantes já cursaram matérias das disciplinas Contabilidade Geral e Societária, Mercado Financeiro e Contabilidade Gerencial e Análise de Investimentos.

A escolha pela aplicação da pesquisa, na referida universidade, é justificada pela facilidade de acesso à instituição, o que classifica a amostra obtida como não probabilística acidental, também chamada de não probabilística “por conveniência”, uma vez que o pesquisador seleciona os participantes da pesquisa pela facilidade de acesso. Uma das razões para se usar amostras por conveniência é que a intenção da pesquisa não é a de estimar com precisão os valores da população, mas sim estudar relações entre as variáveis (COZBY, 2003). Nesse sentido, os resultados são utilizados para a observação do fenômeno proposto no ambiente aplicado, sem a pretensão de generalização dos resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão divididos em três partes: perfil dos participantes da pesquisa, análise do comportamento decisório diante de situações de incerteza e risco e de atitudes oportunistas.

4.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Dentre os participantes da pesquisa, observa-se uma predominância do sexo feminino, aproximadamente 72% do total. Em relação à faixa-etária, o maior percentual foi dos participantes com idades entre 25 a 31 anos (38%). A respeito do semestre do curso, a maioria está cursando o 8º semestre (63%). Em torno de 71% dos participantes exercem atividade remunerada. Desses, cerca de 50% atuam na área Contábil, aproximadamente 15% são da área gerencial e o restante de outras áreas.

4.2 Comportamento na tomada de decisão em condições de incerteza e risco

A segunda parte do questionário representa o instrumento que auxiliará a análise do comportamento dos estudantes na tomada de decisão em cenários de incerteza e risco. A seguir, serão mostradas comparações entre a frequência de respostas dos resultados desta pesquisa com os encontrados pelos trabalhos de outros autores brasileiros, que utilizaram o questionário formulado por Kahneman e Tversky (1979) para fundamentar as suas pesquisas sobre o comportamento na tomada de decisão.

As Tabelas 1 e 2 apresentam as respostas de quatro situações hipotéticas relativas à investigação do Efeito Certeza, por terem como característica comum - a preferência entre um ganho certo e um ganho provável, ou seja, as pessoas tendem a dar maior peso às possibilidades que têm alta probabilidade de acontecer (SCHNEIDER, 2014; ROGERS; SECURATO; RIBEIRO, 2007). Conforme resultados da Tabela 1, frente à situação hipotética 1, a maioria dos respondentes da amostra em estudo optou pelo ganho certo: 100% de \$ 2400 (opção B), sem a percepção de que a probabilidade de valor do ganho da opção A é um pouco maior que \$ 2409, quando comparado com a opção B, o que demonstra a preferência pela certeza, independentemente do valor envolvido na situação. Esse resultado é consistente com estudos anteriores e realçam a afirmação de Rogers, Securato e Ribeiro (2007), de que a preferência dos estudantes levou em conta o grau de certeza de ocorrência delas e não somente o valor em questão.

Na situação hipotética 2, ainda na Tabela 1, as respostas foram bem equilibradas, uma vez que 52% escolheram a opção A, e 48% a opção B. Esse resultado está menos próximo dos achados dos estudos brasileiros e do estudo seminal de Kahneman e Tversky (1979), em termos quantitativos, sobretudo quando comparado com os resultados do estudo de Rogers, Securato e Ribeiro (2007), que também aplicaram a pesquisa com estudantes de graduação, em que a maioria preferiu a opção A 94%, e apenas 6% escolheram a opção B. Esses autores evidenciaram uma diferença significativa entre as escolhas das duas opções, mas coadunam com os achados de todos os estudos citados, por evidenciar a opção pelo

maior valor, quando se analisa a probabilidade de ganho, a saber, as decisões que envolvem probabilidade e risco em cenários de ganho.

Nas duas situações apresentadas, deduz-se que os estudantes valorizam a certeza, quando a situação envolve 100% de ganho (opção B), mesmo que o valor seja menor. Enquanto que, quando a decisão envolve chances ou probabilidades de ganho, mesmo que os valores das respostas das alternativas sejam próximas, os estudantes optaram pela alternativa de maior valor (opção A), o que corrobora a afirmação de Kahneman e Tversky (1979) de que na tendência para a escolha de alternativas consideradas incertas, a preferência é pelo maior valor.

Tabela 1 – Frequência dos prospectos e comparação com outras pesquisas

Situações Hipotéticas	Assertivas	Presente Pesquisa	Torralvo (2010)	Silva et al (2009)	Côrtes (2008)	Rogers, Securato e Ribeiro (2007)	Kahneman e Tversky (1979)
1	A: (\$2.500:33%; \$2.400:66%; \$0:1%)	22%	35,9%	30%	42%	31%	18%
	B: (\$2.400:100%)	78%	64,1%	70%	58%	69%	82%
2	A: (\$2.500:33%; \$0:67%)	52%	70,8%	57%	65%	94%	83%
	B: (\$2.400:34%; \$0:66%)	48%	29,2%	43%	35%	6%	17%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A Tabela 2 apresenta situações hipotéticas que remetem ao Efeito Certeza, ilustradas sem a relevância de informações monetárias. Os resultados da presente pesquisa, na situação 3, são convergentes com os estudos comparados, especialmente com os de Torralvo (2010) e de Kahneman e Tversky (1979), indicando, novamente, a preferência pela certeza. A preferência é de 100% de ganho de uma viagem para a Inglaterra (opção B), independentemente da quantidade de semanas ofertadas. Já os

achados para a situação 4, embora estudos anteriores tenham encontrado maior preferência para a opção A, os estudantes escolheram a opção B. Infere-se que os estudantes mantiveram a linha de pensamento utilizada na primeira resposta e escolheram a opção com mais chance de ocorrer (10%). Torralvo (2010) argumenta que essa preferência pode acontecer quando o grupo pesquisado valoriza viagens e, por isso, decidem sempre pela opção mais provável de se realizar.

Tabela 2 – Frequência das assertivas não-monetárias e comparação com outras pesquisas

Situações Hipotéticas	Assertivas	Presente Pesquisa	Torralvo (2010)	Silva et al (2009)	Côrtes (2008)	Rogers, Securato e Ribeiro (2007)	Kahneman e Tversky (1979)
3	A: Viagem de três semanas para Inglaterra, França e Itália: 50%; Nada: 50%	19%	17,6%	11%	10%	25%	22%
	B: Viagem de uma semana para a Inglaterra: 100%	81%	82,4%	89%	90%	75%	78%
4	A: Viagem de três semanas para Inglaterra, França e Itália: 5%; Nada: 95%	45%	53,9%	44%	63%	54%	67%
	B: Viagem de uma semana para Inglaterra: 10%; Nada: 90%	55%	46,1%	56%	37%	46%	33%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A seguir, a Tabela 3 apresenta os resultados da pesquisa sobre o Efeito Reflexão. Em geral, os indivíduos tendem a ser avessos ao risco quan-

do estão diante de duas possibilidades de ganho e se arriscam quando as mesmas possibilidades se apresentam no domínio das perdas.

Tabela 3 – Frequência das assertivas em cenários de ganhos e perdas sob condições de risco e comparação com outras pesquisas

Situações Hipotéticas	Assertivas	Presente Pesquisa	Torralvo (2010)	Silva et al (2009)	Côrtes (2008)	Rogers, Securato e Ribeiro (2007)	Kahneman e Tversky (1979)
5	A: (-\$6000:45%; \$0:55%)	65%	70,6%	78%	70,0%	88%	92%
	B: (-\$3000:90%; \$0:10%)	35%	29,4%	22%	30,0%	12%	8%
6	A: (-\$4000:80%; \$0:20%)	81%	81,6%	88%	68,0%	81%	92%
	B: (-\$3000:100%)	19%	18,4%	12%	32,0%	19%	8%
7	A: (\$6000:0,1%; \$0:99,9%)	63%	77,2%	63%	80,0%	66%	73%
	B: (\$3000:0,2%; \$0:99,8%)	37%	22,8%	37%	20,0%	34%	27%
8	A: (\$4000:20%; \$0:80%)	43%	64,0%	50%	73,0%	61%	65%
	B: (\$3000:25%; \$0:75%)	57%	36,0%	50%	27,0%	39%	37%

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As situações hipotéticas 5 e 6 apresentam cenários de perdas, portanto, a tendência é da preferência ao risco, resultado encontrado no presente estudo, consistente com os achados dos estudos comparativos. Os estudantes optaram pelas alternativas que continham uma maior probabilidade de acontecer, mesmo quando os valores da possível perda eram maiores. Tais achados atestam a presença do efeito reflexão, dado que os estudantes, ao invés de preferirem uma perda mais certa (90% de \$ 3.000) ou uma perda certa (100% de \$ 3000), optaram pelo risco.

Nas situações hipotéticas 7 e 8, as chances apresentadas de ganho são bem pequenas e similares. Nesta pesquisa, os estudantes optaram pela alternativa de menor chance (0,1% de \$ 6.000) para o cenário 7, achados convergentes com os estudos anteriores, e maior chance (25% de \$3.000) para o cenário 8, resultado não consistente com os estudos comparados. Aqui, cabe uma reflexão sobre o último resultado, que pode ser oriundo da não compreensão por parte dos estudantes sobre a pergunta realizada ou optaram pela alternativa com maior probabilidade de acontecer. Segundo Kahneman e Tversky (1979), em situações nas quais o ganho é possível, mas

não provável, a maioria das pessoas escolhe a perspectiva que oferece o maior ganho.

Na mesma linha, Dantas e Macedo (2013) desenvolveram um estudo com estudantes de contabilidade e observaram que quando o problema foi enquadrado sobre a forma de ganhos, os respondentes optaram pela opção menos arriscada e quando apresentada sobre a forma de perda, escolheram entre a alternativa mais propensa ao risco. Faes, Dallabona, Kroetz e Staloch (2018) também comprovaram o efeito certeza e reflexo, com estudantes do ensino superior, uma vez que a maior parte dos acadêmicos optou por alternativas com ganhos certos e alternativas de risco, no campo das perdas, na tentativa de mitigá-las.

Os resultados obtidos pela pesquisa com estudantes de contabilidade, em comparação aos apresentados pelos estudos eleitos para comparação, confirmam a observação de Rogers, Securato e Ribeiro (2007) de que os aspectos comportamentais na tomada de decisão se mantêm com o tempo e são pouco influenciados por aspectos culturais. Observa-se que, apesar de algumas divergências, a maioria dos resultados desta pesquisa foi similar a dos resultados em comparação.

4.3. Análise da presença de comportamento oportunista

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva sobre a concordância dos estudantes frente à simulação empresarial que incitava o discente a se comportar como gestor e também investidor de um grupo de empresas de capital aberto muito bem posicionado no mercado financeiro brasileiro, que bonifica anualmente os gestores que alcançam os resultados estabelecidos pela diretoria. A bonificação é de 50% sobre o valor da remuneração, e destaque na equipe de gestores, com a possibilidade de se alcançar o status de sócio. No entanto, o gestor (o estudante pesquisado) foi informado que uma das empresas controladas pelo grupo estava envolvida em um caso de corrupção e que o presidente dela, um dos sócios do grupo de empresas, estava negociando um acordo de delação premiada para tentar atenuar a sua pena. Como as informações ainda não foram divulgadas no mercado, e prevendo o futuro prejuízo com a desvalorização das ações do grupo e os efeitos das práticas de corrupção cometidas na empresa, para não perder dinheiro com o seu investimento feito na organização e também a sua bonificação anual, o gestor poderia realizar algumas manobras financeiras, de forma sigilosa, a fim de atingir os resultados que beneficiaria a sua atuação como gestor e investidor.

Os resultados apontam para o comportamento não oportunista da maioria dos estudantes $\mu = 2,5223$, resultado consistente com os achados do estudo de D'Souza (2016), que evidenciou que a maioria dos gestores pesquisados 53,2% não concordava com as atitudes oportunistas. No entanto, a autora chama a atenção para os 46,8% dos respondentes que concordaram em realizar manobras financeiras que interferem no resultado operacional e contábil. Nessa perspectiva, cabe aqui a discussão sobre as assertivas que despertaram maiores discordância e concordância dos estudantes.

Tabela 4 – Análise de comportamento oportunista e informação assimétrica

	ASSERTIVAS	N	Média μ	Desvio Padrão	Frequência (likert 1 a 5 pontos)				
					1	2	3	4	5
1 MF	Verifico com o setor de vendas a possibilidade de antecipar o registro de vendas que só serão efetivadas no mês posterior.	94	2,6277	1,1730	18,1	34,0	20,2	22,3	5,3
2 MF	Verifico se as despesas correntes de manutenção podem ser postergadas.	94	3,0957	1,3122	16,0	22,3	8,5	42,6	10,6
3 MF	Verifico se há possibilidade de alocar despesas diversas no ativo permanente.	94	2,3085	1,2006	29,8	35,1	14,9	14,9	5,3
4 MF	Verifico se os encargos financeiros do mês corrente podem ser lançados para períodos futuros.	94	2,5319	1,1519	20,2	29,8	18,1	20,2	11,7
5 MF	Observo a possibilidade de postergar perdas prováveis, sinalizadas pelo setor jurídico, referentes às causas trabalhistas que deveriam ser contabilizadas no mês corrente.	94	2,5319	1,1519	23,4	26,6	26,6	20,2	3,2
6 MF	Não informo que os estoques armazenados em determinado local estão perdidos, por consequência de algum problema técnico.	94	1,8085	0,9535	47,9	29,8	18,1	2,1	2,1
7 MF	Não informo à contabilidade e mantenho no ativo um saldo relevante a receber de um cliente falido.	94	1,6596	0,9453	57,4	26,6	10,6	3,2	2,1
8 IA	Vendo uma parte das ações para a própria empresa envolvida no crime, com o intuito de diluir o prejuízo com os demais acionistas dela, já que é injusto só uma parte assumir o prejuízo.	94	2,7128	1,3330	22,3	27,7	18,1	20,2	11,7
9 IA	Vendo todas as ações, antes que o caso seja divulgado, logo após a publicação das demonstrações contábeis do período.	94	3,0319	1,3714	17,0	23,4	16,0	26,6	17,0
10 IA	Fico com as ações, pois tenho conhecimento que a empresa é capaz de se recuperar.	94	2,7128	1,1512	17,0	27,7	27,7	22,3	5,3

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A maioria das assertivas utilizadas neste estudo, para detectar a predisposição dos estudantes à realização de manobras financeiras, fere o regime de competência sobre o reconhecimento de receitas e despesas. As assertivas 1 e 2 abordam o reconhecimento de receita e despesa e foram interpretadas de forma diferente entre os pesquisados. Se as vendas só serão efetivadas no próximo mês, então, contabilmente, não podem ser registradas prematuramente para melhorar os lucros da empresa, assertiva na qual os estudantes discordaram em 52,1%, por observarem a recomendação do CPC 00 R1 (2011, p. 30) ao asseverar que a “receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade”. A confiabilidade está comprometida na assertiva analisada, uma vez que não está completa, livre de erro e neutra.

Da mesma forma, a transferência de despesas atuais para um período anterior ou futuro, com o intuito de mascarar o resultado do período para um

lucro fictício, também se configura como uma manobra financeira de cunho contábil (NARS, 2012). No entanto, os estudantes, nessa assertiva, concordaram 53,2% em realizar essa manobra financeira, apresentando maior média $\mu=3,0957$ entre as assertivas, ferindo a recomendação do CPC 00 R1 (2011, p. 31) de que “as despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade”.

Cabe, então, refletir sobre esse achado, uma vez que alunos de ciências contábeis, desde o primeiro semestre, estudam os conceitos da Estrutura Conceitual para a elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e têm ciência de que a sua inobservância pode trazer prejuízos aos diversos usuários das informações contábeis, tais como investidores, fornecedores, clientes e funcionários. A falta de profundo conhecimento ou entendimento da assertiva, erro de interpretação, a não consideração sobre a consequência futura dessa atitude, por ser apenas uma simulação e sigilosa ou a predisposição para o acometimento de atos desonestos, são possíveis justificativas para este achado.

Sobre a assertiva 3, 64,9% dos participantes da pesquisa discordaram em alocar despesas diversas no ativo permanente. Esse resultado permite a inferência de os estudantes perceberem que a assertiva não observa o CPC 27 (2009), item 7, de que apenas podem ser contabilizados como ativos o custo de um item de um ativo imobilizado, quando for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e quando o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. Logo, despesas diversas não se enquadram na recomendação desse pronunciamento, o que se configura como uma manobra financeira para o aumento do patrimônio e do resultado do período.

No que tange à assertiva 4, 50% dos estudantes não concordaram em registrar ou reduzir impropriamente passivos financeiros com fins de aumentar o lucro da empresa. Nessa mesma linha, a maioria dos estudantes discordou (50%)

e ficou indeciso (26,6%) em relação à assertiva 5, que propõe postergar o registro de perdas prováveis no mês corrente, já sinalizadas pelo jurídico da empresa. Nesse aspecto, em particular, o CPC 00 R1 (2011) também recomenda o reconhecimento da despesa, simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos, como exemplo da alocação por competência de obrigações trabalhistas.

Sobre a assertiva 6, com a proposta de não reconhecer um prejuízo no mês corrente, 77,1% dos estudantes discordaram em não considerar o registro das perdas de estoques armazenados para não reduzir o lucro da empresa no período. Os estudantes observaram o item 34 do CPC 16 R1 (2009, p. 9), que informa: “[...] as perdas de estoques devem ser reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem”.

De forma similar, 84% dos estudantes discordaram em não baixar o saldo das duplicatas a receber de clientes falidos, o que se configura como prejuízo do período, apresentado pela assertiva 7 que obteve a menor média $\mu=1,6596$ entre as analisadas. Os estudantes observaram a recomendação de Gelbcke et al. (2018) de que as perdas esperadas e incorridas devem ser contabilizadas, reduzindo o saldo das contas a receber (redução do ativo), em contrapartida da despesa com crédito de liquidação duvidosa que, consequentemente, reduz o resultado do exercício.

As assertivas 8, 9 e 10 se remetem ao comportamento oportunista frente à informação assimétrica no mercado financeiro. Os estudantes em maioria (50%, 44,4% e 44,7%, respectivamente) discordaram em vender parte de suas ações, vender as ações antes do escândalo ser divulgado e manter as ações em sua propriedade pela confiança de que a empresa se recuperaria após a divulgação do envolvimento em corrupção. Entretanto, cabe destacar os 43% e maior $\mu=3,0319$ de concordância dos estudantes sobre a assertiva 9, o que permite a inferência de que parte dos estudantes utilizaria a informação privilegiada e venderia as ações antes do engajamento da empresa em corrupção, para não terem que arcar prejuízo posterior. Assim, os 41 alunos pesquisados es-

tariam infringindo a lei 10.303/01, cometendo crime contra o mercado de capitais brasileiro por uso de informações privilegiadas, com pena de “reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de até 3 (três) vezes o montante da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime” (BRASIL, 2001).

Os achados da presente pesquisa não são consistentes com o estudo de Antiqueira, Saes e Lazzarini (2007), cujo objetivo do trabalho experimental era apurar o comportamento oportunista em negociações envolvendo investimentos. Os autores constaram, diante das situações apresentadas, que 62,7% dos pesquisados imprimiram comportamento oportunista frente a informações privilegiadas. Martins, Paulo e Albuquerque (2013) também encontraram o comportamento oportunista ao analisarem a probabilidade de negociação com informação privilegiada na negociação de ações na BM&FBOVESPA. Os autores perceberam que, em média, existia uma probabilidade de 53,0% de terem ocorrido eventos informacionais durante o período analisado, confirmando as suspeitas de existência de assimetria de informação no mercado de capitais brasileiro.

5. CONCLUSÃO

Tomar decisões é como falar em prosa – as pessoas fazem isso o tempo todo, consciente ou inconscientemente (KAHNEMAN; TVERSKY, 1979). Entretanto, a escolha por alternativas do processo decisório emerge incerteza, risco, manobras e oportunismo. O executivo que detém informações privilegiadas, por vezes, toma decisões em busca de benefícios próprios, em detrimento aos interesses dos diversos usuários das informações contábeis, sobretudo os resultados almejados pelos investidores. Nesse contexto, esta pesquisa buscou analisar o comportamento decisório dos alunos de contabilidade diante de situações de incerteza, de risco e de oportunismo pela utilização de manobras contábeis e de informações privilegiadas.

Os resultados apontaram predominância do sexo feminino, com faixa-etária entre 25 a 31 anos, a maioria cursando o 8º semestre, em exercício de atividade remunerada, na área

contábil e gerencial. Quando colocados em situações de risco e incerteza, em cenários de ganhos, a maioria dos estudantes optou pela probabilidade de ganho certo, independentemente do valor envolvido. Já em situações de risco, quando há probabilidades de ganho, os estudantes optaram pelo ganho de maior valor.

Quando os estudantes foram submetidos a decisões em cenários de ganhos, com alternativas não monetárias, optaram pela certeza de 100% de ganhar uma viagem para a Inglaterra, sem considerar a quantidade de semanas ofertadas. Para eles, o importante é ganhar a viagem. Já quando foram postos frente a decisões em cenários de perdas, os estudantes optaram pela alternativa que continha a maior probabilidade de acontecer, mesmo quando os valores das possíveis perdas eram maiores. Assim, a maioria dos resultados aponta que os estudantes possuem aversão à incerteza, quando a decisão envolve o ganho, e pretensão ao risco quando as opções retratam a perda.

No tocante à simulação empresarial, a maioria dos resultados revela a não utilização de manobras financeiras, que tem por proposta a não observância das regras para o reconhecimento de receitas e despesas, embora a maior parte dos estudantes tenha concordado em verificar a possibilidade de postergar despesas correntes de manutenção. Sobre o uso de informações privilegiadas, a maioria também não concordou em obter benefícios e evitar prejuízos, na iminência da empresa ser condenada por atos corruptos, exceto pela assertiva de venda de todas as ações, antes da publicação do escândalo financeiro, que alcançou 43,6% de aceitação e 23,4% de indecisão entre os estudantes.

Esses achados respondem ao problema da pesquisa, permitem o alcance do objetivo proposto e ampliam os debates e estudos que abordam as decisões no ambiente empresarial e motivam a reflexão sobre a concordância, mesmo menos significativas, por parte de alunos de Ciências Contábeis, futuros profissionais, sobre a utilização de manobras contábeis que remetem à postergação de despesas correntes e financeiras, prováveis perdas trabalhistas, estoque e

de crédito de liquidações duvidosas, antecipação de receitas e a utilização de informações privilegiadas. Esses alunos precisam de maior acompanhamento, aprendizado e esclarecimento sobre as consequências civis e criminais do cometimento de atos oportunistas. Os normatizadores da educação contábil têm um papel fundamental nesse processo. Os coordenadores de curso e professores, que são atores do processo ensino-aprendizagem precisam se debruçar e aprofundar essas questões e verificar quais as lacunas do processo ético do ensino-aprendizagem precisam ser preenchidas.

Importante se faz salientar que a presente pesquisa tem como limitação a não abrangência de todos os aspectos referentes às decisões sob incerteza e risco, nem todas as consequências geradas pelo uso de manobras financeiras e informação assimétrica, muito menos as variadas perspectivas dos diferentes usuários da informação em relação a esses assuntos, limitando-se a investigar o ponto de vista dos discentes de um campus universitário. Como sugestão para novas pesquisas, são recomendados estudos sobre a relação entre as decisões incertas e arriscadas, manobras financeiras e informação assimétrica e quais ferramentas educacionais podem ajudar a diminuir a predisposição a comportamentos oportunistas no ensino contábil, para assim se evitar o engajamento dos profissionais contábeis em atividades corruptas e fraudulentas.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. The market for "lemons": Quality uncertainty and the market mechanism. In: *Uncertainty in economics*. Academic Press, 1978. p. 235-251.

ANTIQUEIRA, José Roberto Moraes; SAES, Maria Sylvia Macchione; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. Comportamento oportunista em negociações envolvendo investimentos específicos: um estudo com metodologia experimental. *Revista de Administração-RAUSP*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 393-404, dez 2007.

BATOR, Francis M. The anatomy of market failure. *The quarterly journal of economics*, v. 72, n. 3, p. 351-379, August 1958.

BERNOULLI, Daniel. Exposition of a new theory on the measurement. *Econometrica*, v. 22, n. 1, p. 23-36, 1954.

BONNER, Sarah E. Judgment and decision-making research in accounting. *Accounting Horizons*, v. 13, n. 4, p. 385-398, december 1999.

BRAGA, Robson. Ganhos e perdas em investimentos: um estudo experimental sobre personalidades à luz da teoria do prospecto e do efeito disposição. 2015. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.12.2016.tde-04022016-132731

BRASIL. Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001. *Diário Oficial da União, Poder Executivo*, Brasília, DF, 31 out. 2001. p. 4

CARDOSO, Ricardo Lopes; RICCIO, Edson; LOPES, Alexsandro Broedel. O processo decisório em um ambiente de informação contábil: um estudo usando a teoria dos prospectos. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, v. 5, n. 2, p. 85-95, maio/agosto 2008.

CARMO, Claudio Roberto da Silva. O problema da assimetria de informações nas atividades da Receita Federal do Brasil. *Secretaria da Receita Federal – 4º Prêmio Schöntag*, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 16 R1 – estoques. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 27 – ativo imobilizado. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 00 R1 – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. 2011.

CÔRTEZ, Flávia Montarroyos. Finanças comportamentais: uma aplicação da teoria do prospecto na tomada de decisão de investidores no Brasil. 2008. Tese de Doutorado. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2008.

COZBY, P. C. Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Atlas, 2003.

D'SOUZA, Márcia Figueredo. Manobras financeiras e o Dark Triad: o despertar do lado sombrio na gestão. 2016. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DANTAS, Manuela Moura; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. O Processo Decisório no Ambiente Contábil: um estudo à luz da Teoria dos Prospectos. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 5, n. 3, 2013.

FAES, Bruna Heloísa da Cruz; DALLABONA, Lara Fabiana; KROETZ, Marilei; STALOGH, Rubens. Análise a partir das teorias do prospecto e da utilidade esperada com acadêmicos de duas instituições de ensino superior do Alto Vale do Itajaí-SC. *Brazilian Journal of Development*, v. 4, n. 4, p. 1319-1342, 2018.

FAMA, Eugene F. Efficient capital markets: A review of theory and empirical work. *The Journal of Finance*, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970.

GALLO, Érika Regina da Silva; BERTELLA, Mário Augusto. Heurística e vieses no mercado acionário brasileiro: o efeito do processo de julgamento em um cenário de risco e incerteza. *Revista de Economia Mackenzie*, v. 14, n. 2, 2018.

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eli-seu. Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades e de acordo com as normas internacionais de contabilidade e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HALFELD, Mauro; TORRES, Fábio de Freitas Leitão. Finanças comportamentais: a aplicações no contexto brasileiro. *Revista de administração de empresas*, v. 41, n. 2, p. 64-71, 2001.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KAHINEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 363-391, 1979.

LÖFGREN, Karl-Gustaf; PERSSON, Torsten; WEIBULL, Jörgen W. Markets with asymmetric

information: the contributions of George Akerlof, Michael Spence and Joseph Stiglitz. *The Scandinavian Journal of Economics*, v. 104, n. 2, p. 195-211, 2002.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. Teoria do prospecto: uma investigação utilizando simulação de investimentos. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2003.

MARTINEZ, Antonio Lopo. Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson; ALBUQUERQUE, Pedro. Negociação com informação privilegiada na bm & fbovespa e seu reflexo no retorno das ações. *Revista de Administração Empresas (RAE)*, v. 53, n. 4, p. 350-362, 2013.

Nars, Kari. Golpes bilionários: como os maiores golpistas do mundo enganaram tanta gente por tanto tempo. Belo Horizonte: Gutenberg, 2012.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. *Revista Universo Contábil*, v. 4, n. 3, p. 25-47, 2008.

PASSOS, Janduhy Camilo; PEREIRA, Vinicius Silva; MARTINS, Vidigal Fernandes. Contextualizando a pesquisa em finanças comportamentais: uma análise das principais publicações nacionais e internacionais que abrange o período de 1997 a 2010. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, v. 1, n. 1, 2013.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz; PIRES, Melissa Cristina. Assimetria de informações e problemas regulatórios. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo, Nota Técnica, n. 10, p. 217-60, 2000.

RESENDE, Caio Cordeiro de. Falhas de mercado: uma análise comparativa da Escola do Setor Público Tradicional da Escola Austríaca. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, 2012.

ROGERS, Pablo; SECURATO, José Roberto; RIBEIRO, Kárem Cristina de Souza. Finanças comportamentais no Brasil: um estudo comparativo. *Revista de Economia e Administração*, v. 6, n. 1, 2007.

SCHNEIDER Jr., Marcelo. Ilusões cognitivas em tomada de decisão envolvendo risco e incerteza: uma análise comparativa entre estudantes e não-estudantes. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SILVA, Rhoger Fellipe Marinho da et al. Finanças Comportamentais: um estudo comparativo utilizando a teoria dos prospectos com os alunos de graduação do curso de ciências contábeis. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 11, n. 33, p. 383-403, 2009.

SILVA, Adilson Aderito da; BRITO, Eliane Pereira Zamith. Incerteza, racionalidade limitada e comportamento oportunista: um estudo na indústria brasileira. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 1, p. 176-201, 2013.

STOLOWY, Hervé; BRETON, Gaétan. Accounts manipulation: A literature review and proposed conceptual framework. *Review of accounting and finance*, v. 3, n. 1, p. 5-92, 2004.

TORRALVO, Caio Fragata. Finanças comportamentais: uma aplicação da teoria do prospecto em alunos brasileiros de pós-graduação. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, p. 131-156, 1990.

WILLIAMSON, Oliver E. Markets and hierarchies: some elementary considerations. *The American economic review*, v. 63, n. 2, p. 316-325, 1973.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; RAMALHO, Thiago Borges. Finanças comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 16, n. 53, p. 594-615, 2014.

YOSHINAGA, Claudia Emiko et al. Finanças comportamentais: uma introdução. *REGE Revista de Gestão*, v. 15, n. 3, p. 25-35, 2008.





Lei de Responsabilidade Fiscal: uma avaliação dos gastos com pessoal da região metropolitana de Salvador, Bahia

Resumo

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ganhou um papel importante na administração da gestão pública, inclusive no controle dos gastos com pessoal. Ressalta-se que a presente Lei foi criada com o intuito de promover um controle no processo de planejamento e execução orçamentária, para que fosse possível controlar os gastos e dívidas das gestões. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo avaliar os gastos com pessoal nos municípios da região Metropolitana de Salvador, BA. A metodologia utilizada se classifica como uma pesquisa descritiva e quantitativa, em que a coleta e a análise dos dados foram elaboradas a partir de relatórios disponibilizados nos sites das prefeituras dos municípios estudados e site da Controladoria do Município, dentre os períodos de 2015 a 2018. Concluiu-se que alguns municípios não estão de acordo com a LRF, pois não houve transparência e nem divulgação dos relatórios durante o período pesquisado. Observou-se, ainda, que os municípios São Sebastião do Passé e Dias D'Ávila foram os que obtiveram uma maior porcentagem de despesa com pessoal sobre a RCL, ultrapassando o limite máximo, que é de 54%. Em ambos os casos, o índice foi impactado pelo crescimento das despesas com pessoal, mesmo tendo sido observado um crescimento da RCL ao longo dos anos. É importante ressaltar que a partir de 2018, as restrições da regra de recondução não se aplicarão ao município em caso de queda de receita real superior a 10% em comparação ao mesmo quadrimestre do exercício anterior.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Despesa com Pessoal Contabilidade Pública.

1. INTRODUÇÃO

A informação é uma das ferramentas fundamentais no processo relativo ao bom desempenho das empresas, no setor privado ou no público. Portanto, para auxiliar o setor público, gerando informações com transparência e credibilidade, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sancionada no ano 2000, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e ficou conhecida também, como Lei Complementar 101. A LRF foi criada com o objetivo de introduzir limites para as despesas públicas e evitar um futuro endividamento. Dessa forma, pretendia-se deixar mais transparente os gastos públicos, determinando um planejamento de investimentos e gastar apenas dentro do orçamento permitido.

As administrações públicas municipais ocupam lugar de destaque nessa estrutura e são vistas como as que melhor podem atender às demandas da população, pois estão mais próximas dos seus problemas e, teoricamente, das suas soluções. Para demonstrar o cumprimento da LRF, são emitidos e disponibilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). O objetivo é fazer o acompanhamento e análise entre receitas e despesas no setor público. Assim, a LRF exerce um papel fundamental na gestão pública. Esses são alguns dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e que devem ser amplamente divulgados, inclusive em meios eletrônicos, ficando, dessa forma, acessíveis não apenas aos órgãos de fiscalização, como também, à população.

A LRF delinea diretrizes aplicáveis às finanças públicas e responsabilidade na gestão fiscal, a qual pressupõe que haja uma ação planejada e transparente, na qual os riscos e os desvios que afetam as contas públicas podem ser evitados e corrigidos. A Lei determina também que esse acompanhamento planejado deve ser feito de forma permanente, na parte da gestão fiscal operacional, pelas esferas do governo, entidades técnicas representativas e pelo Ministério Público e realizar-se-á pelo conselho de gestão fiscal. Com isso, haveria uma maior adequação de normas para consolidar as con-

tas públicas, padronizando os procedimentos e relatórios de gestão fiscal (BRASIL, 2000).

De acordo com Luque e Silva (2004), a LRF se torna um importante instrumento, pois ressalta a noção básica de que a atuação apropriada do setor público no desempenho das suas funções passa pela obtenção de finanças corretamente administradas, pois para que se tenha uma ação eficiente do setor público, algumas etapas são necessárias, tendo uma aplicação adequada dos recursos, bem como uma distribuição correta dos bens públicos e essenciais para os segmentos mais carentes da população. Seguindo o plano orçamentário, as prefeituras só podem gastar o que está dentro do seu orçamento e com a LRF ficam obrigadas a realizarem a emissão e a publicação dos relatórios fiscais citados anteriormente.

Diante desse contexto, a LRF ganha papel importante na gestão dos recursos públicos. A presente pesquisa, levando em consideração o pressuposto estabelecido, e as atribuições inerentes à atividade pública municipal, visa responder ao seguinte questionamento: os gastos com o pessoal dos municípios da região metropolitana de Salvador, Bahia, estão em conformidade em relação à Receita Corrente Líquida no período de 2015 a 2018?

Este estudo tem como objetivo realizar a aplicação dos conceitos da LRF, verificando se os municípios pesquisados estão de acordo com a LRF, analisando o valor gasto com o pessoal, destacando a importância dos relatórios fiscais, na busca do equilíbrio financeiro. Os municípios analisados nesta pesquisa fazem parte da região metropolitana de Salvador, Bahia, são eles: Salvador, Camaçari, Simões Filho, Dias d'Ávila, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Pojuca e Madre de Deus.

Em complemento ao referencial teórico, foram selecionadas aleatoriamente algumas pesquisas que foram realizadas sobre o tema proposto. De acordo com os trabalhos coletados, o tema em questão está sendo discutido em âmbito nacional, visto que existem trabalhos aplicados no Rio Grande do Sul,

Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Sergipe. Ressalta-se que não foi encontrado nenhum trabalho aplicado na Bahia. Buscou-se descrever como foram realizadas estas pesquisas assim como as conclusões que os pesquisadores conseguiram encontrar, justificando, portanto, a importância do tema em estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal

A contabilidade Pública tem como objeto de estudo o patrimônio público e é regida no Brasil pela Lei 4.320/1964. Para Kohama (2008), a Contabilidade Pública tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias financeiras e patrimoniais das entidades públicas. Uma das finalidades da Contabilidade Pública é a transparência nos atos praticados pelos administradores públicos evitando que esses, segundo Lima e Castro (2007, p. 3), “[...] arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens pertencentes ou confiados à Administração Pública”, de forma inadequada, prejudicando com isso umas das suas finalidades.

Matias e Campello (2000) evidenciam que é no município, a menor unidade administrativa da federação, que se encontram as condições mais adequadas para que seja formado um quadro nacional democrático e onde são geradas as situações mais favoráveis de intervenção, pelo fato de estar mais próximos dos problemas e por estar sujeito ao controle da sociedade.

Segundo Bleil *et al.* (2015), é necessária a arrecadação de receitas, para que sejam realizados serviços que beneficiem a sociedade, que são transformadas em prestação de serviços para a própria comunidade. A eficiência deste resultado só será alcançada se a Administração Pública puder acompanhar todos os registros de receitas e despesas através de um orçamento realizado com impessoalidade dos administradores públicos. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um código de conduta para adminis-

tradores públicos de todo o país, que passa a valer nas esferas de governo federal, estadual e municipal, inclusive nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Conforme Araújo, Santos Filho e Gomes (2015):

a Lei de Responsabilidade Fiscal foi formulada e justificada como um programa de estabilização fiscal, fundamentada nos princípios do planejamento, transparência, controle e responsabilidade. O contexto econômico que antecede a LRF está diretamente ligado aos códigos de boas práticas de gestão disseminados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que incluiu essa e outras exigências para a concessão de novos empréstimos ao País, depois de uma grave crise cambial em 1998-99.

A Lei Complementar nº 101/2000, para Oliveira (2017), tem por finalidade impor que os entes públicos restrinjam os seus gastos somente àquilo que foi planejado, respeitando os limites previstos, com o intuito de manter o equilíbrio das contas públicas. O objetivo da LRF é melhorar a administração das contas públicas no Brasil, além de estabelecer limites para as despesas com pessoal, como mostra alguns artigos da Lei 101/2000:

- Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar (BRASIL, 2000).
- Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
 - I – União: 50% (cinquenta por cento);
 - II – Estados: 60% (sessenta por cento);
 - III – Municípios: 60% (sessenta por cento).

A ação planejada e transparente é capaz de prevenir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, sendo possível essa prevenção, mediante o cumprimento de metas

entre receitas e despesas e a obediência de limites e condições previstas em lei.

Conforme o Art. 48 da LRF:

são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000).

Em relação à receita pública, a LRF se delimitou mediante a previsão, arrecadação e renúncia. Destarte, estipulou-se que toda previsão deve seguir normas técnicas e legais, com análise dos três anos anteriores e estimativas para os anos seguintes; orientou os entes federados a uma gestão fiscal responsável, sob pena de não receberem as transferências voluntárias quando do não cumprimento dessa norma (ARAÚJO; SANTOS FILHO; GOMES, 2015).

A base da LRF está nas leis orçamentárias já vigentes: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Entretanto, impôs-se essas normas de elaboração do orçamento público aos estados, Distrito Federal e municípios. Seu papel, nesse caso, foi o de estabelecer a obrigatoriedade de se incluir na LDO um Anexo de Metas Fiscais, o qual deve conter as previsões de receitas e despesas, bem como os resultados nominal, primário e o montante da dívida pública para o exercício a que se refere a LDO e os dois anos seguintes, além do Anexo de Riscos Fiscais, que deve avaliar os possíveis fatos que irão impactar nos resultados fiscais estabelecidos para o exercício (GIUBERTI, 2004).

No que diz respeito aos gastos públicos, segundo Giuberti (2004), a LRF estabeleceu limites rígidos para o gasto com pessoal e endividamento público, bem como mecanismos claros para a correção de eventuais desvios. Em caso de arrecadação de receitas menor do que o previsto, o ente fica impossibilitado de fazer empenhos de modo a garantir o cumprimento das metas fiscais, exceto se as despesas forem de caráter obrigatório, cons-

titucionais ou legais, ou se forem ressalvadas na LDO, ou ainda, se o empenho estiver ligado ao serviço da dívida.

Para atender às demandas e aos anseios da população, os municípios disponibilizam serviços públicos. A administração pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade (MEIRELLES, 1995).

Nesse contexto, para que a administração pública possa gerenciar os seus recursos, a LRF estabelece limites para o pagamento com despesa de pessoal. Segundo Carvalho (2007, p. 66), é preciso “[...] evitar a extrapolação do limite geral, por meio da ação preventiva”. O limite prudencial é uma forma de sinal de alerta, ou seja, uma contenção de despesa para evitar que o poder ou órgão infrinjam os artigos contidos na LRF com relação aos gastos com pessoal e evitar ser prejudicado posteriormente em outras ações.

Às despesas com pessoal se aplicam os condicionantes para a geração de despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme dispõe o art. 21, que trata do controle da despesa total com pessoal: é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa de pessoal que não atenda às exigências dos arts. 16 e 17, o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal (AVELINO, 2019).

A despesa total com pessoal pode ser conceituada como o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como: vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e em-

pregados públicos são incluídos no cálculo da despesa total com pessoal com a denominação “Outras Despesas de Pessoal” (BRASIL, 2000).

2.2 Estudos precedentes

Nesta seção foram selecionadas, aleatoriamente, algumas pesquisas, que foram realizadas sobre o tema proposto. De acordo com os trabalhos coletados, o tema em questão está sendo discutido em âmbito nacional, visto que existem trabalhos aplicados no Rio Grande do Sul, Alagoas, Minas Gerais, Paraná e Sergipe. Ressalta-se que, não foi encontrado nenhum trabalho aplicado na Bahia e nem na região metropolitana de Salvador. Buscou-se descrever como foram realizadas estas pesquisas, assim como as conclusões que os pesquisadores conseguiram encontrar.

Giuberti (2004) buscou analisar a situação fiscal dos Municípios brasileiros e o impacto da LRF sobre as despesas municipais para o período de 1997 a 2003. Especificamente, o estudo buscou responder se o limite imposto para a despesa com pessoal afeta de alguma forma o comportamento dos administradores no que diz respeito a esse item de despesa. Com isso, conclui-se que para a maioria dos Municípios a Lei de Responsabilidade Fiscal não afeta o comportamento dos gestores públicos quanto ao gasto com pessoal.

Santos e Alves (2011) fizeram uma análise do impacto da LRF nos orçamentos e no desempenho financeiro dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, possibilitando estabelecer um nexo entre o que se pretende com a lei e os resultados obtidos depois de decorrido um mandato municipal de adequação às regras legais estabelecidas. Dessa forma, concluiu-se que ao reduzir a discricionariedade dos orçamentos, a LRF foi determinante para promover os melhores desempenhos na gestão financeira dos municípios gaúchos, em geral.

Bleil et al. (2015) realizaram a aplicação dos conceitos clássicos da LRF no desempenho dos pequenos municípios da microrregião de Getúlio Vargas-RS, verificando se as prefeituras da amostra estão enquadradas com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, analisando o percentual de gastos com pessoal. Além dis-

so, concluiu-se que se não houvesse esta normatização, certamente ocorreriam problemas com valores elevados em gastos com pessoal, pois, conforme se verificou no período eleitoral, as prefeituras tendem a contratar mais pessoas e aumentar os seus gastos.

Araújo, Santos Filho e Gomes (2015) buscaram analisar os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os municípios alagoanos, a fim de verificar se eles cumpriram as metas básicas de legislação, bem como também como se deu o comportamento dos níveis de dependência das suas finanças públicas em relação às transferências governamentais. Com isso, os resultados a que chegaram para o caso do estudo dos municípios alagoanos indicam que, de forma consolidada, os limites com as despesas com pessoal e endividamento foram cumpridos logo de imediato à promulgação da legislação fiscal. Todavia, em longo prazo, os limites estabelecidos são difíceis de serem atingidos, causando quase sempre situações de desequilíbrios nas finanças públicas.

Oliveira (2017) evidencia a contribuição para o esclarecimento da importância de respeitar os limites impostos pela Lei Complementar nº 101/2000, a fim de maximizar a eficiência no que tange aos gastos públicos, levando aos gestores e população o entendimento do referido tema. Também, pretende-se colaborar com o aumento de publicações e discussões dessa temática, dando a devida relevância ao cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O estudo, ao evidenciar o cumprimento da LRF pelos Poderes Executivos e Legislativos dos municípios da Região da Fronteira Oeste do RS, contribui para a compreensão, por parte da população e dos administradores públicos, dos dados apresentados no sítio do Tribunal de Contas e da importância do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF em relação aos gastos públicos.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é a seguir caracterizada quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. De acordo com Gil (2007), para traçar

um modelo conceitual e operativo de pesquisa, é necessário a análise dos fatos de forma a confrontar a visão teórica com os dados obtidos.

Quanto aos objetivos da pesquisa, possui abordagem descritiva. Para a realização deste trabalho, os dados foram coletados nos relatórios dos gastos com pessoal que estão disponíveis no site das Prefeituras e Controladoria Geral dos Municípios. Esta pesquisa visa abordar a situação em que se encontram as Prefeituras da região Metropolitana de Salvador, Bahia, para proporcionar maior conhecimento a respeito do tema e analisar se os municípios pesquisados estão seguindo o que consta na LRF.

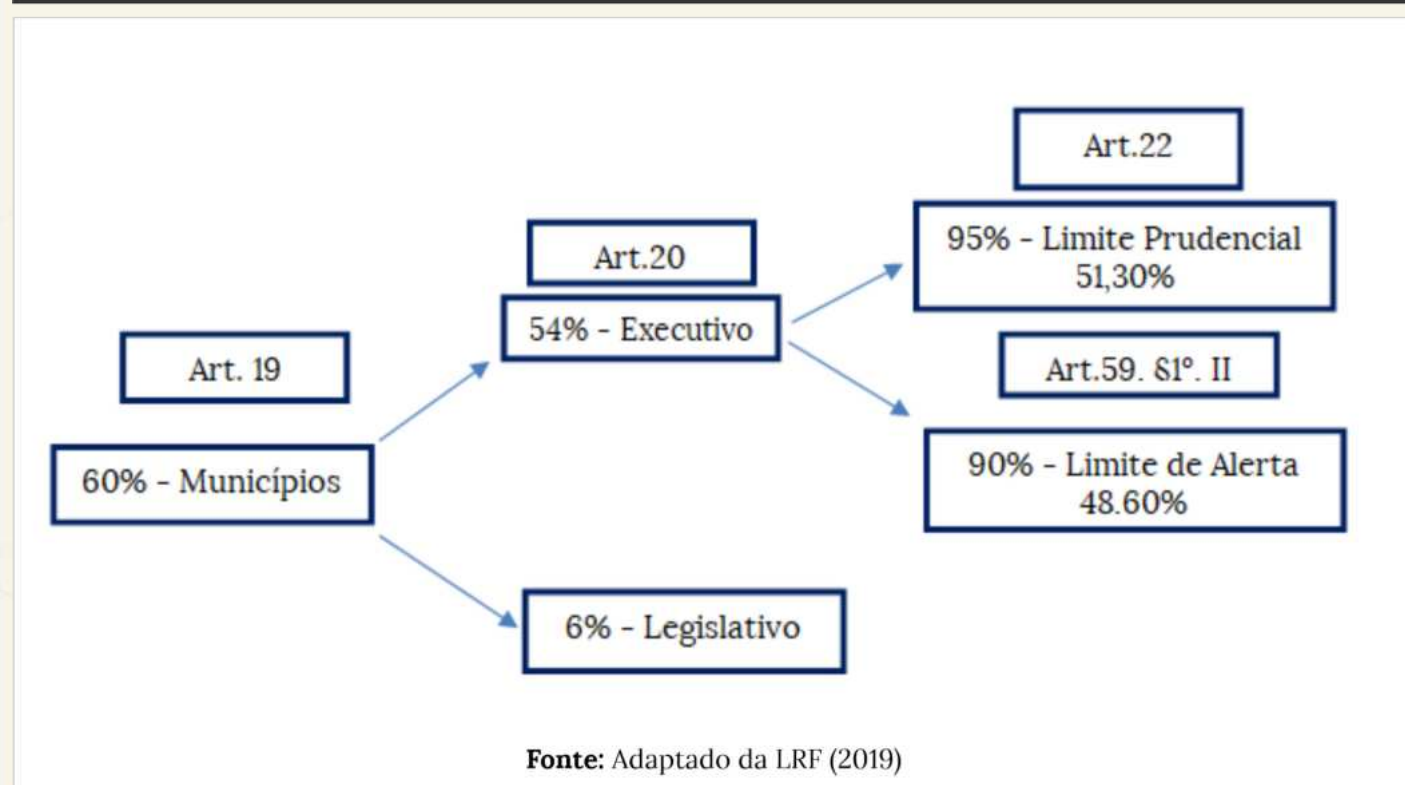
Além disso, quanto aos procedimentos técnicos utilizados foram: um estudo bibliográfico a partir dos registros disponíveis, decorrente de pesquisas anteriores. Nesse momento, foi realizado um levantamento, de forma qualitativa, a respeito da LRF. Posteriormente, foi feita uma coleta dos dados nos sites das prefeituras pesquisadas e somente no município de Salvador no site da controladoria geral do município. Para a avaliação dos dados, a pesquisa se delimitou entre os anos de 2015 a 2018. Os dados coletados foram registrados em planilhas de Excel, ava-

liados de forma quantitativa e apresentados em gráficos, analisando de forma individual cada município.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa. Para Richardson (1999), a abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, até as mais complexas: como coeficiente de correlação, análise de regressão e análise multivariada de dados. As análises realizadas foram os percentuais aplicados no pagamento das despesas com pessoal.

Quanto a população e amostra, segundo Crespo (2009), a população é um conjunto em que os fatores analisados possuem alguma característica em comum. Esse critério deve ser específico e se espera que não gere ambiguidade, para que se possa, ao ser realizada a análise, inclui-la ou não a determinada população. Já uma amostra é estabelecida por um fator limitativo de estudo, podendo ser por impossibilidade ou inviabilidade econômica e até temporal. Definiu-se por amostra uma parcela da população, ou seja, os municípios da região metropolitana de Salvador, Bahia.

Figura 01: Gastos com pessoal, Lei Responsabilidade Fiscal



Com relação ao estudo dos gastos com pessoal, de acordo com a LRF, é destinado aos municípios, os seguintes limites estabelecidos a seguir: As penalidades para o gestor que ultrapassar o limite prudencial de 95%, de acordo com art. 22 da LRF, no seu parágrafo único, é que ele não poderá conceder vantagens, aumentos, reajustes, adequações de remunerações a qualquer tipo, salvo os derivados de sentença judicial. Ele não poderá, ainda, criar cargos, empregos ou funções, alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa, realizar provimento de cargo público, admissão, contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrentes de aposentadoria ou falecimento de servidores, além disto não poderá contratar hora extra, salvo em situações previstas na LDO.

Ainda conforme a Lei, se o limite estabelecido no art. 20, sem prejuízos das medidas adotados no art. 22, o percentual excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo, pelo menos 1/3 no primeiro quadrimestre, adotando-se dentre outras as providências previstas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da CF que assim dispõem:

Redução de pelo menos 20% dos cargos em comissão e funções de confiança além da exoneração dos servidores não estáveis. Caso o gestor não alcance a redução no prazo estabelecido, enquanto perdurar o excesso o ente não poderá: receber transferências voluntárias; obter garantias; ou contratar operações crédito, salvo aqueles que visem redução com pessoal.

É importante ressaltar que, a partir de 2018, as restrições da regra de recondução não se aplicarão ao município em caso de queda de receita real superior a 10% em comparação ao mesmo quadrimestre do exercício anterior.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise da presente pesquisa, corresponde à região metropolitana de Salvador, que possui treze municípios, sendo eles: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias,

Dias d'Ávila, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Pojuca, Itaparica e Madre de Deus.

Tabela 01: Municípios da região metropolitana de Salvador, Bahia

N	Municípios	População	%
1	Salvador	2.857.329	73,27%
2	Camaçari	293.723	7,53%
3	Lauro de Freitas	195.095	5,00%
4	Simões Filho	132.906	3,41%
5	Candeias	86.677	2,22%
6	Dias d'Ávila	79.685	2,04%
7	São Sebastião do Passé	44.164	1,13%
8	Mata de São João	46.014	1,18%
9	Vera Cruz	42.706	1,10%
10	São Francisco do Conde	39.338	1,01%
11	Pojuca	39.045	1,00%
12	Itaparica	22.114	0,57%
13	Madre de Deus	20.737	0,53%
Total		3.899.533	100,00%

Fonte: IBGE (2018)

De acordo com a Tabela 01, verifica-se que a região metropolitana de Salvador é composta de 13 municípios. A capital Salvador possui, em termos populacionais, uma representativa parte da amostra, com 73,27%.

Tabela 02: Análise dos Demonstrativos de Despesa com Pessoal

Municípios	% da DTP sobre a RCL			
	2015	2016	2017	2018
Salvador	43,90%	42,05%	41,19%	38,94%
Vera Cruz	-	-	57,76%	43,08%
Simões Filho	-	-	-	53,10%
São Sebastião do Passé	62,07%	56,06%	55,59%	-
São Francisco do Conde	48,75%	53,33%	53,78%	-
Pojuca	49,87%	49,45%	-	-
Mata de São João	-	50,74%	53,23%	-
Dias D'Ávila	51,84%	53,72%	55,27%	53,22%
Camaçari	53,02%	49,11%	49,72%	-
Madre de Deus	54,74%	53,84%	58,38%	49,26%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na Tabela 02 se apresenta o percentual destinado com despesa de pessoal em cada município estudado, durante o período de 2015 até 2019. Percebe-se que alguns municípios não apresentaram os demonstrativos nos sites das Prefeituras, configurando uma visível falta de transparência perante quem deseja analisar os dados.

Visualizou-se, também, que os limites estabelecidos pela LRF foram ultrapassados, podendo gerar punições aos governantes.

Gráfico 1 – Demonstrativo de Despesas com pessoal do município de Salvador



Fonte: Autor – adaptado do site CGM-Salvador (2019)

O Gráfico 1 se refere ao município de Salvador – BA. Nota-se que houve um certo equilíbrio entre os anos analisados. Como se pode observar no gráfico, o maior percentual está no ano de 2015, com 43,90% sobre a Receita Corrente Líquida e o menor percentual está concentrado no ano de 2018. Ressalta-se que as receitas correntes tiveram incremento no decorrer dos períodos, enquanto as despesas se mantiveram estabilizadas.

Gráfico 2 – Demonstrativo de Despesas com pessoal – Vera Cruz



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Vera Cruz – BA (2019)

Como se pode observar no Gráfico 2, os dados disponibilizados no portal da transparência do site da prefeitura de Vera Cruz – BA foram somente dos anos de 2017 e 2018. No ano de 2017 a porcentagem sobre a Receita Corrente líquida foi de 57,76%, ultrapassando o limite máximo de 54% sobre a Receita Corrente Líquida. Percebe-se que o gestor promoveu a recondução conforme estabelecido em Lei. Vale ressaltar que, a redução foi impactada tanto pelo crescimento da RCL quanto pela redução da despesa com o pessoal.

Gráfico 3 – Demonstrativo de Despesas com pessoal – Simões Filho

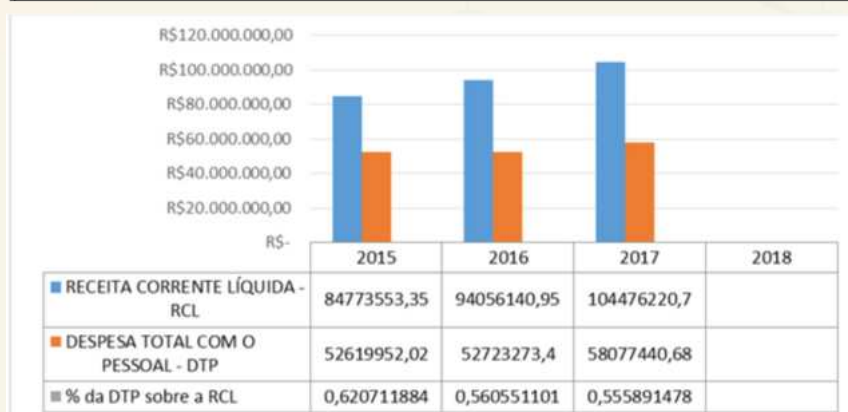


Fonte: adaptado do site da Prefeitura Simões Filho (2019)

Já no Gráfico 3, no portal da transparência do site da prefeitura de Simões Filho-BA, só estão disponibilizados os dados do ano de 2018. Dessa forma, pode-se observar que a porcentagem

sobre a Receita Corrente Líquida foi de 53,10%, ultrapassando o limite prudencial de 51,3% e se aproximando do limite máximo de 54% sobre a Receita Corrente Líquida.

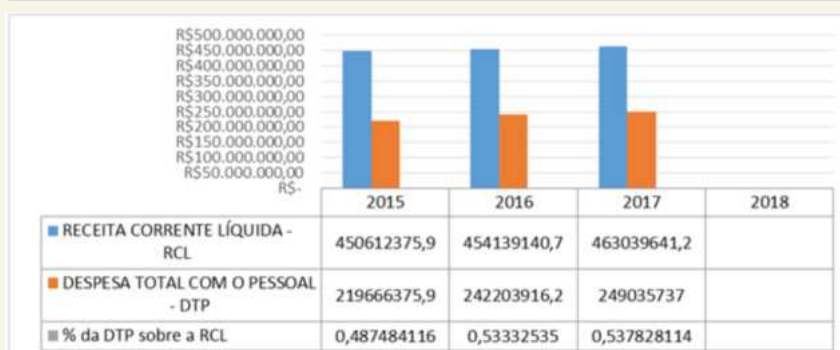
Gráfico 4 – Demonstrativo de Despesas com pessoal - São Sebastião do Passé



Fonte: adaptado do site da Prefeitura São Sebastião do Passé (2019)

O Gráfico 4 mostra os dados que foram coletados no portal da transparência da prefeitura de São Sebastião do Passé e, como se pode observar, não foi possível coletar os dados de 2018. Entre os outros anos analisados, observa-se que a porcentagem sobre a Receita Corrente Líquida ultrapassou em todos os anos o seu limite máximo de 54%. Nota-se que o gestor vem promovendo esforços para redução do índice, mas, não foi suficiente ainda para alcançar os limites estabelecidos em Lei. Vale ressaltar, que a RCL vem crescendo ano a ano, mas, as despesas no último ano analisado cresceram de forma considerável.

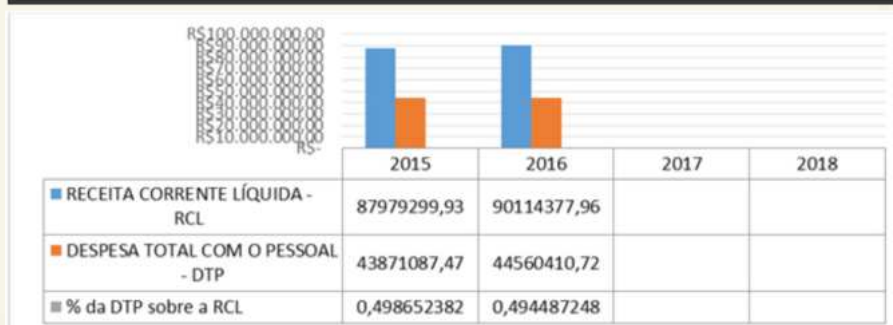
Gráfico 5 – Demonstrativo de Despesas com pessoal - São Francisco do Conde



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Francisco do Conde (2019)

O mesmo aconteceu com os dados do Gráfico 5 - no site da prefeitura de São Francisco do Conde-Ba não foram encontradas as informações do ano de 2018. Dessa forma, pode-se analisar que a partir do ano de 2016 houve um aumento na porcentagem sobre a RCL, chegando quase ao limite máximo. Observa-se que a RCL teve um discreto crescimento, enquanto a despesa com pessoal cresceu em percentuais acima da RCL, o que vem promovendo o crescimento do índice que já ultrapassou o limite prudencial e exige que o gestor adote as medidas para a recondução, de acordo com a Lei.

Gráfico 6 – Demonstrativo de Despesas com pessoal - Pojuca



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Pojuca (2019)

Já no Gráfico 6 só foram disponibilizados no site da prefeitura de Pojuca-Ba os dados de 2015

e 2016. Assim, pode-se observar que a porcentagem sobre a Receita Corrente Líquida teve um certo equilíbrio e ficou entre o limite de alerta e o limite prudencial.

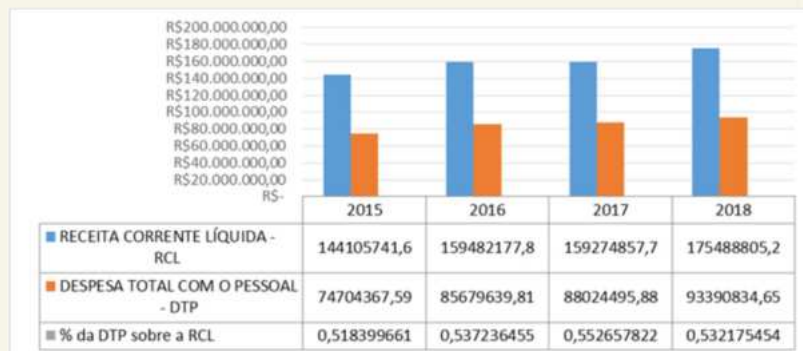
Gráfico 7 – Demonstrativo de Despesas com pessoal – Mata de São João



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Mata de São João (2019)

O Gráfico 7 mostra os dados que foram disponibilizados no site da prefeitura de Mata de São João-BA. Dessa forma, pode-se observar que houve aumento no percentual sobre a RCL, ficando acima do limite prudencial e abaixo do limite máximo. Percebe-se que o índice vem sendo impactado pela queda da arrecadação, pois, as despesas vêm demonstrando comportamento estável.

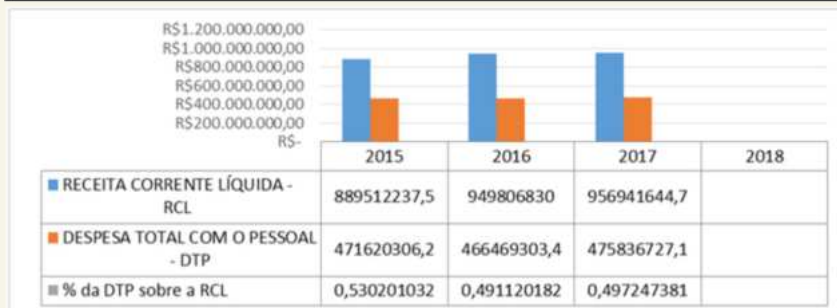
Gráfico 8 – Demonstrativo de Despesas com pessoal – Dias D'Ávila



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Dias D'Ávila (2019)

Os dados do Gráfico 8 foram retirados do site da prefeitura de Dias D'Ávila-BA. Com isso, pode-se observar que em todos os anos analisados, a porcentagem sobre a Receita Corrente Líquida esteve acima do limite prudencial e, em 2017, ultrapassou o limite máximo. Nota-se que, embora as receitas apresentem crescimento, as despesas acompanharam a mesma toada de crescimento. Dessa forma, o gestor está obrigado a recondução conforme a Lei.

Gráfico 9 – Demonstrativo de Despesas com pessoal – Camaçari



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Camaçari (2019)

No site da prefeitura de Camaçari não foram encontrados os dados do ano de 2018, como mostra o Gráfico 9. Diante dos dados coletados, o maior percentual sobre a RCL foi no ano de 2015 com 53,02%, ultrapassando o limite prudencial. Já nos outros anos, houve uma redução nesta porcentagem. Vale ressaltar que o gestor deve observar que ele já ultrapassou o limite de alerta.

Gráfico 10 – Demonstrativo de Despesas com pessoal - Madre de Deus



Fonte: adaptado do site da Prefeitura Madre de Deus (2019)

O Gráfico 10 se refere ao município de Madre de Deus – BA. Como se pode observar, o maior percentual está no ano de 2017, com 58,38% sobre a RCL que já foi reconduzida no ano seguinte, promovida pelo aumento da receita, em concomitância com a redução das despesas.

5. CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

Para mostrar o enfoque dos resultados desse artigo, realizou-se uma busca de dados nos relatórios disponíveis no site da Controladoria Geral do Município de Salvador e nos sites das prefeituras pesquisadas. De acordo com as análises e coleta dos dados, não foram todos os municípios que disponibilizaram, no portal da transparência de cada prefeitura, os dados necessários para uma análise mais completa.

A presente pesquisa se limitou a analisar alguns municípios da região metropolitana de Salvador, no período de 2015 a 2018. Dessa forma, os resultados encontrados se limitam a essa população e ao período analisado.

Diante do que foi coletado e analisado, os municípios: São Sebastião do Passé e Dias D'Ávila, foram os municípios que obtiveram uma maior porcentagem de despesa com pessoal sobre a RCL, ultrapassando o limite máximo que é de 54%. Em ambos os casos, o índice foi impactado pelo crescimento das despesas com pessoal, mesmo tendo sido observado um crescimento da RCL ao longo dos anos.

Dessa forma, pode-se observar que é necessário a adequação da administração pública aos percentuais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal aos gastos com pessoal, que deve ser cumprido por cada administração, todos os anos, para que não haja penalidades.

Além disso, foi possível identificar a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois sem ela, os gastos com pessoal poderiam ser bem maiores do que o permitido por lei.

É importante ressaltar que a partir de 2018, as restrições da regra de recondução não se aplicarão ao município em caso de queda de receita real superior a 10% em comparação ao mesmo quadrimestre do exercício anterior.

Este artigo pode servir de base para contribuições futuras e se indica que sejam feitos novos estudos com municípios e estados de outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Anderson H. dos S., FILHO, José E. dos S., GOMES, Fábio G. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000. Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro, v. 3, n. 49, p. 740-759, Mai./Jun. 2015.
- AVELINO, Vanessa dos Santos. Responsabilidade Fiscal: Análise dos Gastos com Pessoal nos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. 2019. 78f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará. 2019.
- BLEIL, Claudécir, GIOACOMIN, Juciléia, FASSINA, Paulo H., Kohler, Vanessa. Lei de Responsabilidade Fiscal: Um Estudo e Avaliação dos Gastos com Pessoal nas Prefeituras da Microrregião de Getúlio Vargas-RS, no Período de 2009 a 2013. In: XV Convenção de Conta-

bilidade do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves-RS, 2015.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de responsabilidade fiscal (LRF). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em: 12 maio 2019.

CAMPELLO, C. A. G. B.; MATIAS, A. B. Administração Financeira Municipal. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, P. F. Efeitos da lei de responsabilidade fiscal sobre as despesas públicas dos municípios do Estado do Piauí. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6817>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIUBERTI, Ana Carolina. Lei de Responsabilidade Fiscal: Efeitos sobre o Gasto com Pessoal dos Municípios Brasileiros. UFES 2004.

KOHAMA, H. Contabilidade pública. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHLER, Vanessa. Lei de Responsabilidade Fiscal: Um estudo e avaliação dos gastos com pessoal nas prefeituras da microrregião de Getúlio Vargas-RS, o período de 2009 a 2013. Bento Gonçalves-RS: 2015.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. Contabilidade pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUQUE, C. A.; SILVA, V. M. A lei de responsabilidade na gestão fiscal: combatendo falhas de governo à brasileira. Revista de Economia Política, v. 24, n. 3, p. 404-421, 2004.

MEIRELLES, Hely L. Direito administrativo brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995

OLIVEIRA, Juliani R. de. Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelos municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo. Revista de Auditoria Governança e Contabilidade, v. 6, n. 22, p. 146-163, 2018.

SANTOS, Sandra R. T., ALVES, Tiago W. O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no Desempenho Financeiro e na Execução Orçamentária dos Municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. RAP. Rio de Janeiro-RJ, v. 1, n. 45, p. 181-208, Jan./Fev., 2011.

SOUZA, Paula de, NETO, Orion Augusto Platt. A Composição e a Evolução das Despesas com Pessoal no estado de Santa Catarina de 2000 a 2011. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 11, n. 33, p. 66-81, Ago./Nov., 2012.





A Influência dos Fatores Técnicos das Questões do Exame de Suficiência Contábil nos Percentuais de Aprovação e Assertividade

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar qual a influência dos fatores técnicos das questões do ESC nos percentuais de aprovação e assertividade. Entende-se por fatores técnicos, o tipo de questão (Teórica ou Prática), os seus níveis de dificuldade (Iniciante, Intermediário e Avançado) e os conteúdos cobrados. Esta pesquisa foi descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem quanti-qualitativa. Para esse estudo foi utilizado o método de Correlação de Pearson, a medida de tendência central: média aritmética e a medida de dispersão: desvio padrão, ambos calculados utilizando fórmulas do Microsoft Excel® 2010. Após a resolução das 630 questões válidas e feita a análise por fator técnico, conclui-se que as questões teóricas apresentaram influência positiva na aprovação em 75%, enquanto as questões práticas influência negativa em 100%. Nas questões teóricas, os níveis iniciante e intermediário apresentaram influência positiva em 75% e 57,14%, respectivamente, e o nível avançado apresentou influência negativa em 57,14%. Nas questões práticas, os níveis iniciante e intermediário apresentaram influência negativa em 57,14% e 55,55%, respectivamente, e no nível avançado não houve influência. Os conteúdos cobrados influenciaram para assertividade alta, baixa e em poucos casos não houve influência. No total foram 79 conteúdos gerais cobrados, 40 ou 50,63% influenciaram para assertividade baixa, 30 ou 37,98% influenciaram para assertividade alta e 9 ou 11,39% não influenciaram nos resultados. Poucos conteúdos específicos foram passíveis de comparação e a maioria influenciou para assertividade baixa.

Palavras-Chave: Exame de Suficiência. Fatores técnicos. Aprovação. Assertividade.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil vem ocorrendo o aumento no número de Instituições de Ensino Superior – IES. Segundo o Censo da Educação Superior – CES, em 2017 existiam 2.448, sendo 199 Universidades, 189 Centros Universitários, 2.020 Faculdades e 40 Institutos Federais – IF e Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. Especificamente sobre o curso de Ciências Contábeis, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2015 existiam 1.035 cursos ativos no país, destacando-se uma predominância de IES privadas, representando 85,8% desse total. Diante desse cenário, a preocupação com a relação demanda/qualidade do processo ensino-aprendizagem, fez órgãos reguladores criarem mecanismos para aferir a qualidade dos cursos superiores, das instituições de ensino e dos alunos.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), nas suas atribuições, criou o Exame de Suficiência Contábil (ESC), que corresponde a uma ferramenta de avaliação dos bacharéis e alunos do último ano letivo do curso de Ciências Contábeis. Desde que foi instituído por força de lei, em 2010, o Exame já aprovou mais de 189 mil profissionais da contabilidade (CFC, 2018). Segundo o artigo 12 da resolução CFC n.º 1.486/2015, esses profissionais somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do respectivo curso, ser aprovado no ESC e obter o registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

Com relação ao desempenho dos participantes no ESC, Bugarim et al. (2014) observaram que houve um decréscimo nos níveis de aprovação do exame, passando de 83,52% na sua primeira edição em 2000 para 23,78% de aprovação em 2012. Esses dados sinalizam que a quantidade de cursos superiores ofertados, não está sendo acompanhada pela qualidade do ensino e que essa ineficiência acarretará dificuldades para inserção dos futuros profissionais de contabilidade no mercado de trabalho. Dessa forma, são importantes estudos que identifiquem fatores que contribuam para aprovação e/ou reprovação nas provas do exame. Destarte, o presente artigo tem como problemática:

~ A † † | d

cia dos fatores técnicos das questões do Exa-
 Ac₁ Ac₂ Ac₃ Ac₄ Ac₅ Ac₆ Ac₇ Ac₈ Ac₉ Ac₁₀ Ac₁₁ Ac₁₂ Ac₁₃ Ac₁₄ Ac₁₅ Ac₁₆ Ac₁₇ Ac₁₈ Ac₁₉ Ac₂₀ Ac₂₁ Ac₂₂ Ac₂₃ Ac₂₄ Ac₂₅ Ac₂₆ Ac₂₇ Ac₂₈ Ac₂₉ Ac₃₀ Ac₃₁ Ac₃₂ Ac₃₃ Ac₃₄ Ac₃₅ Ac₃₆ Ac₃₇ Ac₃₈ Ac₃₉ Ac₄₀ Ac₄₁ Ac₄₂ Ac₄₃ Ac₄₄ Ac₄₅ Ac₄₆ Ac₄₇ Ac₄₈ Ac₄₉ Ac₅₀ Ac₅₁ Ac₅₂ Ac₅₃ Ac₅₄ Ac₅₅ Ac₅₆ Ac₅₇ Ac₅₈ Ac₅₉ Ac₆₀ Ac₆₁ Ac₆₂ Ac₆₃ Ac₆₄ Ac₆₅ Ac₆₆ Ac₆₇ Ac₆₈ Ac₆₉ Ac₇₀ Ac₇₁ Ac₇₂ Ac₇₃ Ac₇₄ Ac₇₅ Ac₇₆ Ac₇₇ Ac₇₈ Ac₇₉ Ac₈₀ Ac₈₁ Ac₈₂ Ac₈₃ Ac₈₄ Ac₈₅ Ac₈₆ Ac₈₇ Ac₈₈ Ac₈₉ Ac₉₀ Ac₉₁ Ac₉₂ Ac₉₃ Ac₉₄ Ac₉₅ Ac₉₆ Ac₉₇ Ac₉₈ Ac₉₉ Ac₁₀₀ Ac₁₀₁ Ac₁₀₂ Ac₁₀₃ Ac₁₀₄ Ac₁₀₅ Ac₁₀₆ Ac₁₀₇ Ac₁₀₈ Ac₁₀₉ Ac₁₁₀ Ac₁₁₁ Ac₁₁₂ Ac₁₁₃ Ac₁₁₄ Ac₁₁₅ Ac₁₁₆ Ac₁₁₇ Ac₁₁₈ Ac₁₁₉ Ac₁₂₀ Ac₁₂₁ Ac₁₂₂ Ac₁₂₃ Ac₁₂₄ Ac₁₂₅ Ac₁₂₆ Ac₁₂₇ Ac₁₂₈ Ac₁₂₉ Ac₁₃₀ Ac₁₃₁ Ac₁₃₂ Ac₁₃₃ Ac₁₃₄ Ac₁₃₅ Ac₁₃₆ Ac₁₃₇ Ac₁₃₈ Ac₁₃₉ Ac₁₄₀ Ac₁₄₁ Ac₁₄₂ Ac₁₄₃ Ac₁₄₄ Ac₁₄₅ Ac₁₄₆ Ac₁₄₇ Ac₁₄₈ Ac₁₄₉ Ac₁₅₀ Ac₁₅₁ Ac₁₅₂ Ac₁₅₃ Ac₁₅₄ Ac₁₅₅ Ac₁₅₆ Ac₁₅₇ Ac₁₅₈ Ac₁₅₉ Ac₁₆₀ Ac₁₆₁ Ac₁₆₂ Ac₁₆₃ Ac₁₆₄ Ac₁₆₅ Ac₁₆₆ Ac₁₆₇ Ac₁₆₈ Ac₁₆₉ Ac₁₇₀ Ac₁₇₁ Ac₁₇₂ Ac₁₇₃ Ac₁₇₄ Ac₁₇₅ Ac₁₇₆ Ac₁₇₇ Ac₁₇₈ Ac₁₇₉ Ac₁₈₀ Ac₁₈₁ Ac₁₈₂ Ac₁₈₃ Ac₁₈₄ Ac₁₈₅ Ac₁₈₆ Ac₁₈₇ Ac₁₈₈ Ac₁₈₉ Ac₁₉₀ Ac₁₉₁ Ac₁₉₂ Ac₁₉₃ Ac₁₉₄ Ac₁₉₅ Ac₁₉₆ Ac₁₉₇ Ac₁₉₈ Ac₁₉₉ Ac₂₀₀ Ac₂₀₁ Ac₂₀₂ Ac₂₀₃ Ac₂₀₄ Ac₂₀₅ Ac₂₀₆ Ac₂₀₇ Ac₂₀₈ Ac₂₀₉ Ac₂₁₀ Ac₂₁₁ Ac₂₁₂ Ac₂₁₃ Ac₂₁₄ Ac₂₁₅ Ac₂₁₆ Ac₂₁₇ Ac₂₁₈ Ac₂₁₉ Ac₂₂₀ Ac₂₂₁ Ac₂₂₂ Ac₂₂₃ Ac₂₂₄ Ac₂₂₅ Ac₂₂₆ Ac₂₂₇ Ac₂₂₈ Ac₂₂₉ Ac₂₃₀ Ac₂₃₁ Ac₂₃₂ Ac₂₃₃ Ac₂₃₄ Ac₂₃₅ Ac₂₃₆ Ac₂₃₇ Ac₂₃₈ Ac₂₃₉ Ac₂₄₀ Ac₂₄₁ Ac₂₄₂ Ac₂₄₃ Ac₂₄₄ Ac₂₄₅ Ac₂₄₆ Ac₂₄₇ Ac₂₄₈ Ac₂₄₉ Ac₂₅₀ Ac₂₅₁ Ac₂₅₂ Ac₂₅₃ Ac₂₅₄ Ac₂₅₅ Ac₂₅₆ Ac₂₅₇ Ac₂₅₈ Ac₂₅₉ Ac₂₆₀ Ac₂₆₁ Ac₂₆₂ Ac₂₆₃ Ac₂₆₄ Ac₂₆₅ Ac₂₆₆ Ac₂₆₇ Ac₂₆₈ Ac₂₆₉ Ac₂₇₀ Ac₂₇₁ Ac₂₇₂ Ac₂₇₃ Ac₂₇₄ Ac₂₇₅ Ac₂₇₆ Ac₂₇₇ Ac₂₇₈ Ac₂₇₉ Ac₂₈₀ Ac₂₈₁ Ac₂₈₂ Ac₂₈₃ Ac₂₈₄ Ac₂₈₅ Ac₂₈₆ Ac₂₈₇ Ac₂₈₈ Ac₂₈₉ Ac₂₉₀ Ac₂₉₁ Ac₂₉₂ Ac₂₉₃ Ac₂₉₄ Ac₂₉₅ Ac₂₉₆ Ac₂₉₇ Ac₂₉₈ Ac₂₉₉ Ac₃₀₀ Ac₃₀₁ Ac₃₀₂ Ac₃₀₃ Ac₃₀₄ Ac₃₀₅ Ac₃₀₆ Ac₃₀₇ Ac₃₀₈ Ac₃₀₉ Ac₃₁₀ Ac₃₁₁ Ac₃₁₂ Ac₃₁₃ Ac₃₁₄ Ac₃₁₅ Ac₃₁₆ Ac₃₁₇ Ac₃₁₈ Ac₃₁₉ Ac₃₂₀ Ac₃₂₁ Ac₃₂₂ Ac₃₂₃ Ac₃₂₄ Ac₃₂₅ Ac₃₂₆ Ac₃₂₇ Ac₃₂₈ Ac₃₂₉ Ac₃₃₀ Ac₃₃₁ Ac₃₃₂ Ac₃₃₃ Ac₃₃₄ Ac₃₃₅ Ac₃₃₆ Ac₃₃₇ Ac₃₃₈ Ac₃₃₉ Ac₃₄₀ Ac₃₄₁ Ac₃₄₂ Ac₃₄₃ Ac₃₄₄ Ac₃₄₅ Ac₃₄₆ Ac₃₄₇ Ac₃₄₈ Ac₃₄₉ Ac₃₅₀ Ac₃₅₁ Ac₃₅₂ Ac₃₅₃ Ac₃₅₄ Ac₃₅₅ Ac₃₅₆ Ac₃₅₇ Ac₃₅₈ Ac₃₅₉ Ac₃₆₀ Ac₃₆₁ Ac₃₆₂ Ac₃₆₃ Ac₃₆₄ Ac₃₆₅ Ac₃₆₆ Ac₃₆₇ Ac₃₆₈ Ac₃₆₉ Ac₃₇₀ Ac₃₇₁ Ac₃₇₂ Ac₃₇₃ Ac₃₇₄ Ac₃₇₅ Ac₃₇₆ Ac₃₇₇ Ac₃₇₈ Ac₃₇₉ Ac₃₈₀ Ac₃₈₁ Ac₃₈₂ Ac₃₈₃ Ac₃₈₄ Ac₃₈₅ Ac₃₈₆ Ac₃₈₇ Ac₃₈₈ Ac₃₈₉ Ac₃₉₀ Ac₃₉₁ Ac₃₉₂ Ac₃₉₃ Ac₃₉₄ Ac₃₉₅ Ac₃₉₆ Ac₃₉₇ Ac₃₉₈ Ac₃₉₉ Ac₄₀₀ Ac₄₀₁ Ac₄₀₂ Ac₄₀₃ Ac₄₀₄ Ac₄₀₅ Ac₄₀₆ Ac₄₀₇ Ac₄₀₈ Ac₄₀₉ Ac₄₁₀ Ac₄₁₁ Ac₄₁₂ Ac₄₁₃ Ac₄₁₄ Ac₄₁₅ Ac₄₁₆ Ac₄₁₇ Ac₄₁₈ Ac₄₁₉

O objetivo geral desse trabalho é identificar qual a influência dos fatores técnicos das questões do ESC nos percentuais de aprovação e assertividade. Para chegar a esse resultado, os objetivos específicos são delimitados por: i). Extrair dos relatórios estatísticos do CFC os percentuais de aprovação por exame e os percentuais de acerto por disciplina, ii). Examinar as questões das provas do ESC das edições de 2011.1 a 2017.1, identificando os fatores técnicos: tipo de questão, níveis de dificuldade e conteúdos cobrados (gerais e específicos) e iii) correlacionar os fatores técnicos com os percentuais de aprovação e acertos por disciplina, a fim de verificar sua influência nos resultados.

As Instituições de Ensino Superior, bem como os docentes, poderão utilizar dessa pesquisa para se basear nos conteúdos e a forma que estão sendo cobrados no exame e, assim, oferecer uma preparação melhor para os seus alunos. Os estudantes poderão utilizar esse trabalho como guia para estudo, pois traz os assuntos que mais são cobrados na prova, por disciplina. Se os fatores identificados como influenciadores de aprovação e assertividade baixa forem sanados, a sociedade poderá se beneficiar com um número maior de profissionais de contabilidade devidamente qualificados para o exercício da profissão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Exame de Suficiência Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público e tem, dentre outras finalidades, nos termos da legislação em vigor, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's), cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal (CFC, 2018).

Também conhecido como Exame do CFC ou Exame do CRC, o Exame de Suficiência foi criado em 1999, pela Resolução CFC Nº

853/99, que o institui como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC. O objetivo é assegurar que os futuros profissionais contábeis tenham ao menos uma qualificação média, uma vez que precisam acertar 50% da prova, cuja periodicidade é duas vezes ao ano. Londero, Peres e Charão (2005) salientam que, por esse motivo, o exame se configura como uma espécie de “seleção”, em que apenas os mais aptos e preparados, obterão os seus registros. Castilho (2013) enfatizou que o Exame de Suficiência surgiu como uma forma de amenizar o problema enfrentado pela demanda de novos cursos em Contabilidade no Brasil. Foram realizadas dez edições no período de 2000 a 2004, e em abril de 2005 uma Ação Popular contra o CFC derrubou a resolução, argumentando que apenas uma lei poderia trazer tal obrigatoriedade. Dessa forma, em 2004 o exame foi suspenso, porém retornou em 2011 depois que foi sancionada pelo Presidente da República, em junho de 2010, a Lei nº 12.249 /2010.

A Resolução CFC nº 1.373, de 08 de dezembro de 2011, que instituiu a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil, no seu capítulo III, aborda as áreas cobradas na prova do Exame de Suficiência para os bacharéis em Ciências Contábeis. Eisele e Lorenzi (2015) ao analisarem as disciplinas mais cobradas no Exame de Suficiência, concluíram que, a disciplina de Contabilidade Geral, normalmente, demonstra o maior percentual de questões chegando ao montante de 30,44%.

2.2 Ensino Contábil

Segundo um estudo feito por Bacci (2002), o ensino de contabilidade no Brasil teve sua evolução pelo tempo, iniciando-se com os ensinamentos trazidos pela família real, pela instituição do Código Comercial Brasileiro, pela criação das primeiras escolas de contabilidade e pela necessidade de se dotar a sociedade brasileira de pessoas qualificadas para o exercício da profissão. Essa qualificação profissional depende, em grande parte, das IES, pois o seu papel é suprir os alunos de conteúdos básicos de formação geral, como também de competências e habilidades para que possam enfrentar as constantes.

Quanto aos conteúdos para o ensino de Contabilidade, Moraes (2005) salienta que as Instituições de Ensino Superior seguiam uma grade curricular rígida, para que teoricamente os alunos das diferentes instituições obtivessem uma mesma formação e, dessa forma, não pudessem ser prejudicados quando adentrassem no mercado de trabalho. Atualmente, as IES no Brasil, podem oferecer uma formação diferenciada, pois têm liberdade para criar suas próprias matrizes curriculares, no entanto, devem obedecer à Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004 do CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. No seu Art 5º estabelece que os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis deverão contemplar, nos seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, e que a preparação dos graduandos deverá ser constituída de conteúdos de formação básica relacionados com outras áreas do conhecimento.

2.3 Resultados dos estudos anteriores

Vários autores já pesquisaram sobre fatores explicativos para os índices baixos de aprovação no ESC. Um deles feito por Borges (2015), concluiu que o alto índice de reprovação está associado ao perfil da instituição de ensino e ao nível de formação do corpo docente. Quanto à qualidade do ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, Nascimento (2015) evidenciou como resultado que a maioria dos cursos pesquisados apresenta nível de qualidade insuficiente, sendo isso mais significativo entre as instituições particulares. Os motivos são atribuídos, parcialmente, à formação acadêmica, à formação profissional e ao regime de trabalho inadequado do corpo docente. Inclui-se o despreparo dos alunos para a vida acadêmica, uma vez que não têm uma formação para assimilar os conteúdos ministrados.

Silva (2015) revelou que os conteúdos abordados no ESC não são diferentes do que é exposto em sala de aula no decorrer do curso e que as questões, na sua maioria, referem-se aos conteúdos de conhecimento bá-

sico da Contabilidade. Pinheiro F. et al (2013) estudaram se os níveis de habilidades cognitivas demandadas pelo ENADE e Exame de Suficiência são aderentes ao perfil do contador estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), na perspectiva da Taxonomia de Bloom. Esse perfil, além das atividades técnicas inerentes à profissão, aponta para um profissional que tenha capacidade de liderar, inovar, negociar e tomar decisões, sem prejuízo à sua atuação ética e responsabilidade social. Os resultados comprovaram que os exames aplicados não exigiram, de forma preponderante, questões que requeiram dos avaliados conhecimentos classificados como de domínio cognitivo superior (conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação), limitando-se a questões de técnicas contábeis.

Silva *et. al.* (2018) buscaram responder quais as perspectivas e impressões sobre o exame de suficiência do CFC na visão de discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis. Eles concluíram que grande parte acredita que o necessário é estudar de duas a seis horas por semana e atribuem ao trabalho e à família, o fator limitador para uma ampla dedicação. Os autores consideram, também, entre as disciplinas, os conteúdos de normas e custos como os mais complexos da prova.

Sprenger *et al.* (2016) analisaram os fatores que melhor explicam o índice médio de aprovação no ESC por unidade federativa, a fim de identificar se existem diferenças entre elas, e se existe correlação entre o índice médio de aprovação no ESC por unidade federativa e fatores educacionais (CPC contínuo; Quadro Docente, Conceito Enade e IDEB) e socioeconômicos (IDHM, PIB e Rendimento Médio Mensal dos Trabalhadores). Os autores concluíram que os fatores mais explicativos são as diferenças regionais, a composição do quadro docente por mestres e doutores e o IDHM. Sottoriva (2018) demonstrou que a região Sul apresentou um melhor desempenho médio nos ESC aplicados entre 2011 a 2017.1, apresentando o maior índice de assertividade e que os conteúdos de Perícia, Legislação e Ética Contábil e Auditoria Contábil têm melhores desempenhos em todas as regiões.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa, pela qual foram analisadas as provas de bacharel em Ciências Contábeis do Exame de Suficiência do período de 2011.1 a 2017.1, por ser o intervalo de tempo em que foram disponibilizados os relatórios estatísticos do CFC. Quanto aos procedimentos científicos, a pesquisa é bibliográfica e documental, utilizando livros, artigos, teses, leis, resoluções, os sites do INEP, da FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade e CFC e as provas dos Exames de Suficiência Contábil.

Para a coleta de dados foram retirados no site do CFC, os relatórios estatísticos “Resultado Final por Exame” e “Acertos prova para Contador por conteúdo e por exame - Geral”, bem como as provas de Bacharel em Ciências Contábeis do período de 2011.1 a 2017.1 no site da FBC. Para a análise dos dados, foram respondidas as 630 questões válidas (excluídas as anuladas) das provas, classificando-as em teórica ou prática, seus respectivos níveis de dificuldade (Iniciante, Intermediário e Avançado) e identificando a disciplina, o conteúdo geral e conteúdo específico, por edição do ESC. Para definir os níveis de dificuldade, foram utilizados como critérios: a quantidade de tempo para resolução das questões, a quantidade de assuntos cobrados em cada questão, bem como o grau de conhecimento necessário para se chegar na resposta.

Posteriormente, esses dados foram organizados por Disciplina e, dentro de cada uma, as questões foram subclassificadas por conteúdos gerais. Posteriormente, foram contabilizados os totais de questões teóricas e práticas, suas subdivisões por níveis e os totais de questões por disciplina e suas subdivisões por conteúdo gerais, por edição do ESC. Para analisar os fatores técnicos “tipo de questão” e “níveis de dificuldade”, calculou-se uma média de aprovação e seu desvio padrão pela fórmula “MÉDIA” e “DESVPAD.A” do Microsoft Excel® 2010, com base nos percentuais de aprovados retirados do relatório “Resultado Final por Exame”.

Os totais de questões foram correlacionados com os percentuais de aprovados, usando a

fórmula do coeficiente de correlação de Pearson “PEARSON” do Microsoft Excel® 2010. Para analisar o fator técnico “conteúdos cobrados”, foram retirados os percentuais de acerto por disciplina do relatório “Acertos prova para Contador por conteúdo e por exame - Geral” e calculado uma média e seu desvio padrão usando a fórmula “MÉDIA” e “DESVPAD.A” do Microsoft Excel® 2010, para verificar a influência dos conteúdos cobrados nos percentuais abaixo/acima da média. Os dados da análise foram organizados em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel® 2010.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo visa identificar a influência dos fatores técnicos das questões das provas dos Exames de Suficiência contábil (ESC) nos índices de aprovação e assertividade. Entende-se por fatores técnicos o tipo de questão (Teórica ou Prática), seus níveis de dificuldade (Iniciante, Intermediário e Avançado) e os conteúdos cobrados. O período estudado compreende o intervalo de 2011.1 a 2017.1, devido à disponibilidade dos dados necessários para a análise. Para este estudo foi utilizado o método de Correlação de Pearson, para a medida de tendência central: a média aritmética e a medida de dispersão, além do desvio padrão, ambos calculados utilizando fórmu-

las do Microsoft Excel® 2010.

Essa análise é dividida em duas etapas: A primeira estudará os fatores técnicos do tipo de questão e dos níveis de dificuldade, e a segunda o fator técnico dos conteúdos cobrados.

Tabela 1: Aprovação média do exame de suficiência contábil

ANO	(%) APROVADOS	ANO	(%) APROVADOS
2011.1	30,86%	2014.2	41,73%
2011.2	58,29%	2015.1	54,48%
2012.1	47,25%	2015.2	14,68%
2012.2	26,05%	2016.1	41,86%
2013.1	35,60%	2016.2	21,89%
2013.2	43,14%	2017.1	25,26%
2014.1	49,39%		
APROVAÇÃO MÉDIA	37,73%		
DESVIO PADRÃO	0,1329		

Legenda: Os números em verde representam percentuais de aprovação acima da média.

Fonte: Relatório Estatístico do CFC “Resultado Final por Exame” (2019)

Como demonstra a Tabela 1: Aprovação média do exame de suficiência contábil, a aprovação média entre as edições de 2011.1 a 2017.1 foi de 37,73%. Observa-se que das treze edições, seis delas apresentaram percentuais de aprovação abaixo da média e sete acima da média. Diante desse cenário, a primeira etapa dessa análise se caracteriza em estudar se os fatores técnicos tipo de questão e níveis de dificuldade contribuíram para que essas edições apresentassem percentuais de aprovação abaixo e/ou acima da média.

Tabela 2: Questões Teóricas

ANO	TOTAL DE QUESTÕES	DISTRIBUIÇÃO DE QUESTÕES POR NÍVEL			(%) APROVADOS
		INICIANTE	INTERMEDIÁRIO	AVANÇADO	
2011.1	21	19	02	00	30,86%
2011.2	31	19	10	02	58,29%
2012.1	29	18	07	04	47,25%
2012.2	29	20	04	05	26,05%
2013.1	24	16	05	03	35,60%
2013.2	29	23	05	01	43,14%
2014.1	28	24	04	00	49,39%
2014.2	25	19	03	03	41,73%
2015.1	29	25	03	01	54,48%
2015.2	25	13	08	04	14,68%
2016.1	29	22	06	01	41,86%
2016.2	19	15	02	02	21,89%
2017.1	26	15	10	01	25,26%
Média de questões	26	19	5	2	
Desvio Padrão	3,5500	3,7072	2,7502	1,6052	
Pearson	0,6485	0,7268	0,0481	-0,3267	

Legenda: Os números em verde representam números de questões na média ou acima.

Fonte: Relatório Estatístico do CFC “Resultado Final por Exame” (2019)

A correlação de Pearson serve como parâmetro para o estudo dos percentuais de influência. Quando as variáveis são diretamente proporcionais (positiva), as questões na média ou acima são confrontadas com os percentuais de aprovação acima da média e quando as variáveis forem inversamente proporcionais (negativa), com os percentuais de aprovação abaixo da média. As correlações foram feitas entre o total do número de questões, bem como sua distribuição por nível, com os percentuais de aprovação.

Segundo a Tabela 2: Questões Teóricas, verificou-se que a média de questões teóricas foi de 26, seis ou 75% dos anos que estão na mé-

dia ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação acima da média (37,73%). Analisando os níveis, verifica-se uma média de 19 questões no nível iniciante, seis ou 75% dos anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação acima da média (37,73%). A média de questões no nível intermediário foi de 5, quatro ou 57,14% dos anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação acima da média (37,73%). No nível avançado, verifica-se uma média de 2 questões, 4 ou 57,14% dos anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação abaixo da média (37,73%).

Tabela 3: Questões Práticas

ANO	TOTAL DE QUESTÕES	DISTRIBUIÇÃO DE QUESTÕES POR NÍVEL			(%)
		INICIANTE	INTERMEDIÁRIO	AVANÇADO	APROVADOS
2011.1	28	06	12	10	30,86%
2011.2	19	06	09	04	58,29%
2012.1	19	05	09	05	47,25%
2012.2	19	07	10	02	26,05%
2013.1	24	12	08	04	35,60%
2013.2	21	09	10	02	43,14%
2014.1	17	07	09	01	49,39%
2014.2	21	11	05	05	41,73%
2015.1	19	10	06	03	54,48%
2015.2	25	14	08	03	14,68%
2016.1	19	11	07	01	41,86%
2016.2	31	15	10	06	21,89%
2017.1	24	16	07	01	25,26%
Média de questões	22	10	8	4	
Desvio Padrão	4,1432	3,6391	1,8980	2,5343	
Pearson	-0,7080	-0,6033	-0,2217	-0,1249	

Legenda: Os números em verde representam números de questões na média ou acima.

Fonte: Relatório Estatístico do CFC "Resultado Final por Exame" (2019)

A partir da visualização da Tabela 3: Questões Práticas, observa-se que a média foi de 22 questões. 100% dos anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação abaixo da média (37,73%). Ainda nas questões práticas, mas analisando os níveis, houve uma média de 10 questões no nível iniciante, quatro ou 57,14% dos anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação abaixo da média (37,73%). A média foi de 8 questões no nível intermediário, cinco ou 55,55% dos

anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação abaixo da média (37,73%). No nível avançado, a média foi de 4 questões, três ou 50% dos anos que estão na média ou acima dela, apresentaram percentuais de aprovação abaixo da média (37,73%).

A segunda etapa dessa análise se caracteriza por verificar se o fator técnico concernente aos conteúdos cobrados influencia nos percentuais de acerto, por disciplina.

Tabela 4: Análise de conteúdos cobrados

PERCENTUAIS DE ACERTO POR DISCIPLINA													
ANO	AUDITORIA CONTABIL	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	CONTABILIDADE DE CUSTOS	CONTABILIDADE GERAL	CONTABILIDADE GERENCIAL	LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL	LÍNGUA PORTUGUESA	NOÇÕES DE DIREITO	TEORIA DA CONTABILIDADE	CONTROLADORIA	PRINCÍPIOS E NORMAS	MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA	PERÍCIA CONTÁBIL
2011.1	41,25%	57,24%	34,66%	48,28%	37,86%	32,93%	39,34%	37,26%	47,85%	-	54,96%	30,24%	50,23%
2011.2	62,36%	46,04%	55,71%	42,95%	59,96%	52,54%	47,66%	54,97%	33,96%	71,68%	39,08%	43,17%	74,99%
2012.1	48,44%	54,11%	55,69%	36,01%	35,01%	46,82%	48,39%	37,66%	58,33%	-	39,58%	58,07%	78,71%
2012.2	44,14%	46,00%	38,89%	36,77%	42,28%	64,92%	36,75%	46,58%	35,77%	-	26,08%	43,85%	63,42%
2013.1	49,15%	44,31%	28,86%	40,74%	49,39%	66,16%	42,82%	51,92%	-	-	37,19%	59,34%	49,11%
2013.2	68,30%	25,40%	46,27%	43,83%	65,42%	62,55%	54,63%	52,07%	49,43%	-	32,34%	45,39%	53,86%
2014.1	46,81%	47,10%	34,47%	35,57%	49,22%	44,51%	72,29%	37,88%	75,95%	-	37,17%	44,17%	54,52%
2014.2	70,49%	46,16%	44,71%	40,77%	35,40%	45,92%	47,46%	42,63%	38,52%	-	32,89%	37,29%	73,23%
2015.1	42,93%	46,96%	48,73%	51,88%	44,02%	31,85%	76,12%	45,13%	49,75%	-	40,05%	56,98%	46,16%
2015.2	58,00%	48,26%	35,68%	34,00%	26,94%	60,30%	34,64%	46,14%	29,55%	-	41,29%	16,72%	38,79%
2016.1	48,73%	43,73%	52,23%	40,70%	35,91%	49,06%	51,43%	57,43%	47,07%	-	43,62%	52,76%	65,62%
2016.2	50,95%	39,81%	32,76%	38,59%	39,24%	90,31%	17,97%	45,16%	45,34%	41,68%	46,56%	19,92%	44,49%
2017.1	33,59%	27,83%	25,52%	43,49%	28,06%	67,10%	63,79%	26,58%	32,66%	28,31%	55,89%	41,89%	70,70%
Média	51,16%	44,07%	41,09%	41,04%	42,21%	55,00%	48,71%	44,72%	45,35%	47,22%	40,52%	42,29%	58,76%
Desvio Padrão	0,1080	0,0891	0,1012	0,0514	0,1139	0,1588	0,1578	0,0849	0,1289	0,2221	0,0842	0,1356	0,1307

Fonte: Relatório Estatístico do CFC “Acertos prova para Contador por conteúdo e por exame – Geral” (2019)

No período de 2011.1 a 2017.1, foram somadas 40 questões da disciplina Auditoria Contábil, divididas em seis conteúdos gerais: Fraude, Riscos de auditoria, Trabalho do Auditor, Procedimentos de Auditoria, Relatórios do Auditor e Opinião do Auditor. O percentual médio de acertos foi de 51,16%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Fraude somou 3 questões. Das três edições que esse conteúdo foi cobrado, duas apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (51,16%), com o total de duas questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 66,6%. O conteúdo Geral Riscos de Auditoria somou 5 questões. Das quatro edições que esse conteúdo foi cobrado, duas apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (51,16%), totalizando duas questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade alta em 60%. Destaca-se que quando cobrado o conteúdo específico “Risco de detecção”, a assertividade foi alta.

O conteúdo geral Trabalho do Auditor somou 13 questões. Das dez edições que esse conteúdo foi cobrado, seis apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (51,16%), com um total

de dez questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 77%. Destaca-se que em todas as edições que caíram questões dos conteúdos específicos “Amostragem” e “Planejamento”, a assertividade foi abaixo da média. O conteúdo geral Procedimentos de Auditoria somou 8 questões. Das sete edições que esse conteúdo foi cobrado, quatro apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (51,16%), com o total de cinco questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 62,5%. Destaca-se que em todas as edições com questões do conteúdo específico “Contagem Física de Caixa” e assertividade abaixo da média.

O conteúdo geral Relatórios do Auditor somou 3 questões e foi cobrado em três edições do ESC cujo percentuais de acerto foram abaixo da média (51,16%). Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 100%. Destaca-se que só foi cobrado o conteúdo específico “Parágrafo de Ênfase”. Por último, o conteúdo geral Opinião do Auditor somou 8 questões. Das sete edições que esse conteúdo foi cobrado, cinco apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (51,16%), com o total de seis questões. Dessa

forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 75%.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 38 questões da disciplina Contabilidade Aplicada ao Setor público, divididas em nove conteúdos gerais: Demonstrações Contábeis, Depreciação, Despesa, Estoques, Controle Interno, Sistemas Contábeis, Estrutura Conceitual, Receita e PCASP. O percentual médio de acerto foi de 44,07%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral "Depreciação" obteve 10 questões. Das dez edições que esse conteúdo foi cobrado, apenas duas apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (44,07%), totalizando três questões. Dessa forma, esse conteúdo geral influencia em 70% para assertividade alta. O conteúdo geral Depreciação somou 7 questões, distribuídas em sete edições. Os conteúdos gerais Despesas, Estoque e Controle Interno obtiveram uma questão em uma edição. Os conteúdos gerais Sistemas Contábeis e Estrutura Conceitual somaram 2 questões, distribuídas em duas edições. Em todas essas edições do ESC, os percentuais de acerto foram acima da média (44,07%). Portanto, esses conteúdos gerais influenciam em 100% para assertividade alta.

O conteúdo geral Receita somou 3 questões, em duas edições. Apenas uma das edições obteve percentual de acerto abaixo da média (44,07%), com o total de uma questão. Dessa forma, esse conteúdo geral influencia em 66,67% para assertividade alta. O conteúdo geral PCASP obteve 11 questões. Das sete edições que esse conteúdo foi cobrado, três apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (44,07%), com o total de sete questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui em 64% para assertividade baixa. Destaca-se que em todas as edições que caíram questões do conteúdo específico "Natureza das contas", a assertividade foi abaixo da média.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 54 questões da disciplina Contabilidade de Custos, divididas em cinco conteúdos gerais: Métodos de Custeio, Tipos de Custos, Terminologia de custos, Juros Simples e Rateio. O percentual médio de acertos foi de 41,09%,

como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Métodos de Custeio somou 21 questões. Das onze edições que esse conteúdo foi cobrado, seis apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (41,09%), totalizando onze questões. Portanto, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 52%. O conteúdo geral Tipos de Custos somou 27 questões. Das doze edições que esse conteúdo foi cobrado, sete apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (41,09%), com quinze questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 55,55%. Destaca-se que em todas as edições que caíram questões dos conteúdos específicos "Custos de Transformação" e "Custos dos Produtos Vendidos", a assertividade foi abaixo da média.

O conteúdo geral Terminologia de Custos somou 4 questões. Das quatro edições que esse conteúdo foi cobrado, duas apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (41,09%), com o total de duas questões. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. O conteúdo geral Juros Simples obteve uma questão, na edição cujo percentual de acerto foi abaixo da média (41,09%). Nesse caso, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 100%. O conteúdo geral Rateio obteve uma questão, e foi na edição do ESC, cujo percentual de acertos foi acima da média. Sendo assim, esse conteúdo geral contribui para assertividade alta em 100%.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 209 questões da disciplina Contabilidade Geral, divididas em oito conteúdos gerais: Demonstrações Contábeis; Balanço Patrimonial; Ativo Imobilizado; Participações Societárias; Folha de Pagamento; Estrutura Conceitual, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Estoques e Subvenção e Assistência Governamental. O percentual médio foi de 41,04%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Demonstrações Contábeis somou 91 questões. Das treze edições que esse conteúdo foi cobrado, doze apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (41,04%), totalizando cinquenta e seis questões. Portanto, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 61,5%.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 33 questões da disciplina Legislação e Ética Profissional, divididas em quatro conteúdos gerais: Código de Ética Profissional do Contador; Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, NBC PG 1000 e NBC PG 100. O percentual médio de acertos foi de 55%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Código de Ética somou 25 questões. Das dez edições que esse conteúdo foi cobrado, seis apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (55%), totalizando quatorze questões. Portanto, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 56,0%. Destaca-se que em todas as edições que foram cobradas questões do conteúdo específico “Deveres do Contador”, a assertividade foi abaixo da média.

O conteúdo geral Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade somou 3 questões. Das três edições que esse conteúdo foi cobrado, duas apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (55%), totalizando duas questões. Portanto, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 66,66%. O conteúdo geral NBC PG 1000 somou 3 questões, cobradas em duas edições, em que os percentuais de acerto foram abaixo da média (55%), o que nos faz concluir que esse conteúdo geral influencia para assertividade baixa em 100%. Destaca-se que todas as questões foram do conteúdo específico “Princípios Éticos”. O conteúdo geral NBC PG 100 somou 2 questões, distribuídas igualmente em duas edições. Em todos os casos, os percentuais de acerto foram acima da média (55%), portanto esse conteúdo geral influencia para assertividade alta em 100%.

No período de 2011.1 a 2017.1, foram somadas 34 questões da disciplina Língua Portuguesa, divididas em dois conteúdos gerais: Interpretação de Textos e Gramática. O percentual médio de acertos foi de 48,71%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Interpretação de Textos somou 22 questões. Das treze edições que esse conteúdo foi cobrado, oito apresentaram percentuais de acerto abaixo da média

(48,71%), totalizando doze questões. Portanto, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 54,54%. O conteúdo geral Gramática somou 12 questões. Das dez edições que esse conteúdo foi cobrado, sete apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (48,71%), com o total de sete questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade baixa em 58,33%. Destaca-se que quando houve questões do conteúdo específico “Vírgula”, a assertividade foi abaixo da média.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 33 questões da disciplina Noções de Direito, divididas em três conteúdos gerais: Direito Tributário, Legislação Trabalhista e Direito Civil e Comercial. O percentual médio de acertos foi de 44,72%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Direito Tributário somou 13 questões. Das nove edições que esse conteúdo foi cobrado, três apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (44,72%), com o total de seis questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade alta em 53,84%. Destaca-se que a assertividade foi abaixo da média, quando cobrado o conteúdo específico “Regime de Tributação”, mas especificamente sobre o Simples Nacional e o Lucro Real.

O conteúdo geral Legislação Trabalhista somou 13 questões. Das onze edições que esse conteúdo foi cobrado, quatro apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (44,72%), totalizando seis questões. Dessa forma, esse conteúdo geral contribui para assertividade alta em 53,84%. O conteúdo geral Direito Civil e Comercial somou 7 questões, distribuídas em sete edições, em que os percentuais de acerto foram acima da média (44,72%). Portanto, esse conteúdo geral contribui 100% para assertividade alta.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 29 questões da disciplina Teoria da Contabilidade, divididas em quatro conteúdos gerais: Estrutura Conceitual; Princípios Da Contabilidade, Sanções Éticas e Estoques. O percentual médio de acerto foi de 45,35%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Con-

teúdos Cobrados. O conteúdo geral Estrutura Conceitual somou 26 questões. Das doze edições que esse conteúdo foi cobrado, seis apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (45,35%), com o total de treze questões. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. Os conteúdos gerais Princípios Da Contabilidade, Sanções Éticas e Estoques obtiveram apenas uma questão, em uma edição, em que os percentuais de acerto foram abaixo da média (45,35%). Portanto esses conteúdos gerais influenciam em 100% para assertividade baixa.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 5 questões da disciplina Controladoria, divididas em quatro conteúdos gerais: Controle; Sistemas de Informações Gerenciais, Indicadores de Desempenho e Planejamento Estratégico. O percentual médio de acertos foi de 47,22%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Controle obteve uma questão, cobrada na edição cujo percentual de acerto foi acima da média (47,22%). Portanto, esse conteúdo geral contribui em 100% para assertividade alta. O conteúdo geral Sistemas de Informações Gerenciais somou 2 questões. Das duas edições que esse conteúdo foi cobrado, uma obteve percentual de acerto abaixo da média (47,22%), com o total de uma questão. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. Os conteúdos gerais Indicadores de Desempenho e Planejamento Estratégico obtiveram apenas uma questão, e foi na edição do ESC de 2016.2, cujo percentual de acerto foi abaixo da média (47,22%). Esses conteúdos gerais contribuem para assertividade baixa em 100%.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 47 questões da disciplina Princípios e Normas. Essas questões foram divididas em dezesseis conteúdos gerais: Resolução CFC N° 750/93; Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; NBC TG 27; NBC TG 07; Estrutura Conceitual; NBC TG 26; ITG 1000; NBC TG 02; NBC TG 03; NBC TG 17; NBC TG 38, NBC TG 46; NBC TG 17; NBC TG 04; NBC TG 16, NBC TG 128 e NBC TG 23. O percentual mé-

dio de acertos foi de 40,52%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Resolução CFC N° 750/ 93 somou 14 questões. Das dez edições que esse conteúdo foi cobrado, seis apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (40,52%), com o total de oito questões. Nesse caso, esse conteúdo geral influencia para assertividade baixa em 57%.

O conteúdo geral Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes somou 2 questões. Das duas edições que esse conteúdo foi cobrado, uma obteve percentual de acerto abaixo da média (40,52%), com o total de uma questão. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. O conteúdo geral NBC TG 27 somou 6 questões. Das seis edições que esse conteúdo foi cobrado, quatro apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (40,52%), com o total de quatro questões. Portanto, esse conteúdo geral influencia para assertividade baixa em 66.66%. Destaca-se que nas duas edições que caíram o conteúdo específico “Depreciação”, a assertividade foi abaixo da média.

O conteúdo geral NBC TG 07 somou 2 questões, em duas edições. Destaca-se que as duas questões pediram o “Registro Contábil de Subvenção e Assistência Governamental”. O conteúdo geral Estrutura Conceitual somou quatro questões, em uma edição. Os conteúdos gerais NBC TG 26 e ITG 1000 somaram duas questões, em uma edição. Os conteúdos gerais NBC TG 02; NBC TG 03, NBC TG 17 e NBC TG 38 obtiveram uma questão, em uma edição. O conteúdo geral NBC TG 46 somou duas questões, em duas edições. Em todas essas edições, os percentuais de acerto foram abaixo da média (40,52%). Portanto, esses conteúdos influenciam em 100% para assertividade baixa.

O conteúdo geral NBC TG 04 somou 2 questões. Das duas edições em que esse conteúdo foi cobrado, uma obteve percentual de acerto abaixo da média (40,52%), com o total de uma questão. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. O conteúdo geral NBC TG 16 somou 4

questões. Das três edições que esse conteúdo foi cobrado, uma obteve percentual de acerto abaixo da média (40,52%), com o total de uma questão. Dessa forma, esse conteúdo geral influencia para assertividade alta em 75%. O conteúdo geral NBC TG 128 somou 2 questões. Das duas edições que esse conteúdo foi cobrado, apenas uma obteve percentual de acerto abaixo da média (40,52%), com o total de uma questão. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. O conteúdo geral NBC TG 23, obteve uma questão e foi na edição cujo percentual de acerto foi acima da média (40,52%). Nesse caso, esse conteúdo geral influencia 100% para assertividade alta.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 36 questões da disciplina Matemática Financeira e Estatística, divididas em nove conteúdos gerais: Juros Simples e Compostos; Medidas de Tendência Central; Probabilidade; Amostra; Medidas De Dispersão; Fluxo De Caixa; Desconto, Equação Linear e Métodos Estatísticos. Um detalhe importante é que, em alguns anos, a Disciplina de Estatística foi cobrada separada de Matemática Financeira, em outros anos, porém, as duas formaram uma disciplina só. Dessa forma, foi considerado o último caso e feita uma média dos percentuais. O percentual médio de acertos foi de 42,29%, conforme a Tabela 4: Análise de Conteúdos Cobrados.

O conteúdo geral Juros Simples e Compostos somou 21 questões. Das doze edições que esse conteúdo foi cobrado, cinco apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (42,29%), com um total de oito questões. Dessa forma, esse conteúdo geral influencia para assertividade alta em 62%. O conteúdo geral Probabilidade somou 2 questões. Das duas edições que esse conteúdo foi cobrado, apenas uma obteve percentual de acerto abaixo da média (42,29%). Com o empate, esse conteúdo não influencia nos resulta-

dos. Os conteúdos gerais Amostra; Medidas De Dispersão; Fluxo De Caixa, Desconto e Equação Linear obtiveram apenas uma questão em uma edição. O conteúdo geral Métodos Estatísticos somou 4 questões, em quatro edições. Destaca-se que em todas as questões foi cobrado o conteúdo específico “Estimativa Pelo Valor Esperado”. Em todas essas edições dos ESC, o percentual de acertos foi acima da média (42,29%). Portanto, esses conteúdos gerais influenciam em 100% para assertividade alta.

No período de 2011.1 a 2017.1 foram somadas 27 questões da disciplina Perícia Contábil, divididas em quatro grupos: Impedimento e Suspeição; Procedimentos de Perícia, Trabalho Prático do Perito e Elementos de Perícia (inclui Planejamento, Termo de Diligência, Laudo e Parecer e Equipe Técnica). O percentual médio de acertos foi de 58,76%, como demonstra a Tabela 4: Análise De Conteúdos Cobrados. O conteúdo geral Impedimento e Suspeição somou 6 questões. Das seis edições que esse conteúdo foi cobrado, três apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (58,76%), totalizando três questões. Como houve empate, esse conteúdo geral não influencia nos resultados. O conteúdo geral Procedimentos de Perícia somou 4 questões. Em todas as edições os percentuais de acerto foram acima da média (58,76%). Conclui-se que esse conteúdo geral influencia em 100% para assertividade alta. Destaca-se que em todas as questões foi cobrado o conteúdo específico “Classificação dos Procedimentos”.

O conteúdo geral Elementos de Perícia somou 12 questões. Das dez edições que esse conteúdo foi cobrado, cinco apresentaram percentuais de acerto abaixo da média (58,76%), com o total de cinco questões. Dessa forma, esse conteúdo geral influencia em 58,33% para assertividade alta.

Tabela 5: Resumo das assertividades por conteúdo geral

CONTEÚDOS GERAIS QUE OBTIVERAM ASSERTIVIDADE BAIXA	CONTEÚDOS GERAIS QUE OBTIVERAM ASSERTIVIDADE ALTA
Fraude	Riscos de Auditoria
Trabalho do Auditor	Demonstrações Contábeis em Cont. Aplic. Set Pub
Procedimentos de Auditoria	Depreciação em Cont. Aplic. Set Pub
Relatórios do Auditor	Despesa em Cont. Aplic. Set Pub
Opinião do Auditor	Sistemas Contábeis em Cont. Aplic. Set Pub
PCASP	Estrutura Conceitual em Cont. Aplic. Set Pub
Métodos de Custeio	Estoques em Cont. Aplic. Set Pub
Tipos de Custos	Controle Interno em Cont. Aplic. Set Pub
Juros Simples em Custos	Receita em Cont. Aplic. Set Pub
Demonstrações Contábeis em Contab. Geral	Rateio
Ativo Imobilizado em Contabilidade Geral	Subvenção e Assistência Governamental
Participações Societárias	Ponto de Equilíbrio
Folha de Pagamento em Contabilidade Geral	Ciclos
Estrutura Conceitual em Contabilidade Geral	Gráfico em Contabilidade Gerencial
Passivos Conti e Ativos Conti em Contab. Geral	NBC PG 100
Estoques em Contabilidade Geral	Direito Tributário
Planejamentos em Contabilidade Gerencial	Legislação Trabalhista
Código de Ética Profissional do Contador	Direito Civil e Comercial
Regulamento Geral dos Cons de Contabilidade	Controle
NBC PG 1000	NBC TG 16
Interpretação de Textos	NBC TG 23
Gramática	Juros Simples e Compostos
Princípios Da Contabilidade	Amostra
Sanções Éticas em Teoria da contabilidade	Desconto
Estoques em Teoria da contabilidade	Métodos Estatísticos
Indicadores de Desempenho em Controladoria	Medidas De Dispersão
Planejamento Estratégico em Controladoria	Fluxo De Caixa
Resolução CFC Nº 750/93	Equação Linear
NBC TG 27	Procedimentos de Perícia
NBC TG 07	Elementos de Perícia
Estrutura Conceitual em Princípios e Normas	CONTEÚDOS GERAIS SEM INFLUÊNCIA
NBC TG 26	Terminologia de custos
NBC TG 02	Análise das Demonstrações Contábeis
NBC TG 38	Estrutura Conceitual em Teoria da contabilidade
ITG 1000	Sistemas de Infor Gerenciais em Controladoria
NBC TG 46	Prov, Pas Cont e Ativ Cont em Princípios e Normas
NBC TG 03	NBC TG 04
NBC TG 17	NBC TG 128
Medidas de Tendência Central	Probabilidade
Trabalho Prático do Perito	Impedimento e Suspeição

Fonte: Autor (2019)

Tabela 6: Resumo das assertividades por disciplina

Disciplinas	Assertividade Baixa	Assertividade Alta	Empate
Auditoria Contábil	83%	17%	0%
Contabilidade Aplicada Ao Setor Público	11%	89%	0%
Contabilidade De Custos	60%	20%	20%
Contabilidade Geral	88%	13%	0%
Contabilidade Gerencial	20%	60%	20%
Legislação E Ética Profissional	75%	25%	0%
Língua Portuguesa	100%	0%	0%
Noções De Direito	0%	100%	0%
Teoria Da Contabilidade	75%	0%	25%
Controladoria	50%	25%	25%
Princípios E Normas	69%	13%	19%
Matemática Financeira E Estatística	11%	78%	11%
Perícia Contábil	25%	50%	25%

Fonte: Autor (2019)

Pode-se observar a complexidade para explicar os índices de aprovação e/ou reprovação do ESC. Diversos autores se dedicaram a estudar esses fatores, chegando a conclusões diferentes e complementares. Fatores como qualidade do ensino, tipo de instituição de ensino, corpo docente, limitações dos discentes para dedicação maior aos estudos, fatores educacionais e socioeconômicos, diferenças regionais e o IDHM, explicam parte dos resultados insatisfatórios. Esse trabalho trouxe mais um fator para essa lista, concluindo que os fatores técnicos das provas do ESC também influenciam nos resultados.

As questões teóricas apresentaram influência positiva na aprovação, ou seja, quanto maior for o número de questões teóricas, possivelmente a aprovação será alta e vice-versa. Essa afirmação é baseada no fato de que 75% das edições do ESC com números de questões teóricas na média ou acima dela, a aprovação também foi acima da média (37,73%). Por outro lado, as questões práticas apresentaram influência negativa, ou seja, quanto maior for o número de questões práticas, possivelmente a aprovação será baixa e vice-versa. Nesse caso, 100% dos anos que obtiveram questões na média ou acima da média, a aprovação foi abaixo da média (37,73%).

As questões teóricas de nível iniciante e intermediário apresentaram influência positiva, pois 75% e 57,14%, respectivamente, das edições dos ESC que apresentaram número de

questões acima ou na média, a aprovação também foi acima da média (37,73%). O nível avançado teve influência negativa, pois em 57,14% das edições dos ESC que obtiveram número de questões acima da média, a aprovação foi abaixo da média (37,73%). Nas questões práticas, os níveis iniciante e intermediário apresentaram influência negativa, pois 57,14% e 55,55%, respectivamente, das edições dos ESC que obtiveram número de questões acima da média, a aprovação foi abaixo da média (37,73%). No nível avançado não houve influência, pois, o percentual foi de 50% (empate).

Os conteúdos cobrados influenciaram para assertividade alta, baixa e em poucos casos não houve influência. No total foram 79 conteúdos gerais cobrados, 40 ou 50,63% influenciaram para assertividade baixa, 30 ou 37,98% influenciaram para assertividade alta e 9 ou 11,39% não influenciaram nos resultados, pois houve empate. As disciplinas que mais apresentaram conteúdos gerais de assertividade baixa, foram: Língua Portuguesa, Contabilidade Geral e Auditoria e, de assertividade alta, destaca-se Noções de Direito, Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Matemática Financeira e Estatística.

Quanto aos conteúdos específicos que foram passíveis de comparação, destacam-se “Risco de detecção” em Auditoria Contábil; “Estimativa pelo Valor Esperado” em Matemática Financeira e Estatística e “Classificação dos Procedimentos”

em Perícia Contábil, contribuindo para assertividade alta. Enquanto “Amostragem”; “Planejamento”; “Contagem Física de Caixa” e “Parágrafo de ênfase” em Auditoria Contábil; “Natureza das Contas” em Contabilidade Aplicada ao Setor Público; “Custos de Transformação” e “Custos dos Produtos Vendidos” em Contabilidade de Custos; “Notas explicativas”; “Redução ao Valor Recuperável” e “Arrendamento Mercantil” em Contabilidade Geral; “Planejamento de venda” em Contabilidade Gerencial; “Deveres do Contador” e “Princípios Éticos” em Legislação e Ética Profissional; “Vírgula” em Língua Portuguesa; “Regime de Tributação” em Noções de Direito; “Depreciação” e “Registro Contábil de Subvenção e Assistência Governamental” em Princípios e Normas contribuíram para assertividade baixa.

5 CONCLUSÃO

O número de IES, bem como a oferta dos cursos de Ciências Contábeis, vem crescendo no país a cada ano. Devido a essa demanda, faz-se necessário avaliar a qualidade das instituições, dos cursos superiores e dos alunos, a fim de garantir uma educação superior apropriada. O CFC tem, dentre outras atribuições, avaliar a qualificação dos futuros profissionais de contabilidade e faz isso pelo ESC, prova que exige conhecimentos médios da área contábil, visto que a sua aprovação depende de 50% de acertos. Os índices de reprovação no ESC incentivaram autores como Pinheiro et al. (2013), Borges (2015), Nascimento (2015), Silva (2015), Sprenger et al. (2016), Silva (2018) e Sottoriva (2018) a pesquisarem fatores que implicam no desempenho dos estudantes na referida prova. Diante dessas referências bibliográficas, o presente estudo buscou contribuir com tais pesquisas, propondo-se a identificar a influência dos fatores técnicos das provas do ESC no período de 2011.1 a 2017.1, nos percentuais de aprovação e assertividade.

Conclui-se que as questões teóricas apresentaram influência positiva na aprovação em 75%, enquanto as questões práticas influenciaram negativamente em 100%. Nas questões teóricas, os níveis iniciante e intermediário apresentaram influência positiva em 75% e 57,14%, respectivamente, e o nível avançado apresentou

influência negativa em 57,14%. Nas questões práticas, os níveis iniciante e intermediário apresentaram influência negativa em 57,14% e 55,55%, respectivamente, e no nível avançado não houve influência. Os conteúdos cobrados influenciaram para assertividade alta, baixa e em alguns casos não houve influência. Foram 79 conteúdos gerais cobrados, 40 ou 50,63% influenciaram para assertividade baixa, 30 ou 37,98% influenciaram para assertividade alta e 9 ou 11,39% não influenciaram nos resultados. Poucos conteúdos específicos foram passíveis de comparação e a maioria influenciou para assertividade baixa.

Como sugestão para pesquisas futuras, os conteúdos gerais mencionados nesse trabalho, poderão ser confrontados com os conteúdos cobrados nos editais, a fim de verificar se há a cobrança de todos. Além disso, pode-se estender o período estudado para o ano atual, quando os relatórios estatísticos do CFC forem publicados. Como limitações dessa pesquisa, são destacados os níveis de subjetividade de julgamento do autor, o que influencia nos resultados. Algumas questões utilizaram mais de um conteúdo e foi considerado aquele que a questão pedia como resposta. O fato de não haver disponibilidade de um relatório mais detalhado quanto às assertividades de cada questão, limitou este trabalho a resultados gerais.

REFERÊNCIAS

BACCI, João. Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2002.

BORGES, Vítor Aleixo Dutra. Exame de Suficiência Contábil: uma análise do conteúdo das provas a partir da grade curricular adotada pelas Instituições de Ensino Superior. 2015. 33 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BUGARIM, M. et al. Análise Histórica dos Resultados do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. Revista de Contabi-

lidade e Controladoria, ISSN 1984-6266 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 6, n.1, p. 121-136, jan./abr.2014.

CASTILHO, Eduardo Soares. Qualidade do Ensino de Custos na UFG: Uma visão em relação ao Exame de Suficiência. 2013. 34 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)—Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CFC. Exame de Suficiência. Disponível em: <http://novoportal.cfc.org.br/oconselho/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FBC. Exame de Suficiência. Disponível em: <http://www.fbc.org.br/exame-de-suficiencia/>. Acesso em: 10 set. 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LONDERO, Bruno Alex; PERES, Eliane; CHARRÃO. A Contabilidade na administração de empresas. Revista Eletrônica de Contabilidade. v. 2, n. 3, 2005.

EISELI, Carla Daniela; LORENZI, Micheli Grignani Voss. O Exame de Suficiência do CFC: Um diagnóstico dos conteúdos que compõem a prova. In: 15º Congresso Nacional de Iniciação Científica, 2015.

MORAES, Edson Franco de. O impacto das grades curriculares do curso de bacharelado em ciências contábeis no desempenho das instituições de ensino superior do estado da paraíba no exame de suficiência no período de 2000 a 2004. 2005. 75f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis—Programa MultiInstitucional) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2005.

PINHEIRO F. et al. O perfil do contador e os níveis de habilidades cognitivas nos exames Enade e suficiência do CFC: uma análise sob a perspectiva da taxonomia de Bloom. Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 11, n. 1, p. 50-65, jan/jun 2013.

ENTIDADE. Resolução CFC nº 1.373. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1373-2011.htm>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MEC. Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004 do CES/MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

SILVA C. et. al. Perspectivas e impressões sobre o Exame de Suficiência do CFC na visão de discentes do curso de graduação de Ciências Contábeis. Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC, v. 6, n. 22, p. 114-128, 2018.

SILVA, Irlane Lima Da. EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CFC: análise das dificuldades apresentadas pelos candidatos nos exames de 2012 a 2016. 2018. 48 f. Monografia - Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SOTTORIVA Luana. Desempenho no Exame de Suficiência do CFC: Uma análise da assertividade por conteúdo das regiões do Brasil. 2018. 90 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias Do Sul, Caxias do Sul, 2018.





O Uso da Contabilidade na Resolução de Carências Detectadas pela Propect Teory no Campo das Finanças Pessoais

RESUMO

Por muito tempo, em um processo de tomada de decisão, foi observado o aspecto da racionalidade total dos agentes tomadores de decisão. Entretanto, partindo para o enfoque das Finanças Comportamentais, passou-se a observar a interferência de diversos aspectos cognitivos no processo decisório dos agentes econômicos. Tendo como propósito analisar os aspectos cognitivos que influenciam no processo decisório, esse ensaio teórico exibirá padrões seguidos pela sociedade brasileira, utilizando-se dos pressupostos extraídos do estudo seminal sobre a Teoria do Prospecto, desenvolvido por Kahneman e Tversky. Visando observar a interligação da contabilidade no âmbito das finanças pessoais, foi proposto nesse artigo responder às seguintes questões: Qual o panorama financeiro atual considerando a presença da Interferência Mental? De que modo a Contabilidade acomete essa conjuntura visando o progresso? Como a Contabilidade resguarda das Intervenções Cognitivas Prejudiciais? Para solucionar o primeiro questionamento, partiu-se para a análise financeira adaptada ao meio doméstico, sendo apresentado no estudo um índice norteador da condição do indivíduo e seu grau de relação com a Teoria do Prospecto. No que concerne à segunda indagação, utilizou-se dos conhecimentos observados no campo da Controladoria, com a sua base e aplicação constituindo uma projeção favorável para o futuro. Por fim, no terceiro questionamento, utilizou-se da abordagem dos Princípios Contábeis e o seu valor contra a Dissonância Cognitiva. Foi possível concluir, nesse estudo, que a contabilidade possui grande capacidade de resolver os impasses cognitivos que induzem o indivíduo ao dispêndio financeiro.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Prospect Teory. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Por gerações foi compreendido que o sucesso financeiro de um indivíduo consistia enquanto ele acumulava e rendia o ativo que possuía pela comercialização ou prestação de serviços. Entretanto, a necessidade de obter uma quantia inicial para empreender fez surgir um negócio complementar ao preexistente, é denominado como Mercado de Capitais. Conforme explicado por Silva *et al.* (2008, p. 60)

“A necessidade de novos investimentos em empresas e a de poupança por parte daqueles que possuem recursos financeiros excedentes, provocou o surgimento de um mercado onde [...] podem, respectivamente, captar e aplicar seus recursos”.

Enquanto expandia a capacidade de geração de renda, inesperadamente, explicitou também decisões questionáveis daqueles bem instruídos financeiramente, dando início à formulação de uma tese denominada Teoria do Prospecto. Tais estudos, iniciados por Daniel Kahneman e Amos Tversky, proporcionaram as condições de expor alguns estratagemas intelectivos, que influenciam erroneamente o processo decisório monetário, além de justificar a sua existência e evidenciar as suas consequências, tanto no âmbito privado, como social. A fim de retratar sua existência, este artigo exibirá padrões seguidos pela sociedade brasileira, extraídos desse estudo iniciado por Tversky e Kahneman.

A Teoria do Prospecto gerou uma ciência denominada como Finanças Comportamentais (LIMA, 2003; HALFELD; TORRES, 2001; YOSHINAGA *et al.*, 2008), que é fundamentada numa gama de disciplinas, dentre as quais, a de maior relevância aqui será a contabilidade, por haver nela elementos capazes de suprimir os efeitos de uma eleição dúbia, juntamente com os seus reflexos negativos e convertê-los no próprio antídoto para resolução do infortúnio. Para tanto, serão utilizados recursos teóricos e basilares como os Princípios Fundamentais da Contabilidade, um modelo fidedigno de análise financeira e um protótipo simplificado de ação e verificação.

Este ensaio teórico está estruturado em cin-

co seções, a começar por esta introdução. As próximas duas seções trazem a contribuição teórica referente à abordagem da Prospect Theory na coletividade e no âmbito do indivíduo. Na seção quatro foram abordados alguns pontos de interligação da contabilidade com as finanças pessoais. Por fim, na seção cinco são observadas as considerações finais a respeito deste ensaio teórico.

2 ABORDAGEM PRAGMÁTICA DA PROSPECT THEORY NA COLETIVIDADE

Por décadas foi negligenciado que o maior influxo contrário ao êxito monetário do indivíduo se encontra alojado em si. Até meados de 1970, a Teoria da Utilidade Esperada, de John Von-Neuman e Oskar Morgenstern, era indiscutivelmente aceita na academia, pregando que as escolhas financeiras eram “baseadas em critérios totalmente claros com o objetivo de maximizar a sua utilidade relacionada ao risco” (OLIVEIRA; KRAUTER, 2015, p. 107). Em outras palavras, o parecer do investidor sempre era provido da mais fidedigna razão e coexistentemente tomava a melhor resolução, a fim de ampliar seu patrimônio.

Todavia, em 1979, Kahneman e Tversky estruturaram a contraposição do paradigma vigente por pesquisas com instrutores de voo do exército de Israel, obtendo resultados intrigantes como o desempenho deles que tendia a regressar sempre a performance mediana aceitável. Nas palavras de Araújo e Silva (2007, p. 49) “se um piloto obteve um ótimo desempenho em suas três últimas aterrissagens, a probabilidade da próxima aterrissagem ter um desempenho ruim é maior”, bem como o seu oposto. Mesmo parecendo forçoso achar uma correlação entre treinos aéreos e comportamento financeiro, ambos têm algo em comum: a tomada de decisão livre e individual que, por alguma razão, torna-se tendenciosa. Por quê?

O questionamento é esclarecido partindo do estudo sobre o epíteto “Prospect Theory”. Uma das translações aceitas à primeira palavra é “perspectiva”, e ela ampara toda a conjuntura, dado que uma dedução feita por uma análise errada gera conclusões igualmente incorretas. Isso foi ilustrado por Tversky e Kahneman

(1974, p. 1127), quando visto que:

Instrutores experientes notaram que, após um elogio para aterrissagens [...] suaves, elas eram tipicamente seguidas por aterrissagens medíocres, enquanto duras críticas após uma aterrissagem turbulenta produziam uma melhora substancial na tentativa seguinte. Concluindo que elogios verbais eram prejudiciais para o aprendizado enquanto punições verbais eram benéficas, contrariando a doutrina psicológica aceita.

A contradição acima ratifica a importância da perspectiva correta, uma vez que, sem ela, as pessoas tendem a subestimar uma ação enquanto superestimam outra, sem nenhum embasamento científico. Isso se deve muito ao influxo do prospecto que é categorizado por Araújo e Silva (2007, p. 49), em duas bases bem definidas:

A primeira é o fato de a emoção muitas vezes destruir o autocontrole que é essencial à tomada racional de decisões. A segunda [...] é o fato de as pessoas [...] não entenderem de forma clara com que estão lidando, criando em suas mentes o que os psicólogos chamam de frames ou molduras cognitivas.

O primeiro aspecto é presente em Ricciardi e Simon (2000, p. 2), quando afirmam que: “Finanças comportamentais tentam explicar [...] a compreensão dos padrões de raciocínio dos investidores, incluindo os processos emocionais envolvidos [...] que influenciam a tomada de decisão”. Já o segundo, isso é, a deficiência perceptiva, é evidenciada principalmente quando se nota a sua volatilidade de convicção em detrimento a força da instigação do meio no processo chamado interferência mental (BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2005). Ela se faz presente, por exemplo, na repetição do comportamento daqueles que coadunam do mesmo ambiente e, por mais que seja uma conduta inconsciente, os seus reflexos produzem implicações. Ariely (2008, p. 214) explica “que, por vezes, as pessoas estão dispostas a sacrificar o prazer de um [...] consumo para projetar em outros, certa imagem de si mesmos. [...] De modo geral, as pes-

soas são capazes de sacrificar a utilidade pessoal a favor da reputação social” em um efeito denominado pelos autores (BADDELEY, 2009; AKERLOF; SHILLER, 2009; ARAUJO NETO; FREIRE, 2013) como Teoria do Pastoreio ou Efeito Manada.

Essa segunda condição, unida à inflexibilidade de convencimento, fortalece atitudes inscipientes, conclusão referenciada pelo filósofo Giordano Bruno (1548-1600), quando definiu a altivez e imperícia como irmãs intrínsecas em alma e matéria. Essa ignorância pode ser motivada por costumes seguidos há tanto tempo, que mesmo perdendo a sua real motivação, mantém-se vigente por força de hábito. Um exemplo está no constrangimento ao não apresentar outrem em uma data comemorativa. Esse embaraço se deve ao conceito impregnado na sociedade que, Frith e Singer (2008) apresentam como sinal de prestígio e honra capaz de fortalecer relações grupais desde povos muito antigos como os nativo-americanos *Potlatch*. Entretanto, camuflados de honradez, Rogers, Silva e Securato (2015) asseguram a presença provável de crédito ruins nesses que consideram indispensável o ato de brindar outros. Isso foi reconhecido por Mendes-da-Silva et al. (2015) como um dos fatores relacionados à inadimplência, pois, no intuito de cultivar esse padrão, até mesmo extrapola sua condição para ser bem quisto por aqueles que o rodeiam.

O anseio dos jovens em possuir bens de consumo de valores elevados, como um veículo ou uma residência é outro protótipo desse hábito estabelecido em anedotas como: “Quem casa quer casa”, ou “Com pressa? Compre um carro!”. Mendes-Da-Silva e Yu (2009, *apud* MODIGLIANI; BRUMBER, 1954) salientam que nos anos iniciais da fase adulta, a conduta civil se configura como gastadora, pois assumem obrigações elevadas e longínquas, com o intuito de maximizar a capacidade atual de consumo. Para tal, enveredam-se na tomada de crédito bancário, como financiamentos e empréstimos, mesmo sem possuir uma perspectiva financeira sustentável, por ainda ser incerta sua carreira profissional, resultando no cenário expli-

citado por Oliveira (2014, p.12):

Muitas pessoas despreparadas iniciam financiamentos de imóvel próprio a juros e prazos altíssimos, sem pesquisar quais os possíveis riscos. [...] Em busca de uma qualidade de vida, conforto, e com a facilidade que temos hoje de parcelar produtos, realizar empréstimos e financiamentos, tem-se deixado de planejar o futuro financeiro. Consequentemente ao longo dos anos, as famílias começam a se endividar, acabam gastando mais do que a ganham e muitas vezes fazem empréstimos para pagar outros empréstimos, trazendo uma instabilidade financeira à família.

Geralmente, o argumento apresentado para adquirir de imediato um lar é: evitar adversidades futuras como troca constante de casa, deterioração de móveis com as mudanças e readaptação social causada por uma nova realidade; assim como independência, segurança e agilidade, na obtenção do automóvel. Todavia, no âmago da questão está um arquétipo levantado pela sociedade, que para Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1124), precisa passar por uma nova convenção, uma vez que a constância provinda da estabilidade da moeda causa a redução inflacionária e faz os ativos financeiros serem mais bem cotados que os imóveis ou outros bens reais. Todavia, essa concepção não é assimilada de imediato pela sociedade, sem haver antes um processo de aprendizagem que resulte na mudança de perspectiva sobre gestão financeira do patrimônio pessoal. Para eles isso é imprescindível, pois dará ao indivíduo condições necessárias de “reavaliar as decisões sobre a compra de [...] bens duráveis, bem como entender as novas modalidades de crédito e dominar a tecnologia disponível para a realização das transações financeiras básicas”. Todavia, ao estagnar-se no conhecimento obsoleto em detrimento da realidade financeira vigente, os autores concluem que:

A população [...] avança com ímpeto ao crédito fácil e, endividada, busca caminhos para restaurar o seu equilíbrio. O crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência. A partir daí, os empréstimos são interrompidos e a economia reduz a sua atividade. Como consequência dessas ações, surge um círculo

vicioso de expansão e retração do crescimento.

3 ABORDAGEM PRAGMÁTICA DA PROSPECT THEORY NO INDIVÍDUO

Ao analisar o assunto até então exposto, pode-se chegar à conclusão precipitada de que o ambiente é o único responsável por insensibilizar a percepção de egresso do erário, levando o leitor até mesmo a parafrasear Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e concluir que a sociedade é responsável por corromper o homem que nasce bom. Todavia, esse seria um pressuposto imponderado, pois, não há sociedade se no mínimo dois seres humanos não interagirem, logo, como pode direcionar o dolo para alguém da mesma espécie sem recair sobre si a mesma culpa? Para preencher essa lacuna que poderia existir, as Finanças Comportamentais também se dispuseram a analisar fatores estritamente psicológicos, de igual modo, capazes de arruinar a vida financeira do ser. Eles estão parametrizados em: Propensão à perda (ARAÚJO; SILVA, 2007; SILVA, et al., 2008; MELO; SILVA, 2010; FAMÁ; CIOFFI; COELHO, 2008) e Aversão ao ganho (OLIVEIRA; KRAUTER, 2015; HAUBERT; LIMA; LIMA, 2014; CASTRO JÚNIOR; FAMÁ, 2002).

No enredo da Interferência Mental, meio pelo qual o sentimento domina o autocontrole e efetua a tomada de decisões, pode-se citar o estudo de Pergher e Stein (2003), que demonstram como as novas memórias influenciam o esquecimento de questões mais antigas, sendo uma das responsáveis pela perda de prazos e vencimentos, acarretando juros e multa. Do mesmo modo, a tempestividade das emoções tem o potencial de gerar o olvido de questões importantes, como por exemplo, em situações tensas de ataque de fúria ou vingança, ou momentos de extrema alegria como uma promoção ou casamento, a pessoa se torna incapaz de calcular as sequelas onerosas que as suas ações gerarão. Todo autocontrole até então cultivado é dissipado em detrimento da necessidade imediata de conduta gerada pela emoção. Serra (2007, p. 171) alerta que as “nossas decisões diárias baseadas em impulso [...] em relação à vida financeira podem nos causar sérios problemas”. Daí a necessidade da sobera-

nia da razão, pois, conforme dito por Baddeley (2009, apud ELSTER, 1998, p. 284) “as emoções são cruciais quando a razão é um guia insuficiente para a tomada de decisões”. Chega-se à conclusão de que mesmo ao tornar o próprio indivíduo o sujeito ativo no assunto da Interferência Mental, o resultado obtido é o mesmo: os gastos desnecessários continuam a existir pela reação passional e irracional do agente.

Já as Molduras Cognitivas são reconhecidas no ramo das Finanças Comportamentais pelo codinome cunhado por Festinger (1957) de Dissonância Cognitiva. Antonomásia definida por Shiller (2012) como inconsistência entre as crenças e práticas de uma pessoa, com a finalidade de lhe satisfazer a conveniência momentânea. A contradição existente não necessita de qualquer influência externa, pelo contrário, a inexistência de uma força maior do que a sua vontade imediata, proporciona ao atuante total liberdade de infringir os limites estabelecidos e, como consequência disso, arruína o planejamento proposto a eleva o seu montante financeiro.

Exatamente por não ter o devido conhecimento da realidade na qual ele está acoplado, o indivíduo enxerga alvitre onerosos como possíveis fontes de renda, tornando-se presa das próprias utopias e então adentra numa das bases estruturais das Finanças Comportamentais: a Propensão à Perda.

Inicialmente é apresentado ao investidor (todo aquele disposto a ofertar uma quantia a fim de gerar uma riqueza superior à presente) um cenário atrativo que o coloca na condição de poder receber o dobro, ou até mais, daquele valor que ele está disposto a depositar, levando-o a adentrar no conhecido: “O dobro ou nada”. Esse panorama é explicitado por Paiva (2013, p. 83), quando ressalta que “a maioria das pessoas rejeita a perspectiva de uma probabilidade de 50-50 de ganhar ou perder dinheiro, a menos que a quantidade a ser adquirida seja de pelo menos o dobro do montante a ser perdido”.

Após enveredá-lo neste percurso, é alterada a perspectiva de resultado, e ao invés de focar no presumível ganho dobrado, é incutido nele o

quanto pode ser perdido caso desista de continuar, pois “no campo das perdas, as pessoas tendem a arriscar, ao invés de sofrerem uma perda certa” (HAUBERT; LIMA; LIMA, 2014, p. 184). O mercado faz isso, pois compreendeu a despeito do investidor que pondera seus ganhos e perdas sem dar o mesmo valor psicológico para ambos, pois “eles sentem muito mais a dor da perda do que o prazer obtido com um ganho equivalente” (SILVA et al., 2008, p. 2), tendo como responsável o Medo do Arrependimento. Por fim, o rombo financeiro cresce exponencialmente pelo simples fato de preferirem “correr o risco de perder uma quantia maior que x, se tiverem ainda a possibilidade de não perder nada, ao invés da certeza de perder x” (CASTRO JUNIOR; FAMÁ, 2002, p. 29).

Por mais absurdo que pareça esse cenário, é muito bem visível e exemplificado quando observado em sorteios, desde uma simples rifa no valor de R\$ 1,00, passando por jogos ilegais como o “do bicho”, transitando pelos federais sob a tutela da Caixa Econômica Federal, como também os eletrônicos. Todos têm a mesma abordagem: Concentrar o apostador no prêmio e mexer psicológico com ele, pela esperança de ser o premiado. Após conseguir entranhá-lo no jogo, começa a fazê-lo considerar ali como uma ótima fonte de possível recompensa e que não pode parar, afinal já investiu alguma quantia e seria em vão caso desistisse agora, pois no dia que ganhar, toda essa verba valerá a pena. Movido pelo Medo do Arrependimento e a esperança do ganho, esse iludido jogador se torna presa fácil da Propensão à Perda.

De igual periculosidade, porém em direção inversa, observa-se a Aversão ao Ganho, fruto da necessidade financeira, sendo um termo paradoxal quando se leva em consideração a vertente capitalista que rege a sociedade ocidental. Com isso surge o seguinte questionamento: Como um indivíduo inserido num grupo que trabalha visando o lucro pode ser contrário ao *ganho*?

A resposta está no cenário constatado por Kahneman e Tversky, pelo Efeito Certeza. Há uma subavaliação de resultados prováveis em comparação com os certos quando é apresentada a esperança de receita, mesmo que

o primeiro produza resultados superiores ao segundo, pois “quando se trata de ganhos a maioria é avessa ao risco” (OLIVEIRA; KRAUTER, 2015, p. 110).

Exemplos não faltam no cenário brasileiro, conforme Almeida e Cunha (2017, p. 82) cita, utilizando-se de dados ofertados pela ANBIMA do ano de 2015, mostrando-se que os Títulos de Renda Fixa corresponderam a 34% do total de investimentos, e a poupança, sozinha,

29,6%, enquanto que os Títulos de Renda Variável compõem apenas 4,8% do montante geral. Esse último, em longo prazo, representa dentre os 3, os maiores retornos. Contudo, por não cravar o valor exato a ser pago, o cidadão opta por ser conservador e escolhe aquele que dá o resultado preciso. Kimura, Basso e Krauter (2006), adaptando a pesquisa de Kahneman e Tversky (1979), conduziram questões quantitativas, que exploraram esse efeito, conforme visto e analisado abaixo.

Figura 01 - Estudo do Efeito Certeza

Problema 3. Qual das duas alternativas você prefere?		
() Alternativa A 80% de chances de ganhar \$4000 20% de chances de ganhar \$0		() Alternativa B 100% de chances de ganhar \$3000
Problema 4. Qual das duas alternativas você prefere?		
() Alternativa A 20% de chances de ganhar \$4000 80% de chances de ganhar \$0		() Alternativa B 25% de chances de ganhar \$3000 75% de chances de ganhar \$0
PROBLEMA	PROSPECTO	BRASIL (97)
3	A: (\$4000:80%; \$0:20%) B: (\$3000:100%)	29% 71%*
PROBLEMA	PROSPECTO	BRASIL (97)
4	C: (\$4000:20%; \$0:80%) D: (\$3000:25%; \$0:75%)	57% 43%

Fonte: Kimura, Basso e Krauter (2006)

O problema 3 oferece um resultado lógico, pois a alternativa que dava chance de ganho em 100% foi escolhida por 71% dos participantes. Contudo, a dissonância surge quando no problema 4, a opção mais escolhida (57%), foi a que deu menos probabilidade de ganho. Isso acontece, pois “Em probabilidades de ganhos, as pessoas tendem a preferir os resultados obtidos com certeza aos resultados prováveis (Problema 3). Todavia, quando ganhar torna-se - 44 U + 4 - 0 a maioria prefere a aposta de maior valor (Problema 4)” (HAUBERT; LIMA; LIMA, 2014, p. 184) CE + 4 complemento dados pelos autores).

Ao analisar toda a conjuntura apresentada até então, pode ser visto que as influências cognitivas são capazes de enfraquecer o bem-estar monetário por diversas facetas. Por causa dis-

so não é prudente deixar o controle do erário apenas sob o próprio encargo, afinal, também pode se tornar um dos agentes desse efeito. Para tanto, faz-se necessária a entrada de um intermediário neutro, preciso e absoluto.

4. A INSERÇÃO CONTÁBIL NO CENÁRIO DA PROSPECT THEORY

Miotto e Parente (2015) configuram a gestão das finanças em dois alicerces: O orçamento e o controle. Enquanto o primeiro planeja e distribui os recursos, o segundo acompanha e refreia gastos escusados, a fim de evitar o insucesso das metas pela oscilação de decisões. Vale ressaltar que ambos são frutos derivados da contabilidade, ciência capaz de constituir um arcabouço teórico e prático – por um acompanhamento in loco desde a formação do capital,

transpassando a constituição de bens e direitos sem ignorar as obrigações, salientando as despesas e receitas, e analisando todo este enredo a fim de traçar objetivos futuros – embasados na isonomia e legalidade que tanto se espera de um mediador, pois “o objetivo da Contabilidade é prover seus usuários de informações úteis e oportunas para a tomada de decisão” (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p. 41). É ressaltado o seu valor por Padoveze (2009, p. 8), quando o analisa como “único sistema de informação que consegue mostrar a empresa como um todo, pois [...] atribui valor a tudo. Essa qualificação é o que permite o processo de gestão global de um empreendimento”.

Para um entendimento cabal, será realizada a inserção da Contabilidade em três blocos complementares, com o intento de satisfazer as seguintes questões no âmbito das Finanças Pessoais: qual o panorama financeiro atual considerando a presença da Interferência Mental? De que modo a Contabilidade acomete essa conjuntura visando o progresso? Como a Contabilidade se resguarda das Intervenções Cognitivas Prejudiciais?

Para a primeira indagação será realizada uma análise financeira adaptada ao meio doméstico e apresentado um índice norteador da condição do indivíduo e o seu grau de relação com a Teoria do Prospecto. Para a segunda, a explanação se dará na vertente da Controladoria, com a sua base e aplicação constituindo uma projeção favorável para o futuro. Por fim, serão abordados os Princípios Contábeis e seu valor contra a Dissonância Cognitiva.

4.1 Reconhecimento financeira: Primeiro Passo para o Autocontrole Econômico

Tomar conhecimento do ambiente que está alocado é fundamental para o êxito, conforme ressaltado por Potrich, Vieira e Paraboni (2013), ao afirmarem que a educação financeira permite o desenvolvimento de habilidades que possibilitam uma boa gestão de renda, e sua ausência, segundo Miotto e Parente (2015, p. 63) “acaba levando os consumidores a incorrer em erros que podem ter sérias consequências para suas situações financeiras”.

Em primeiro momento é necessário saber se a condição de seu Patrimônio é equilibrada. “Com Patrimônio entende-se o conjunto de bens, direitos e obrigações” (GARCIA, 2010, p. 12) e compreender o seu valor é fundamental numa análise decisória. Para tanto, é necessário seguir modelos estáveis, que não permitam ao agente alterar os seus resultados ao bel prazer. O modelo seguido por este artigo é extraído de Cerbasi (2015, p. 18).

O autor define o PMS como a quantia necessária para reorganizar a vida em caso de desemprego, doença ou falência da atividade de negócio. Nas suas palavras, “essa reserva manterá seu padrão de consumo até que as coisas se normalizem” (CERBASI, 2015, p.18). Para a sua compreensão exata se deve levantar algumas definições preponderantes, como:

1- Gasto Médio Mensal Familiar: Para a sua obtenção, é necessário utilizar a média de gastos dos últimos 6 a 12 meses no círculo familiar. Nas casas em que pessoas economicamente ativas recebem valores constantes, e não se utiliza créditos adicionais, esse gasto será menor ou igual ao montante recebido. Entretanto, o cenário brasileiro é outro e o uso de crédito bancário é comum, principalmente nas classes menos abastardas, tornando incerta a noção de despesas, resultando na análise de Miotto e Parente (2015, p.53):

O pagamento por cartão de crédito [...] pode enfraquecer a relação entre pagamento e consumo, minimizando assim a influência negativa que o pagamento tem na satisfação. Consequentemente, indivíduos que usam algum tipo de crédito para pagamento podem consumir mais.

Logo, para aquele que não possui um controle de gasto e utiliza cheques ou cartões, será necessário o controle manual do quanto realmente é gasto mensalmente na residência, para então possuir o valor que satisfaça esse item.

a quantia mínima necessária para assegurar uma condição básica de sobrevivência por seis meses, caso hoje as pessoas economicamen-

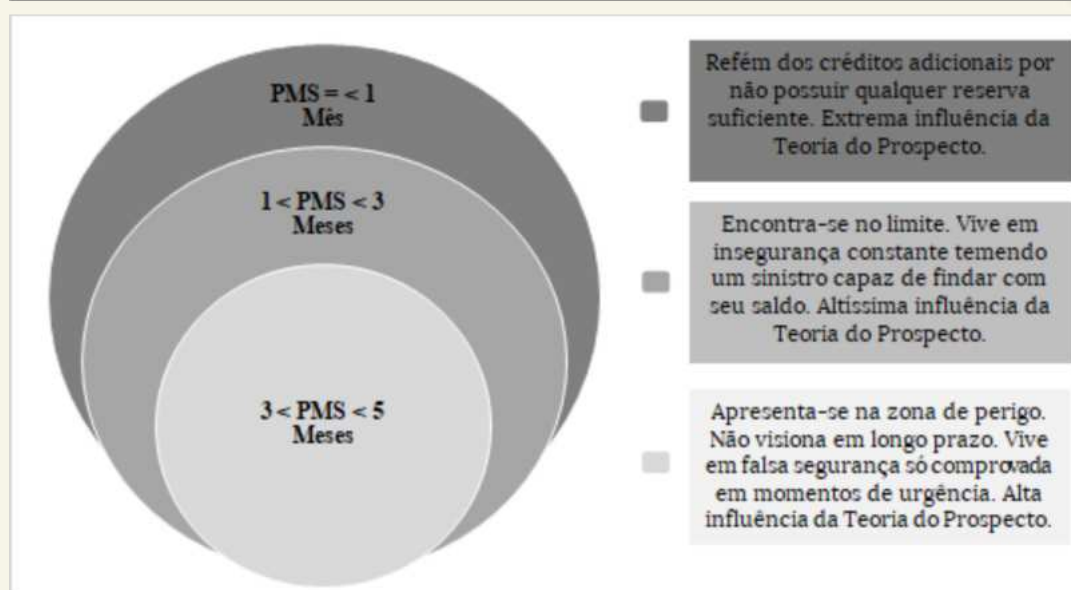
te ativas do lar tenham sua renda findada. Os valores a serem adicionados neste item serão a verba presente na casa e seus equivalentes (contas bancárias, títulos de capitalização, ações na bolsa, valor em cofres), ou seja, tudo que pode se transformar em erário imediatamente. Nesse contexto, direitos (ações judiciais, herança, tributos a recuperar), bens móveis ou imóveis não podem ser adicionados, pois, a sua liquidez não será imediata.

De maneira simples, esse cálculo apresenta um balanço básico da saúde patrimonial financeira do indivíduo, ou da família, tendo a capacidade de conjecturar as condições presentes do interessado na informação. Marion (2009, p. 128) apresenta o balanço patrimonial e a sua análise, com “um poder informativo de natureza preditiva”, pois visionando uma situação estática contida no presente e passado, con-

segue “dar uma razoável dose de confiança em que, se os eventos retratados se repetirem, os resultados serão equivalentes, no futuro”. Na realidade cujas pessoas recebem uma quantia quase invariável, essa predisposição em recorrer sempre os mesmos resultados se acentua.

Por ser considerado “uma sombra do passado que se projeta para o futuro” (MARION, 2009, p. 129), o balanço patrimonial remata a devida situação: Caso hoje se possua o tesouro suficiente para satisfazer o índice acima, encaminha-se para um bom futuro. Ao demonstrar certo grau de autocontrole capaz de acumular capital, prefere-se seguir a vereda do investimento ao invés do endividamento e visiona em longo prazo. O seu oposto necessita imediatamente alterar sua prática habitual, uma vez que se encontra numa situação financeira grave, podendo ser vista na figura abaixo:

Figura 02 - PMS e a relação inversa com a Teoria do Prospecto



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

4.2 Gerência financeira: O ciclo virtuoso: Planejamento, Execução e Análise

Uma das armadilhas mais astuta da Teoria do Prospecto se apresenta na figura do efeito ancoragem. Kimura, Basso e Krauter (2006, *apud* EDWARDS, 1954) levantam a questão que pessoas em geral utilizam valores para referenciar suas percepções. Tal segmento é extraído da heurística humana, i.e, “uma tendência sistemática de violar os axiomas da racionalidade ampla. [...] podendo afetar de forma semelhan-

te um grande número de pessoas” (HAUBERT; LIMA; LIMA, 2014, p.186). É responsável, por exemplo, pela aceitação, ou não, dos preços estabelecidos por um estabelecimento, pela noção prévia do valor deste mesmo item no rival.

Contudo, é enganoso considerar a influência restrita na comparação de cotações, pois a sua principal artimanha se encontra na checagem da condição financeira própria com a de seu meio. Shiller (2012) apresenta esse cenário quando

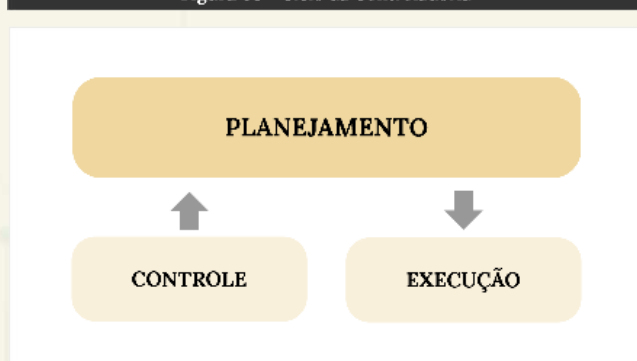
afirma que as pessoas tendem a cotejar-se com os seus semelhantes na hierarquia social. Utilizando-se do cálculo para o Patrimônio Mínimo de Sobrevivência como exemplo, caso o cidadão não possua uma quantia suficiente para ter o PMS enquanto a sua volta apresenta o comportamento dele será de desdenha sobre a necessidade de alcançá-los, focará em grupos com condições inferiores a sua para sentir-se menos deficitário e apresentará situações peculiares suas, como responsáveis pelo insucesso.

Ratificando essa questão, Mendes-da-Silva e Yu (2009, p. 6) ressaltam que “pessoas com baixo senso de controle [...] acreditam que as chances na vida são resultado de fatalidade [...] e que têm baixa influência sobre coisas ruins que podem ocorrer em suas vidas”.

Assim também quando o oposto acontece (seu grau de estabilidade econômica é maior que seu meio), o ser humano tende a se conformar com o seu status, acreditando estar seguro de qualquer imprevisto, e, mesmo sem perceber, impregna-se com a Teoria do Prospecto, porquanto ancora sua percepção com o agora e despreza uma racionalidade mais ampla, complexa e transcendental.

Para alcançar a excelência se faz necessário outro subsídio extraído da Contabilidade chamada de Controladoria. Padoveze (2009, p. 3) a enaltece como “a utilização da Contabilidade em toda sua plenitude”, pois para ele a Controladoria se responsabiliza em “implantar, desenvolver, aplicar e coordenar todo o ferramental da Ciência Contábil”. Isso é complementado por Mosimann, Alves e Fisch (1993), que responsabiliza por orientar a gestão econômica a fim de torná-la eficaz. Na intenção de sintetizar o seu campo de atuação, a seguir é ilustrado o ciclo de funcionamento da Controladoria.

Figura 03 – Ciclo da Controladoria



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

As suas funções são dispostas em: planejamento (definindo o ponto de partida, a velocidade e o destino) e controle (regulando esse “transporte”, a fim de obter êxito e execução criando e dando suporte ao condicionamento instintivo e comportamental do indivíduo, não permitindo que ele esteja vulnerável aos seus próprios devaneios e desmotive-se no percurso). Conforme já dito por Dornela et al. (2014, p. 95), é preciso: “perseverança para substituir comportamentos financeiros inadequados, tornando-os novos hábitos”.

O planejamento “é um [...] conjunto de procedimentos que visa organizar e ordenar o que se pretende [...] em determinado momento futuro” (SORTINO, 2005, p. 26). Logo, planejar “consiste num processo intelectual consciente pelo qual se preveem eventos futuros que são estudados, analisados e estruturados” (LUNKES; SCHNORRENBERGER, 2009, p. 41). Ter em mente essas duas definições permite ao usuário desprender-se da aleatoriedade de decisões que tanto lhe afetam. Já o processo intelectual consciente emana da necessidade de um sólido embasamento decisório (via estudo e análise) em detrimento das alegações momentâneas, como vistas por Tversky e Kahneman (1974). Tais aspectos deságuam em Mosimann e Fisch (1999), quando pontuam planejamento como:

- a) Vital por reduzir as incertezas e riscos no processo decisório;
- b) Antecede qualquer ação, por reduzir custos com o subsídio logístico e orçamentário;
- c) É dinâmico e resiliente ao apresentar alternativas para contornar eventuais acasos.

O orçamento pessoal é atrelado à outra matéria contábil chamada Custos, para que a sua estrutura de contingenciamento possa ter valores estabelecidos, ordenados e organizados. Um exemplo prático e didático a ser adotado é apresentado abaixo:

Figura 04 - Estruturação Orçamentária

LEGENDA		Diretriz Orçamentária 20X2				Questão Mensal	
Diretriz Orçamentária: Questões que envolvem o ano ou período estabelecido		A	B	C	D	E	F
A		Histórico (20X1)		Limite/Meta	%	Orçado	Cumprido
Ordenação Sintética/Analítica Regular/Periódica							
B							
Média de Gasto do Ano Anterior							
C							
Limite estabelecido para gasto em R\$							
D							
Limite estabelecido para gasto em %							
Questão Mensal: Análise Mensal a fim de ajustes pontuais							
E							
Valor orçado para gasto naquele mês							
F							
Valor apurado de gasto no fim do mês							

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

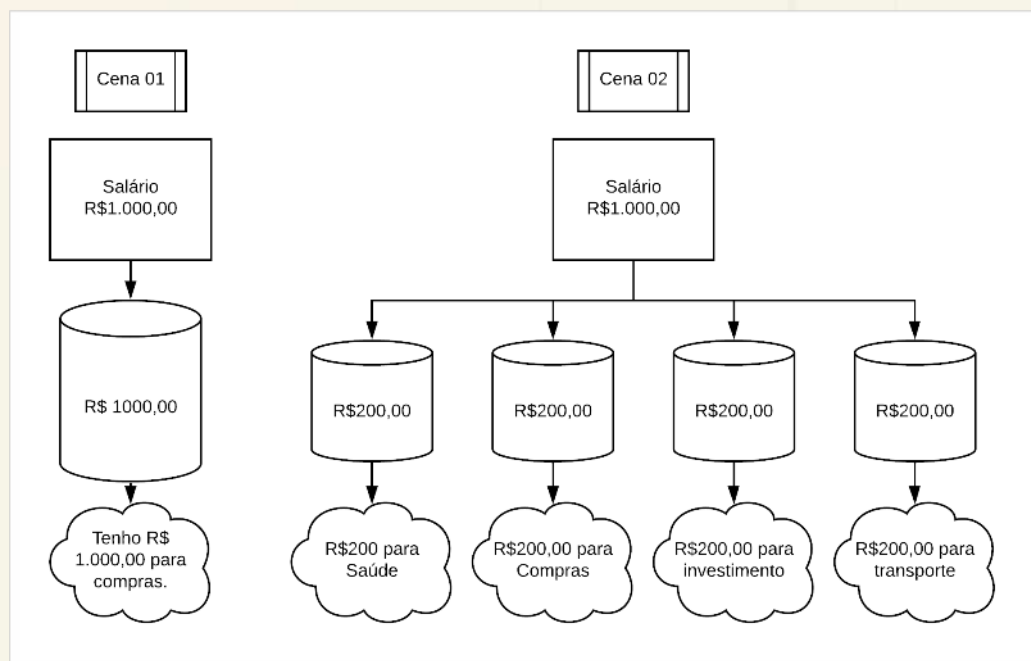
Percebe-se no proposto acima a satisfação de todos os requisitos até então buscados. Inicialmente há um ordenamento padronizado, logicamente pelo conteúdo e periodicidade na coluna A. O seu rateio é embasado, primeiramente, pelos valores médios do ano anterior e mesmo assim, ainda existe a delimitação de até quanto se intenciona gastar, tendo os limites percentuais, assim como mais credibilidade para demarcação por manter a proporcionalidade com o quanto está sendo ganho. Logo, caso o salário aumente 10%, não apenas uma, mas todas as saídas serão beneficiadas em 10%. Já quando é estabelecido pelo montante, um ajuste qualquer desregula o padrão de gastos.

As colunas C e D devem atender a maleabilidade exigida no planejamento, estabelecendo limites um pouco acima do comumente gasto. Caso se pague o plano de saúde todo mês no valor de R\$ 250,00, é preferível orçar o limite dessa conta em R\$ 300,00 (20% a mais), pois mesmo que haja um incidente, precise-se de remédio ou outra urgência, houve uma preparação prévia para aquilo. Ademais, deve-se

zelar para que a diferença entre entradas e saídas seja zero. Não há necessidade de uma “sobra”, pois foi designado como primeira saída recomendada o autopagamento, isso é, um investimento bancário rentável.

Já a coluna E deve se basear nas colunas preenchidas, todavia tendo esforço máximo em afastar-se da baliza, afinal foi estabelecido um limite confortável entre o frequente e o possível. Caso não consiga, tem que, ao menos, não ultrapassá-lo. Prontamente, a quantia é recebida pelo indivíduo (ou grupo) e se faz necessária a divisão dos valores estabelecidos na coluna E em locais diferentes (podendo ser envelopes, ou contas bancárias), para que entre em ação o ensino de Heath e Soll (1996), quando ratificam que o orçamento serve de influenciador nas decisões de compra por conscientizar o cliente sobre o seu limite de gastos. Devido a esse rateio, o cérebro não entende mais que o valor disponível é o total, mas agora enxerga a quantia rateada, suprimindo a Interposição Mental, conforme visto abaixo.

Figura 05 - Diferença Cognitiva com o rateio orçamentário



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Por fim, a coluna F é preenchida ao anotar os gastos realizados no mês. São somados todos que se inserem na mesma linha e é analisado se o proposto foi efetuado. Caso a situação seja melhor que o sugerido, é permitido usufruir dele sem preocupação ou idealizar algo maior em longo prazo. O direito de escolha é concedido, pois mesmo realizando um gasto a mais agora, já se fez uma reserva futura quando houve o depósito rentável no início do exercício.

Nota-se que o ciclo da controladoria, quando bem efetuado, é fluído e apresenta resultados contínuos. Enquanto a coluna B extrai informações pretéritas, as colunas C e D estruturam toda a base do planejamento orçamentário, a coluna E se torna responsável pela execução e a coluna F finaliza com uma amostragem em curto prazo sobre o nível de êxito do controle. Essa análise micro, quando maximizada, propõe um modelo sustentável de vida financeira, vencendo todos os imbróglios apresentados até aqui da Teoria do Prospecto nas Finanças Pessoais.

As análises precipitadas dão lugar ao modelo baseado em dados concretos, as emoções impulsivas são aprisionadas pelos limites propostos, a amnésia custosa se rende à organização prévio-analítica e até mesmo a Propensão à Perda e Aversão ao Ganho vão sendo enfraquecidos à luz do discernimento, dada a busca de

novas percepções sobre onde realmente o dinheiro progride e onde se esvai. O meio no qual vive, visto como referência se torna agora mero coadjuvante, uma vez que o modelo proposto não apresenta comparação com ninguém, nem limite para acúmulo de capital, antes incentiva o investimento contínuo, a fim de alcançar voos cada vez mais altos, podendo, com o tempo e a ampliação da riqueza, realizar sonhos e até mesmo viver somente do rendimento gerado por esses fundos, sem mais depender do trabalho ou previdência social.

4.3 Postulado contábil: O Antídoto da Vicissitude Financeira

Doravante ao fundamentar-se toda conjuntura econômica, não se pode ignorar a presença contínua do mais ardil estratagema a ser combatido: A Dissonância Cognitiva. Enquanto todos os outros fatores são anulados pelos fundamentos de planejamento, execução e controle, a Divergência Intelectual influi em uma frequência superior, por se transmutar em cenários distintos. Scholten e Carrilho (2006) a apresenta em panoramas em que dois elementos cognitivos como conhecimento, opinião, crença ou ação entram em desavença, sendo capaz de minar as conquistas galgadas pela “falta de objetividade e de consciência dos objetivos por parte do agente” (KLADIS; FREITAS, 1996, p. 4).

Para se resolver essa questão central, é necessário adentrar ao âmago da Contabilidade e embutir, nesse cenário, alguns princípios que fazem esta ciência perdurar com a mesma confiabilidade de outrora. A fim de se fazer válido na conjuntura das Finanças Pessoais, tais fundamentos serão definidos e relacionados ao contexto pessoal.

Para Chaves: “O Princípio da CONTINUIDADE pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.” (CHAVES, 2015, p. 20).

O artigo 6º da CFC prevê que: “O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, [...] à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.” (CFC, 2008, p. 13).

O artigo 10º da CFC, §1º e §3º, ressalta que: “O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio [...] A aplicação [...] ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos [...] devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.” (CFC, 2008, p. 15).

Por mais que seja deduzido que todos os princípios operem em interrelação, esses três são destacados coadunados pelo papel ímpar exercido na conjuntura das Finanças Pessoais.

A continuidade induz dois fatos primordiais para o bom resultado econômico: É fundamental a avaliação e a classificação das mudanças do patrimônio, a fim de que ele seja contínuo e próspero. Do mesmo modo, desvirtua-se a visão em curto prazo e se aloca ao horizonte distante, o que realmente importa para qualquer pessoa, seja jurídica ou física. Já a oportunidade é emanada, a fim de manter a relevância das informações em tempo hábil, ao passo que a prudência emprega “certo grau de precaução [...] no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados” (CHAVES, 2015, p. 22), conforme prega a Teoria do Prospecto.

Sistematicamente, tais elementos andam em comunhão, podendo ser observado nas mais distintas situações rotineiras de uma família economicamente saudável, tais como:

- No início de mês, período que há o recebimento de ordenados, (segundo o parágrafo 1º do artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho), o princípio da Oportunidade aparece no registro da entrada monetária, seguida com seu rateio para cada conta discriminada na fase preparatória. Ao mesmo tempo, o princípio de Prudência incentiva o agente prevenir-se de possíveis esquecimentos e acréscimos das faturas, pagando-as com antecedência.
- No decorrer do período, a Oportunidade atrelada com o princípio da Continuidade consegue postergar compras desnecessárias no presente e prescrever in loco as saídas de caixa para suprir as obrigações do período. A Prudência orienta que o registro incerto, ou irrelevante, seja feito com precaução, como por exemplo, ao levar R\$100,00 para as compras e regressar com R\$ 15,60, por considerar R\$ 0,60 irrelevante, é comum gravar o gasto de R\$ 85,00 (100-15), mas a Prudência dita que deve ser registrado R\$ 86,00, pois ao fim do mês, de vanidade em vanidade terá abundado o somatório dos R\$0,60 que outrora eram desprezíveis.
- Ao findar o mês, a Oportunidade surge com a tempestividade em reunir todas as entradas e saídas, preencher a coluna F do modelo proposto, comparar se realmente a diferença entre entradas e saídas bate com o valor em suas mãos (caso tenha feito um bom trabalho, terá mais em posse, do que o registro expõe) e unir-se outra vez com a Prudência e Continuidade ao dar o feedback e prospectar os valores orçados para o próximo exercício.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em observação as discussões realizadas, pode-se concluir que a Contabilidade tem uma função admirável na resolução dos impasses cognitivos que induzem ao dispêndio, uma vez que ela é responsável por subsidiar processos racionais muito bem fundamentados

de tomada de decisão dos seus usuários. Neste trabalho, foi procurado apresentar um paralelo entre atuais hábitos saturados de elementos explicitados na *Prospect Theory* e as suas implicações em variados prazos na vida do seu hóspede, em detrimento dos recursos contidos na Ciência Contábil capazes de não apenas dirimir, mas também reverter à projeção econômica.

Em cada vertente apresentada, chega-se ao corolário de que ao obter o mutualismo entre princípios contábeis, ciclo da contabilidade e análises financeiras bem fundamentadas, não haverá espaço para as artimanhas cognitivas. Por mais que seja deveras presunçoso considerar que possa existir um ser humano plenamente racional nas suas decisões financeiras, conforme consente John Stuart Mill (OLIVEIRA; KRAUTER, 2015, apud STEINER, 2006), o influxo mental irá se reduzir exponencialmente, à medida que mais indivíduos iniciam o processo emanado da Ciência Contábil.

A fim de propagar o contraveneno extraído da própria *Prospect Theory*, faz-se fundamental que o indivíduo, por intermédio do Efeito Manada, influencie seu nicho a “aumentar a compreensão dos padrões de raciocínio [...], incluindo os processos emocionais envolvidos e os graus em que influenciam a tomada de decisão” (RICCIARDI; SIMON, 2000, p. 2). Isso pode ser observado pelo aprofundamento científico financeiro, adoção de modelos comprovadamente válidos e averiguação constante de resultado, para então coadunar no desfecho de Dornella *et al.* (2014, p. 95), que “por meio do planejamento de gastos e programação de metas para poupar, investir ou comprar, é possível alcançar bons resultados e evitar situações como endividamento, desentendimentos, inadimplência, entre outros males”. Destarte “os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar.” (SAVOIA; SATO; SANTANA, 2007, p. 1122). A gerência concedida pela Contabilidade não visa à mesquinhez, antes permite ao usuário desfrutar da prosperidade de forma salutar.

REFERÊNCIAS

- AKERLOF, G. A. & SHILLER, R. J. In *Animal spirits: how human psychology drives the economy, and why it matters for global capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.
- ALMEIDA, A. L.; CUNHA, D. P. A. Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil de investidor brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- ARAUJO NETO, L. M.; FREIRE, F. S. Comportamento Manada: estudo aplicado em estudantes do curso de ciências Contábeis. *Revista de Informação Contábil*, v. 7, n. 1, 2013.
- ARAUJO, D. R.; SILVA, C. A. T.. Aversão à perda nas decisões de risco. *REPeC Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 45-62, set./dez. 2007.
- ARIELLY, D. *Previsivelmente Irracional*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.
- BADDELEY M. Herding, social influence and economic decision-making: socio-psychological and neuroscientific analyses. 2009.
- BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. *Comportamento do consumidor*. São Paulo: Cengage Learning. 2005.
- CASTRO JÚNIOR, F.H.F.; FAMÁ, R. As novas finanças e a teoria comportamental no contexto da tomada de decisão sobre investimentos. *Caderno de Pesquisa em Administração*, São Paulo, v. 09, n. 2, abr/jun, 2002.
- CERBASI, G. *Como organizar sua vida financeira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.
- CHAVES, R. S. *Contabilidade Básica: primeiros passos*. Teresina: Contas.ctn, 2015.
- DORNELA, F. J.; TEXEIRA, F. A.; COSTA, R. F. M.; SANTOS JÚNIOR, W. L.; SOUZA, L. M.. Educação Financeira: Aprendendo a lidar com Dinheiro. Raízes e Rumos. *Revista 25 da pró-reitoria da extensão e Cultura - PROEXC*, v. 02, n. 01, p. 91 - 155, Rio de Janeiro, 2014.
- FAMÁ, R.; CIOFFI, P. L. M.; COELHO, P. A. R. Contexto das finanças comportamentais: anomalias e eficiência do Mercado de Capitais

Brasileiro. *Revista de Gestão*, v. 15, n. 2, art. 5, p. 65-78, 2008.

FESTINGER, L. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Evanston, Ill: Row Peterson, 1957.

FRITH, C. D. ; SINGER, T. The role of social cognition in decision making. *Phil. Trans. R. Soc. B.*, v. 363, p. 3875-3886, 2008.

GARCIA, A. S. *Introdução à Controladoria: Instrumentos básicos de controle de gestão das empresas*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HALFELD, M.; TORRES, F. F. L. Finanças comportamentais: a aplicações no contexto brasileiro. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 64-71, Jun. 2001.

HAUBERT, F. L. C.; LIMA, C. R. M.; LIMA, M. V. A. *Finanças Comportamentais: uma investigação com base na teoria do prospecto e no perfil do investidor de estudantes de cursos stricto sensu portugueses*. *Revista de Ciências da Administração*, v. 16, n. 38, p. 183-195, 2014.

HEATH, C.; SOLL, J. Mental accounting and consumer decisions. *Journal of Consumer Research*, v. 23, n. 1, p. 40-52, 1996.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. *Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o nível de Graduação*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263-29, mar. 1979.

KIMURA, H.; BASSO, L. F. C.; KRAUTER, E. Paradoxos em Finanças: teoria moderna versus finanças comportamentais. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 41-58, mar. 2006.

KLADIS, C. M.; FREITAS, H.. O gerente nas organizações: funções, limitações e estilos decisórios. *Revista Ser Humano*, São Paulo, n. 109, p. 33-35, jun. 1996.

LIMA, M.V. Um estudo sobre finanças comportamentais. *RAE-eletronica*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2003.

LUNKES, R. J.; SCHNORRENBURGER, D. *Controladoria: Na Coordenação dos Sistemas de Gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. *Introdução à Contabilidade*:

Com ênfase em teoria. Campinas: Alínea, 2009.

MELO, C.; SILVA, C. Finanças comportamentais: um estudo da influência da faixa etária, gênero e ocupação na aversão à perda. *Revista De Contabilidade E Organizações*, v. 4, n. 8, p. 3-23, 2010.

MENDES-DA-SILVA, W.; DA COSTA JR., N.; AYRES BARROS, L.; ROCHA ARMADA, M.; & NORVILITIS, J. 'Behavioral Finance: Advances In The Last Decade', *RAE: Revista De Administração De Empresas*, v. 55, n. 1, p. 10-13, 2015.

MENDES-DA-SILVA, W.; YU, A. Análise Empírica do Senso de Controle: buscando entender o excesso de confiança. *Revista de Administração contemporânea - versão eletrônica*, v. 13, p. 247-271, 2009.

MIOTTO, A. P. S. C.; PARENTE, J. Antecedents and consequences of household financial in Brazilian lower-middle-class. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 55, n. 1, p. 50-64, 2015.

MOSIMANN, C. P.; ALVES, J. O. C.; FISCH, S. *Controladoria seu papel na administração das empresas*. Florianópolis: Fundação ESAG, 1993.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. *Controladoria*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, R. L.; KRAUTER, E. Teoria do prospecto: como as finanças comportamentais podem explicar a tomada de decisão. *Revista Pretexto*, v. 16, n. 3, p. 106-121, 2015.

OLIVEIRA, V. S. *Finanças Pessoais para Casais*. 2014. Monografia (Graduação em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PADOVEZE, C. L. *Controladoria Estratégica e Operacional: Conceitos, estrutura, aplicação*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PAIVA, F. S. *O Processo de Decisão sob a Perspectiva da Economia Comportamental e da Neurociência*. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Controle de Gestão e Negócios) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2013.

PERGHER, G.; STEIN, L. Compreendendo o esquecimento: teorias clássicas e seus fundamentos experimentais. *Psicologia USP*, v. 14, n. 1, p. 129-155, jan. 2003.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; PARABONI, A. L. O que influência a alfabetização financeira dos estudantes universitários? XVI SEMEAD Seminários em Administração. Outubro de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

RICCIARDI, V.; SIMON, H. K. What is behavioral finance? Business, Education and Technology Journal, 2000.

ROGERS, P., SILVA, D. R., & SECURATO, J. R. About psychological variables in application scoring models. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 55, n. 1, p. 38-49, 2015.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, dez. 2007.

SCHOLTEN, M.; CARRILHO, J. P. Festinger revisitado: Sacrifício e argumentação como fontes de conflito na tomada de decisão. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 24, n. 2, p. 167-177, abr. 2006.

SERRA, F. A. R. A lógica do mercado: como lucrar com finanças comportamentais. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 171, jan. 2007.

SHILLER, R. J. Finanças para uma boa sociedade: como capitalismo financeiro pode contribuir para um mundo mais justo. Elsevier, 2012.

SILVA, P. M. de S.; LEHFELD, L. S.; SIMÃO FILHO, A.; ZANFERDINI, F. A. M. Mercado de capitais: Sistema protetivo dos interesses coletivos dos investidores e consumidores. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2008.

SORTINO, G. Guia do Executivo para Tomada de Decisões: CEO's Tool Box. São Paulo: Atlas, 2005.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: heuristics and biases. Science, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, set. 1974.

YOSHINAGA, C.; OLIVEIRA, R.; SILVEIRA, A.; BARROS, L. An introduction to behavioral finance. REGE Revista de Gestão, v. 15, n. 3, p. 25-35, 1 set. 2008.





Contabilidade Socioambiental: Análise do Nível de Divulgação no Setor de Bebidas em Alagoinhas-Ba

RESUMO:

A necessidade de demonstrar as informações socioambientais pelas empresas de bebidas é de suma relevância, pois são essas organizações que utilizam muito dos recursos hídricos e também são grandes poluidoras do ar. Para assegurar o sucesso dessas empresas no mercado, uma das imposições é uso correto da natureza, sempre identificando a preservação, manutenção e correção do meio ambiente e também a preocupação com a sociedade. Unificando esses objetivos, as corporações obtêm um desenvolvimento econômico, contribuindo para a conservação do meio ambiente, estendendo uma melhor qualidade de vida dentro das organizações e fora delas. Essa pesquisa pretendeu responder se os setores de bebidas divulgam as informações socioambientais e, da mesma forma, se cumprem o que a norma NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica) exige. Foram selecionadas três empresas de Alagoinhas e aplicado um questionário com 16 perguntas. Subsequentemente foi constatado que apenas uma obteve um ótimo desempenho na divulgação de informações socioambientais, apresentando um bom nível de *disclosure*. As outras duas obtiveram um conceito insatisfatório, apenas uns dos quesitos foram respondidos. Vale ressaltar que apesar das duas empresas apresentarem notas inferiores, que mesmo sem as evidenciações, essas organizações se preocupam com a questão ambiental e social, sendo permitido observar esse questionamento pelas páginas da internet das empresas estudadas.

Palavras-chave: Evidenciação. NBC T 15. Contabilidade Ambiental. *Disclosure*. Responsabilidade Social.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o desenvolvimento econômico e tecnológico foi de extrema importância, suprimindo as necessidades atuais do ser humano, trazendo vários benefícios e obtendo um maior conforto e qualidade de vida. Pela natureza dos seus serviços, algumas empresas são as principais responsáveis pela degradação, esgotamento e alteração dos recursos naturais, de onde são adquiridas matéria-prima para a produção de bens para o uso e consumo.

Conforme Guessser e Beuren (1998), devido às exigências do mercado, fez-se necessário que essas empresas adotassem uma política de controle, realizando a preservação e a recuperação ambiental, a fim de garantir o futuro da sociedade, havendo um desenvolvimento sustentável. Possibilita-se, assim, um novo paradigma e, por conseguinte, avança-se o desenvolvimento pelas ferramentas cabidas na contabilidade, a fim de demonstrar a sociedade a sua responsabilidade social e alterar, dessa maneira, a imagem do contador.

A partir desse cenário, desenvolveu-se o seguinte problema: Qual é o nível de divulgação de informações contábeis socioambientais das empresas de bebidas de Alagoinhas-BA? Com a finalidade de responder à indagação, o objetivo desse problema é determinar a condição de divulgação de informações socioambientais das empresas de bebidas em Alagoinhas-BA. Como objetivos específicos se têm: a) apresentar a teoria sobre a contabilidade socioambiental; b) determinar a aplicação da norma contábil NBC T 15 de natureza social e ambiental e c) estabelecer o nível de divulgação de informações socioambientais das empresas de bebidas de Alagoinhas-BA.

Diante do tema abordado, esse estudo tem relevância social e acadêmica, com o intuito de divulgação das informações socioambientais, desde que sejam de forma objetivas, visto que o mercado está crescendo e muitas organizações não conhecem o conteúdo discorrido ou não publicam de forma correta as suas informações socioambientais. Levou-se em consideração a importância do estudo acadêmico na área contábil, contribuindo para a tomada de decisões e preservação do meio ambiente.

A partir dessa premissa, a finalidade desse estudo é identificar se essas empresas estão fazendo o uso correto da contabilidade social e ambiental, com o propósito de esclarecer e verificar a aplicação da norma contábil NBC T 15 e, sobretudo, o grau de conhecimento e aplicação dos seus ensinamentos, no que tange ao nível de divulgação de informações socioambientais das cervejarias do Brasil, na cidade Alagoinhas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução histórica da Contabilidade

A contabilidade é tão primitiva quanto à própria história do ser humano. De acordo com Iudicibus (2000), a origem da contabilidade se deu pelo fato da necessidade de registro do comércio. À proporção que o homem evoluía, surgia a preocupação em aprender tais informações, devido ao grande número de dinheiro e troca de mercadorias. Foi a partir dessa preposição, que Trigueiros (2006), certificou-se da origem dos primeiros registros, com intuito de amparar o homem, a organizar e conhecer as suas principais alternativas de uso, consumo e produção.

É pela ciência que são obtidos dados para a tomada de decisões dentro de uma organização, dispondo como finalidade o apontamento de fatos que possibilitem o controle e planejamento do seu patrimônio. São inúmeras as definições para palavra contabilidade. De acordo com Hilário Franco (1997, p. 21):

A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Marion (2007, p. 25) complementa definindo que a “[...] função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão”

Pode-se, portanto, definir a contabilidade como uma ciência que estuda os registros do patrimônio, seja ela física ou jurídica, pelos cálculos, demonstrando o real estado do patrimônio das organizações.

É pela contabilidade socioambiental que são mensurados os gastos, investimentos e tudo no que tange à gestão ambiental e social, seja ela na recuperação, alteração do meio ambiente ou programas sociais.

A partir desse conjunto, a contabilidade socioambiental pode ser definida como o estudo do patrimônio ambiental e social (bens, direitos, obrigações ambientais e sociais).

2.2 Contabilidade Socioambiental

Devido à preocupação da sociedade com uma qualidade de vida e futuro das gerações, em 1992 surgiu a Conferência do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), tendo como o principal objetivo o desenvolvimento sustentável, que: “[...] satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (BRANDÃO, 2012, p. 36).

É nesse contexto que a contabilidade socioambiental surge, com o propósito de proporcionar ao ser humano um desenvolvimento sustentável, correlacionada diretamente com as empresas, por meio da adoção de novas posturas.

Segundo a visão de Braga (2007, p.1-2), o meio ambiente, por ser tão fundamental na vida humana, deve ser inserido no campo da responsabilidade social dentro das organizações, seja ela com o descarte correto de recursos, método educacional, preservação da vida ambiental, prevenção e a relação da natureza e os seres humanos.

2.2.1 Ativo Ambiental

Os ativos ambientais são os bens e direitos de uma empresa, designado à recuperação, controle e um gerenciamento ambiental. Um exemplo disso, seriam os produtos direcionados à diminuição da poluição, tratamento ambiental, conservação e recuperação, peças de

equipamentos, visando uma nova tecnologia, trazendo, assim, benefícios para a natureza e para o ano subsequente.

Concluindo, os ativos ambientais têm por finalidade controlar, preservar e recuperar o meio ambiente, gerando, assim, um bem ou direito que as organizações precisam pagar.

2.2.2 Passivo Ambiental

O passivo ambiental se refere às obrigações contraídas de controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Para Braga (2007, p. 43):

A definição de Passivo Meio Ambiente será exigibilidades originadas por um fato gerador passado ou presente, decorrente de uma dívida efetiva ou de um ato futuro relacionado ao meio ambiente, que exigirá em um prazo determinado ou determinável a entrega de ativos ou a prestação de serviços em um momento futuro.

2.2.3 Receita Ambiental

Na visão de Tinoco e Kraemer (2004, p. 187-188), as receitas ambientais decorrem de prestação de serviços destinados à venda, seja de insumos, produtos reciclados, aproveitamento de gases, redução e energia e água, tudo que for devido no desempenho com o meio ambiente.

O maior objetivo das receitas não é a geração de lucros, mas sim o controle da produção. Um exemplo a ser citado é o reaproveitamento das embalagens, sendo vendidas para o setor reciclável.

2.2.4 Custo Ambiental

Segundo Pfitscher (2008, p. 162): “[...] quando o ser humano pensa no desenvolvimento econômico e tecnológico com centralização básica nos lucros e com menores custos, acaba muitas vezes desconsiderando os custos sociais e ambientais.”

Existe também uma divisão para custos: ecológicos e meio ambientais. Segundo Alvarez (1995, p. 6), os ecológicos são aqueles que se preocupam com a prevenção, a auditoria e o controle. Já os meios ambientais são as devolu-

ções ambientais originadas. O autor as considera como mais perigosas para as organizações e ainda cita que são difíceis de determinar.

2.2.5 Despesa Ambiental

Segundo Ribeiro (1998, p. 95) “[...] considera-se como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

As despesas ambientais são todos os gastos envolvidos em insumos, manutenção e políticas ambientais, pagamento de compras realizado para a área ambiental, tratamentos específicos para a recuperação do meio ambiente, auditoria contábil, dentre outros aspectos.

2.3 INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - NBC T 15

Tendo em vista a imposição da sociedade obrigando as empresas adotarem processos que ofereçam benefícios ao meio ambiente e a população, o CFC aprovou em 19 de agosto de 2004, resolução nº 1.003/04, a NBC T 15 - Informações de natureza social e ambiental, com obrigatoriedade para 1º janeiro de 2006. O seu principal propósito é apresentar à sociedade informações de natureza social e ambiental, estabelecendo métodos aos usuários e profissionais da contabilidade a serem seguidos.

Para a aplicar as exigências definidas nesta norma, dispõem-se como informações de natureza social e ambiental:

- a geração e a distribuição de riqueza;
- os recursos humanos;
- a interação da entidade com o ambiente externo;
- a interação com o meio ambiente.

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

A demonstração referida no item anterior,

quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas. Ademais, deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

2.3.1 Geração e Distribuição de Riqueza

A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3 (resolução nº 686, 1990).

Segundo Neves e Viceconti (2002, p. 293), a “DVA representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo”. A sua principal função é demonstrar a riqueza da organização e como é compartilhada na sociedade.

De acordo com Marion (2009, p. 238), “para chegarmos ao valor agregado distribuído devemos subtrair das vendas o valor de todas as compras de bens e serviços”

A DVA se constitui como uma fonte de informações muito importante, permitindo a análise econômica da organização evidenciando a geração de riqueza e os efeitos alcançados pela distribuição dela.

2.3.2 Recursos humanos

Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

A remuneração e os benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos devem constar na NBC T 15 (resolução nº 1.003, 2004):

- remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- gastos com encargos sociais;

- gastos com alimentação;
- gastos com transporte;
- gastos com previdência privada;
- gastos com saúde;
- gastos com segurança e medicina do trabalho;
- gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- gastos com cultura;
- gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- gastos com creches ou auxílio-creches;
- participações nos lucros ou resultados.

Essas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados (resolução nº 1.003, 2004):

- total de empregados no final do exercício;
- total de admissões;
- total de demissões;
- total de estagiários no final do exercício;
- total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- total de empregados por sexo;
- total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: (menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos);
- total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: (analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados);
- percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados (resolução nº 1.003, 2004):

- número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;

- número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

Para fim dessa informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

2.3.3. Interação da Entidade com o Ambiente Externo

Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar os dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação. Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em (resolução nº 1.003, 2004):

- educação, exceto a de caráter ambiental;
- cultura;
- saúde e saneamento;
- esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- alimentação.

Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- número de reclamações recebidas pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- número de reclamações recebidas pela Justiça;
- número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios

de responsabilidade social para a seleção dos seus fornecedores.

2.3.4 Interação com o Meio Ambiente

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados (resolução nº 1.003, 2004):

- investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- passivos e contingências ambientais.

As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente e ser publicada com o relatório dele, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

2.4 Evidenciação Socioambiental

As organizações não precisam afirmar apenas

que são responsáveis ou que adotam uma política sustentável, é imprescindível que essas empresas evidenciem as informações em relatórios financeiros relativos ao meio ambiente, recuperação, impacto ambiental ou até mesmo por meio de uma ação social. (ROVER; BORBA, 2006).

O *disclosure*, é a transparência das informações. Na prática, esse é o ato de publicar os dados contábeis para todos os envolvidos. De acordo com Iudícibus (2009, p. 111), “adequadas, justas e plenas, e completa que a evidênciação ou *disclosure* deve tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente”.

As demonstrações contábeis ou financeiras devem estar organizadas de uma forma que melhore a sua interpretação, tendo como o principal foco os stakeholders (funcionários, gestores, gerentes, proprietários, fornecedores, concorrentes, ONGs, clientes, o Estado, credores, sindicatos, dentre outros). Visa-se o bem-estar dos interessados, seja ele do público externo ou interno, a responsabilidade social está amarrada diretamente a um compromisso com a sociedade em que a organização está inserida, por atitudes que sejam vistas como positivas.

3. METODOLOGIA

A metodologia usada para a realização deste estudo, fundamentou-se em uma pesquisa exploratória, segundo os objetivos. A pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2010, p. 27) “[...] têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

A pesquisa, além de exploratória, quanto aos procedimentos é uma pesquisa de campo e bibliográfica. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica tem o intuito de analisar várias contribuições de diversos autores, para que assim seja confirmada a sua tese. Essas contribuições foram retiradas de livros, revistas eletrônicas, sites das empresas investigadas da cervejaria de Alagoinhas, dentre outros materiais.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa se fundamenta em uma pesquisa de campo. Para melhores esclarecimentos, Gil

(2008) define o estudo de campo como uma exploração, seja de um grupo ou de uma comunidade, evidenciando a comunicação, ou seja, o estudo de campo tende a fazer mais uma observação, procurando um aprofundamento das suas respostas.

A abordagem aplicada nessa pesquisa foi a qualitativa. De acordo com Bogdan e Biklen (2003), ela estuda cinco componentes que configuram esse tipo de pesquisa: dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo e o ambiente natural.

As organizações selecionadas para estudo foram as empresas de bebidas localizadas na cidade de Alagoinhas, pois a cidade é dirigida por uma grande quantidade dessas entidades. São indústrias iminentes de poluição, degradação do solo e, principalmente, do uso de recursos hídricos. O fator mais importante para a realização dessa investigação, é que segundo pesquisas e tomando como base o site Estadão, no ano de 2012 foi publicada uma nota que informa que o município tem água de boa qualidade, chamando a atenção de várias indústrias de bebida,

atraindo grandes investimentos.

A amostragem escolhida para estudo foi um paralelo com as organizações que publicam e publicaram informações socioambientais em seus sites pertinentes aos anos de 2016 e 2017, de acordo com a norma NBC T 15. O instrumento utilizado para a coleta de dados será em páginas da internet das empresas estudadas, com o intuito de captar as especificações e interpretações do que ocorre em um determinado local, identificando se a empresa utiliza da gestão contábil socioambiental, evidenciando as suas informações contábeis.

Com base na norma NBC T 15 foi elaborado um quadro, que tem por finalidade identificar a divulgação das empresas e as suas evidências. O peso 0 se refere a nenhuma publicação e divulgação. O peso 1, informação publicada, porém nada além do que a norma exige. O peso 2 é a informação divulgada, e o além do que se exige na norma contábil, oferecendo assim uma melhor transparência para o mercado interno e principalmente o mercado externo.

Quadro 1 – Legenda da análise de divulgação	
Peso	Significado
0	Divulgação não realizada
1	Divulgação realizada
2	Disclosure

Fonte: Elaboração própria (2019)

Baseado no Quadro 1, as empresas enumeradas são: Heineken International denominada como Brasil Kirin em 2016, Companhia de Bebidas das Américas e Grupo Petrópolis, antes conhecida como Cervejaria Petrópolis.

Para realizar a pesquisa foi elaborado um checklist das pesquisas de Vieira e Faria, no ano de 2006, que engloba 16 perguntas, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15, que tem como objetivo atribuir um peso às empresas que divulgam ou não as informações nos anos de 2016 e 2017.

Quadro 2 – Checklist para a atribuição dos pesos às empresas

A EMPRESA	ATENDIMENTO A NBC 15		
	SIM	NÃO	DISCLOSURE
1) ...publica alguma demonstração em que constam informações de natureza social e ambiental?			
2) ...publica o Balanço Social ou DVA?			
3) ...a evidência da riqueza gerada e distribuída está em conformidade com a Demonstração de Valor Adicionado?			
4) ...evidencia, nos demonstrativos contábeis, dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas da entidade?			
5) ...evidencia nos demonstrativos contábeis dados relativos à interação da entidade com o ambiente externo, relacionamento com a comunidade, clientes, fornecedores e incentivos decorrentes dessa interação?			
6) ... utiliza nas informações relativas aos fornecedores, critérios de responsabilidade social para a sua seleção?			
7) ... evidencia a remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos?			
8) ... evidencia gastos com previdência privada?			
9) ... evidencia gastos com cultura?			
10) ... evidencia participação nos resultados?			
11) ... evidencia informações relativas às ações trabalhistas?			
12) ... evidencia o valor de indenizações e multas pagas por determinação da justiça a empregados?			
13) ... evidencia informações relativas à interação com a comunidade?			
14) ... evidencia investimentos em educação?			
15) ... evidencia o número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor?			
16) ... evidencia informações relativas à interação com os clientes, ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas de reclamações?			

Fonte: Adaptado da NBC – T 15 (2004); Vieira e Faria (2006)

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para uma melhor visão nesse item, pode-se observar as respostas das empresas analisadas, em conformidade com o checklist utilizado.

Consoante à norma NBC T 15 e à aplicação do *checklist* nas três empresas estudadas, no ano de 2017, as empresas obtiveram notas ruins, com exceção apenas da Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV). Vale ressaltar que apenas um dos quesitos foi respondido por todas, que foi o quesito 1) publica alguma demonstração em que constam informações de natureza social e ambiental? Nesse quesito, todas as em-

presas pontuaram com apenas 1 ponto.

Em contrapartida, a Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), dos 16 quesitos apresentados respondeu 10 perguntas e ainda obteve acréscimo de 8 pontos por ter apresentado além do que a norma exige, o chamado *disclosure* evidenciando projetos, responsabilidade social, preocupação com os fornecedores e com os seus clientes. Outro ponto que chamou atenção foi a publicação da DVA, que apenas uma organização utiliza e publica, apesar de não estar em conformidade com que é exigida na norma 11.638/07, pois não a evidencia de forma correta. Contudo, contribuiu para uma nota relativamente alta em comparabilidade com as outras.

É evidente a carência de publicações tanto na responsabilidade ambiental quanto social. Vale ressaltar que essas empresas publicam, nas suas páginas de internet, informações sem conexão, chegando a confundir dados, oferecendo um acesso limitado. As organizações

falam em projetos ambientais e existe uma responsabilidade, tanto quanto para os seus clientes, quanto para os seus fornecedores, porém, não tem nenhuma demonstração que comprove essa conduta, com ressalva apenas da AMBEV.

Quadro 3 – Respostas por quesito – correspondente ao ano de 2016

QUESITOS	BRASIL KIRIN			AMBEV			GRUPO PETRÓPOLIS		
	SIM	NÃO	DISCL.	SIM	NÃO	DISCL.	SIM	NÃO	DISCL.
1	1	-	-	1	-	2	1	-	-
2	1	-	-	1	-	2	-	0	-
3	-	0	-	1	-	-	-	0	-
4	1	0	-	1	-	-	-	0	-
5	-	0	-	1	-	2	-	0	-
6	-	0	-	1	-	2	-	0	-
7	-	0	-	-	0	-	-	0	-
8	-	0	-	-	0	-	-	0	-
9	-	0	-	-	0	-	-	0	-
10	1	-	-	1	0	-	-	0	-
11	-	0	-	-	0	-	-	0	-
12	-	0	-	-	0	-	-	0	-
13	-	0	-	1	-	-	-	0	-
14	-	0	-	1	-	-	-	0	-
15	-	0	-	-	0	-	-	0	-
16	-	0	-	-	0	-	-	0	-
TOTAL		4			17			1	

DISCL.: Disclosure

Fonte: Elaboração própria (2019)

Apesar de toda essa ausência de informações, vale ressaltar que mesmo não publicando e demonstrando, todas as empresas possuem uma preocupação com o tema abordado.

Já conforme o ano de 2016, as empresas investigadas continuam sendo a Companhia de Bebidas das Américas, Grupo Petrópolis e Brasil Kirin a atual Heineken.

É notada uma diferença em relação às publicações referentes ao ano de 2016 e 2017, em pelo menos uma organização. A Brasil Kirin, em 2016, publicou o seu balanço patrimonial e

evidenciou as suas demonstrações contábeis, porém, continua sem a divulgação da DVA.

A AMBEV continua praticamente com a mesma pontuação, a única diferença é que em 2016 deixou de publicar o quesito 9, referente aos gastos com a cultura e continua com os 8 pontos de disclosure. A Brasil Kirin, teve a pontuação 4, não apresentando além do que a norma exige e publicou apenas o básico. Já o Grupo Petrópolis continuou com a mesma pontuação referente ao ano de 2017, tomando como base que a organização é uma companhia fechada, não apresentando as suas divulgações contábeis.

Quadro 4 – Respostas por quesito – correspondente ao ano de 2017

QUESITOS	HEINEKEN			AMBEV			GRUPO PETRÓPOLIS		
	SIM	NÃO	DISCL.	SIM	NÃO	DISCL.	SIM	NÃO	DISCL.
1	1	-	-	1	-	2	1	-	-
2	-	0	-	1	-	2	-	0	-
3	-	0	-	1	-	-	-	0	-
4	-	0	-	1	-	-	-	0	-
5	-	0	-	1	-	2	-	0	-
6	-	0	-	1	-	2	-	0	-
7	-	0	-	-	0	-	-	0	-
8	-	0	-	-	0	-	-	0	-
9	-	0	-	1	-	-	-	0	-
10	-	0	-	1	-	-	-	0	-
11	-	0	-	-	0	-	-	0	-
12	-	0	-	-	0	-	-	0	-
13	-	0	-	1	-	-	-	0	-
14	-	0	-	1	-	-	-	0	-
15	-	0	-	-	0	-	-	0	-
16	-	0	-	-	0	-	-	0	-
TOTAL		1			18			1	

DISCL.: Disclosure

Fonte: Elaboração própria (2019)

Apesar de toda essa ausência de informações, vale ressaltar que mesmo não publicando e demonstrando, todas as empresas possuem uma preocupação com o tema abordado.

Já conforme o ano de 2016, as empresas investigadas continuam sendo a Companhia de Bebidas das Américas, o Grupo Petrópolis e a Brasil Kirin, a atual Heineken.

É notada uma diferença em relação às publicações referentes ao ano de 2016 e 2017, em pelo menos uma organização. A Brasil Kirin em 2016 publicou o seu balanço patrimonial e evidenciou as suas demonstrações contábeis, porém continua sem a divulgação da DVA.

A AMBEV continua praticamente com a mesma pontuação, a única diferença é que em 2016 deixou de publicar o quesito 9, referente aos gastos com a cultura e continua com os 8 pontos de *disclosure*. A Brasil Kirin teve a pontuação 4 e não apresentou além do que a norma exige e publicou apenas o básico. Já o Grupo Petrópolis continuou com a mesma pontuação referente ao ano de 2017, tomando como base que a organização é uma companhia fechada, não apresentando as suas divulgações contábeis.

6. CONCLUSÃO

Hodiernamente, com a globalização, o fator mais importante das organizações é a conquista de novos clientes e de um novo cenário no mercado atual. Nesse momento a gestão socioambiental se faz presente, não só para evitar riscos ambientais, mas também para agregar valores as empresas para com a sociedade.

A contabilidade tem um grande poder de determinar esses eventos, obtendo, assim, uma produtividade correta e o uso de produtos ecologicamente adequados.

Considerando como base a norma NBC T 15 estudada para a realização dessa pesquisa correspondente aos anos de 2016 e 2017, evidenciou-se que das 16 perguntas realizadas, duas empresas não apresentaram de forma correta ou nem foram exibidas as demonstrações contábeis, expondo um conceito inferior. Apenas uma organização divulgou de forma

correta as evidenciações, obtendo um conceito satisfatório.

Diante do exposto acima, faz-se necessária a aplicação da norma NBC T 15 e que esse regulamento passe a ser exigido, principalmente para essas organizações que degeneram o meio ambiente, convertendo todo esse estrago em uma responsabilidade social, obtendo resultados positivos para a sociedade e garantindo uma melhor transparência. Os benefícios da contabilidade socioambiental são imensuráveis e o principal é permanência do ser humano na terra, com vitalidade.

Faz-se necessário que as organizações busquem uma harmonia econômica e ecológica, garantindo assim a vida humana e a continuidade da empresa, assegurando um desenvolvimento sustentável.

Diante do que foi apresentado, as limitações encontradas se devem ao fato da análise ser realizada apenas em sites das organizações estudadas, em evidenciações, demonstrativos contábeis, relatórios socioambientais e notas explicativas.

Recomenda-se como sugestão para continuidade desse estudo, uma pesquisa *in loco*, com o objetivo de evidenciar se realmente as organizações no setor de bebidas em Alagoínas-BA seguem o que está descrito em seus relatórios socioambientais, bem como o motivo da não publicação desses relatórios e a dispensa dessas publicações, já que são empresas de um grande potencial e que provocam danos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sara B. Santos; Telmo M. Baptista. *Qualitative Research for Education*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

AMBEV. Disponível em: <https://www.ambev.com.br/>. Acesso em: 13 out. 2018.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 12. ed. Porto: Porto, 2003.

BRAGA, Célia. *Contabilidade ambiental: ferra-*

menta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, Vladimir. Título. In: AZEVEDO, João Humberto. Sustentabilidade – Crescimento econômico com responsabilidade social. Local: RBA, 2012.

CARPINETTI, L. C. R. Gestão da Qualidade: Conceitos e Técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTADÃO. Cervejarias vão atrás da água de Alagoinhas. Disponível em: [https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cervejarias-vaoo-atras-da-agua-de-alagoinhas-imp-,900451](https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cervejarias-vaao-atras-da-agua-de-alagoinhas-imp-,900451). Acesso em: 23 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Norma Brasileira de Contabilidade – T 15. Disponível em: http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/Res_1003.doc. Acesso em: 10 ago. 2018.

FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, A. C. Método e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRUPO PETROPOLIS. Disponível em: <http://www.grupopetropolis.com.br/>. Acesso em: 14 Out. 2018.

GUESSER, J. M.; BEUREN, I. M. Identificação e Mensuração dos Custos Ambientais. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 5., 1998, Fortaleza. Anais... Ceará: ABC, 1

HEINEKEN INTERNATIONAL. Disponível em: <http://www.heinekenbrasil.com.br>. Acesso em: 23 Set. 2018.

IUDÍCIBUS, S. et al. Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCUBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Editora, 2000.

MARION, Jose Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. Contabilidade Avançada. 11. ed. São Paulo: Editora Frase, 2002.

PFITSCHER, E. D. Contabilidade e Responsabilidade Social. Florianópolis: UFSC, 2008

RIBEIRO, Maisa de. Sousa. Contabilidade ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. REM: Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis – SC, v. 1, n. 5, p. 41-58, jan./jun. 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIGUEIROS, F. S. Dinheiro No Brasil. Rio de Janeiro: Reper, 2006.

VIEIRA, Marli Terezinha; FARIA, Ana Cristina. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007.



Simples Nacional à Luz das Leis Complementares n. 123/ 2006 E 155/ 2016: Um Estudo de Caso Sobre os Reflexos na Carga Tributária de Uma Empresa do Ramo de Publicidade e Propaganda da Cidade de Feira de Santana/Ba

RESUMO

A alta carga tributária no Brasil é, por vezes, um dos fatores responsáveis por obstaculizar o desenvolvimento das empresas no mercado. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte brasileiras que são amparadas pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, denominado Simples Nacional, tiveram que enfrentar, recentemente, as alterações concernentes à sistemática de apuração dos seus tributos. A Lei Complementar (LC) nº 123/2006 foi alterada pela LC nº 155/2016, que estabeleceu uma sistemática diferenciada para o cálculo dos tributos pelo Simples Nacional. O objetivo geral deste estudo consiste na análise da sistemática de apuração dos tributos de uma empresa prestadora de serviços de publicidade e propaganda da cidade de Feira de Santana, no estado da Bahia, considerando-se as alterações apresentadas pela LC nº 155/2016. Quanto aos procedimentos metodológicos, desenvolveu-se um estudo de caso de cunho comparativo, com uma abordagem qualitativa. Por conseguinte, nas conclusões deste trabalho, sugeriu-se ao gestor tributário da empresa a realização dessas análises de forma contínua e em grau detalhado, visto que o montante tributário anual estabelecido pela sistemática de apuração da LC nº 155/2016 se aproximou da carga total de tributos apurada pelo Lucro Presumido.

Palavras-chave: Carga Tributária. Simples Nacional. Sistemáticas de Apuração.



1. INTRODUÇÃO

A elevada carga tributária brasileira é, na maioria das vezes, considerada um óbice à continuidade das empresas no mercado. Com base nos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), o Brasil apresenta carga tributária significativa se comparado a de outros países da América Latina e Caribe. Um estudo mais recente, realizado pelo Tesouro Nacional (TN, 2015), aponta que os encargos tributários atingiram 32,66% do Produto Interno Bruto (PIB). Em

2016, a carga tributária bruta global estimada alcançou 33% do PIB.

Além da alta carga tributária existente no país, Franchetto e Plastina (2016) ressaltam que o Brasil possui uma legislação tributária muito ampla e pouco conhecida pelos integrantes do mercado. Nesse sentido, Olenike et al. (2017) afirmam que a legislação brasileira como um todo, em especial, a legislação tributária, é bastante complexa em face das constantes edições dos comandos normativos e mudanças em série, o que, geralmente,

atrapalha a vida do contribuinte. Com vistas à redução da carga tributária, entra em vigor, no dia 1º de julho de 2007, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), mais conhecido como Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar (LC) nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

A LC nº 123/2006 foi alterada recentemente pela LC nº 155, de 27 de outubro de 2016. Essa legislação trouxe mudanças para a sistemática do Simples Nacional e outras atividades foram amparadas por este regime tributário. Os limites de faturamento para Microempreendedores Individuais (MEI) e EPP ingressarem no Simples Nacional foram, também, alterados. Considerando a importância desse regime de tributação para as ME e EPP e suas alterações, questiona-se: *A tributação da apuração do Simples Nacional, mediante LC nº 155/2016, para uma empresa prestadora de serviços de publicidade e propaganda da cidade de Feira de Santana - BA?*

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar a sistemática de apuração dos tributos de uma empresa do ramo de prestação de serviços de publicidade e propaganda, conforme as alterações apresentadas pela LC nº 155/2016. Foram traçados os seguintes objetivos específicos, a fim de sustentar esse objetivo primário: a) comparar os tributos com base nas sistemáticas de apuração da LC nº 123/2006 e da LC nº 155/2016; b) listar os ônus e os bônus para a carga tributária da empresa, em função das mudanças trazidas pela LC nº 155/2016 e c) propor uma análise comparativa para a empresa entre as sistemáticas de apuração do Simples Nacional e do Lucro Presumido. Este artigo se justifica pela necessidade de reforçar a importância do planejamento tributário para a tomada de decisão, com vistas a analisar as alternativas lícitas que diminuam os encargos tributários devidos pelas ME e EPP. Além de verificar os reflexos diretos na carga tributária, foi proposto um instrumento de análise comparativa para auxiliar a empresa na elaboração de um planejamento tributário.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Regimes de Tributação no Brasil

No Brasil, além das constantes mudanças no cenário econômico, o sistema tributário do país possui alta complexidade. As empresas necessitam de informações de caráter tributário para o melhor gerenciamento das suas obrigações fiscais. Em um sentido mais amplo, para Viegas (2015), isso também contribui para que as empresas obtenham vantagem competitiva em uma economia de mercado livre.

Tomé (2015) destaca a diferença entre elisão e evasão fiscal. Na elisão, a empresa se utiliza de meios lícitos para a redução do seu custo tributário, enquanto na evasão o contribuinte se vale de meios fraudulentos, a fim de reduzir o desembolso concernente ao pagamento dos tributos. Um dos meios permitidos pela legislação tributária consiste na elaboração de um planejamento tributário para definir o regime de tributação que garanta o menor ônus tributário às empresas. O Regime Tributário é o conjunto de normas e leis que define a forma de tributação das empresas. São três regimes tributários existentes no Brasil: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Segundo Utzig (2015), as empresas podem optar pela forma mais vantajosa de tributação, levando em consideração as limitações concernentes ao faturamento e às atividades obrigadas ou impedidas por lei.

O lucro real é o regime de tributação que se baseia na escrituração contábil e fiscal de determinada empresa com vista à apuração dos tributos. O inciso I do artigo 14 da Lei nº 9.718/98 preceitua que “estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas: cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses”. O imposto é determinado por períodos de apuração anuais ou trimestrais. Na apuração do lucro real trimestral, esses períodos serão encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada exercício. Na apuração do lucro real anual, o contribuinte tem a opção de apurar anualmente o imposto devido e o recolher mensalmente por estimativa.

As empresas que não forem obrigadas ao regime do Lucro Real poderão optar pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com Petri e Klueger (2017), o regime tributário do Lucro Presumido consiste em determinar as alíquotas de acordo com o ramo de atividade da empresa e que serão aplicadas sobre o seu faturamento bruto deduzido das vendas canceladas e dos descontos incondicionais, com vistas à presunção do lucro e para fins de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Fabretti (2015) destaca que o recolhimento de IRPJ e CSLL pelo Lucro Presumido é feito em quota única, no último dia do mês subsequente ao trimestre de apuração ou em até três quotas de valor igual, até o último dia dos três meses subsequentes ao trimestre em que os tributos foram apurados.

Pelo exposto, quando não houver confiabilidade total na escrituração contábil das empresas por parte das autoridades fiscais, arbitra-se o lucro. Conforme Oliveira et al. (2013), a base de cálculo dos impostos deve ser apurada pelo Lucro Arbitrado quando a empresa deixar de cumprir obrigações acessórias inerentes às outras formas de tributação ou recusar-se a fornecer os documentos de natureza contábil e fiscal solicitados durante o processo de fiscalização. Se a receita bruta puder ser mensurada, as alíquotas utilizadas no Lucro Presumido definirão a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, majoradas em 20%. Caso a receita bruta não possa ser mensurada, a autoridade fiscal arbitrar o lucro mediante procedimento de ofício, com base em outros critérios para a apuração dos tributos. Além disso, o arbitramento poderá ser feito pelo contribuinte desde que ele tenha provas que fundamentem o extravio dos documentos que serviram de base para os cálculos dos tributos.

Por fim, o Simples Nacional é um regime especial de tributação voltado para ME e EPP, além de MEI, que incentiva essas empresas a permanecerem no mercado e contribui para a redução da carga tributária quando da incidência e aplicação das alíquotas de impostos federais, estaduais e municipais. De acordo com Barbosa (2016), a doutrina é pa-

cífica quando da definição do Simples Nacional como regime de tributação mais vantajoso para as empresas. Então, avaliar os impactos gerados e buscar formas de melhorar o regime são atividades importantes na gestão tributária das organizações.

2.2. Marco Temporal do Simples Nacional

A Lei nº 9.317/1996 instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP. De acordo com esse dispositivo legal, eram consideradas ME aquelas que auferissem receita bruta de valor igual ou inferior a R\$ 240.000,00 em cada ano-calendário. Quando o faturamento excedia R\$ 240.000,00, respeitando o limite de R\$ 2.400.000,00 por ano-calendário, as empresas eram enquadradas como EPP.

Para fins de arrecadação dos tributos, essas empresas recolhiam apenas os impostos e contribuições federais, perante a União. Por isso, o sistema se tornou conhecido como Simples Federal. O valor dos tributos recolhidos por esse sistema era baseado no faturamento dos últimos 12 meses, incluindo o mês de apuração, de acordo com as faixas de faturamento apresentadas pela legislação. Aplicava-se o percentual de 3% a 5% sobre a receita bruta acumulada para ME. Já para EPP, os percentuais aplicados eram 5,4% a 8,6%.

Em 1º de julho de 2007, entrou em vigor a LC nº 123, que revogou a Lei nº 9.317/1996 e instituiu o Estatuto Nacional da ME e da EPP com disposições acerca do tratamento diferenciado para essas empresas, tais como: o regime unificado de impostos e contribuições, a obediência às obrigações trabalhistas e previdenciárias, e quanto à facilidade creditícia, que, de acordo com Bilac et. al (2017), contribuiu para a unificação quando da arrecadação de impostos e contribuições.

De acordo com a LC nº 123/2006, no seu artigo 3º, incisos I e II, considerava-se ME aquela que auferisse em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e, no caso de EPP, auferisse, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00. Porém, o

faturamento não é o único fator que determina a inclusão da ME ou EPP no Simples Nacional. A atividade econômica desempenhada pela empresa, também, é relevante para fins de ingresso nesse regime. Conforme preceitua o artigo 17 da LC nº 123/2006, a ME ou EPP que estejam obrigadas ao Lucro Real, ou com sócio domiciliado no exterior, ou ainda que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, dentre outras atividades, estão excluídas do Simples Nacional.

De acordo com o art. 13 da LC nº 123/2006, a ME ou EPP pode recolher oito tributos, mediante Documento Único de Arrecadação do Simples Nacional (DAS): o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição para o Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP), o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Em 2008, foi incluída a categoria do MEI no Simples Nacional, mediante LC nº 128, cujo limite de faturamento era equivalente a R\$ 60.000,00 por ano-calendário. Em seguida, a LC nº 147/2014 ampliou as regras do Simples Nacional com a inclusão de algumas atividades que não eram amparadas por este regime, tais como o comércio atacadista de refrigerantes, a atividade de fisioterapia, a atividade de odontologia, dentre outras.

Ocorreram mudanças na sistemática de apuração do Simples Nacional em virtude da LC nº 155/2016. Desde 1º de janeiro de 2018, na inclusão no Simples Nacional, os limites para as receitas brutas de MEI e EPP são R\$ 81.000,00 e R\$ 4.800.000,00, respectivamente. A LC nº 155/2016 define que, para o recolhimento do ICMS e do ISS mediante sistemática do Simples Nacional, o limite máximo de receita bruta permitido é R\$ 3.600.000,00.

Em outras palavras, quando as receitas brutas superarem esse limite, as empresas deverão recolher o ICMS e o ISS sobre o excedente separadamente, como complementos ao DAS. No que diz respeito ao parcelamento, as empresas poderão parcelar suas dívidas ativas devidas até maio de 2016 em até cento e vinte parcelas, sendo atribuído o valor mínimo de R\$ 300,00 por parcela.

Cabe observar que ainda foram inseridas algumas atividades que antes não eram amparadas pela LC nº 123/2006, tais como o ingresso de cervejarias, destilarias, vinícolas e produtores de licores ao Simples Nacional. Além disso, vale ressaltar a figura do investidor anjo, criada para incentivar as atividades de inovação e os investimentos produtivos. As tabelas vigentes, até 31 de dezembro de 2017, eram compostas por seis anexos, cada qual com vinte faixas correspondentes às alíquotas efetivas. Desde 1º de janeiro de 2018, as tabelas são representadas por apenas cinco anexos, apresentando seis faixas cada um. Vale ressaltar que para cada atividade existe um anexo. Além disso, as respectivas alíquotas das contribuições e impostos apurados conforme o Simples Nacional, também são elencadas nesses anexos.

O artigo 18 da LC nº 123/2006, alterado pela LC nº 155/2016, estabelece a sistemática de cálculo dos tributos pelo Simples Nacional, que começou a ser empregada desde 1º de janeiro de 2018. Segundo o § 1º A do dispositivo legal revogado, a alíquota efetiva é encontrada mediante a aplicação da fórmula:

$$A_{ef} = \frac{RBT12 \times Alíq - PD}{RBT12}$$

em que:

- a) A_{ef} : alíquota efetiva;
- b) RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;
- c) Alíq: alíquota nominal constante dos Anexos I a V e
- d) PD: parcela a deduzir constante, também, dos Anexos I a V do Simples Nacional.

A LC nº 155/2016 preceitua que deve ser feito este cálculo para encontrar a alíquota efetiva, com base na alíquota nominal constante dos Anexos I a V, de acordo com a receita bruta dos últimos doze meses anteriores ao período de apuração. Em seguida, a alíquota efetiva deve ser aplicada sobre a receita bruta do mês de apuração, a fim de encontrar o valor devido dos tributos. É válido destacar a importância do fator “R”, instituído pela LC nº 147/2014. Isso se refere à razão entre a folha de salários e a receita bruta total acumulada, nos doze últimos meses anteriores ao período de apuração. A folha de salários, incluídos encargos, compreendem os valores a título de salários, retiradas de pró-labore, somados aos montantes efetivamente recolhidos destinados à Previdência Social (geridos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O fator “R” encontrado poderá ser inferior, igual ou superior a 28%. Quando igual ou superior a 28%, a empresa prestadora de serviços deverá ser enquadrada no Anexo III, caso as suas atividades estejam sujeitas ao fator “R”. O § 5º-D do artigo 18 da LC nº 123/2006 determina as atividades abrangidas pelo Anexo III sujeitas ao fator “R”, tais como a administração e locação de imóveis de terceiros; de academias de dança, de capoeira, de artes marciais, de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes; de laboratórios de análises clínicas; dentre outras atividades. No entanto, quando o fator “R” for inferior a 28%, a empresa será tributada conforme o Anexo V do Simples Nacional. As atividades abrangidas por este anexo e sujeitas ao fator “R” estão definidas no § 5º-I do artigo 18 da LC nº 123/2006: medicina veterinária, engenharia, representação comercial, perícia, auditoria, consultoria, jornalismo e publicidade, dentre outros setores.

3. METODOLOGIA

Quanto ao enfoque dos objetivos, o estudo é exploratório com uma abordagem qualitativa, uma vez que se buscou a compreensão dos reflexos diretos na carga tributária da empresa, com a vigência da LC nº 155/2016, a fim de proporcionar mais informações sobre o as-

sunto investigado. Quanto aos procedimentos utilizados para coleta e análise de dados, o estudo possui natureza tanto bibliográfica quanto documental, visto que foram utilizadas as LC nos 123/2006 e 155/2016, livros, decretos, trabalhos monográficos e materiais em sites de notícias confiáveis, além de documentos concernentes aos faturamentos da empresa prestadora de serviços.

O trabalho, também, é de cunho comparativo, visto que tem como objetivo estabelecer comparações entre as sistemáticas de apuração do Simples Nacional estabelecidas pela LC nº 123/2006 e pela LC nº 155/2016. Para Gil (2008), o estudo de caso consiste em uma modalidade de estudo profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos com vistas a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Enquanto na visão de Yin (2005), é um estudo empírico destinado a investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, sendo utilizadas várias fontes de evidências.

Em um primeiro momento, analisaram-se os anexos do Simples Nacional para obter maior compreensão do tema delimitado e dos impactos na carga tributária para as ME e EPP. Após essas análises, foi escolhida a unidade caso, uma EPP do ramo de prestação de serviços de publicidade e propaganda de Feira de Santana - BA, optante do Simples Nacional. A empresa, objeto do presente estudo, está localizada no estado da Bahia, especificamente, no município de Feira de Santana, desde o ano de 1995. Por solicitação do seu proprietário, não será divulgado o nome da empresa. Todavia, adotou-se a razão social “D & C Publicidade e Propaganda Ltda” para se referir a este empreendimento no decorrer deste estudo.

O ramo de atividade da empresa abrange os serviços prestados nas áreas de rádio (atividade econômica principal) e de publicidade (atividade econômica secundária). Para melhor conhecer a realidade da D & C Publicidade e Propaganda Ltda quanto a sua carga tributária, buscaram-se, presencialmente, em data e horário agendados, documentos de natureza fiscal e contábil, junto ao contador responsável pelo gerenciamento das obrigações tri-

butárias da organização. Foram coletadas as notas fiscais eletrônicas de serviços, em confronto com os registros contábeis dos respectivos faturamentos, do período de 1º de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2018, projetando-se os faturamentos mensais para o segundo semestre de 2018 com base nos dados do segundo semestre de 2017 e do primeiro semestre de 2018. Esses instrumentos de coleta de dados foram testados e, em seguida, serviram de base para a construção de planilhas eletrônicas em *software* (\ , 2 6 ° > c ° e ,), & N m de armazenar e categorizar os faturamentos.

Os cálculos dos tributos conforme a LC nº 123/2006 foram obtidos mediante a aplicação direta das alíquotas nominais às receitas brutas do período de apuração, a depender da faixa de faturamento em que foi enquadrada a RBT12. Sendo os tributos calculados com base na LC nº 155/2016, houve a utilização das alíquotas nominais, conforme a RBT12 para fins de cálculo das alíquotas efetivas, com vistas a sua aplicação sobre o faturamento mensal e posterior obtenção dos valores dos tributos pelo Simples Nacional. Isso foi feito para verificar se houve economia ou aumento da carga tributária ao confrontar as sistemáticas

de apuração. Além disso, os valores dos tributos também foram utilizados na elaboração da análise comparativa entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido. Para fins de apuração dos tributos pelo Lucro Presumido, consideraram-se os tributos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN, além dos encargos sobre a Folha de Pagamento dos períodos de 2017 e 2018.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Análise Comparativa: LC nº 123/2006 em 2017 versus LC nº 155/2016 em 2018

Desde a sua constituição, a D & C Publicidade e Propaganda Ltda apura seus tributos por meio do Simples Nacional. Em 2017, a empresa pertencia ao anexo III da LC nº 123/2006, em função do seu ramo de atividade. Com as alterações trazidas pela LC nº 155/2016, desde 1º de janeiro de 2018, a sua atividade passou a ser abrangida pelo anexo V dessa legislação, o que causou impactos relevantes na carga tributária da empresa. Os faturamentos obtidos pela organização foram categorizados conforme a Tabela 1 para apuração dos tributos pelas duas sistemáticas do Simples Nacional, isso é, de acordo com a LC nº 123/2006 e, posteriormente, segundo a LC nº 155/2016.

Tabela 1 - Faturamentos Mensais e Anuais de 2016, 2017 e 2018 (em reais)			
Período	2016	2017	2018
Janeiro	98.671,28	118.460,02	145.292,48
Fevereiro	106.945,87	100.916,67	168.221,24
Março	113.116,69	148.915,37	166.716,17
Abril	131.065,58	146.501,76	157.188,00
Mai	171.438,87	194.105,63	193.505,02
Junho	149.628,34	143.927,83	139.102,09
Julho	127.596,91	187.792,42	148.007,83
Agosto	138.422,44	151.703,22	173.723,31
Setembro	132.594,56	140.640,81	168.065,25
Outubro	139.062,96	174.876,39	158.195,03
Novembro	147.468,96	159.984,69	193.453,24
Dezembro	169.072,40	187.897,46	138.613,47
Faturamento Anual	1.625.084,86	1.855.722,27	1.950.083,13

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em 2017, a carga tributária total da empresa pelo Simples Nacional, especificamente pela sistemática de apuração da LC nº 123/2006, alcançou o montante de R\$ 157.390,90, demonstrado pela Tabela 2. Os valores dos tributos oscilaram de janeiro a dezembro do respectivo ano. O mês de fevereiro apresentou a menor carga tributária, no valor de R\$ 9.112,78. Em maio de 2017, os tributos totalizaram R\$ 16.246,64, a maior carga tributária do ano, seguido dos meses de dezembro, julho e outubro, respectivamente.

Tabela 2 - Repartição dos Tributos e Carga Tributária pela LC nº 123/2006 em 2017 (em reais)

Período	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISSQN	Carga Tributária
Janeiro	746,30	758,14	2.238,89	533,07	6.420,53	-	10.696,94
Fevereiro	635,78	645,87	1.907,33	454,13	5.469,68		9.112,78
Março	938,17	953,06	2.814,50	670,12	8.071,21		13.447,06
Abril	922,96	937,61	2.768,88	659,26	7.940,40		13.229,11
Maiο	1.145,22	1.106,40	3.416,26	815,24	9.763,51		16.246,64
Junho	820,39	820,39	2.489,95	575,71	7.081,25		11.787,69
Julho	1.070,42	1.070,42	3.248,81	751,17	9.239,39		15.380,20
Agosto	895,05	849,54	2.639,64	637,15	7.539,65		12.561,03
Setembro	829,78	787,59	2.447,15	590,69	6.989,85		11.645,06
Outubro	1.031,77	979,31	3.042,85	734,48	8.691,36		14.479,77
Novembro	943,91	895,91	2.783,73	671,94	7.951,24		13.246,73
Dezembro	1.108,60	1.052,23	3.269,42	789,17	9.338,50		15.557,91
Carga Tributária Anual pela LC nº 123/2006							157.390,90

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A D & C Publicidade e Propaganda Ltda era enquadrada no Anexo III da LC nº 123/2006, até 31 de dezembro de 2017. Em virtude do cálculo do fator “R” apresentado pela Tabela 3, a empresa passou a ser enquadrada pelo Anexo V (alterado pela LC nº 155/2016), desde 1º de janeiro de 2018. Isso se deu em virtude do cálculo do fator “R”, por não ter superado o percentual de 28%, e da atividade da empresa, por permitir o seu enquadramento.

Tabela 3 - Cálculo do Fator “R” pela LC nº 155/2016 em 2018 (em reais)

Período	Folha de Pagamento dos últimos 12 meses	RBT12	Fator “R” (%)
Janeiro	360.007,12	1.855.722,27	19,39983832
Fevereiro	360.407,71	1.882.554,73	19,14460729
Março	360.936,62	1.949.859,30	18,51090589
Abril	361.192,15	1.967.660,10	18,35643006
Maiο	359.763,15	1.978.346,34	18,18504388
Junho	358.319,28	1.977.745,73	18,11756054
Julho	351.113,98	1.972.919,99	17,79666595
Agosto	346.130,35	1.933.135,40	17,90512701
Setembro	339.867,28	1.955.155,49	17,38313300
Outubro	335.653,36	1.982.579,93	16,93012980
Novembro	329.742,03	1.965.898,57	16,77309476
Dezembro	320.810,39	1.999.367,12	16,04559714

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No ano de 2018, a carga tributária total da empresa pela sistemática de apuração da LC nº 155/2016 foi de R\$ 295.631,71, conforme a Tabela 4. A maior carga tributária de 2018 foi de R\$ 29.400,53, apurada no mês de maio. No mês de dezembro, projetou-se o valor de R\$ 21.095,48, o menor montante tributário do ano.

Tabela 4 - Repartição dos Tributos e Carga Tributária pela LC nº 155/2016 em 2018 (em reais)

Período	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISSQN	Carga Tributária
Janeiro	6.567,69	3.569,40	4.026,28	870,93	6.810,41	-	21.844,72
Fevereiro	7.622,60	4.142,72	4.672,99	1.010,82	7.904,31		25.353,44
Março	7.598,07	4.129,38	4.657,94	1.007,57	7.878,86		25.271,83
Abril	7.174,24	3.899,04	4.398,12	951,37	7.439,37		23.862,14
Maio	8.839,37	4.804,01	5.418,92	1.172,18	9.166,05		29.400,53
Junho	6.353,92	3.453,22	3.895,23	842,59	6.588,74		21.133,71
Julho	6.758,11	3.672,88	4.143,01	896,18	7.007,86		22.478,05
Agosto	7.906,41	4.296,96	4.846,97	1.048,46	8.198,60		26.297,39
Setembro	7.662,88	4.164,61	4.697,68	1.016,17	7.946,08		25.487,42
Outubro	7.228,84	3.928,72	4.431,59	958,61	7.495,99		24.043,75
Novembro	8.828,17	4.797,92	5.412,05	1.170,69	9.154,42		29.363,24
Dezembro	6.342,43	3.446,97	3.888,19	841,06	6.576,83		21.095,48
Carga Tributária Anual pela LC nº 155/2016							295.631,71

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao confrontar as duas sistemáticas de apuração do Simples Nacional, verifica-se um aumento de 87,83% pela LC nº155/2016 em relação à LC nº 123/2006, segundo a Tabela 5. Em fevereiro de 2018, houve um aumento de 178,22 % na carga tributária, em relação ao valor apurado em fevereiro de 2017. Os meses de novembro, setembro, agosto e janeiro também mereceram destaque, visto que as cargas tributárias oscilaram cerca de 121,66%, 118,87%, 109,36% e 104,21%, respectivamente, o que fez com que os valores dos tributos em 2018 superassem o dobro daqueles apurados em 2017. Ainda segundo a Tabela 5, o mês de dezembro apresentou a menor diferença, um aumento de R\$ 5.537,57, seguido dos meses de julho, junho e outubro, nessa ordem.

Tabela 5 - Carga Tributária pelo Simples Nacional: LC nº 123/2006 versus LC nº 155/2016

Período	LC nº 155/2016	LC nº 123/2006	Diferença	%
Janeiro	21.844,72	10.696,94	11.147,78	104,21
Fevereiro	25.353,44	9.112,78	16.240,67	178,22
Março	25.271,83	13.447,06	11.824,77	87,94
Abril	23.862,14	13.229,11	10.633,03	80,38
Maio	29.400,53	16.246,64	13.153,89	80,96
Junho	21.133,71	11.787,69	9.346,02	79,29
Julho	22.478,05	15.380,20	7.097,86	46,15
Agosto	26.297,39	12.561,03	13.736,37	109,36
Setembro	25.487,42	11.645,06	13.842,36	118,87
Outubro	24.043,75	14.479,77	9.563,99	66,05
Novembro	29.363,24	13.246,73	16.116,51	121,66
Dezembro	21.095,48	15.557,91	5.537,57	35,59
Carga Tributária Anual	295.631,71	157.390,90	138.240,80	87,83

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.2. Análise Comparativa: LC nº 123/2006 versus Lucro Presumido em 2017

Diante das variações ocorridas, tornou-se necessário confrontar os Regimes Tributários do Simples Nacional e do Lucro Presumido, a fim de verificar qual das duas formas de tributação

foi mais vantajosa para a empresa, no ano de 2017. Nessa perspectiva, os faturamentos foram categorizados por trimestre, conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Faturamentos Trimestrais em 2017 (em reais)

Período	Faturamento
1º Trimestre	368.292,06
2º Trimestre	484.535,22
3º Trimestre	480.136,45
4º Trimestre	522.758,54

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em 2017, pelo regime do Lucro Presumido, a empresa teria recolhido R\$ 124.457,78 de IRPJ, R\$ 53.444,80 de CSLL, R\$ 55.671,67 de COFINS e R\$ 12.062,19 de PIS, apresentados pelas Tabelas 7, 8 e 9, respectivamente. A alíquota de presunção do Lucro Presumido é 32%, definida em função do ramo de atividade da empresa, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1700/2017 (artigo 33, § 1º, inciso IV, alínea h – “prestação de qualquer outra espécie de serviço não mencionada neste parágrafo”).

Tabela 7 - Cálculo do IRPJ pelo Lucro Presumido em 2017 (em reais)

Memória de Cálculo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Receita de Serviços	368.292,06	484.535,22	480.136,45	522.758,54	1.855.722,27
(x) Percentual de Presunção (%)	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00
(=) Lucro Presumido	117.853,46	155.051,27	153.643,66	167.282,73	593.831,13
(x) Alíquota do IRPJ (%)	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
(=) IRPJ	17.678,02	23.257,69	23.046,55	25.092,41	89.074,67
Base de Cálculo do Adicional IRPJ	57.853,46	95.051,27	93.643,66	107.282,73	353.831,13
(x) Alíquota do Adicional do IRPJ (%)	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
(=) Adicional do IRPJ	5.785,35	9.505,13	9.364,37	10.728,27	35.383,11
(=) Total do IRPJ	23.463,36	32.762,82	32.410,92	35.820,68	124.457,78

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Tabela 8 - Cálculo da CSLL pelo Lucro Presumido em 2017 (em reais)

Memória de Cálculo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
(+) Receita de Serviços	368.292,06	484.535,22	480.136,45	522.758,54	1.855.722,27
(x) Percentual de Presunção (%)	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00
(=) Base de Cálculo	117.853,46	155.051,27	153.643,66	167.282,73	593.831,13
(x) Alíquota da CSLL (%)	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
(=) CSLL	10.606,81	13.954,61	13.827,93	15.055,45	53.444,80

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Tabela 9 - Cálculo da COFINS e do PIS pelo Lucro Presumido em 2017 (em reais)

Memória de Cálculo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Receita de Serviços	368.292,06	484.535,22	480.136,45	522.758,54	1.855.722,27
(x) Alíquota da COFINS (%)	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
(=) COFINS	11.048,76	14.536,06	14.404,09	15.682,76	55.671,67
(x) Alíquota do PIS (%)	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65
(=) PIS	2.393,90	3.149,48	3.120,89	3.397,93	12.062,19

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A Tabela 10 apresenta o total anual da folha de pagamento em 2017, no valor de R\$ 360.007,12, que foi desmembrado em salários, pró-labore e FGTS.

Tabela 10 - Total da Folha de Pagamento em 2017 (em reais)				
Período	Salários	Pró-Labore	FGTS	Mensal
Janeiro	20.951,81	5.531,31	1.676,14	28.159,26
Fevereiro	20.447,28	5.531,31	1.635,78	27.614,37
Março	21.463,62	5.531,31	1.717,07	28.712,00
Abril	20.826,22	5.531,31	1.666,09	28.023,62
Maio	20.374,40	5.531,31	1.629,95	27.535,66
Junho	20.549,31	5.531,31	1.643,94	27.724,56
Julho	20.709,62	5.531,31	1.656,76	27.897,69
Agosto	21.508,56	5.531,31	1.720,68	28.760,55
Setembro	20.374,40	5.531,31	1.629,95	27.535,66
Outubro	19.837,73	5.531,31	1.587,01	26.956,05
Novembro	21.325,32	5.531,31	2.521,00	29.377,63
Dezembro	21.564,67	5.531,31	2.544,94	29.640,92
13º Salário	20.434,40	-	1.634,75	22.069,15
Total Anual da Folha de Pagamento	270.367,34	66.375,72	23.264,06	360.007,12

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Os Encargos Sociais, em 2017, totalizaram R\$ 90.247,14, segundo a Tabela 11, desconsiderando os valores de FGTS do total anual da folha de pagamento, visto que a alíquota de FGTS equivale a 8%, tanto no Simples Nacional como no Lucro Presumido.

Tabela 11 - Cálculo dos Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento em 2017 pelo Lucro Presumido (em reais)		
Encargos Sociais	Alíquota (%)	Anual
INSS Patronal	20,00	67.348,61
Outras Entidades	5,80	19.531,10
Risco de Acidente de Trabalho (RAT)	1,00	3.367,43
Total dos Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento		90.247,14

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Conjugando-se o total de Encargos Sociais aos valores dos outros tributos já mencionados, a carga tributária pelo Lucro Presumido foi equivalente a R\$ 335.883,59 em 2017, conforme é demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 - Total da Carga Tributária pelo Lucro Presumido em 2017 (em reais)	
Tributos	Anual
COFINS	55.671,67
CSLL	53.444,80
ENCARGOS SOCIAIS	90.247,14
IRPJ	124.457,78
ISSQN	-
PIS	12.062,19
Carga Tributária Anual pelo Lucro Presumido	335.883,59

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Comparando-se as cargas tributárias anuais pelos dois Regimes de Tributação, o montante tributário apresentado pelo Simples Nacional, em específico pela sistemática de apuração da LC nº 123/2006, foi 113,41% inferior ao valor apurado pelo Lucro Presumido.

Isso é, o Simples Nacional se mostrou mais vantajoso que o Lucro Presumido em 2017, conforme a Tabela 13. Destaca-se que o valor do IRPJ pelo Lucro Presumido superou o IRPJ apurado pela LC nº 123/2006 em 1022,42%. Os Encargos Sociais calculados pelo Lucro Presumido seriam mais vantajosos para a empresa, pois o Simples Nacional majorou em 4,5% o valor desses tributos.

Tabela 13 - Carga Tributária pelo Lucro Presumido em 2017 versus Carga Tributária pela LC nº 123/2006 (em reais)

Tributo	Lucro Presumido	Simples Nacional LC nº 123/2006	Diferença	%
COFINS	55.671,67	33.067,41	22.604,26	68,36
CSLL	53.444,80	10.856,46	42.588,34	392,29
ENCARGOS SOCIAIS	90.247,14	94.496,57	- 4.249,43	-4,50
IRPJ	124.457,78	11.088,33	113.369,45	1022,42
ISSQN	-	-	-	-
PIS	12.062,19	7.882,13	4.180,07	53,03
Carga Tributária Anual	335.883,59	157.390,90	178.492,68	113,41

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.3. Análise Comparativa: LC nº 155/2016 versus Lucro Presumido em 2018

Em virtude da inclusão da D & C Publicidade e Propaganda Ltda no Anexo V do Simples Nacional, foi necessário confrontar os Regimes Tributários do Simples Nacional e do Lucro Presumido em 2018, uma vez que a gestão tributária da empresa precisa ser direcionada para a análise minuciosa da sua carga tributária. Os faturamentos do ano de 2018 também foram categorizados por trimestre, de acordo com a Tabela 14.

Tabela 14 - Faturamentos Trimestrais em 2018 (em reais)

Período	Faturamento
1º Trimestre	480.229,89
2º Trimestre	489.795,11
3º Trimestre	489.796,39
4º Trimestre	490.261,74

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em 2018, pelo regime do Lucro Presumido, a empresa teria recolhido R\$ 132.006,65 de IRPJ, R\$ 56.162,39 de CSLL, R\$ 58.502,49 de COFINS e R\$ 12.675,54 de PIS, demonstrado nas Tabelas 15, 16 e 17, respectivamente.

Tabela 15 - Cálculo do IRPJ pelo Lucro Presumido em 2018 (em reais)

Memória de Cálculo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Receita de Serviços	480.229,89	489.795,11	489.796,39	490.261,74	1.950.083,13
(x) Percentual de Presunção (%)	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00
(=) Lucro Presumido	153.673,56	156.734,44	156.734,85	156.883,76	624.026,60
(x) Alíquota do IRPJ (%)	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
(=) IRPJ	23.051,03	23.510,17	23.510,23	23.532,56	93.603,99
Base de Cálculo do Adicional do IRPJ	93.673,56	96.734,44	96.734,85	96.883,76	384.026,60
(x) Alíquota do Adicional do IRPJ (%)	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
(=) Adicional do IRPJ	9.367,36	9.673,44	9.673,48	9.688,38	38.402,66
(=) Total do IRPJ	32.418,39	33.183,61	33.183,71	33.220,94	132.006,65

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Tabela 16 - Cálculo da CSLL pelo Lucro Presumido em 2018 (em reais)

Memória de Cálculo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
(+) Receita de Serviços	480.229,89	489.795,11	489.796,39	490.261,74	1.950.083,13
(x) Percentual de Presunção(%)	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00
(=) Base de Cálculo	153.673,56	156.734,44	156.734,85	156.883,76	624.026,60
(x) Alíquota da CSLL (%)	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
(=) CSLL	13.830,62	14.106,10	14.106,14	14.119,54	56.162,39

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Tabela 17 - Cálculo da COFINS e do PIS pelo Lucro Presumido em 2018 (em reais)

Memória de Cálculo	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Anual
Receita de Serviços	480.229,89	489.795,11	489.796,39	490.261,74	1.950.083,13
(x) Alíquota da COFINS (%)	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
(=) COFINS	14.406,90	14.693,85	14.693,89	14.707,85	58.502,49
(x) Alíquota do PIS(%)	0,65	0,65	0,65	0,65	0,65
(=) PIS	3.121,49	3.183,67	3.183,68	3.186,70	12.675,54

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A Tabela 18 demonstra o total anual da folha de pagamento em 2018, no montante de R\$ 311.688,73. Não houve pagamento de pró-labore, desde o mês de junho, em virtude da concessão de aposentadoria ao sócio da empresa.

Tabela 18 - Total da Folha de Pagamento em 2018 (em reais)

Período	Salários	Pró-Labore	FGTS	Mensal
Janeiro	21.216,72	5.645,80	1.697,33	28.559,85
Fevereiro	20.831,00	5.645,80	1.666,48	28.143,28
Março	21.594,20	5.645,80	1.727,53	28.967,53
Abril	19.485,86	5.645,80	1.462,96	26.594,62
Mai	18.931,48	5.645,80	1.514,51	26.091,79
Junho	18.999,32	-	1.519,94	20.519,26
Julho	21.216,72	-	1.697,34	22.914,06
Agosto	20.831,00	-	1.666,48	22.497,48
Setembro	21.594,20	-	1.727,54	23.321,74
Outubro	19.485,86	-	1.558,87	21.044,72
Novembro	18.931,48	-	1.514,52	20.445,99
Dezembro	18.999,32	-	1.519,95	20.519,26
13º Salário	20.434,40	-	1.634,75	22.069,15
Total Anual da Folha de Pagamento	262.551,55	28.229,00	20.908,19	311.688,73

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O total dos Encargos Sociais sobre a folha de pagamento em 2018, foi R\$ 77.929,19, segundo a Tabela 19.

Tabela 19 - Cálculo dos Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento em 2018 pelo Lucro Presumido (em reais)

Encargos Sociais	Alíquota (%)	Anual
INSS Patronal	20,00	58.156,11
Outras Entidades	5,80	16.865,27
Risco de Acidente de Trabalho (RAT)	1,00	2.907,81
Total dos Encargos Sociais sobre a Folha de Pagamento		77.929,19

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao conjugar o total de Encargos Sociais aos valores dos tributos já mencionados, a carga tributária pelo Lucro Presumido foi R\$ 337.276,27, de acordo com a Tabela 20.

Tabela 20 - Total da Carga Tributária pelo Lucro Presumido em 2018 (em reais)	
Tributos	Anual
COFINS	58.502,49
CSLL	56.162,39
ENCARGOS SOCIAIS	77.929,19
IRPJ	132.006,65
ISSQN	-
PIS	12.675,54
Carga Tributária Anual pelo Lucro Presumido	337.276,27

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Numa análise comparativa entre as cargas tributárias anuais pelos dois Regimes de Tributação, o montante tributário pela sistemática de apuração da LC nº 155/2016 foi 14,09% inferior ao valor apurado pelo Lucro Presumido. Isso é, o Simples Nacional ainda se mostrou mais vantajoso que o Lucro Presumido no ano de 2018, conforme a Tabela 21. É válido destacar que o valor do IRPJ pelo Lucro Presumido majorou o valor apurado pela LC nº 155/2016 em 48,52%. Tratando-se de Encargos Sociais, o Lucro Presumido é mais vantajoso para a empresa, uma vez que o Simples Nacional superou em 15,45% o valor desses tributos.

Pôde-se constatar que a empresa não sofreu incidência de ISSQN pelos dois Regimes de Tributação, em virtude do veto da Presidência da República ao item 17.07 da Lista de Serviços, anexa à LC nº 116/2003. Esse item tratava acerca da “Veiculação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio”. Em outras palavras não há mais oneração fiscal de ISSQN sobre os serviços prestados pela D & C Publicidade e Propaganda Ltda. O Código Tributário e de Rendas do Município de Feira de Santana (LC nº 003/2000) não faz referência à alíquota de ISSQN para as atividades de publicidade e propaganda.

Tabela 21 - Carga Tributária pelo Lucro Presumido em 2018 versus Carga Tributária pela LC nº 155/2016 (em reais)				
Tributo	Lucro Presumido	Simples Nacional LC nº 155/2016	Diferença	%
COFINS	58.502,49	54.488,98	4.013,51	7,37
CSLL	56.162,39	48.305,83	7.856,56	16,26
ENCARGOS SOCIAIS	77.929,19	92.167,53	- 14.238,34	-15,45
IRPJ	132.006,65	88.882,74	43.123,92	48,52
ISSQN	-	-	-	-
PIS	12.675,54	11.786,62	888,92	7,54
Carga Tributária Anual	337.276,27	295.631,71	41.644,56	14,09

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

5. CONCLUSÕES

Diante do exposto no tópico “Resultados e Discussões”, conclui-se que a sistemática de apuração da LC 155/2016 provocou um aumento significativo na carga tributária da empresa, uma vez que o total de tributos em 2018 quase dobrou, se comparado ao montante tributário de 2017, quando calculado com base na sistemática de apuração da LC 123/2006.

Os gastos tributários pelos quais a empresa incorreu no ano de 2018, a partir do seu enquadramento no Anexo V do Simples Nacional, estiveram intimamente relacionados com o cálculo do fator “R” que não superou o percentual de 28%, condição necessária para a inclusão da empresa no Anexo III do Simples Nacional. A D & C Publicidade e Propaganda Ltda pode reduzir a sua carga tributária ao majorar a sua folha de pagamento, em consideração ao fator “R”. Nessa

perspectiva, a majoração estabelecida a partir da contratação de novos profissionais ou pela recomposição salarial dos seus colaboradores fará com que a empresa tenha gastos tributários inferiores aos apurados em 2018. Apesar desse bônus tributário, o resultado contábil da D & C Publicidade e Propaganda Ltda seria impactado negativamente, em função dos acréscimos nas suas despesas com pessoal.

As análises contábil e tributária se complementam, sendo esse um aspecto relevante a ser observado pelo gestor tributário da empresa. O presente estudo, de natureza comparativa, quando da confrontação entre as duas opções tributárias, demonstrou o fato de o regime de tributação do Simples Nacional ser mais vantajoso que o do Lucro Presumido, no que tange aos gastos tributários apurados com base nessas duas opções. Embora tenha sido constatado que o Simples Nacional figura como o regime de tributação com menor ônus fiscal à D & C Publicidade e Propaganda Ltda, tanto em 2017 como em 2018, sugere-se ao gestor responsável pelo gerenciamento de sua carga tributária a realização dessas análises de forma contínua e em grau detalhado, visto que o montante tributário anual, estabelecido pela sistemática de apuração da LC 155/2016, aproximou-se da carga total de tributos apurada pelo Lucro Presumido.

REFERÊNCIAS

AMARAL, G. L. do, OLENIKE, J. E., AMARAL, L. M. F. do; YAZBEK, C. L. Quantidade de Normas editadas no Brasil: 28 anos de Constituição Federal de 1988. 2017. Disponível em: <https://ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/2603/QuantidadeDeNormas201628Anos-CF.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BARBOSA, S. T. Avaliação do impacto da Lei Complementar nº 155/16 no Simples Nacional. 2016. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível: <http://bdm.unb.br/handle/10483/16070>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BILAC, D. B. N.; DUTRA, A. S. de, MIRANDA, J. B. de, SILVA, F. A.; VELOSO, V. L. Simples Nacio-

nal versus Lucro Presumido para empresa de engenharia da cidade de Palmas - TO. Revista Sítio Novo, Local, v. 1, n. 1, 2017. <http://propi.iftto.edu.br/ojs/index.php/sitionovo/article/view/35>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº 1.700, 14 de março de 2017. Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAtto=81268#1706802>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Código Tributário e de Rendas do Município de Feira de Santana. Lei Complementar nº 003, 22 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.sefaz.feiradesantana.ba.gov.br/arquivos/CTM.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 116, 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 147, 7 de agosto de 2014. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995,

11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp155.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIM-PLES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19317.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. Tesouro Nacional. Carga tributária bruta atinge 32,66 % do PIB em 2015. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/noticias/ascom/2016/setembro/carga-tributaria-bruta-atinge-32-7-do-pib-em-2015-1>. Acesso em: 16 de dezembro de 2017.

FABRETTI, L. C. Contabilidade tributária. (15a ed.). São Paulo: Atlas, 2015.

FRANCHETTO, G. L.; PLASTINA, E. G. Mudança de regime de tributação do Simples Nacional para o Lucro Real: análise de uma empresa do ramo de comércio de vestuário. 2016. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Contabilidade) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, 2016.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R., P. J., J. H.; GOMES, M. B. Manual de contabilidade tributária. 12. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. América La-

tina e o Caribe: a receita tributária tem ligeiro crescimento, mas permanece bem abaixo dos níveis da OCDE. 2014. Disponível em: <http://www.oecd.org/ctp/america-latina-e-o-caribe-a-receita-tributaria-tem-ligeiro-crescimento-mas-permanece-bem-abaixo-dos-niveis-da-ocde.htm>. Acesso em: 16 dez. 2017.

PETRI, S. M.; KLUEGER, W. A. As mudanças do Simples Nacional para 2018 e o impacto na tributação em um escritório de Contabilidade de Florianópolis/SC. Anais do 15º ECE-CON - Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis. Florianópolis, SC, 2017.

TOMÉ, M. F. Simples Nacional x lucro presumido: estudo de caso em uma empresa do ramo de representação comercial. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Santa Catarina, SC, 2015.

UTZIG, J. Planejamento tributário - um estudo de caso de três prestadoras de serviço: Re-presentação Comercial, Corretora de Seguros e Imobiliária. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Contabilidade) - Faculdade Cenecista de Nova Petrópolis, Nova Petrópolis, RJ, 2015.

VIEGAS, C.; SOUZA, A. R. L. de; BIANCHI, M. Planejamento tributário e o Simples Nacional em pequenas empresas: análise de artigos publicados no Congresso Brasileiro de Contabilidade e no Congresso Brasileiro de Custos. Orientador: Nome. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Contabilidade) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, 2015.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.





UBIRATÃ BATISTA PEREIRA

Nasci UBIRATÃ BATISTA PEREIRA na cidade de Valença(BA) no dia 16/07/1952. Filho de José Batista Pereira, um operário da fábrica de tecidos da cidade e de Marilda Passos Pereira, uma dona de casa. Infelizmente esse casamento durou apenas 10 anos, de onde nasceram 7 filhos, dos quais 4 ainda vivem. A separação foi muito difícil, porque a minha mãe que até então era tão somente “dona de casa”, agora teria que encontrar uma forma de sustento, que a pensão alimentícia sozinha não iria atender. Foi então que ela encontrou um emprego como Professora Leiga, ofício que exerceu na Secretaria de Educação do município.

Do meu saudoso pai, apesar do afastamento provocado pelo divórcio quando eu tinha 8 anos, tenho lembranças de um convívio saudável, exatamente por ter desde cedo me tornado um menino comprometido com os estudos, característica da qual era seu motivo de orgulho, além de ser eu considerado inteligente, como dito por algumas pessoas mais próximas.

Tenho do meu pai também a agradável lembrança de alguém que apesar, apesar de ter cursado apenas o curso primário, era conhecido na cidade pelo apelido de “Zé Acadêmico”, exatamente por ser leitor apaixonado e empréstador inveterado dos grandes roman-

ces da época. Foi o meu grande incentivador nos estudos. Muitas vezes com sacrifício, assumiu comprar os meus livros de colégio, para que eu não perdesse a paixão pelos estudos. Tenho certeza que dos seus filhos, eu fui o que mais bebeu na sua paixão pelos livros e pelos estudos, coisa rara para muitas pessoas que nasciam no interior do estado naquela época.

Fui alfabetizado pela minha mãe aos 6 anos, num tempo em que as escolas só aceitavam receber alunos, após completar 7 anos. Como nasci no mês de julho, fui acolhido de maneira informal pela professora Astronilda Santos de Jesus, no começo do ano em que completaria aquela idade, numa escola pública, já que matrícula formal só poderia acontecer no ano seguinte. Tenho inesquecível lembrança dessa professora que foi o instrumento de Deus para participar da minha história.

A paixão pelos livros foi sempre muito evidente, e como não tinha recursos para comprar livros, quando era possível nas tardes dos dias da semana, frequentava a biblioteca da prefeitura da cidade. Fui sempre apaixonado por revistas em quadrinhos, e quase sempre as li quando emprestadas pelos amigos. Gostar de ler e ter prazer pelos estudos, sempre esteve impresso ao meu DNA.

PRIMARIO

No meu tempo de ensino primário, pela graça de Deus, sempre procurei ser uma referência na escola, menos apenas pelo alcance do 1º lugar, porém mais pela paixão que brotava no meu coração, de ser um profissional de alto nível, através do qual eu poderia proporcionar um pouco de conforto financeiro para a minha família. Afinal, éramos muito pobres financeiramente, mas sempre tivemos disposição para enfrentar esse desafio, confiados na providência de Deus, que nunca permitiu que ficassemos um só dia sem alimentação.

Durante o tempo do curso primário para “entrar no Ginásio” era necessário além concluir 5º ano, submeter-se ao chamado “Exame de Admissão ao Ginásio”, que consistia numa difícil prova, para os padrões da época. Porém uma legislação federal autorizava que, o aluno que optasse por fazer a prova no 4º ano, se aprovado, ingressaria imediatamente no curso ginasial, sem necessidade do exame de admissão.

GINASIAL

Depois de finalizar essa etapa do curso primário, mais uma vez, a misericórdia de Deus me alcançou. Fui aprovado estando na época com 10 anos e 6 meses de idade. Na hora da matrícula, mais um desafio. Só poderia ser matriculado quem no início das aulas em março, já tivesse 11 anos completos. Novamente encontrei ajuda na providência divina.

O Diretor do Colégio público da cidade, um professor de ilibada reputação e muito querido na cidade, autorizou a minha matrícula, assumindo que, se houvesse qualquer problema de natureza administrativa, iria explicar a decisão da minha matrícula, justificando que, embora não atendesse legalmente a idade de 11 anos na data da matrícula, o histórico escolar recomendava a sua matrícula. Felizmente fui matriculado e não aconteceu nenhum dano moral ou administrativo para o Diretor do Colégio.

Durante o período do curso ginasial que acontecia à tarde, pelas manhãs ajudava, minha mãe no “ofício de ensinar” na banca escolar que funcionava em nossa casa, atendendo alguns

alunos que estudavam em outros colégios da cidade. Tempos difíceis porém, mais uma vez a providência divina agiu, para permitir que minha mãe tivesse recursos financeiro para sustentar os 6 filhos, até então bancada com uma pequena pensão alimentícia paga pelo meu pai.

Como era temporão em relação à idade escolar, porque tinha um ano a menos que a maioria dos meus colegas, tive o privilégio de estudar o curso ginasial num colégio público da cidade, onde entre outras coisas tínhamos a aula de Inglês e Francês. Até hoje falo razoavelmente bem o idioma francês, principalmente porque trabalhei durante 5 anos no Club Méditerranée do Brasil, onde o uso do idioma francês era praticado. No colégio tive colegas oriundos basicamente da elite financeira da cidade, os quais me acolhiam como mascote da turma, além de ser o mais franzino e o mais baixinho, além de gostar muito de jogar futebol, torcer desde cedo pela Sociedade Esportiva Palmeiras e pelo Galícia Esporte Clube, por influência do meu pai.

O CURSO TÉCNICO E MAGISTERIO

Concluí o ginásio com 14 anos e 6 meses de idade. Imediatamente ingressei no chamado Ensino Médio, já com a Contabilidade no meu pensamento e o Ensino no meu coração. Fiz o Curso Técnico em Contabilidade à noite e paralelamente o Curso de Magistério à tarde.

Enquanto concluía o curso ginasial, vi a maioria dos meus colegas indo para Salvador, estudar o chamado Curso Clássico ou Curso Científico, uma espécie de pré-vestibular da época, que permitia acesso às universidades e aos famosos e tradicionais cursos universitários. Naquele momento eu também sonhava em estudar Medicina, apenas porque via nessa profissão a possibilidade de ter uma boa vida financeira, como via nos médicos da minha cidade.

Mas, Deus já tinha planejado no meu coração a paixão pelo ensino, herança genética da minha mãe, e depois pela oportunidade de fazer o curso de Técnico em Contabilidade, sem mesmo saber direito do que se tratava. Dou graças a Deus porque não me tornei o médico que eu sonhei, mas me considero completamen-

te realizado na dupla vocação de Professor e Contador, que para mim se complementam de forma plena.

Fiz o Curso Técnico em Contabilidade à noite e paralelamente o Curso de Magistério à tarde. Enquanto cursava o 2º ano no curso Técnico em Contabilidade, fui convidado a estagiar durante o turno matutino, num escritório da cidade. É a partir daí que pude desenvolver essas duas paixões em paralelo

Então, no final de 1969, então com 17 anos e 6 meses de idade, fui diplomado como “Técnico em Contabilidade” e “Professor Primário”. Até hoje considero esses 2 diplomas como os mais importantes na minha carreira profissional.

Portanto, estava formado em dezembro de 1969 e em Janeiro de 1970 fui convidado para ensinar uma disciplina de Contabilidade, no curso técnico onde me formara, estando com apenas 17 anos e 7 meses de idade. Lecionei somente 3 meses, porque logo surgiu um convite para trabalhar em Salvador, cujo proprietário era o mesmo que me dera o estágio do qual falei antes, e que viu em mim, potencialidades para trabalhar como profissional da Contabilidade;

Rendo minhas homenagens ao Contador Arodir Souza, muito conhecido e querido principalmente na cidade de Santo Antônio de Jesus, onde viveu até o dia 25.12.2017, quando partiu para a eternidade. Pessoa de caráter ilibado e determinação para fazer o bem, teve paciência para me incentivar naqueles primeiros momentos e apostou que eu poderia ser um grande profissional, e certamente ele se tornou uma fonte de inspiração demonstrada em dignidade e honradez. Cheguei em Salvador em abril de 1970 e fui trabalhar para me manter financeiramente. Aos 17 anos e 6 meses, morava num pensionato, já pensando também na possibilidade de ajudar financeiramente a minha família.

CURSO UNIVERSITARIO

Tentei vestibular na UFBA, para Ciências Contábeis, e na primeira tentativa não tive sucesso. Preparei-me um pouco melhor, e consegui na 2ª tentativa. Após concluir Contábeis, imediatamente fiz novo vestibular e fui aprovado no

curso de Direito. Esse já era um sonho antigo, tornar-me um Advogado, pensando principalmente e em trabalhar com Consultoria Tributária, minha grande paixão na área do Direito.

Depois fiz especialização em Contabilidade Gerencial e Perícia Contábil pela UFBA e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na Fundação Visconde de Cairu.

A VIDA PROFISSIONAL E ACADÊMICA

Durante minha vida profissional trabalhei como Contador Chefe em algumas empresas de ramo comercial, industrial e de serviços, enquanto em paralelo, resolvi tentar aprovação no concurso para professor no curso de Ciências Contábeis da UFBA, sendo aprovado em 1994, onde trabalho até hoje.

Aos poucos e mesmo sem planejar, comecei a perceber que estava mais presente e atuante o Professor de Contabilidade e menos o Profissional Contador. Durante esse tempo trabalhei como Professor nos cursos de Ciências Contábeis da Estácio (antiga FIB), Unifacs e Faculdade da Cidade do Salvador, onde tive o privilégio de ter sido Coordenador do Curso durante 4 anos. A partir do ano de 2009 também me tornei professor da graduação e pós na Fundação Visconde de Cairu.

Em 2017 tive o privilégio de juntar-me a um grupo de companheiros que sonharam um novo projeto de gestão para o nosso Conselho Regional de Contabilidade. Por essa razão, hoje estou também Conselheiro desse conselho, com muita honra.

Nesse ano de 2020, em virtude da minha condição de Advogado, fui convidado a fazer parte da Comissão de Direito Tributário da OAB-BA.

Na área acadêmica/administrativa estive membro do Conselho Fiscal da Fapex, órgão de pesquisa da UFBA, onde fui membro e relator no período entre 2013 e 2017. Atualmente sou membro do Conselho Fiscal da Fundação Politécnica, vinculada a UFBA. Pela minha formação cristã evangélica, fui membro e relator do Conselho Fiscal da Convenção Batista Baiana de 2015 a 2018.

CASAMENTO E FILHOS

Estou casado com a Professora Lêda Regina Deiró Pereira, de cujo casamento nasceram duas filhas: Thaís Sandrine Deiró Pereira formada em Odontologia pela Escola Baiana de Medicina e em Turismo pela Unifacs, e Ludmile Deiró Pereira com graduação em Psicologia pela Escola Baiana de Medicina e Comunicação pela Estácio de Sá, antiga FIB.

UMA SINGELA HOMENAGEM A MINHA MÃE

Da minha querida mãe querida que ainda vive, tenho gratíssimas recordações, especialmente na ministração de conselhos, zelo pelo caráter, vontade de servir, e principalmente, o cultivo de valores espirituais indescritíveis. Desde os primeiros passos, convivi com minha mãe e meus irmãos, recebendo ensinamentos bíblicos através do convívio na 1ª Igreja Batista de Valença, minha cidade natal.

Fui um garoto pobre, a ponto de não poder ter acesso a coisas simples, como comprar o lanche vendido no colégio.

Porém virtudes como humildade, caráter, empenho da palavra, determinação de fazer o bem, tratar bem as pessoas e outros valores, estiveram sempre na agenda diária da minha mãe, cuja virtude cristã e o compromisso com a leitura diária da Bíblia, alimentavam a nossa fé e nossa esperança que iríamos vencer os desafios das dificuldades. Enquanto isso, Deus colocava algumas pessoas pra minorar as nossas dificuldades.

Até hoje não consigo entender porque as pessoas quando querem se referir às pessoas pobres, eles as chamam de humildes. Humidade e pobreza são coisas completamente distintas, embora devam coexistir pacificamente. É muito triste ser pobre e arrogante. Porém minha querida mãe, D. Marilda Passos Pereira soube com sabedoria divina, implementar valores no meu coração e na minha mente, os quais tento reproduzir no meu agir enquanto profissional e ser humano.

Uma outra característica da minha mãe. Ela sempre repetia um conhecido provérbio:

“Mente vazia é oficina de Satanás”. Por essa razão, quando garoto entre os 10 e 15 anos principalmente, estudava pela manhã e à tarde fui aprendiz de sapateiro, cabeleireiro, pintor de geladeira, quebrador de pedra bruta pra produzir brita, vendedor de hortaliça na feira da cidade e até numa oportunidade, plantador de grama no estádio de futebol da cidade. Cada um desses ofícios, ativavam a minha mente, ainda que de forma racionalmente impensada, de que poderia alcançar melhores propósitos profissionais, se me dedicasse aos estudos.

Finalmente, nessa etapa da vida, lembro com alegria da minha trajetória difícil, mas contemplo com alegria que a graça e a misericórdia de Deus me permitiu ser parte da história de muitos profissionais, referência em suas áreas de atuação. Sei que sou querido, muito mais pela generosidade de todos eles e muito menos pelos meus predicados pessoais, que embora poucos, foram alcançados através da misericórdia de Jesus Cristo, razão de ser de tudo que temos e de tudo o que somos.

